



CRENCIAMENTO E APOIO FINANCEIRO:  
PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA USP  
COMISSÃO DE CRENCIAMENTO

Revista USP / Superintendência de Comunicação Social  
da Universidade de São Paulo. – N. 1 (mar./maio 1989) -  
- São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, Superintendência  
de Comunicação Social, 1989-

Trimestral.

Continuação de: Revista da Universidade de São Paulo

Descrição baseada em: N. 93 (2012)

ISSN 0103-9989

1. Ensaio acadêmico. I. Universidade de São Paulo.  
Superintendência de Comunicação Social

CDD-080

## dossiê ética e sociedade

- 5 Editorial
- 8 Apresentação *Eros Grau*
- 11 O cupim da corrupção *Celso Lafer*
- 15 Corrupção: ética ou política *Tercio Sampaio Ferraz Junior*
- 29 Moral e ética no mundo contemporâneo *Yves de La Taille*
- 43 É possível contribuir para a formação ética de nossos juristas? Desafios para o ensino jurídico no Brasil *Oscar Vilhena Vieira e José Garcez Ghirardi*
- 55 A futura atividade político-partidária e a responsabilidade ética do magistrado *Joaquim Falcão e Laura Osório*

## balanço olímpico

- 66 A imagem do Brasil nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro *Katia Rubio*
- 72 O sistema e o desenvolvimento do esporte de alto rendimento olímpico no Brasil *Flávia da Cunha Bastos*
- 79 Quando e onde se forma a experiência olímpica do atleta *Maria Alice Zimmermann*

## arte

- 86 Aquisição e avaliação 3D da escultura *Formas Únicas da Continuidade no Espaço*, de Umberto Boccioni *Ana Gonçalves Magalhães e Marcelo Knörich Zuffo*

## textos

- 107 A pouco cordial cordialidade *Luiz Costa Lima*
- 115 Xavier Marques: beletismo e narrativa crítica *José de Paula Ramos Jr.*
- 126 José Saramago, *best seller* e engajamento *Jean Pierre Chauvin*

## livros

- 137 Fé demais, geralmente, não cheira bem *Jair Almeida Jr.*

A **revistausp** é uma publicação trimestral da Superintendência de Comunicação Social (SCS) da USP. Os artigos encomendados pela revista têm prioridade na publicação. Artigos enviados espontaneamente poderão ser publicados caso sejam aprovados pelo Conselho Editorial. As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor MARCO ANTONIO ZAGO  
Vice-reitor VAHAN AGOPYAN

Superintendência de Comunicação Social

Superintendente EUGÊNIO BUCCI

### **revistausp**

Editor chefe FRANCISCO COSTA

Editor executivo JURANDIR RENOVATO

Editora de arte LEONOR TESHIMA SHIROMA

Revisão MARIA ANGELA DE CONTI ORTEGA

SILVIA SANTOS VIEIRA

Secretária MARIA CATARINA LIMA DUARTE

#### Conselho Editorial

ANA LUCIA DUARTE LANNA

BELMIRO MENDES DE CASTRO FILHO

CICERO ROMÃO RESENDE ARAUJO

EDUARDO VICTORIO MORETTIN

EUGÊNIO BUCCI (membro nato)

FRANCO MARIA LAJOLO

JOÃO SAYAD

JOSÉ ANTONIO MARIN-NETO

LILIA KATRI MORITZ SCHWARCZ

MIGUEL TREFAUT URBANO RODRIGUES

OSCAR JOSÉ PINTO ÉBOLI

Ctp, impressão e acabamento

J.L.E. Gráfica e Editora

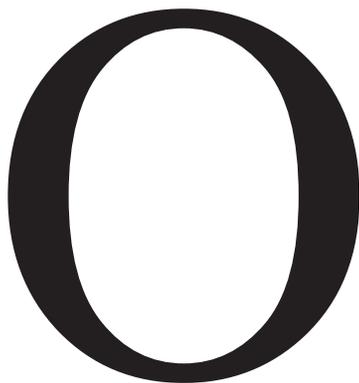


Rua da Praça do Relógio, 109 – Bloco L – 4º andar – sala 411  
CEP 05508-050 – Cidade Universitária – Butantã – São Paulo/SP

Telefax: (11) 3091-4403

<http://jornal.usp.br/revista-usp>

e-mail: [revisusp@edu.usp.br](mailto:revisusp@edu.usp.br)



famigerado furacão Matthew passou pelo Caribe e EUA há pouco com sua onda de destruição e de morte, até se desmanchar em tempestade tropical, já em solo americano. Se esse fenômeno dito meteorológico acabou no hemisfério norte, no hemisfério sul, mais precisamente na América do Sul e, particularmente, na terra que um dia foi habitada por tupinambás e tupiniquins, por tupis e guaranis, o Brasil, a convulsão fenomenal que começou há pelo menos dois anos, em 2014, não dá mostras de arrefecimento e muito menos de finalização. Pelo contrário, o alvoroço político anda cada vez mais explosivo. Todos sabem que a razão de tudo isso atende pelo nome de Operação Lava Jato.

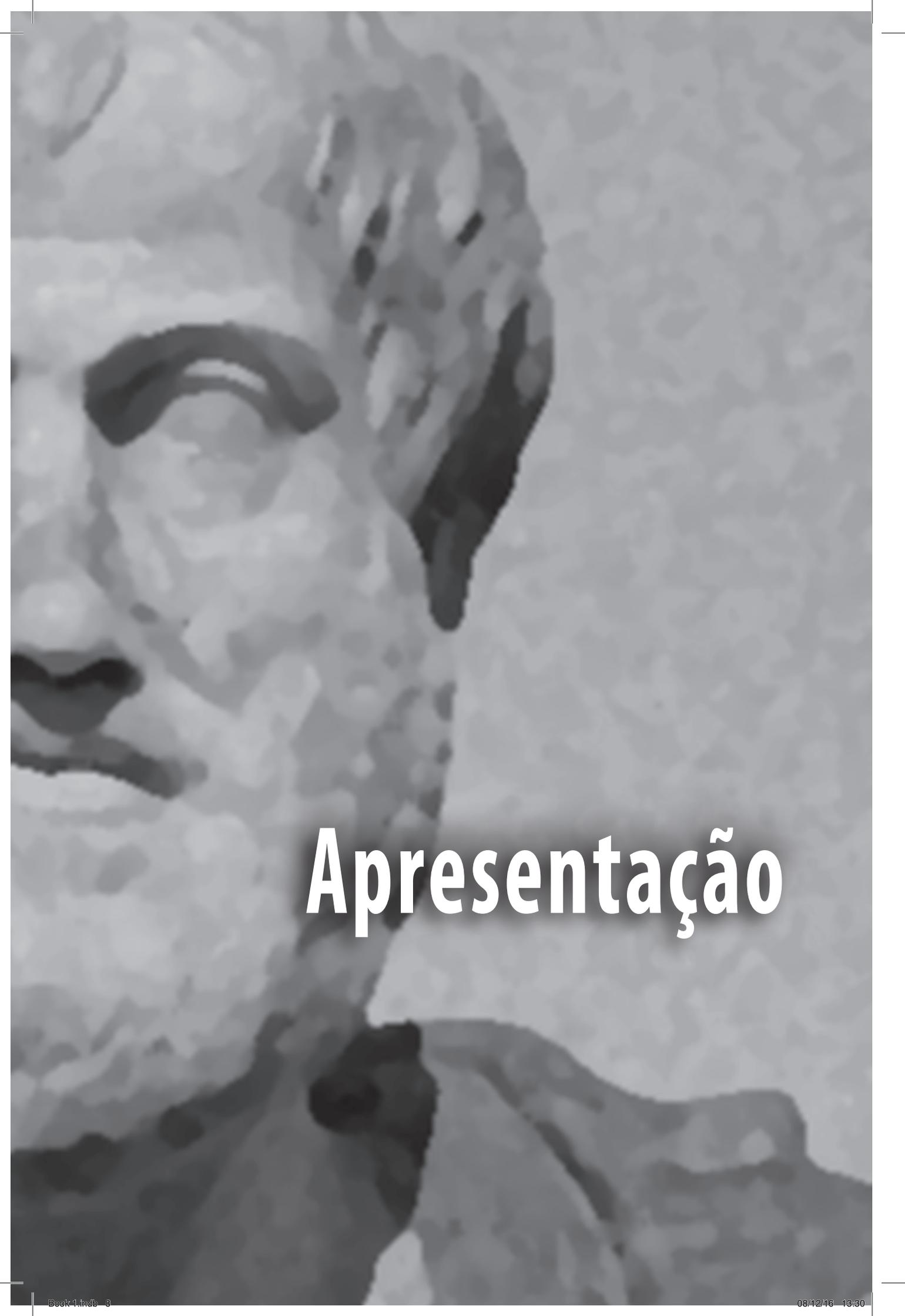
Pois foi para contemplar – passe a palavra – o tema da corrupção que o Conselho Editorial da **Revista USP** resolveu trazer à ribalta o assunto desprezível e inadiável, que enche de engulhos toda a sociedade brasileira. Soube fazê-lo de forma magistral, pois, com nomes estupendamente competentes, elaborou um dos nossos melhores e mais contundentes dossiês. Tivemos a sorte de contar com um organizador de alto calibre e de extrema simplicidade e simpatia: o ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal Eros Grau. Extremamente afável e de mente muito atilada, definido o tema – nosso carro-chefe deste número atende pelo nome de *Ética e Sociedade* –, Eros, consultado, não se fez de rogado e o aceitou prontamente. Para nossa felicidade, pois na primeira conversa por telefone ele já citou três ou quatro nomes dos cinco craques que para a **Revista USP** convergiram com seu brilhante trabalho.

Prepare-se, leitor, porque as páginas seguintes são permeadas pela discussão de termos como “ética” (lógico), “corrupção” e “moral”, no seu mais alto nível – ou mais baixo, como preferir. Podemos concordar ou não com os autores, mas não podemos deixar de encarar os desafios que partem de suas mentes vertidos nos textos desta nossa edição.

**Francisco Costa**



# Ética e Sociedade



# Apresentação

**E**tica e Sociedade. Eis aqui – hoje, agora – um tema, talvez *o tema*, do nosso cotidiano. De repente me dou conta de que estamos a conviver – tanto no mundo da vida quanto no conjunto dos textos em minhas mãos (já que me recuso a deles fruir na distância da tela de um programa Word, sem os tocar) – com o que o Celso Lafer, em síntese de tudo, chama de “cupim da corrupção”. A cadeira em que me sento agora, qual o mundo em que vivo, pode de repente desabar, carcomida por esse cupim.

Quando ele aparece – diz um amigo do Tercio Sampaio Ferraz Junior – qualquer um sabe do que se trata. Começa pela polivalência da palavra. Um cume de lucidez, depois, quando nos damos conta de que “a economia de mercado, supostamente um sistema autorregulado, gera uma burocracia (privada e estatal) em que proliferam as instâncias administrativas, todas com certo poder discricionário, com certo grau de opacidade (não transparência) e alta possibilidade de manipulação de informações”.

Durante muitos anos sentamo-nos juntos – o Celso, meu amigo desde os anos 50, e o Tercio – durante as reuniões de congregação da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Lá onde mora a Amizade, lá onde mora a Alegria.

Das velhas Arcadas à USP, na Cidade Universitária, encontro o Yves de La Taille dialogando com Ricouer e Piaget e me perco na busca dos laços

que envolvem, se é que envolvem, a ética, a moral e a justiça. Onde é que mora a justiça? E então, de repente, à moda de Manuel Bandeira, percebo que o que me esmaga é a sensação do nada.

Imagine três copos – a moral, a ética e a justiça – e dê-se conta, leitor, de que parte do conteúdo do terceiro é um nada. Um nada que excede o espaço dos dois primeiros. Por isso, realmente, palavras não dizem nada – como no poema de Álvaro Moreyra – e a justiça produzida pelos juízes excede as bordas da ética e da moral. Na superposição desses três conceitos, diz quase tudo aquela afirmação atribuída a Creonte: “Prefiro a ordem à justiça!”.

Depois, as observações incisivas do Oscar Vilhena Vieira e do José Garcez Ghirardi denunciando a invocação de princípios, pelos juízes dos nossos tribunais, invocação justificativa de decisões antagônicas, uma à outra, para a mesma questão<sup>1</sup>. Ao referir a lição do velho Aristóteles a propósito da distinção entre o *exato* e o *correto*, os dois – o Vilhena e o Ghirardi – dizem exatamente o que eu

---

<sup>1</sup> Ouso neste passo observar que em meu *Por Que Tenho Medo dos Juízes* (São Paulo, Malheiros, 2016, pp. 25-6) tomei precisamente do julgamento do HC 82.424 no Supremo Tribunal Federal para denunciar a insegurança, a incerteza que decisões fundamentadas em princípios – e não no direito positivo – instalam no mundo da vida.

**EROS GRAU** é jurista e ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal.

gostaria de repetir: a prudência é *razão intuitiva* que não discerne o *exato*, porém o *correto*; não é *saber puro*, separado do ser.

Por fim, o texto de Joaquim Falcão e Laura Osório, fincado no mundo da vida. Embora eu discordo, veementemente, da afirmação de que possa existir qualquer margem de discricionariedade inerente à atividade jurisdicional, Joaquim e Laura desnudam a realidade.

Desde há muito venho repetindo ter medo dos juízes que decidem à margem da legalidade, em função de princípios e em nome da justiça, o que

pode mesmo ser fascinante, em termos televisivos, mas atira pela janela a certeza e a segurança jurídicas. Repetindo-me, isso tudo talvez acabe quando começar a comprometer a fluência da circulação mercantil, a calculabilidade e a previsibilidade indispensáveis ao funcionamento do mercado. Talvez então os juízes voltem a ser a boca que pronuncia, sem imprensa, sem televisão. Ou será a desordem, até que *novos rumos* nos acudam.

Eis aí, caro leitor, um conjunto de textos que diz tudo. Por isso mesmo, encanta e apavora. Até o tempo, mais longo e futuro, que há de vir.



Marcos Santos/USP Imagens

# O cupim da corrupção

*Celso Lafer*

#### resumo

O artigo discute as relações entre ética e política, tendo como foco o impacto da corrupção no funcionamento do sistema político.

Levando em conta o que vem recentemente acontecendo no Brasil com os escândalos do Mensalão e da Lava Jato, o artigo destaca como a corrupção está corroendo a confiança nas instituições e comprometendo o necessário papel do espírito público numa democracia.

---

**Palavras-chave:** corrupção; ética e política; confiança e espírito público numa democracia.

#### abstract

*The article discusses the relationship between ethics and politics with a focus on the impact of corruption on the functioning of the political system.*

*Bearing in mind what has been recently happening in Brazil with the unfolding of the scandals dubbed Mensalão [Monthly Allowance] and Lava Jato [Car Wash], the article points out how corruption is both eating away trust in public institutions and compromising the role of public spirit in a democracy.*

---

**Keywords:** *corruption; ethics and politics; trust and public spirit in a democracy.*

**A** relação entre ética e sociedade e, muito especialmente, entre ética e política, está na ordem do dia da agenda do país, cabendo destacar, nesse contexto, o avassalador impacto na sociedade das práticas políticas reveladas nos escândalos do Mensalão e da Lava Jato. “Escândalo” é palavra que nos veio do grego, através do latim. Na sua origem tinha a acepção de “armadilha, obstáculo imprevisto que fazia tropeçar”. Daí “pedra de escândalo” que, no latim da Igreja Católica, passou a significar “cair no erro e/ou no pecado”. A evolução da palavra em várias línguas aponta para a percepção de que o escândalo resulta de ações que transgridem valores, normas e códigos morais que permeiam a sociedade. Daí a pertinência, no momento atual, de uma análise do alcance da corrupção como uma transgressão ética, que, ao impactar o sentimento da sociedade, está afetando a credibilidade da política no Brasil. Para o entendimento da seriedade da questão, que é uma perigosa armadilha na qual está tropeçando o sistema político brasileiro, esboço, ao modo de Bobbio, uma clarificação do conceito de corrupção e de seus desdobramentos.

A palavra “corrupção” vem do verbo latino “*corumpere*”. O significado originário da palavra é o de “estragar, decompor”. Na filosofia aristotélica, é uma das espécies de movimento que levam à destruição da substância. Políbio, tratando dos modos pelos quais os regimes políticos mudam e, por isso, alteram a sua substância por obra do movimento da corrupção,

recorre a uma metáfora esclarecedora. Indica que a corrupção, nos regimes políticos, exerce papel semelhante ao da ferrugem em relação ao ferro ou ao dos cupins em relação à madeira: é um agente de decomposição da substância das instituições públicas.

Valendo-se da “lição dos clássicos”, Michelangelo Bovero, em seu *Contra o Governo dos Piores*, ao pensar problemas da política contemporânea, aponta os riscos do movimento da corrupção. Um dos mais significativos é o de favorecer uma “caquistocracia”, literalmente, o governo dos piores, que abre espaço tanto para a demagogia do pão e circo quanto para a plutocracia, na qual prevalece a influência do dinheiro na gestão governamental.

Faço essas rápidas remissões à teoria política com o objetivo de realçar que o tema da corrupção vai além da transgressiva conduta individual de pessoas em esferas e rincões da vida nacional. Transcende, igualmente, a dimensão técnica do elenco de crimes contra a administração pública, tipificados na Legislação Penal e voltados para apenar as múltiplas formas de ilícitos de que se reveste a corrupção. É um sério problema de profundo alcance político. Enseja o que Raymond Aron, em seu *Démocratie et Totalitarisme*, chama de corrupção do espírito público.

A corrupção do espírito público mina a confiança das pessoas nas instituições democráticas, que nelas não vislumbram uma postura efetivamente voltada para o interesse comum. Como diz Bobbio, em artigo

---

**CELSON LAFER** é professor emérito da Universidade de São Paulo e ex-ministro das Relações Exteriores do governo FHC.

de 1993, recolhido no seu livro *Verso la Seconda Repubblica*, redigido numa época da política italiana que tem semelhanças com a nossa atualidade: “*La democrazia ha bisogno di fiducia. Della fiducia reciproca fra cittadini e della fiducia dei cittadini nelle istituzioni*”. A corrupção solapa esta necessária confiança recíproca. É um cupim que está decompondo as aspirações republicanas consagradas na Constituição de 1988, pois a *res publica* – o bem comum – está sendo confundida e não diferenciada, como na formulação de Cícero, do bem privado (*res privata*), do bem doméstico (*res domestica*) e do bem familiar (*res familiaris*).

Realço o que isso significa nos dias de hoje, pois o declínio de políticas ideológicas e a complexidade dos assuntos que são da responsabilidade de um governo fazem da credibilidade um elemento fundamental da governança. A corrupção é um redutor da confiança na classe política, nas instituições e nos partidos, que tem, assim, consequências para o bom funcionamento do sistema político, pois “cupiniza” o seu capital simbólico.

Gianfranco Pasquino – no atualizado verbete sobre a matéria na edição italiana de 2004 do *Dizionario de Política*, organizado por Bobbio e Matteucci – caracteriza a corrupção política como a prática de comportamentos incompatíveis com as normas que, em consonância com os valores maiores da sociedade, regulam o exercício legítimo do poder na esfera pública. Uma medida da corrupção política é a dada por todas aquelas ações ou omissões dos detentores do poder político que violam normas jurídicas gerais para perseguir interesses e vantagens particulares. Lembro que uma das virtudes do Estado democrático de direito é o respeito às leis e, muito especialmente, à Constituição, e uma dimensão da falta de virtude instigada pela corrupção é a complacência no afrouxamento da sua força obrigatória.

Na Constituição de 1988, o artigo 37 é um paradigma de normas jurídicas gerais que regulam o exercício legítimo do poder na esfera pública. Estabelece os princípios aos quais a administração pública deve obedecer. Vou destacar o alcance do significado conjunto desses princípios, que assentam os padrões de conduta que dão *vis directiva* do interesse público, que a corrupção solapa.

O *princípio da legalidade* afirma que a ação do governante e a atividade administrativa serão exercidos por meio de leis e não mediante comandos particulares, o que representa uma afirmação

da igualdade jurídica ao postular o mérito de normas gerais e abstratas. O princípio que fundamenta o Estado democrático de direito está voltado para, ao tutelar o interesse público, embargar os ilícitos da corrupção provenientes dos desmandos e arbitrários favoritismos no exercício do poder.

O *princípio da impessoalidade* assevera que a administração pública deve tratar a todos sem distinções, em obediência ao republicano princípio da igualdade. O clientelismo das nomeações, o compadrio, o favorecimento da família, em síntese, as modalidades de corrupção provenientes da confusão entre o público e o privado, entre a *casa* e a *rua* – para lembrar a formulação de Roberto DaMatta –, são alvos desse princípio.

O *princípio da moralidade* aponta para o fato de que o direito, como a disciplina da convivência humana, sempre tem como piso um mínimo ético. O princípio é a cobertura axiológica da boa-fé e da confiança que deve cercar, na relação governantes-governados, a aquisição e o exercício do poder. Por isso adensa o conteúdo jurídico das normas, cuja inobservância configura a improbidade administrativa como modalidade de corrupção que propicia a associação ilícita entre o dinheiro e o poder.

O *princípio da eficiência* tem como pressuposto alcançar os melhores resultados, com os recursos públicos disponíveis para atender às necessidades coletivas. A corrupção é um grave desvio de finalidade na prática da administração pública, que compromete a racionalidade e a eficiência da gestão governamental, subtraindo para escusos benefícios pessoais meios por definição limitados, minando desse modo a ação estatal, voltada para a cidadania.

O *princípio da publicidade* parte de um pressuposto essencial da democracia: o público, por ser o comum a todos, deve ser do conhecimento de todos e não ser guardado em sigilo nas arcas do Estado. A transparência propiciada pela publicidade e fortalecida pela liberdade de expressão dá aos governados condição de controle da ação dos governantes. No plano ético está voltado para embargar as modalidades da corrupção que se escondem no criptogoverno e no subgoverno, que não passam pelo teste da moralidade oferecido pelo sol da publicidade. A confiança, em síntese, requer a transparência, pois, como dizia Machado de Assis, em crônica de 25 de dezembro de 1892, “corrupção escondida vale tanto como pública; a diferença é que não fede”.



Marco Santos/USP Imagens

# Corrupção: ética ou política

*Tercio Sampaio Ferraz Junior*

#### resumo

Toma-se a corrupção como *mito* político, a partir da *micropolítica* como instrumento de exploração de espaços informais na busca de influência (sexo, *status*, prestígio, reconhecimento), não como poder político. Daí o surgimento da figura do *político profissional*, distinta da do *empresário*. Altera-se o ambiente político-social, manifestando-se crescente integração entre opinião pública e imprensa. A corrupção adquire uma nova lógica, alastrando-se para além das limitações de classe. Daí o dilema democrático, envolvendo a violação de lealdades morais e a negociação de valores fundamentais como a própria liberdade, cálculo de sobrevivência que se mede pelo preço.

**Palavras-chave:** micropolítica e macropolítica; corrupção e diferenciação funcional; público e privado; escândalo e mídia.

#### abstract

*This paper discusses corruption as a political myth, from the idea of micro-politics as a tool for exploiting informal spaces in the search for influence (sex, status, prestige, recognition), not as political power. That gives rise to the figure of the political politician, different from the businessman. In the modern market-based society, money becomes the hegemonic medium. Gain and accumulation require efficiency, which requires a strong functional differentiation between public and private; and brings under suspicion the confusion of papers (the professional politician, the businessman, public administration). With the introduction of a new actor – the masses and the integration between public opinion and the press – corruption acquires a new logic: on the one hand, a violation of moral micro-political loyalties; and on the other hand, the negotiation of fundamental values such as one's freedom and the calculation of survival, measured by price.*

**Keywords:** *micro-politics and macro-politics; corruption and functional differentiation; public and private; scandal and press.*

**R**ecebi de um amigo alemão o seguinte *e-mail* a propósito deste tema:

“Sou conselheiro internacional em matéria de boa governança local. Aconselho municípios em Madagascar, também em questões de corrupção.

Faz parte da boa governança combater a corrupção.

Digo, então, aos prefeitos em Madagascar, que eles devem agir contra a corrupção, porque ela é danosa. A isso eles abanam a cabeça, concordando. Mas me olham com olhos arregalados e amistosos e pensam: como é possível que esses alemães, que só têm farofa no cérebro, consigam, apesar disso, fazer automóveis tão espetaculares.

Perguntam-me, então, o que devem fazer contra a corrupção. Eu respondo que corrupção não é um problema de dinheiro, mas de ‘falta de dinheiro’. E explico: quem paga com bananas deve trabalhar com macacos. De novo abanam a cabeça, concordando, e refletem: como poderiam conseguir bananas para pagar seu pessoal...?

Que é corrupção, prezados amigos filósofos? Como fazer para explicar a essa gente, nesses países, que não se deve ajudar os amigos? Corrupção, mesmo para alguém da terra de Kant, é algo difícil de definir. Corrupção é um daqueles conceitos que surgem do nada. Como alergia ao pó de velhos arquivos. Ninguém é capaz de dizer

exatamente o que ela é. Mas, quando ela aparece, qualquer um sabe do que se trata”.

As observações aí contidas servem para iniciar uma reflexão.

Delas destaco: 1) a dificuldade de um conceito geral; 2) a relação/diferenciação entre corrupção e preferência clientelística; 3) corrupção e distinção entre progresso e atraso (desenvolvido/subdesenvolvido).

Embora, nos dias de hoje, corrupção seja um tema corrente, tratado na legislação e verberado moralmente, é possível dizer que talvez não se trate propriamente de um problema jurídico, nem mesmo, em sua essência, de um problema ético, mas de um mito político. Não *mito* no sentido de fabulação, mas de um componente estrutural de nossa percepção das coisas. Nesse sentido, algo que não pode ser eliminado, não porque o homem seja moralmente fraco, mas porque nossa concepção de corrupção não permite sua eliminação (Engels, 2014, p. 21).

Não se trataria, assim, de um conceito descritivo, mas de um conceito valorativo: é impossível separar com nitidez o fato da indignação que ele provoca. Nessa linha, a conhecida classificação, popularizada por Arnold Heidenheimer (1989), entre corrupção *negra*, *cinzenta* e *branca*, sendo a primeira aquela que

---

**TERCIO SAMPAIO FERRAZ JUNIOR** é professor titular aposentado da Faculdade de Direito da USP.

existe no consenso das elites e da opinião pública na reprovação de um determinado ato ou comportamento como merecedor de um castigo (suborno da autoridade para obter um benefício); a segunda, quando há alguns grupos da elite que veem certos comportamentos como reprováveis, enquanto a opinião pública mantém uma posição ambígua (por exemplo, o pagamento de transporte para eleitores dispostos a sufragar determinado candidato ou partido); a terceira, quando a maioria das elites e da opinião pública considera certos comportamentos corruptos como toleráveis, como fazer uso de despachantes para obter serviços, sem perguntar como os conseguem.

Há, assim, uma espécie de jogo dialético entre *corrupção* e *crítica da corrupção*, do qual emergem *conceitos de corrupção*. Mostrada no e-mail que reproduzi, essa equação dialética desponta nessa dificuldade de julgar certos comportamentos: seria um caso de corrupção os brindes que alguém, como comprador, recebe por sua fidelidade ao vendedor em detrimento dos demais?

Isso seria, por sua vez, um possível motivo a explicar a dificuldade de uma definição geral de corrupção, o que não exclui a possibilidade de elegermos algumas conhecidas práticas como sinais óbvios de corrupção: suborno, propina, favorecimento, não obstante seja inseguro às vezes falar de corrupção quando pensamos em incentivo, prêmio, reconhecimento, gratidão.

Uma amostra dessa dificuldade está no princípio da troca de presentes, descrito como um tema fundamental da antropologia na obra de Marcel Mauss (2002) de 1923-24. Trata-se da descrição do efeito vinculante que possui um presente na forma de criação de relações de compromisso: presentes devem ser retribuídos. Quem recebe assume uma espécie de débito que o põe numa posição assimétrica de inferioridade até que retribua com um presente maior, invertendo as posições. Trata-se de relações que não se regulam por medidas morais, como as que presidem a justiça comutativa e distributiva, nem podem ser reduzidas a questões de gratidão, muito menos reguladas por normas jurídicas.

No Código de Hamurabi (1711-1669 a.C.) há punição para o juiz que muda sua decisão.

Os intérpretes modernos dizem que a punição ocorre porque o juiz teria sido subornado. Daí o título dado pelos editores do Código a essa seção: “O Juiz Corrupto”. Essa interpretação etnocêntrica, contudo, passa por cima do fato do *horror* que seria para Hamurabi uma decisão levianamente inconstante. Tal inconstância ofenderia o deus Nunamnir, cujos comandos e decisões eram inalteráveis. Não é difícil dizer que dar presentes e recebê-los, mesmo por parte de um juiz, seria um comportamento usual. Punível, na verdade, seria a inconstância, a falta de firmeza. Donde uma certa inconsistência observada na tradução dos textos, podendo-se supor que o uso da palavra “corrupção” poderia apontar para um anacronismo do tradutor (Noonan Jr., 1984, pp. 9 e seg.).

Na verdade, essa disputa interpretativa acaba por ser um indício de que “corrupção” não é termo facilmente generalizável na forma de um conceito universal, podendo ela ser vista antes como um problema estrutural de um modo de ser político. É o que se observa no uso que do tema “corrupção” se faz em nosso tempo, no quadro das democracias ocidentais.

Inicialmente, falar de um sentido moderno de corrupção significa distingui-lo do sentido que ela toma na Antiguidade clássica. *Corrupção das espécies*, na *geração dos corpos*, é tema da bibliografia aristotélica, que faz pensar em “corrupção” como “decomposição”. Assim, o engendrado, aquilo que se gera e se corrompe, é fruto da metamorfose natural que se processa na microestrutura do ser.

Transportada para a ética, “corrupção”, entre os antigos, se referia à corrupção dos costumes. Sua manifestação patente era percebida quando uma pessoa – ou uma cidade – abandonava os valores “viris”, austeros, exigentes, para se “afeminar”, entregando-se ao luxo e à complacência. Disso é exemplo a acusação a Sócrates de que, sempre perguntando, sempre questionando, ele “corromperia” a juventude (“corrupção”, “φθορας”, “*fthorás*”), no sentido de fazê-la perder a crença nos deuses da cidade.

“*Corrumpere*” é palavra usada por Cícero para acusar Oppianicus de ter dado bens a um juiz para decidir em favor de alguém *contra o que é justo*. Cícero não fala propriamente em

“suborno”, “propina”, mas em “oferendas” (“*donum/dona*” e “*munus/munera*”). Mas fica evidente que receber presentes e oferendas não era um ato repudiável, salvo se para provocar uma injustiça, no sentido de um atentado contra os bons costumes. Até porque, embora, em latim, a palavra “*donum*” como a palavra “*múnus*” possam ter uma conotação pejorativa, “*donum*” tem a ver com oferenda, como “*múnus*” tem com encargo.

Contudo, certa dubiedade do termo “*corrumperere*” é percebida num texto atribuído ao próprio Cícero (sem que se conheça o contexto):

“Dado que nada deva ser tão incorrupto em uma república do que o voto e o juízo, eu não entendo porque aquele que corrompe com dinheiro é merecedor de punição, mas aquele que os corrompe com eloquência é digno de mérito. Na verdade, parece-me que aquele que corrompe o juiz com oratória faz mais mal do que corromper um juiz com dinheiro; pois ninguém pode corromper um homem prudente com dinheiro, mas pode pelo discurso” (apud Noonam Jr., 1984, pp. 38-45).

Esse uso moral (de “*mos/mores*”) sofre alguma alteração séculos depois.

Veja-se, por exemplo, que é muito diferente a condenação do filósofo Bacon no século XVII (Noonam Jr., 1984, pp. 334 e segs.). Além de filósofo, Bacon foi político. Serviu ao rei Jaime I como ministro e dele recebeu o título de visconde. Em 1621, foi denunciado no Parlamento por corrupção, já num sentido moderno, ou seja, de apropriação de dinheiro público. Confessou ter recebido presentes das partes num tribunal que presidia, mas jurou que nenhum suborno afetou suas decisões. Foi perdoado, mas acabou aí sua carreira política.

Em breve síntese: a corrupção antiga afeta os costumes; a moderna, o erário. Em que sentido?

O sentido é eminentemente político e afeta particularmente o exercício da democracia nos seus contornos liberais (Estado de direito).

Encontra-se aí, aliás, um motivo para voltarmos para aquilo que se pode chamar de “micropolítica”, enquanto uma técnica política de exercício de poder. Trata-se, genericamente,

de instrumento para a exploração de espaços informais na busca de influência, prestígio e reconhecimento, capazes de gerar redes de relações, embora sem mostrar-se diretamente nessas consequências. O que torna a micropolítica difícil de ser racionalizada (ao contrário da macropolítica e seus instrumentos tradicionais: competência, poder de polícia, impositividade legal, obediência, uso regulado da força, etc.).

Micropolítica explica, nessa linha, o que se costuma chamar de “paternalismo” e “clientelismo”, tomados não como distorções da macropolítica, mas como instrumentos necessários ao exercício do poder político ali onde os instrumentos oficiais não dão conta inteiramente de produzir coesão social e governabilidade.

Micropolítica, nesse sentido, não se confunde, de plano, com corrupção, mas tem relação com ela. Pode-se dizer, assim, que o sentido moderno de corrupção tem a ver com um processo histórico de diferenciação e separação, em que micro e macropolítica ganham linhas divisórias, fronteiras que se tornam barreiras para o exercício do poder.

Esse processo começa com uma sutil percepção da confusão que ocorre na Idade Média entre a *suserania* política e a condição de proprietário, mediante a denominação de “*dominus*” conferida ao senhor feudal. Herança conservada, no espanhol e no português, pelo uso do título de “Dom” concedido a nobres, reis, imperadores, senhores. “Dom” vem de “*dominus*”. Observe-se, porém, que, na Roma antiga, era título do proprietário, daquele que detinha o *dominium*, não do dirigente político.

Dessa confusão resulta, por exemplo, no passado medievo, a advertência da Igreja aos príncipes de que eles “seriam protetores, mas não proprietários” do povo. Dela, porém, resulta também a identificação inicial do *tesouro* como um bem do monarca e sua progressiva distinção como *bem do Estado* e a concepção diferente que assume o *fisco* num e noutro caso.

Nesse quadro, é perceptível toda a estrutura cortesã que domina a política da era pré-moderna (do século XV ao XVIII) e que mostra, nesse período, o fator intenso desempenhado pela micropolítica nos afazeres de Estado. Não só na troca de favores mediante recompensa em

dinheiro, mas no papel secundário ou, no máximo equivalente às diferentes “moedas” de troca (parentesco, amizade, sexo, etc.) usadas nas formas de nepotismo, da escolha dos protegidos ou favoritos, das amantes, das sinecuras, etc.

Ora, nessa circunstância, uma distinção clara entre a ação política pública e privada era difícil de ser percebida ou traçada. Por exemplo, na França, a coroa estabelecia uma espécie de *arrendamento* fiscal, em que o tributo era imposto a uma determinada região conferida a arrendatários que eram, simultaneamente, financiadores privados do Estado e ocupantes de cargos dotados de poder impositivo.

Essa dificuldade atingia inclusive a corte papal, em que cardeais, bispos e secretários de Estado eram escolhidos entre as grandes famílias romanas, que ostentavam grande poder e riqueza.

Nas sociedades pré-modernas, uma percepção crítica da corrupção (condenação da corrupção) aparecia quando as expectativas da clientela se frustravam. Entre um cliente e um patrono se estabelecia uma relação de fidelidade/lealdade que, de princípio, era tida como inegociável, isto é, não podia ser comprada. A percepção da corrupção aparecia, então, quando entrava o *dinheiro* como uma forma de dívida (presente), o que acabava por monetizar as relações. Ou seja, o dinheiro corrompia porque tornava obsoletas as máximas fundamentais do clientelismo: *lealdade e fidelidade não se compram*. Pois, para a cultura paternalista, a mobilidade social não estava ligada ao dinheiro. Nessa sociedade, ainda *pré-capitalista* do ponto de vista econômico no sentido de que o trabalho não era um objeto de troca no mercado, eram os estamentos sociais, divididos entre aqueles que cultivavam as terras, sem possuí-las, e os que as possuíam, sem cultivá-las, que estruturavam as relações econômicas (Tocqueville, 1997, p. 43).

Diante disso, é possível perceber, de um lado, como e por que a micropolítica clientelística acabava por exercer um papel importante na organização do poder político (hierarquias, fidelidades, mas também produção de arquivos e registros: por exemplo, os *notários*), embora fosse muitas vezes um inibidor de uma burocracia eficiente e racional, portanto moderni-

zadora, e, de outro, de que modo pôde surgir a chamada política econômica elisabethana (Elisabeth I<sup>a</sup>), que responsabilizava as comunidades pela remuneração dos “pobres”, entendidos como aqueles que ou não tinham meios de subsistência suficientes ou eram desempregados no sentido moderno da expressão. Essa política, que ficou mais conhecida como *Poor Law*, vigorou até 1832, quando o correspondente *statute* foi revogado sob a alegação de que favorecia a preguiça e inibia o desenvolvimento.

Esse sistema, conhecido sob formas semelhantes em outras regiões europeias, inibiu, na Inglaterra, a eclosão de uma revolução que, na França, porém, redundou na Revolução Francesa.

Explico rapidamente.

A monetarização do trabalho é reconhecida como um fator fundamental para o advento da *sociedade de mercado*, aquela sociedade que vai se desenvolver a partir de meados do século XVIII e que culmina, politicamente, na Revolução Francesa. Na sociedade de mercado, a economia capitalista passa a ver no dinheiro o meio hegemônico de qualquer troca, neutralizando os objetos e os sujeitos da troca e pondo as relações micropolíticas sob suspeita.

Em consequência, nos últimos 200 anos, o favorecimento de parentes e agregados vai perdendo sua força cultural na determinação da estrutura social, substituída por uma nova mentalidade: a ação humana movida pelo ganho e pela acumulação, o que exige eficiência (Estado burocrático/racional somado à franca liberdade empresarial) e uma forte diferenciação funcional entre o público e o privado.

Nesse novo contexto, o exercício da micropolítica mediante as antigas formas de mecenato nepotista e clientelista torna-se símbolo de reacionarismo, conferindo à crítica à corrupção um sentido modernizador (para o que segue, na perspectiva historiográfica voltada ao mundo europeu, cf. Engels, 2014). Mas com isso altera-se o ambiente político-social, pela generalização dos atores e a introdução de um ator novo: as massas (política de massas). Não obstante, nesse ambiente a micropolítica ganha novos contornos: os antigos mecanismos de *oferta de benefícios*, enquanto *garantia de confiança e lealdade*, são transportados para

as políticas sociais em forma de instrumentos burocráticos para controle de massas (planejamento administrativo), monetarizando-se e recompondo, em formas alternativas, a antiga relação paternalismo/clientelismo (ver as diferentes manifestações de caciquismo político, corrente, aliás, não só na Ibero-América, mas na Europa também).

A partir da Revolução Francesa introduzem-se, nesse sentido, alguns parâmetros importantes para o exercício do poder. Um deles está em uma mudança na estrutura temporal da política, cujo vetor se volta para o futuro, que passa a ter um papel significativo na formação de políticas, impondo-se como escolha entre políticas alternativas, entre programas políticos ou mesmo entre ideologias, capazes de alterar, supostamente sempre para melhor, o *status quo*. Com isso aparece, já no século XIX, a conhecida divisão partidária entre conservadores e liberais, que marca a cultura política europeia e nas Américas, seguida, na segunda metade daquele século, pela divisão entre direita e esquerda (aquela vista por socialistas e comunistas como *reacionária* e ela própria como *progressista*).

Com isso cresce, de um lado, o entendimento da política como uma “questão de consciência” de cada cidadão, trazendo como consequência uma crescente integração entre opinião pública e imprensa (opinião pública midiaticizada) – o que favorecerá a “crítica à corrupção” em novo sentido – e, de outro, uma progressiva diferenciação entre administração e governo, parlamento e partido, com o surgimento de uma figura até então desconhecida: o *político profissional*, figura distinta do *empresário*, e que torna suspeita a confusão dos respectivos papéis.

Desse modo o antigo clientelismo entra em crise como forma aceitável de exercício de micropolítica (ele é identificado com a perversão política do *ancien régime*), mas não desaparece inteiramente do mapa. E é desse modo que a corrupção e a crítica da corrupção ganham sua faceta moderna.

“Ele não apenas dava e recebia propinas acidentalmente. Ele elaborou planos e sistemas de governança com o exato propósito de acumular

propinas e presentes para si mesmo. Ele se rebaixou à imundície e à sujeira da especulação e da corrupção. Ele não era apenas um ladrão público, mas o cabeça de um sistema de ladroagem, o capitão geral de uma gangue.”

Com essas palavras, Edmund Burke, filósofo, membro do Parlamento, descrevia um homem que, por 13 anos (1772-85), fora o governador britânico de Bengala (Noonan Jr., 1984, p. 392).

Mas o problema não estava propriamente ou tão somente nas nomeações e no exercício de funções executivas de Estado, mas no âmago mesmo da moderna democracia de sistema de partidos e eleições.

No início de 1829, Nova York estabelecia um *statute* intitulado *An Act to Preserve the Purity of Elections*. O alvo era regulamentar as chamadas *contributions*, modo como se designavam pagamentos políticos no suporte de campanhas eleitorais. A dificuldade a enfrentar estava em distinguir *contributions* de *bribes*. Afinal, “contribuição de campanha” era mais um código capaz de encobrir um pagamento destinado a enriquecer um representante oficial para favorecer um ato oficial que beneficiaria o pagador.

Foi essa inerência do privado no público, estruturas ideologicamente diferenciadas, que obrigou a ação política, desde então, a cunhar um novo conceito de corrupção, ligado especialmente à distinção entre a sociedade civil (econômica) e a sociedade política e correspondente à sutil confusão dos papéis: político/empresário.

Realço os dois fatores a ensejar a nova circunstância condicionadora da nova percepção da corrupção: de um lado, a industrialização e, com ela, o advento da economia de mercado, fundada no dinheiro como meio hegemônico de troca, capaz de igualar os agentes econômicos, neutralizados na condição de sujeitos (sujeitos de direitos), e equiparar todos os produtos, neutralizados na condição de utilidades, como objetos de interesse (bens de uso, serviços, o próprio consumo como objeto de troca e, afinal, o próprio dinheiro como objeto de si mesmo); enfim, com a industrialização, a noção de *interesse* (ganho, vantagem, lucro) se expande e atinge, assim, todas as relações econômicas. De outro lado, em paralelo, os próprios detentores

de poder político, em qualquer escala, passam a disputar ativamente suas posições quer na sua conquista, quer na sua manutenção, o que deve ser assegurado por meios capazes de dar sustentabilidade às campanhas eleitorais, tornando opaca a distinção entre interesse político e econômico: a própria política na relação *empresário/representante parlamentar* torna-se opaca.

Essa nova situação recria a micropolítica e estatui um clientelismo de nova ordem, como observamos na mudança ocorrida no Brasil por volta de 1930: com o progressivo enfraquecimento do patriarcalismo (no Brasil, chamado de “coronelismo”, uma alusão a proprietários rurais que, na Guerra do Paraguai, recebiam títulos na condição de reserva militar), a ascensão em paralelo das diferentes formas de sindicalismo operário submisso ao governo (no Brasil, conhecido como “peleguismo”, em alusão à cobertura de pele de ovelha usada para a montaria em cavalos).

Nesse quadro, um novo conceito de corrupção acaba, assim, por ser instrumentalizado como uma recorrente bandeira política: combate à corrupção no sentido das diferentes manifestações de clientelismo associado a emprego, trabalho remunerado e a vantagens empresariais associadas à influência de toda espécie. Não é preciso ir longe para ver nesse combate um lema permanente de política partidária no passado recente e no presente, tanto de partidos à esquerda como à direita, tanto de movimentos autoritários (Brasil em 1964, por exemplo) como de restaurações democráticas (ostensivas, no Brasil, após a ditadura Vargas, como bandeira do partido União Democrática Nacional – UDN, donde “udenismo”).

Corrupção não perde as tintas morais que sempre a acompanham, mas toma, nessa linha, o sentido de um *inibidor do progresso*, mediante o que adquire sua exaustiva conotação de *escândalo*.

*Escândalos* incorporam-se à cena política, pela revelação de segredos inconfessáveis, detalhes picantes de políticos proeminentes, figuras obscuras ligadas a empresários. Nessa nova dinâmica, corrupção adquire uma nova lógica: se no passado era tema circunscrito a elites sociais, alastra-se a temática para muito além das limitações de classe. Pois, ao adqui-

rir suas bases na política de conscientização eleitoral das massas, o conceito de corrupção fortalece o papel da mídia, mormente da mídia de massas, do que decorre uma nova exigência constitutiva para o exercício político: a *transparência* como antídoto contra um desfalecido *interessesequedo de Estado*.

Com isso se fortalecem, de um lado, algumas concepções difusas, mas que, paradoxalmente, produzem eficiência política: nos partidos de esquerda, as *teorias da conspiração*, com a denúncia de esquemas ocultos ligados ao modo de produção capitalista, como base da corrupção inerente ao sistema, mas também suas variantes de direita, com suas denúncias racistas, especialmente antisemitas no nazismo e no fascismo do século XX ou, mais recentemente, as denúncias de *subversão*, como aconteceu nas ditaduras latino-americanas na era da Guerra Fria. Tudo isso faz da *ideologia* um componente importante do moderno conceito de corrupção.

Por outro lado, o papel da mídia de massas envolve uma espécie de dilema autorreflexivo e paradoxal. De uma parte, a mídia provoca uma nova diferenciação: a exigência de uma mídia transparente, politicamente independente e economicamente autossustentável, fundamento da *opinião pública*, distinta, ela própria, dos escândalos que constituem sua contribuição à transparência. De outra parte, porém, a escandalização da corrupção repousa em valores e valorações geradores de indignação popular, que são, assim, maximizados pela própria mídia. Daí o dilema: nos regimes democráticos, a denúncia da corrupção é uma arma política que escandaliza quando aponta para personagens e esquemas que estão *dentro* dos sistemas de decisão vigentes, mas *fora* da sua *oficialidade*, o que torna a atuação da mídia um jogo de realimentação sem precedentes de disputas *pró* e *contra*, sob o título de “liberdade de imprensa”.

Lembre-se, para realçar esse papel da mídia democrática, que, nos regimes autoritários, essa disputa é encarada como corrosiva, devendo escândalos ser eliminados de antemão em processos de confissão e autoincriminação, ou divulgados ou abafados na medida em que servem à manutenção do regime. Onde o papel da mídia estatizada de reforçar o *status quo*, como

se via nas repúblicas socialistas do Leste Europeu ou no regime maoísta da China continental.

Por tudo isso, em breve síntese, pode-se dizer que o conceito moderno de corrupção carrega as seguintes qualificações estruturais:

- a) é uma técnica de poder intimamente ligada à crítica e à denúncia do abuso de papéis públicos para uso privado, cujo paradigma histórico se constrói no início do século XIX;
- b) surge, assim, de uma condenação da micropolítica (relações pessoais de amizade, favoritismo, pequenas lealdades), vigente até a Revolução Francesa, e de uma progressiva diferenciação entre o público e o privado que alcança a concepção de poder político – a tripartição de poderes – e se instala no interior dos sistemas jurídicos: direito público e privado, interesse público e autonomia privada, autonomia do direito processual e neutralização política do Poder Judiciário, etc.;
- c) é associado à noção de progresso, donde as ideologias do seu caráter pernicioso ao desenvolvimento, dando azo a uma conhecida e criticada distinção entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos;
- d) produz uma dinâmica política reformista, voltada para as massas, que alimenta os embates eleitorais, mas que, de modo paradoxal, se instala dentro dela; nesse sentido, está presente em todos os grandes movimentos ideológicos de luta pelo poder do século XX, quer de direita, quer de esquerda – é palavra de ordem-chave nas lutas pela pureza das democracias parlamentares, mas aparece também nos expurgos que se observam na China ou na Coreia do Norte;
- e) alimenta-se do escândalo que ultrapassa a estrita esfera das elites e ganha repercussão generalizada, donde o papel da mídia e da opinião pública massificadas;
- f) torna-se, em nossos dias, o grande mal político da civilização, capaz de atingir todas as esferas de interesse público (até as exigências ecológicas, como se vê nas ações da *Transparency International*), alimentando-se de uma diferenciação entre *complexidade e transparência* que chega até as grandes corporações privadas com seus programas de *compliance*.

Entende-se, assim, de parte da literatura científica, uma tentativa de distanciar-se do fenômeno, naturalizando-o moralmente, de certa forma, como fazem os estudos antropológicos na linha de Marcel Mauss (*Essai sur le don*), ligando-o às diferentes manifestações de reciprocidade estrutural, cuja complexidade é uma variável que vai das observações de comportamentos de sociedades primitivas a uma generalização explicativa mesmo em sociedades desenvolvidas. Vejam-se, nesse sentido (Noonam Jr., 1984, p. 392), as observações de Georg Simmel, em seu *Philosophie des Geldes*, ao final do século XIX, em que o suborno e a propina aparecem como conceitos universais, intemporalmente aplicáveis a qualquer cultura. De modo semelhante, Robert Merton, em 1957, em seu *Social Theory and Social Structure*, parte da função-chave do chefe na organização, centralização e manutenção de fragmentos do poder, com isso satisfazendo necessidades não adequadamente satisfeitas pelas estruturas juridicamente dispostas e culturalmente aprovadas pela sociedade. O que significa que são as *deficiências estruturais da estrutura oficial que geram uma estrutura alternativa (inoficial)*. Daí distinções como *corrupção integrativa e desintegrativa* (Wilson, 1968), sendo aquela em benefício da governança política como um todo, e esta a gerada pela autoridade em benefício próprio e privado.

Interessante, nesse sentido, um testemunho que recebi de outro amigo alemão, o advogado de empresa Albrecht Schaefer, que assim principia seu relato sobre a corrupção no mundo empresarial:

“Corrupção é a *Realpolitik* da *Business Administration*. (O conceito de *Realpolitik* foi cunhado como reação à revolução fracassada de 1848-49 e globalizado por Henry Kissinger para a política externa.)

*Realpolitik* significa o sacrifício de interesses permanentes e de longo prazo em favor de vantagens no curto prazo. A *Realpolitik* é caracterizada mediante déficits normativos.

Sobre o conceito de corrupção deve-se dizer que, em todos os Estados, corrupção é submetida a penas. As leis criminais estatuem, cada

qual, o fato-tipo da corrupção. Mesmo quando, a propósito, possam existir diferenças, o conceito de corrupção é de tal modo suficientemente estabelecido que, com ele, pode-se trabalhar em qualquer parte do mundo com tranquilidade.

Por que corrupção é a *Realpolitik* da *Business Administration*?

As raízes para uma corrupção sistemática de parte de empresários estão em finalidades acima de ambições pessoais e, com isso, em falsos incentivos para sucessos de curto prazo.

Para esclarecer: quando o orçamento para o próximo ano fiscal da empresa está submetido a um aumento de faturamento de 30%, mas o mercado – que um vendedor experimentado conhece muito bem – permite apenas 5%, então, para a meta proposta, os 25% faltantes só poderão ser alcançados mediante medidas anticoncorrenciais, dentre as quais se conta em larga escala a corrupção. Quando, ademais, ao alcance dessa meta, se conecta um bônus anual concedido ao funcionário, rompem-se então todas as comportas morais e jurídicas.

As consequências da sistemática corrupção são, assim, no fato de que a concorrência submete-se a uma atrativa formatação dos preços, como se se tratasse de uma inovação técnica. Isso leva a que um empresário, mediante contínua corrupção, deixe-se “engraxar” fora do mercado. *Realpolitik* empresarial estabelece-se sobre uma espécie de homenagem ao *status quo* e restringe as mudanças na formação dos preços mediante concorrência, bem como as inovações e melhoramentos técnicos. Como, porém, essas forças de mercado são mais fortes que uma *Realpolitik* míope, a perda em participação de mercado e mesmo a exclusão do mercado são previsíveis. Dado que o Estado é o maior cliente da economia, ele acaba por ser o parceiro nato para a corrupção de parte dos fornecedores. O fato de que, com isso, ocorre um dano à sociedade, é algo que não precisa de maiores explicações”.

Não se pode dizer, porém, que o conceito moderno de corrupção seja totalmente funcional e, nessa medida, amoral ou meramente convencional. Termos como “propina” e “corrupção” não aparecem na obra de Freud. Mas há freudianos que deles tratam como formas

de psiconeuroses, uma espécie de mecanismo de compromisso do ego consigo mesmo, com o objetivo de obter uma simultânea gratificação para os impulsos proibidos do id e para as exigências do superego (Alexander & Staub, 1931).

Por sua vez, existem trabalhos, por exemplo, na área econômica, que se recusam a extirpar da ciência a percepção moral da corrupção. Susan Rose-Ackerman (1978), economista de Yale, ao analisar riscos e benefícios da corrupção para um legislador hipotético, concluiu que, “caso se deseje entender o funcionamento da democracia, não será possível acompanhar a inclinação de economistas convencionalistas em ignorar constrangimentos morais sobre o comportamento egoísta/interesseiro (*self-seeking*)”.

O que induz a um momento de reflexão. A gorjeta que se dá ao garçom não é vista como propina. Um pouco diferente é o “auxílio” que se dá ao oficial de justiça para que dê alguma preferência no esforço de cumprir uma citação. Mas ambos são ou assumidos ou suportados socialmente. Talvez se deva notar – positivamente –, num caso como no outro, uma espécie de *ausência de sentimento de obrigação*, quer de contribuir, quer de retribuir, uma forma de comportamento voluntário e espontâneo. Todavia, importante, mais no primeiro que no segundo caso, é a *transparência*. E aí começa a diferença. Nesse sentido, a propina é sigilosa e interessada, gerando alguma forma de retribuição na qual, em uma escala crescente, o propósito de atender satisfatoriamente a uma reciprocidade é mais forte, criando, porém, no agente, uma espécie de *conflito de deveres*.

Nessa escala, porém, a ausência de linhas divisórias claras é negável. É o que se vê na extensa lista de expressões, formulações e reformulações existente no vocabulário brasileiro: “cervejinha”, “molhar a mão”, “lubrificar”, “conto-do-vigário”, “jeitinho”, “mamata”, “negociata”, “por fora”, “taxa de urgência”, “gorjeta”, “rolo”, “esquema”, “propina”, “falcaturia”, “peita”, “caixa 2”<sup>1</sup>. Em outras línguas não é diferente, como se vê pelo uso de expressões

1 Essa listagem, salvo “caixa 2”, se encontra, em português, com tradução para o alemão, em: Stierle & Siller (2015, p. 97).

como “lobby”, “advising” (consultoria), “*Verrechnungskonto*” (conta de compensação), “*couvert*”, etc. Curiosas formulações aparecem, no entanto, quando um corruptor ativo inesperadamente se confronta com um incorruptível: “O senhor não me entendeu bem, foi um mal-entendido”, o que é acompanhado de uma mímica própria (sorrisos disfarçados, surpresa, *soft indignation*, seguidos de declarações como “eu jamais proporia algo assim”, etc.).

Existe, nesses termos, uma retórica da corrupção que aparece quando ela não é cinicamente escancarada. Exemplo típico são as formas de “recomendação”: da parte do agente ativo, “gostaria de trazer as saudações cordiais de fulano, que muito o recomendou para tratar desse negócio com o senhor em total confiança” ou “haveria, em seu âmbito de discricionariedade, um modo de decidir a questão de maneira favorável ao meu cliente” ou “isso me seria de imenso valor”, e, da parte do agente passivo, “bem, isso não é comum nem se pode dizer que faça parte das minhas competências” ou “eu poderia até fazer, mas o risco é muito grande, o senhor entende, não é?”.

No último ato do delito, porém, a retórica é a *retórica do silêncio*. As pesquisas a respeito mostram que os participantes de atos de corrupção mostram uma tendência ostensiva em justificar e neutralizar os comportamentos. Costuma-se rejeitar a responsabilidade pessoal, o conteúdo imoral do comportamento, bem como os danos daí resultantes (Stierle & Siller, 2015, p. 95). Ocorre uma espécie de “racionalização” da corrupção, mediante manifestação de intenções “positivas”, como “o objetivo da lei não pode ser impedir o atendimento eficiente das necessidades reais” ou “faz parte da concorrência” ou “todo mundo faz” ou “em outros países não é diferente” ou “existem coisas piores” ou “é preciso ver que há interesses maiores da população em jogo”, etc.

Ainda que pareça estranho, as pesquisas mostram que a *integridade* é uma chave para entender a corrupção. *Integridade* é um conjunto de propriedades e valores positivos, como consciência moral, confiabilidade, prontidão para agir, consciência de dever, retidão. Os comportamentos corruptos se mostram como

variantes desviantes desse conjunto. Esses desvios apontam para certas circunstâncias que compõem o chamado “*Fraud Diamond*” (“diamante da fraude”): a *pressão ou motivo* como primeiro fator, que pode ser a existência de problemas financeiros pessoais, mas também motivos resultantes da relação remuneração/sobrecarga de exigências, percepção de uma injustiça social na aquisição de bens valorados positivamente pela sociedade, etc. O segundo fator está na *oportunidade*: o conhecimento de falhas no sistema de controle, o conhecimento ou murmúrios sobre comportamentos corruptos de outros, certa confiança de que o ato receberá a aprovação superior, etc. O terceiro fator está na *justificação interna* dos atos: o agente precisa justificar-se a si mesmo para que ele esteja ou continue integrado socialmente e disponha de um bom *status* social. O “diamante da fraude” está, por fim, na *competência* (esperteza) do agente na execução do ato corrupto.

Em suma, há, na (dialética) corrupção e crítica (combate) à corrupção, um dilema moral que repousa em racionalizações divergentes: no interesse de empreendimentos políticos, econômicos ou financeiros, a corrupção deve ser banida, pois, no limite, ela conduz a uma disfunção do sistema social. Porém, empreendimentos íntegros, incorruptíveis mostram-se, em curto e médio prazo, ineficientes quando se olha para a sociedade de mercado em conta do valor *interesse*.

O que aponta, afinal, para um paradoxo, próprio do sistema da economia de mercado (Polanyi, 1978, p. 194): a pretensão de liberdade econômica, livre de influências estatais, é fruto, historicamente, de massivas intervenções do Estado, que alcançam a criação de um caminho livre para as transações mediante medidas protecionistas, até com o estabelecimento de condicionamentos jurídicos para o exercício da liberdade de mercado.

Ou seja, a economia de mercado, supostamente um sistema autorregulado, gera uma burocracia (privada e estatal) em que proliferam as instâncias administrativas, todas com certo poder discricionário, com certo grau de opacidade (não transparência) e alta possibilidade de manipulação de informações. E daí a corrupção, que parece acompanhar o poder como

a sombra acompanha o corpo (Lord Acton: “*Power tends to corrupt and absolute power corrupts absolutely*”).

Trata-se, de um lado, da corrupção jurídica, tipificada (prevaricação, malversação, fraude, corrupção ativa e passiva). De outro, a chamada corrupção sistêmica, que se produz quando as incorreções se tornam regra e os paradigmas traçados pela lei viram exceções. É o caso de condutas tão institucionalizadas (no sentido sociológico da palavra) que raramente se castiga o corrupto, enquanto até se protege o comportamento indevido.

Nesses termos, na corrupção sistêmica a administração adquire um *código oculto*, que valida e alimenta as violações do *código expreso*, a tal ponto que os que não compartilham das práticas venais são intimidados e obrigados a guardar silêncio. Esse código oculto gera, por sua vez, dois tipos de corrupção: a “de cima para baixo” e a “de baixo para cima” (Ackerman apud Seña, 2002, p. 56).

Na primeira, quem executa os atos de corrupção são burocratas de maior categoria e a extorsão é centralizada e monopolizada, bem como a repartição ou não dos ganhos com escalões inferiores, que serve, quando usada, para comprar cumplicidade e gerar estabilização do sistema (Susan-Rose Ackerman anota que esse tipo de corrupção é muito comum nos pagamentos a políticos de alto escalão e efetuados na indústria do petróleo mediante funcionários até bem pagos). Na segunda (de baixo para cima) são os funcionários de baixo escalão que os planificam e executam, repartindo ganhos com os de escalão superior, que, assim, acobertam, garantindo silêncio, estabilidade e impunidade. Os custos do primeiro tipo são mais visíveis e previsíveis, enquanto os do segundo são mais difusos e de contabilidade imprecisa.

E nesse paradoxo reflete-se, afinal, o paradoxo da *investigação da corrupção*. É o paradoxo percebido em instrumentos como o da delação premiada (e da leniência de empresas). A delação premiada repousa, de um lado, na violação de lealdades morais, próprias do micropoder (traição) e, de outro, na plausibilidade de negociação monetarizada de valores fundamentais, como a própria liberdade (cálculo de

sobrevivência). Aqui, no choque entre éticas de convicção e de finalidade, o dinheiro volta a desempenhar um papel fundamental de neutralização moral, tornando a delação algo que se mede pelo preço. Daí o jogo legal de primeiro, segundo, terceiro delator, ou da leniência, leniência *plus*, nesse caso com valores percentuais até estipulados normativamente em lei.

É, de novo, a corrupção moderna, agora como cálculo e objeto de negociação. O que explica o aparecimento das chamadas *teorias revisionistas* (Huntington, 1989, p. 381), caso em que a corrupção apareceria como um remédio contra o excesso de burocracia, impeditivo do desenvolvimento econômico: por exemplo, pagamentos por fora para lubrificar a máquina... O que não é exatamente verdade, quando se pensa no efeito inverso: criar dificuldades para vender facilidades.

O que nos leva a pensar na direção inversa. Afinal, como diz John Dewey, em uma sociedade dominada pela cultura da corrupção, a educação de valores efetiva, muito além das declarações altissonantes contra a corrupção, tenderá a reproduzi-la.

E aqui a observação histórica nos surpreende, ao mostrar que uma educação cívica, baseada em valores eticamente incontestáveis, quando efetuada em um marco institucional e social inadequado, governado por políticas e políticos corruptos, pode entrar em colapso e fracassar. Ou, como recordava Jaspers, referindo-se à Alemanha:

“[...] na época do Império (*Kaiserstaat*), quisemos formar bons súditos e tivemos a República de Weimar; na República de Weimar quisemos formar bons democratas e tivemos o nacional-socialismo. Durante o nacional-socialismo quis-se formar nazistas convictos e tivemos a República Federal... E agora, o quê?”.

Volto ao texto recebido de meu amigo alemão, advogado de empresa.

“Como a corrupção pode ser mais bem combatida?”

Ao lado das tipificações penais contra o suborno, que são direcionadas contra as pessoas

físicas, um direito penal voltado para as pessoas jurídicas é um eficiente complemento. Certamente não se pode condenar uma pessoa jurídica à prisão, mas ela pode ser sensivelmente punida, na medida em que os faturamentos corruptos sejam resgatados.

Mas o direito penal, sozinho, não consegue combater a corrupção, como mostra, aliás, a história econômica.

Um importante aliado contra a corrupção pode ser o mercado financeiro.

Uma administração econômica legal e sustentável deve estar submetida ao juízo centralizado dos investidores. Para isso são necessários os auditores independentes, as agências de *rating* e as autoridades financeiras.

A experiência mostra que a administração empresarial, que precisa financiar-se no mercado de capitais [portanto, com domínio de empresas de capital aberto], nada mais teme do que o mau juízo de investidores financeiros. Grandes investidores comunitários, como fundos de pensão, têm, necessariamente, interesses permanentes e de longo prazo. Esse perfil tem, porém, de ser reforçado.

Muito ajuda, na luta contra a corrupção, uma imprensa livre, com jornalistas especializados em questões econômicas. Em uma democracia que funciona isso é uma obviedade.

Mas onde fica a transparência nas empresas?

Na Alemanha, país em que a cogestão empresarial, a participação do trabalhador na direção empresarial, mais se desenvolveu, ela fracassa no combate à corrupção. Estruturas empresariais autocráticas, em razão do que empregados dotados de senso crítico acabam tão desqualificados como um pau de galinheiro, não resolvem o problema e devem ser criticadas. O que é, especialmente, uma tarefa para a *corporate governance* e para o jornalismo econômico.

Que fazer, então?

A Indonésia, há alguns anos, fez uma proposta interessante. Funcionários públicos corruptos deveriam ser castrados. A fundamentação para essa pena corporal seria: o que se objetiva é impedir que funcionários públicos corruptos se multipliquem!”

Não é, certamente, uma solução. Mas como lidar com ela é um desafio que permanece.

## BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDER, Franz; STAUB, Hugo. *The Criminal, the Judge and the Public*. New York, Macmillan, 1931.
- ENGELS, Jens Ivo: *Die Geschichte der Korruption – Von der Frühen Neuzeit bis ins 20. Jahrhundert*. Frankfurt am Main, S. Fischer, 2014.
- HEIDENHEIMER, Arnold. “Perspectives on the Perception of Corruption”, in Heidenheimer; Johnston; LeVine. *Political Corruption. A Handbook*. London, Transactor Publishers, 1989.
- HUNTINGTON, Samuel. “Modernization and Corruption”, in Heidenheimer; Johnston; LeVine. *Political Corruption. A Handbook*. Londres, Transactor Publishers, 1989.
- MAUSS, Marcel. *Essai sur le don. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques*. Édition électronique réalisée par Jean-Marie Tremblay, professeur de sociologie au Cégep de Chicoutimi. 17 février 2002.

- NOONAN JR., John. *Bribes*. New York/London, Macmillan, 1984.
- POLANYI, *The Great Transformation*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1978.
- ROSE-ACKERMAN, Susan. *Corruption: A Study in Political Economy*. New York, Academic Press, 1978.
- SEÑA, Jorge Malem. *La Corrupción*. Barcelona, Gedisa, 2002.
- STIERLE, Jürgen; SILLER, Helmut. *Praxishandbuch der Korruptionscontrolling*. Berlin, Schmidt, 2015.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *Mémoire sur le paupérisme (Memoir on Pauperism)*. Chicago, Ivan R. Dee, 1997.
- WILSON, James. "Corruption Is Not Always Scandalous", in *New York Times Magazine*, 1968.



Marcos Santos/USP imagens

# Moral e ética no mundo contemporâneo

*Yves de La Taille*

#### resumo

Opta-se por distintas definições para os conceitos de ética e de moral. A questão ética é “como viver?”, e a questão moral é “como devemos agir?”. A ética diz respeito à “vida boa” e a moral diz respeito aos deveres. Analisamos algumas características éticas e morais do mundo contemporâneo chegando, entre outras, a duas conclusões: 1) o que podemos chamar de “cultura da vaidade” enfraquece a construção de personalidades éticas, condição necessária à ação moral; 2) o que podemos chamar de “cultura do tédio” compromete a busca genuína da “vida boa” e, conseqüentemente, também compromete a construção de personalidades éticas.

---

**Palavras-chave:** ética; moral; contemporaneidade; vaidade; tédio.

#### abstract

*We have chosen to give different and complementary definitions for the concepts of ethics and morals, for the sake of convention. The ethical question concerns “how to live” whereas the moral question regards “how we should act”. Thus, ethics concerns what makes up a “good life” while morals relates to one’s duties. That being said, here we analyse some ethical and moral characteristics of the contemporary world, in the light of a psychological framework, and reached the following two conclusions, among others: 1) that which we call “culture of vanity” weakens the construction of ethical personalities, a necessary condition for moral action; 2) that which we call “culture of boredom” jeopardizes the genuine pursuit of a “good life”; therefore, it also compromises the construction of ethical personalities.*

---

**Keywords:** ethics; morality; contemporariness; vanity; boredom.

**E**stados Unidos, Alemanha, Finlândia, Brasil e outros países mais, no passado recente e, temo, no futuro próximo: um rapaz (ou dois, não importa) sai de sua casa, dirige-se a uma instituição educacional (em geral, na qual estudou ou estuda), nela penetra e, de repente, saca armas e atira a esmo, matando alunos, professores e funcionários.

A tragédia ganha imediatamente repercussão internacional, a mídia se apodera do fato. Televisões e jornais passam alguns dias dando destaque à fúria assassina desse jovem. Imagens mostram o desespero daqueles que escaparam do tiroteio e o pranto dos familiares e amigos dos mortos e feridos. Publicam-se fotos do jovem assassino com alguns díspares elementos de sua vida. Discutem-se as condições de segurança dos estabelecimentos educacionais. Afirma-se a indignação moral provocada pela matança. Volta-se ao tema da proibição da venda de armas. E, evidentemente, são colocadas angustiadas indagações a respeito das misteriosas razões desses insensatos gestos. Patologia profunda? Surto psicótico? Ato de vingança de violências sofridas? Infância infeliz? Família desestruturada?

Ora, um elemento de resposta talvez esteja no próprio corpo das reportagens, por intermédio de um fato que raramente recebe destaque: informam-nos que esses jovens homicidas, todos, *se matam* após a chacina.

É perfeitamente normal que a chacina, e não o suicídio que a sucede, esteja no foco das notícias

e das comoções. Porém, parece-me que não é bastante lembrado e sublinhado que *se esses jovens não tivessem decidido sair de casa para se matar, eles não matariam*. O caso deles é bem diferente daquele do sinistro Anders Behring Breivik, norueguês que, em 2011, matou 77 pessoas. Longe de se matar após o feito, ele afirmou claramente as motivações políticas (racistas, seria melhor dizer) que o levaram a esse ato, e durante o seu processo não demonstrou culpa, vergonha ou desespero. Pelo contrário: ficou claro que faria novamente o que fez. O caso deles também é totalmente diferente daquele dos terroristas suicidas, esses modernos “camicases de Deus”. É verdade que esses também se matam ao explodir suas bombas amarradas na cintura ou ao atirarem seus aviões sobre prédios. Todavia, eles se veem cumprindo uma missão, e a morte, como na guerra, faz parte do jogo. Não são pessoas desesperadas que resolvem dar cabo à sua própria vida por ela não fazer sentido. Eu diria deles, parafraseando Georges Brassens na sua canção *Mourir pour des idées*, que “morrer é sua razão de viver”.

Porém, os jovens de que estamos falando, e que tornaram tristemente conhecidos lugares como Columbine, Realengo, Sandy Hook e outros mais, não mataram e morreram em razão de nenhum motivo transcendente. É o que se nota

---

**YVES DE LA TAILLE** é professor aposentado do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e autor de, entre outros, *Moral e Ética: Dimensões Intelectuais e Afetivas* (Artmed).

pelas pistas que deixaram, notadamente na internet. Eram pessoas que queriam morrer. Matar, sim, mas também morrer.

Por que estou introduzindo meu texto com essa trágica referência? Em primeiro lugar porque ele pretende falar da contemporaneidade. Ora, os eventos que acabo de lembrar correspondem a uma realidade nova. Nova não tanto pelo acontecido (sempre houve matanças e sempre “bons” motivos para justificá-las), mas por sua frequência. Entre outros fatos do mundo contemporâneo (o terrorismo, a internet, as redes sociais, o aquecimento global, etc.), as chacinas seguidas de suicídio são, creio, uma triste marca dos tempos atuais. Logo, falar dos dias que vivemos implica delas falar. Em segundo lugar, porque o presente texto também pretende falar de moral e de ética. Ora, tais chacinas cometidas por jovens suicidas também nos remetem a essas duas dimensões.

Mas, aqui, eu preciso deixar clara a distinção de sentido (e complementaridade, como veremos) que assumo para os conceitos de moral e de ética.

## MORAL E ÉTICA

Embora não raramente diversos textos, notadamente jornalísticos, empreguem ambos os conceitos, em geral citados lado a lado (por exemplo, “tais ações de tal homem ferem os princípios da moral e da ética”), costumeiramente não fica explicitado por que se empregam os dois termos e não apenas um. Mais ainda: percebe-se que são empregados como sinônimos, ambos se referindo a ações consideradas inspiradas por algum ideal de “bem”, logo consideradas como corretas e obrigatórias. Por exemplo, dir-se-á de alguém que se mostrou corrupto que ele *desrespeitou regras morais*, e convocar-se-á uma “comissão de ética” para avaliar os seus atos. Outro exemplo: a invasão da intimidade alheia é considerada *imoral*, mas na academia as pessoas que zelam para que tal não aconteça no trabalho científico participam de comitês chamados Comitês de Ética na Pesquisa com Seres Humanos.

A sinonímia dos conceitos de moral e de ética é perfeitamente admissível e não são raros os autores que a aceitam. Vejamos o que escreveu a filósofa Monique Canto-Sperber (2007, p. 25) nas primei-

ras páginas de seu livro intitulado *L'inquiétude morale de la vie humaine*: “Eu vou desapontar o leitor ao sublinhar que em geral eu me sirvo dos termos ‘moral’ e ‘ética’ como sinônimos”.

Interessante notar a referência da autora ao desapontamento dos leitores. É que, com efeito, hoje em dia a palavra “ética”, mesmo quando se refere ao mesmo objeto que a palavra “moral”, não somente “reina” absoluta enquanto a palavra “moral” é raramente pronunciada (e em voz baixa, como se envergonhasse quem a profere), como sua aplicação costuma perder os limites da precisão. Concordo, portanto, com Canto-Sperber (2007, pp. 7 e 14) quando ela diz que “atualmente a etiqueta ‘ética’ basta para justificar qualquer afirmação” e também quando ela se preocupa com o fato de que “de tanto se falar em ética, a torto e a direito, em todos os contextos e a respeito de qualquer coisa, o termo tornar-se-á desprovido de sentido”.

Para não cometer o erro apontado pela filósofa francesa, vou assumir aqui (por convenção<sup>1</sup>) uma diferença de sentido entre os termos *moral* e *ética*, diferença esta que se encontra em autores como Paul Ricoeur (1990), André Comte-Sponville (1998), Fernando Savater (2000) e Bernard Williams (1990), para citar apenas esses quatro.

Reservarei o conceito de moral ao sistema de valores que se traduzem por princípios e regras cuja aplicação prática é considerada um *dever* e, logo, a não aplicação, uma transgressão condenável. Nota-se que essa é a definição habitual de moral, seja qual for o seu conteúdo: ser justo, ser fiel, ser honesto, defender a própria honra, casar virgem, etc., correspondem, para quem legitima tais princípios e regras, a deveres, a imperativos. Portanto, a pergunta moral é: “Como devo agir?”. Do ponto de vista psicológico, à moral corresponde um sentimento especial: o da obrigatoriedade.

A pergunta da ética será, no presente texto, outra, a saber: “Que vida eu quero viver?”. Reconhece-se aqui o clássico tema da “vida boa”. E verifica-se também a relação entre ética e a construção de si mesmo, pois a resposta à pergunta “que vida eu quero viver?” implica também responder a essa outra pergunta: “Quem eu quero ser?”.

1 Existem outras diferenças de atribuição de sentido aos termos “moral” e “ética”, não havendo, portanto, nenhuma que seja a única e a “correta”.

Isto posto, podemos indagar sobre as relações entre a moral e a ética, assim definidas.

Uma engloba a outra? A ética engloba a moral porque, como bem lembrado por Comte-Sponville (1998), decidir que vida viver e quem ser é também escolher que deveres vão ser legitimados.

Uma permite pensar a respeito da outra? Por um lado, como o diz Ricoeur (1990), a ética nos permite sair de impasses morais: quando, no seio da moral, decisões não encontram nela base suficiente para se inspirar, recorre-se à reflexão ética. Por outro, a moral regula a ética. Ou seja, nem todas as respostas à pergunta “que vida viver?” merecem o nome de ética. Recorro mais uma vez a Ricoeur (1990, p. 202) e assumo a definição que ele propõe: a perspectiva ética é “a vida boa, com e para outrem, em instituições justas”.

Há outra dimensão na qual moral e ética são mutuamente dependentes, a dimensão psicológica, que pode ser assim formulada: *um indivíduo somente agirá conforme princípios e regras morais (seja quais forem) se essas fizerem, para ele, sentido no plano ético*. Voltarei a essa afirmação mais abaixo.

Voltando agora aos trágicos exemplos pelos quais iniciei meu texto, verifica-se claramente que tais atos implicam uma dimensão moral e outra ética. A dimensão moral está nos assassinatos, que ferem frontalmente a moral. E a dimensão ética está no ato do suicídio. Esses meninos não desfrutavam uma “vida boa”, do contrário não teriam dado um fim a ela. E, certamente, careciam de senso moral, pois nenhum freio foi por eles acionado para que não matassem.

Isto posto, o objetivo do presente texto é procurar avaliar, do ponto de vista psicológico, como estão a moral e a ética no mundo contemporâneo, também chamado de pós-modernidade. Começarei falando da moral para depois me debruçar sobre a dimensão ética.

## MORAL E CONTEMPORANEIDADE

### Desenvolvimento do juízo moral

A moralidade tem sido estudada pela psicologia desde o início do século XX, sendo Jean Piaget um dos grandes pioneiros dessa área de

investigação, cuja obra *Le jugement moral chez l'enfant* (publicado em 1932) ainda inspira muitas pesquisas. A ideia central de Piaget é que há um desenvolvimento moral, tanto do ponto de vista cognitivo quanto do afetivo. Isso quer dizer que a moralidade passa por vários níveis identificáveis, e isso da infância até a idade adulta. Logo, não se pode dizer que haveria uma fase durante a qual a criança pequena carece de moral e, em seguida, apenas uma outra durante a qual ela já pensa e sente moralmente. Não: se é verdade que há uma fase pré-moral, também é verdade que, quando construída a moral, o indivíduo ainda se modificará a respeito de sua relação com ela.

Piaget havia se contentado com três níveis, limitando-se, por motivos metodológicos, ao desenvolvimento do *juízo* moral, portanto, à sua dimensão racional<sup>2</sup>: o nível da anomia, pré-moral, portanto; o nível da heteronomia, no qual a moral é legitimada por intermédio da referência a alguma fonte exterior de autoridade (pode ser a religião, os pais, os amigos, o grupo, a sociedade, etc.); e, finalmente, o nível da autonomia, no qual a moral é legitimada por intermédio de raciocínios pessoais que presidem a legitimação, ou não, de determinados valores, princípios e regras. Note-se que Piaget já afirmava que, na maioria dos seres humanos, costuma prevalecer a heteronomia, que convive com algumas “ilhas” de autonomia.

No meio do século passado, um psicólogo americano, Lawrence Kohlberg, retomou a teoria e os estudos de Piaget a respeito do desenvolvimento do juízo moral (Piaget passou o resto da vida dedicado ao que ele chamou de epistemologia genética), elegendo a virtude “justiça” como objeto privilegiado da moral, e identificando três níveis (pré-convencional, convencional e pós-convencional, cada qual subdividido em dois subníveis) entre a fase de radical heteronomia e aquela de franca (e rara) autonomia, na qual são legitimados, nas próprias palavras de Kohlberg (1981, p. 19), “princípios universais de justiça, de reciprocidade, de igualdade de direitos humanos e de respeito pela dignidade dos seres humanos enquanto indivíduos”.

2 Piaget dedicou um curso na Sorbonne (Paris) à dimensão afetiva do desenvolvimento moral. Mas o fez de forma especulativa, sem ter, ele mesmo, coletado dados a respeito (Piaget, 1954).

As pesquisas realizadas por Kohlberg e equipe foram replicadas nos quatro cantos do mundo, e os dados coletados tendem a atestar a sua validade e universalidade. Porém, é claro, nem todos concordam com o eminente psicólogo americano – como sempre acontece nas ciências humanas –, notadamente os chamados culturalistas, que acreditam que a moral varia de forma e conteúdo dependendo da cultura na qual estão imersos os sujeitos. Não vou entrar aqui nessa discussão: limito-me a informar que ela existe (de minha parte, aceito a abordagem kohlberguiana).

Uma pergunta pode aqui ser formulada: aceita a descrição dos estágios acima apresentada, nos dias de hoje, verifica-se alguma mudança em relação aos dados coletados há mais de 50 anos? Houve uma regressão? Uma evolução?

Nem uma nem outra. Desde os trabalhos iniciais de Kohlberg, verifica-se, como o previa Piaget, que a maioria dos sujeitos adolescentes e adultos encontra-se no nível convencional (que corresponde a uma semiautonomia, o nível pré-convencional típico da infância). Portanto, a maioria tende a considerar a moral como garantia da estabilidade social, diferentemente dos sujeitos pós-convencionais, que a veem como guia e inspiração para uma sociedade regida por princípios universais de justiça. Ora, as pesquisas que hoje são realizadas não desmentem o quadro encontrado décadas atrás. Logo, não houve evolução, tampouco houve regressão. Esse dado, creio, não pode ser desconsiderado quando queremos avaliar a “saúde” moral da contemporaneidade.

Vejamos agora mais alguns dados oriundos de outras pesquisas realizadas num passado recente.

Os dois primeiros encontram-se na pesquisa (chamada “Avaliação do Plano Ético – APE”) que, em 2005, realizei com Elizabeth Harkot de La Taille junto a 5.160 alunos do ensino médio da Grande São Paulo (escolas públicas e particulares<sup>3</sup>).

Perguntamos a nossos sujeitos qual dos seguintes itens era o mais importante para a sociedade: política, ciência, religião, arte e moral. A maioria dos sujeitos optou pelo item moral (59%, enquanto que o segundo item mais escolhido – ciência – ficou

com apenas 15,3%). Perguntamos-lhes também qual das seguintes qualidades do ser humano era a mais relevante para a sociedade: competência profissional, tolerância, responsabilidade e justiça. Conforme o preveria Kohlberg, a qualidade considerada mais relevante foi a justiça (44,5%), seguida da responsabilidade (35,3). Interessantemente, a tolerância, tão falada hoje em dia, ficou com apenas 6,1% dos sufrágios. E a única qualidade não moral, a competência profissional, ficou na frente da tolerância, mas atrás de justiça e responsabilidade (14,1%).

Esses dois dados levam a pensar que a moral, notadamente a justiça, ainda goza de prestígio junto aos jovens.

Uma outra pesquisa, agora realizada junto a 448 outros alunos, também do ensino médio público e privado, nos deu resultados semelhantes quanto à relevância da moral e da justiça para os jovens contemporâneos. Instruídos para estabelecerem um *ranking* entre dez virtudes (gratidão, fidelidade, generosidade, justiça, tolerância, polidez, coragem, honra, prudência e humildade), mais uma vez encontramos a primazia da justiça (ao lado de fidelidade e humildade, sem diferença estatisticamente identificável). Perguntamos-lhes também se as pessoas generosas eram mais importantes que as pessoas justas, e 70% discordaram dessa afirmação.

No mesmo livro em que foi publicada a pesquisa que acabo de citar – livro intitulado *Crise de Valores: Ou Valores em Crise?* (La Taille & Menin, 2009), contendo oito pesquisas que visaram a identificar seja um desabono dos valores morais, seja uma modificação destes – não apareceram reais sinais de que os juízos morais atuais sejam inferiores aos de antigamente, e tampouco há indícios de uma renovação moral, renovação esta afirmada por autores como Lipovetsky (1992).

Em resumo, os dados de que dispomos, salvo melhor apreciação, não apontam nem para um cenário de uma moral em frangalhos nem para um cenário de renovação.

## Juízo sobre o senso moral de outrem

Passemos agora a outra indagação: a despeito desta estabilidade em termos de desenvolvimento do juízo moral, a população acredita que os seus

3 Para a totalidade dos dados, remeto o leitor ao apêndice de meu livro *Moral e Ética: Dimensões Intelectuais e Afetivas* (2006).

conterrâneos e contemporâneos possuem senso moral? Perguntado de outra forma: confiam uns nos outros? Ou acreditam que a probabilidade de sofrer algum tipo de agressão é grande?

Se formos reparar nos discursos espontâneos gravados aqui e ali pela mídia, verificaremos que a resposta se inclina claramente para a desconfiança: todos falam em medo da violência, em corrupção generalizada dos homens públicos, em morosidade da justiça e até mesmo em sua deturpação por motivos escusos, em receio de sair de casa, casas estas cada vez mais repletas de apetrechos de segurança cada vez mais sofisticados. Não é, portanto, exagerado dizer que vivemos numa sociedade do medo, medo de outrem, mas também medo do desemprego, medo da natureza, medo da doença, medo dos acidentes, etc., e até mesmo o medo de não ter o medo certo...

Fixemo-nos no medo decorrente da crença de que outrem carece de senso moral, e vejamos alguns outros dados exclusivamente coletados junto a jovens do ensino médio.

Na pesquisa acima citada (APE), indagamos nossos sujeitos a respeito da confiança que tinham em instituições e em pessoas em geral. Não ficará o leitor espantado se eu revelar que instituições como Poder Judiciário, Congresso Nacional e partidos políticos absolutamente não gozam da confiança da grande maioria dos jovens (pouparei o leitor das porcentagens)<sup>4</sup>. Mas talvez ele fique um pouco surpreso em saber que instituições como mídia e aquelas religiosas tampouco são referências confiáveis. Grosso modo, as opiniões se dividem: metade confia e outra não. As únicas instituições que merecem confiança são, em primeiro lugar, a família (espaço privado, portanto) e, em segundo, a escola (transição entre os espaços privado e público). Nessa pesquisa, não dispomos dos argumentos dos sujeitos, mas não me parece ser grande risco afirmar que as instituições que não gozam de imagem positiva, com exceção, talvez, daquelas religiosas (digo “talvez”, porque basta lembrar os escândalos sexuais que assolam a Igreja Católica e outros relacionados a finanças vinculados

4 Seria interessante verificar se, após os episódios patrocinados pela operação Lava Jato, o descrédito do Poder Judiciário permanece o mesmo.

tanto a ela quanto a algumas igrejas evangélicas), são vistas como suspeitas do ponto de vista moral: corrupção e defesa de interesses próprios em prejuízo dos interesses da sociedade.

Vejamos agora o que pensam esses mesmos jovens a respeito das relações interpessoais. A maioria pensa que temos, nos dias de hoje, mais adversários que amigos. E a quase totalidade (90%) deles acredita que, quando há conflitos (que são inevitáveis na vida em sociedade), as “soluções” agressivas prevalecem sobre aquelas que apelam para o diálogo.

Finalizo a apresentação de dados com outra pesquisa, realizada por Helena Imanishi, Vanessa Passarelli e por mim (2011), que consistiu em avaliar como os jovens julgam os adultos. Os resultados, aferidos tanto por meio de uma ampla pesquisa com 520 alunos do ensino médio quanto por meio de entrevistas com pequenos grupos de alunos do mesmo nível escolar, são pouco lisonjeiros para nós, adultos! Com efeito, embora sejamos vistos como pessoas razoavelmente responsáveis, sábias e competentes profissionalmente, a maioria dos jovens pensa que dirigimos mal o mundo, que cuidamos mal do meio ambiente e da educação. Qual o nosso principal defeito? O egoísmo! Do que mais gostamos? De dinheiro! Somos inspirados pela moral? Mais de 70% acham que não! E, finalmente, os jovens confiam em nós? Um pequeno alívio (bem pequeno!) espera-nos: metade confia, a outra não.

Retomemos a questão que nos colocamos: a população acredita que os seus conterrâneos e contemporâneos possuem senso moral? Não tenho dados da população por inteiro. Mas se formos nos limitar aos jovens, a resposta é claramente negativa.

Os resultados acima apresentados levaram Nathalia Lima Loiola e eu a elaborarmos uma pesquisa que tinha como objetivo verificar se situações de medo e desconfiança (tão generalizadas como acabamos de ver) teriam alguma influência sobre o próprio juízo moral.

Sem entrar nos detalhes dos resultados (ainda não publicados), vou apresentar os três mais importantes.

O primeiro: quando um ato de justiça está em jogo, *100% dos sujeitos afirmam que é um dever incontornável agir de forma justa, e isso a despeito do medo que as situações inspiram*; em

compensação, quando se trata de agir em nome da solidariedade *a grande maioria dos sujeitos afirma não ser um dever moral*.

O segundo: nas situações de solidariedade e de justiça, a nítida maioria dos sujeitos afirma que as pessoas em geral, movidas pela desconfiança e pelo medo, *não agiriam nem de forma justa nem de forma solidária*.

Um terceiro dado reforça aquilo que já sabíamos: *os jovens acreditam que as pessoas são em geral desprovidas de senso moral*, donde o medo cotidiano, medo este que, por sua vez, realimenta a crença na imoralidade reinante. O primeiro dado, por um lado, mostra o quanto a justiça, como pensava Kohlberg, é virtude moral central e forte, e, por outro, que a solidariedade, nos dias de hoje, é valor decadente. Outros autores já haviam percebido esse fenômeno inquietante, entre eles Christophe Dejours e Florence Bègue, especialistas em medicina do trabalho. Escreveram eles a respeito do grande número de suicídios que ocorrem nas empresas:

“Que o suicídio possa acontecer nos locais de trabalho indica que todas as *condutas de ajuda mútua e de solidariedade, que eram uma prevenção dos problemas assumidos pelo coletivo do trabalho, desapareceram da rotina atual do trabalho*. No lugar, o cada um por si e a solidão tornaram-se a regra. Um colega deprime, e não se lhe estende a mão” (Dejours & Bègue, 2009, p. 20 – grifos meus).

Os autores também evocam o medo para explicar tal degradação das relações sociais do mundo do trabalho, notadamente o medo de ser passado para trás e até de perder o emprego por padecer, de alguma forma, de atitudes egoístas ou desleais de “colegas”.

## ÉTICA E CONTEMPORANEIDADE

Os dados que acabamos de comentar referem-se, todos, ao juízo moral. Temos poucas pesquisas a respeito das *ações* morais. Isso se deve, por um lado, à grande dificuldade de coletar dados sobre elas, e, por outro, como afirmava Kant (1994), porque, mesmo na presença

de ações justas e/ou generosas, a rigor nunca sabemos se a pessoa age segundo o dever ou por dever (sendo que apenas a ação realizada por dever merece o nome de *moral*).

Todavia, alguns autores procuram verificar se haveria alguma coisa em comum em pessoas que agem moralmente (embora, como acabamos de ver, nunca saberemos se realmente agiram por dever). Comentarei apenas uma pesquisa, pois ela me permitirá passar da moral para a ética.

Anne Colby e William Damon (1993) entrevistaram várias pessoas de vida moral exemplar e chegaram à conclusão de que, nelas, verificava-se uma íntima união entre a moralidade e o eu (*self*). Ou seja, quando há íntima relação entre ser inspirado pela moral e a identidade da pessoa, a motivação para agir moralmente é grande. Nas palavras dos autores:

“Quando há uma unidade entre Eu e moralidade, juízo e conduta são diretamente e previsivelmente relacionados, e as ações são realizadas com segurança [...] Aqueles para quem a moralidade é central nas suas identidades pessoais devem ser mais fortemente motivados por suas convicções e objetivos” (Colby & Damon, 1993, p. 151).

E para os demais? “Outros também devem ter noções elevadas do que seja o bem, mas consideram estas noções como periféricas em relação a seus engajamentos pessoais” (Colby & Damon, 1993, p. 151). Em resumo: “Parece seguro concluir que algumas pessoas unem a moralidade e o Eu numa proporção maior do que outras” (Colby & Damon, 1993, p. 151). Quando a referida unidade é encontrada, Colby e Damon falam em “personalidade moral” (*moral self*). Pessoalmente, por motivos que vamos agora conhecer, prefiro falar em “personalidade ética”.

Prefiro falar em “personalidade ética” pela simples razão de que conceitos como “*self*”, “eu”, “personalidade” e “identidade” têm evidentemente um campo de aplicação que vai além da moral: abarcam a própria vida. Ora, lembremos que reservei o termo ética para a pergunta “que vida eu quero viver?”, que implica também se perguntar “quem eu quero ser?”. Lembremos também que escrevi que um indivíduo somente agirá conforme princípios e regras

morais (seja quais forem) se esses fizerem, para ele, sentido no plano ético.

Penso que agora essa afirmação faz sentido. As pessoas moralmente admiráveis entrevistadas por Colby e Damon mostraram como respondiam à pergunta identitária: “O que eu quero ser não pode de forma alguma ignorar o agir moral”. Não somente não pode ignorar tal ação, como ela é altamente valorizada como característica central da identidade. Certamente concordariam com Ricoeur quando ele define ética como “vida boa, com e para outrem, em instituições justas”. Dessas pessoas que agem moralmente, mesmo em situações problemáticas e conflituosas, podemos dizer que são inspiradas pelo *respeito de si*: ao respeitar outrem respeitam a si mesmas, e se faltassem com esse respeito, sentiriam vergonha, ou seja, sentir-se-iam pessoas desprezíveis e, logo, não usufruiriam uma “vida boa”.

Isto posto, cabe agora nos perguntarmos se os valores identitários da contemporaneidade são favoráveis à construção de personalidades éticas.

## Cultura da vaidade

Dediquei todo um capítulo de meu livro *Formação Ética: Do Tédio ao Respeito de Si* (2009) para tratar do que chamei de “cultura da vaidade”. O objetivo era, por intermédio dessa expressão, apresentar elementos que me parecem conspirar contra a construção de personalidades éticas. Dado o restrito espaço de que disponho, darei um esboço do quadro de tal cultura começando pelas razões da escolha do termo “vaidade”.

O conceito de vaidade tem sua origem etimológica nos adjetivos “vazio” e “vão”. Logo, uma cultura da vaidade deve ser uma cultura da superficialidade e da frivolidade. Coerentemente com a origem etimológica assinalada, vaidade remete à ideia de aparência. O vaidoso cuida sobremaneira do espetáculo que quer dar de si. Logo, na vaidade, a heteronomia é lei, pois o olhar alheio é tudo. Passar despercebido é o maior castigo para o vaidoso, mesmo que tenha, para que tal não aconteça, de lançar mão de estratégias duvidosas do ponto de vista moral. Em suma, uma cultura da vaidade, por remeter à aparência e à superficialidade, remete também

à pequenez, à fraqueza e, finalmente, à ilusão. O vaidoso “vive uma vida imaginária no pensamento dos outros”, para empregar uma expressão de Blaise Pascal (1972).

Evidentemente, se creio que vivemos numa cultura da vaidade, isso não quer dizer que penso que absolutamente tudo padeça dessa característica (continuamos a fazer grandes obras tanto na área da ciência e da tecnologia quanto na área das artes). Mas, apesar de riquezas contemporâneas, avalio que traços de vaidade são suficientemente presentes para que mereçam reflexão.

Mas como provar que vivemos uma cultura da vaidade? Dispomos apenas de alguns indícios, que, graças a vários autores, vou aqui apresentar.

O primeiro deles é a *sociedade do espetáculo*. “Você asfixiou sua velha mãe que agonizava? Escreva-o, ora bolas. Publique um livro, vá à televisão”, escreveu Ivan Rioufol (2000, p. 12). Você quer ganhar eleições? Não contrate um cientista político, mas sim um marqueteiro que lhe ensinará como se apresentar em cenários escolhidos a dedo. Você quer ser apreciado como conferencista? Não pense muito no conteúdo do que vai falar, pense na sedução, e não se esqueça de usar *data-show*, de preferência programado por um especialista em efeitos especiais. Você quer um lugar na sociedade? Não cometa a loucura de não participar das redes sociais e coloque no Facebook fotos suas, escreva histórias que lhe aconteceram, opiniões que surjam de repente nas suas sinapses, revele seus sentimentos, etc., e convide o maior número de pessoas a seguir a sua pequena saga cotidiana. E haveria dezenas de exemplos mais, fato que faz o escritor peruano Mario Vargas Llosa (2007) não hesitar em dizer que nossa “civilização rende-se ao espetáculo” e Jurandir Freire Costa (2004, p. 231) escrever: “[...] os indivíduos, além de serem levados a ver o mundo com as lentes do espetáculo, são incentivados a se tornar um dos seus participantes pela imitação do estilo de vida dos personagens da moda”. “Apareça ou pereça”, acrescenta ele, “fora das manchetes e passarelas, não há salvação” (Costa, 2004, p. 172). E a timidez, esse benigno traço de personalidade, já anda sendo chamada de “fobia social”!

O segundo indício é o *culto da celebridade*. Afirmou corretamente Freire Costa que, nos dias de hoje, o lugar da autoridade foi tomado pela ce-

lebridade. Mas qual a diferença entre elas? Cito mais uma vez o autor brasileiro:

“Em oposição à autoridade, cuja marca são os dons incomuns, a celebridade prima pela falta de originalidade. O cânone da primeira prescreve a aliança entre notoriedade e talento; o da última, entre sucesso e visibilidade” (Costa, 2004, p. 170).

Notadamente na mídia, enquanto um professor ou um pesquisador deverá fazer a mágica de explicar, em 60 segundos, tal teoria ou tal descoberta, um jogador de futebol ou um ator de cinema terá um ou dois blocos inteiros de entrevista para falar de seu casamento, do gol que quase fez, do filme de que quase participou e de suas opiniões sobre moral, moda, ética, comidas, política, carros, ciência, etc. O culto da celebridade representa, por definição, o culto do provisório. “É por isso que os grandes filósofos, os grandes artistas, os grandes escritores, os grandes pesquisadores se calam”, observa Rioufol (2000, p. 81). Mas, afinal, quem quer saber o que eles pensam?

O terceiro indício é outro culto: o dedicado aos chamados *vencedores*, aos *winners*. O vencedor dos dias de hoje não é alguém que se deu bem na vida, mas sim aquele que se deu *melhor* do que os outros, aquele que se destaca claramente na paisagem, aquele que pode até se candidatar a celebridade. Como escreve Michel Wieviorka (2005, p. 30), “a cultura dominante se define pelo binômio *winner/loser*, na qual é preciso ser um vencedor e escapar do desprezo que assola os perdedores”. E não faltam pessoas que vendem seus bons serviços às famílias e às escolas para que elas formem vendedores e líderes.

O quarto indício relaciona-se ao anterior: o *consumo*. Cito mais uma vez Freire Costa, que me parece ter toda a razão quando afirma que “o objeto [que é consumido] deve ‘agregar’ valor social – e não sentimental – a seu portador, ou seja, deve ser um crachá, um passaporte que identifica o turista<sup>5</sup> vencedor em qualquer lugar, situação ou momento da vida” (Costa, 2004, p. 163). Lembro aqui uma charge do humorista Voutch publicada na revista francesa *Le Point*. Nela se vê um vendedor dizendo

a um comprador de um desses carros altos de poderosos: “A relação preço/arrogância é muito vantajosa”. Com efeito, como explicar, senão pela vaidade, esse frenesi por roupas de marca (e cujos logotipos, ao contrário do que acontecia antigamente, aparecem do lado exterior da roupa), por carros enormes que mal cabem nas garagens e atrapalham o trânsito, por objetos de destaque como relógios e celulares, por viagens a lugares famosos, etc.? Lembremos também que a proprietária da L’Oréal (produtos de beleza) tem uma das maiores fortunas da França e que, no Brasil, segundo a Associação Brasileira de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, o montante das vendas em 2006 subiu para 12,9 bilhões de reais (era de 6,6 bilhões em 1999) e cerca de um milhão e meio de pessoas trabalham com venda direta dos referidos produtos. Em suas pesquisas de semiótica, Elizabeth Harkot de La Taille chegou à seguinte constatação: “Perceber-se como todo mundo: eis uma causa frequente de vergonha; perceber-se diferente: uma causa de orgulho” (Harkot de La Taille & La Taille, 2004, p. 98).

O último indício de que quero falar é, ao mesmo tempo, o mais dramático e também o mais claro: estou me referindo à *violência*. Vários autores que se debruçaram sobre esse tema têm identificado uma de suas causas: tendo apenas olhos para celebridades, vencedores e para pessoas que de alguma forma se destaquem, tal cultura joga na invisibilidade um grande contingente de pessoas, com destaque para as mais pobres. Ora, essa invisibilidade faz sofrer quem dela padece, e a violência acaba por ser um meio de afirmação trágica da própria visibilidade.

Eis o depoimento de um menino infrator, interno da antiga Febem (SP), no qual ele confessa a admiração que os “violentos” despertam:

“Ele matou delegado, matou polícia, acho que ele já matou um montão de gente, senhora. [...] Por isso ele é considerado. [...] Ah, os outros considera ele, senhora. Falam ‘ah, o cara é perigoso, senhora, e tal, tudo’ [...] É, os cara acha isso dele, né” (apud Nogushi, 2007).

Agora, outro depoimento de um pai a respeito de seu filho:

“Meu filho acha bonito aparecer como cara perigoso pras comunidades. O que mais estimula ele não

5 O autor emprega o termo “turista” no sentido metafórico que Bauman (2003) lhe deu.

é nem o dinheiro, é mais poder aparecer. Mostrar quem é, mostrar que pode, entendeu?” (apud Soares et al., 2005, p. 213).

Citemos finalmente Luiz Fernando Soares, MV Bill e Celso Athayde (2005, p. 215):

“Na esquina, apontando-nos a arma, o menino lança a nós um grito de socorro, um pedido de reconhecimento e valorização, pois há uma fome mais funda que a fome, mais exigente e voraz que a fome física: a fome de sentido e de valor; de reconhecimento e acolhimento, fome de ser – sabendo-se que só se alcança ser alguém pela mediação do olhar alheio que nos reconhece e valoriza”.

Creio que as citações falam por si sós.

Em suma, todos os indícios que acabamos de ver depõem a favor da presença de uma “cultura da vaidade”, cultura na qual, é claro, a construção de personalidades éticas fica, no mínimo, prejudicada.

Antes de concluirmos o texto e voltarmos aos meninos assassinos e suicidas, lembrados no início, vamos rapidamente conhecer outro aspecto inquietante da contemporaneidade.

## Cultura do tédio

Abandonemos o campo da moral e da personalidade ética para nos limitarmos a perguntar: a “vida boa” é, hoje, um bem usufruído pela maioria das pessoas? Se formos acreditar nas propagandas, nos discursos dos políticos, nas mensagens da mídia, tenderemos a responder afirmativamente. Vivemos uma “euforia perpétua”, para empregar a expressão cunhada por Pascal Bruckner (2000) para criticar o atual culto da felicidade. “Por que a felicidade anda me bombardeando?”, cantava Tom Zé já na década de 70. E ele mesmo respondia: “É pra saber que ninguém mais tem o direito de ser infeliz”<sup>6</sup>. Com efeito, ser feliz não somente parece ser uma espécie de dever como se pensa que a sociedade de consumo,

por um lado, fornece todos os elementos necessários e suficientes ao gozo da “vida boa” e, por outro, é fruto essencialmente de esforços pessoais. Quem não é feliz (diferentemente das pessoas que “acham” que o são) é um incompetente ou um caso patológico. Vendem-se livros de autoajuda aos primeiros e antidepressivos aos segundos.

Todavia, os dados de que dispomos levam fortemente a crer que a tal da felicidade é moeda rara nos dias de hoje. Euforia talvez, prazeres talvez, mas “vida boa”, pelo jeito, não.

Pense-se na busca quase que desesperada por parte da maioria das pessoas por divertimentos e mais divertimentos (baladas, centenas de canais de televisão, voyeurismo nos “Big Brothers”, etc.).

Pense-se na busca da maioria das pessoas por estímulos e mais estímulos (televisões em todo canto, músicas altas até nas pausas entre os *games* no jogo de tênis, *ipods* constantemente nos ouvidos, o onipresente celular que as pessoas consultam várias vezes por minuto e isso durante todo o dia, redes sociais constantemente acessadas, etc.).

Pense-se no alto consumo de álcool e drogas, essas últimas dominadas por grupos que rivalizam em riqueza com algumas multinacionais.

Mas há dados mais graves, e mais precisos: depressão e suicídio.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, há 121 milhões de pessoas acometidas de depressão no planeta Terra e, sempre segundo essa organização, a depressão é uma das principais causas mundiais de incapacidade para o trabalho. Mais ainda: o mal acomete cada vez mais crianças, que são, notadamente no Brasil, cada vez mais (e precocemente) medicalizadas. Surto de patologia vindo de não se sabe onde? Prefiro a interpretação dada por Georges Minois (2005, p. 5): “A máquina hedonista é uma máquina que produz depressivos que ela recicla com antidepressivos”.

A respeito de suicídio, escreveram Christian Baudelot e Roger Establet (2006, p. 7) que ele mata em torno de 100 pessoas por hora. Com efeito, segundo a Organização Mundial da Saúde, no ano de 2000 houve 815 mil suicídios, contra 510 mil mortes ocasionadas por crimes e 310 mil por guerras. Mais ainda: Baudelot e Establet (2006, p. 138) revelam que “a taxa de suicídios entre os jovens de 15 a 24 anos triplicou na segunda metade do século XX”.

6 “Dodô e Zezé”, gravada por Tom Zé no LP *Todos os Olhos*, de 1973.

O que acabamos de ver coloca sob forte suspeita a realidade da “euforia perpétua”. Mas hoje os tristes e os melancólicos pouco espaço têm na sociedade: são isolados porque ninguém suporta o “baixo astral”. Até o humor, que tradicionalmente aliava tristeza a alegria (lembramos dos filmes de Charles Chaplin e de Jacques Tati<sup>7</sup>), hoje se limita à provocação de risos gratuitos, a *gags* insossas e a reflexões que beiram o cinismo. Paradoxo: não há lugar social para a tristeza (deve ela ficar nos consultórios psiquiátricos, pois supostamente é patológica), embora ela pareça ser moeda corrente.

Pode-se usar a expressão “cultura do tédio” para nomear esse vazio cultural que parece assolar várias pessoas. “Tédio” aqui não deve ser entendido como esse sentimento inevitável que às vezes experimentamos em momentos de forçado ócio, mas sim como sentimento existencial de perda de sentido, de vazio. “Que o tédio e a perda de sentido estejam de alguma forma relacionados, isto parece indiscutível”, escreveu Lars Fr. H. Svendsen (2003, p. 24), um dos poucos autores a se debruçar sobre o tema (e, significativamente, o fez recentemente, como mostra a data de publicação de seu livro<sup>8</sup>). “O tédio é”, escreveu ainda ele, “antes de mais nada, algo *dentro do qual se vive*” (Svendsen, 2003, p. 11 – grifos do autor). Creio que, hoje, muitos nele vivem.

Aceita a tese da presença de uma “cultura do tédio” entre nós, quais seriam as decorrências para a moralidade? Vimos que uma “cultura da vaidade” está na contramão da construção da personalidade ética, aquela cuja motivação para agir por dever é forte. Mas não podemos dizer que uma “cultura do tédio” se opõe a tal construção. Todavia, representa evidentemente um importante fator complicador. Com efeito, que motivação e tempo para serem investidos na moral teriam pessoas cuja vida é vazia de sentido? Lembremos que a moral plenamente vivida e exercida pede reflexão, pede investimento pessoal, pede empenho, pede sacrifícios. Poderá alguém acometido de tédio existencial ver real sentido na moral e ter forças para realizá-la? Não será a moral, numa “cultura do tédio”, um luxo?

7 Ver meu livro *Humor e Tristeza: O Direito de Rir* (2014).

8 1999 para a primeira edição.

## CONCLUSÕES

“Sou um pedaço de merda, mas serei famoso agora.” Eis o bilhete deixado por Robert Hawkins (EUA, 2007) antes de matar oito pessoas num *shopping*. E suicidar-se.

Mas que “pedaço de merda” seria ele e a sua vida? Seria como a de Richard Durn, francês que, em 2002, abriu fogo sobre conselheiros municipais matando vários de seus membros? Escreveu ele no seu diário:

“Eu não me respeito, eu não me amo [...] Imagino-me sempre perdendo. Por isso tenho vergonha, então fico paralisado. Não sei como lutar no mundo do trabalho [...] Sofro. Estou cheio de raiva. Mas essa raiva não se exterioriza, ela permanece recalcada [...]. Por que fazer de conta que estou vivendo? Apenas posso, durante alguns instantes, sentir-me vivendo matando?”.

Dias depois, na prisão, ele também se suicidaria.

E será que tais relatos se aplicariam aos meninos de Columbine, Realengo e outros lugares de que falei na introdução?

Nunca saberemos, ao certo, mas seus atos podem ser compreendidos tanto do ponto de vista de uma “cultura do tédio” quanto de uma “cultura da vaidade”.

Tédio: a vida sem sentido, desespero, paralisia e, finalmente, raiva, destempero. E suicídio.

Vaidade: o extremo peso de se pensar como eterno “perdedor”, dor da invisibilidade, vergonha, procura de associar a si próprio valores reconhecidos pela sociedade do espetáculo, ignorância da moral. E negação extrema de outrem, até o crime. Não deve passar despercebido que vários desses jovens assassinos e suicidas deixaram, antes de seu trágico ato, imagens de si na internet carregando as armas que usariam contra os outros e contra si próprios. Sabiam que seriam, finalmente, olhados...

Se eu tiver, no que escrevi no texto que ora finalizo, um átomo sequer de razão, impõe-se o seguinte diagnóstico: alguma instituição deve cuidar da formação ética e moral das crianças e jovens, pois não é “espontaneamente” que tal formação ocorre. Mas que instituição? A famí-

lia? Muitos pensam que tal tarefa cabe única e exclusivamente a ela. Mas o que ela tem feito na prática? E pode ela realmente carregar o peso de uma formação que interessa à sociedade como um todo? Deixo ao leitor a resposta...

De minha parte, e muito bem acompanhado por autores como Kant, Alain, Durkheim, Piaget, Kohlberg e outros, creio que as instituições educacionais devem assumir essa responsabilidade. E urgentemente.

Como fazer? Procurar responder a essa indagação pedagógica não é o objetivo do presen-

te texto. Limito-me a dizer que, coerentemente com o que escrevi ao longo destas páginas, uma educação moral não pode se furtar a enfrentar as questões éticas. Falar em justiça, solidariedade, generosidade e outras virtudes (morais) sem ancorá-las na vida (ética) poderá ter poucos efeitos. Afinal, como vimos, as pessoas costumam chegar ao nível convencional do desenvolvimento do juízo moral sem que sejam empregadas estratégias educacionais. O problema maior não está, portanto, na compreensão racional da moral. O problema maior está em seu sentido ético.

## BIBLIOGRAFIA

- BAUDELOT, C.; ESTABLET, R. *Suicide: l'envers de notre monde*. Paris, Seuil, 2006.
- BAUMAN, Z. *La vie en miettes: expérience postmoderne et moralité*. Rodez, Le Rouerge/Chambon, 2003.
- BRUCKNER, P. *L'Euphorie perpétuelle: essai sur le devoir de bonheur*. Paris, Grasset, 2000.
- CANTO-SPERBER, M. *L'Inquiétude morale et la vie humaine*. Paris, PUF, 2002.
- COLBY A.; DAMON, W. "The Uniting of Self and Morality in the Development of Extraordinary Moral Commitment", in G. G. Noam; E. Wren (orgs.). *The Moral Self*. Cambridge, The Mit Press, 1993, pp. 149-74.
- COMTE-SPONVILLE, A.; FERY, L. *La sagesse des modernes*. Paris, Lafont, 1998.
- COSTA, J. F. *O Vestígio e a Aura: Corpo e Consumismo na Moral do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- DEJOURS, C.; BÈGUE, F. *Suicide et travail, que faire?* Paris, PUF, 2009.
- HARKOT DE LA TAILLE, E.; LA TAILLE, Y. de. "A Construção Moral e Ética de Si Mesmo", in M. T. C. de Souza (org.). *Os Sentidos de Construção: O Si Mesmo e o Mundo*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2004.
- IMANISHI, H.; PASSARELLI, V.; LA TAILLE, Y. "Moral no Mundo Adulto: A Visão de Jovens sobre os Adultos de Hoje", in *Educação e Pesquisa*, vol. 4, n. 37, 2011, pp. 743-62.
- KANT, E. *Métaphysique des moeurs, première partie*. Paris, Flammarion, 1994.
- KOHLBERG, L. *Essays on Moral Development*. San Francisco, Harper & Row, 1981.
- LA TAILLE, Y. de. *Moral e Ética: Dimensões Intelectuais e Afetivas*. Porto Alegre, Artmed, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Formação Ética: Do Tédio ao Respeito de Si*. Porto Alegre, Artmed, 2009.

- \_\_\_\_\_. *Humor e Tristeza: O Direito de Rir*. Campinas, Papyrus, 2014.
- LA TAILLE, Y. de; MENIN, S. *Crise de Valores ou Valores em Crise*. Porto Alegre, Artmed, 2009.
- LLOSA, M. V. "Civilização Rende-se ao Espetáculo", in *O Estado de S. Paulo*, 3 de junho de 2007, p. A22.
- LIPOVETSKY, G. *Le crépuscule du devoir*. Paris, Gallimard, 1992.
- MINOIS, G. *Histoire du mal de vivre: de la mélancolie à la dépression*. Paris, Editions de La Martinière, 2005.
- NOGUSCHI, N. *Seguro na Febem-SP: Universo Moral e Relações de Poder entre Adolescentes*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Instituto de Psicologia da USP, 2006.
- PASCAL, B.. *Pensées*. Paris, Librairie Générale Française, 1972.
- PIAGET, J. *Le jugement moral chez l'enfant*. Paris, PUF, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Les relations entre l'affectivité et l'intelligence*. Paris, Sorbonne, 1954.
- RICOEUR, P. *Soi-même comme un autre*. Paris, Seuil, 1990.
- RIOUFOL, I. *La tyrannie de l'impudeur*. Paris, Anne-Carrière, 2000.
- SAVATER, F. *Ética como Amor-Próprio*. São Paulo, Martins Fontes, 2000.
- SOARES, L.; MV BILL; ATAYDE, C. *Cabeça de Porco*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2005.
- SVENDSEN, L. *Petite philosophie de l'ennui*. Fayard, Livre de Poche, 2003.
- WIEVIORKA, M. *La violence*. Paris, Hachette, 2005.
- WILLIAMS, B. *L'Éthique et les limites de la philosophie*. Paris, Gallimard, 1990.



Marcos Santos/USP Imagens

**É possível contribuir para a  
formação ética de nossos juristas?  
Desafios para o ensino jurídico no Brasil**

*Oscar Vilhena Vieira  
José Garcez Ghirardi*

#### resumo

Este artigo discute a contribuição que os cursos de direito podem oferecer para a formação ética de seus alunos e apresenta uma nova proposta para o ensino de ética. A primeira seção analisa a forma tradicional de se conceber o ensino dessa disciplina em cursos jurídicos; a segunda reflete sobre a relação entre interesses, ética e visões de mundo; a terceira apresenta propostas para o ensino da ética nos cursos jurídicos, sugerindo que o debate em sala de aula sobre casos concretos tem maior potencial de contribuição efetiva para a formação ética dos alunos do que o método expositivo tradicionalmente utilizado no Brasil.

---

**Palavras-chave:** ética; educação jurídica; metodologia de ensino; faculdades de direito.

#### abstract

*This paper discusses the impact law schools can be expected to have on the ethical formation of their students, and puts forward a new proposal for teaching ethics. The first section examines traditional ways through which ethical education has been delivered in law schools; the second analyzes the interplay between interests, ethics and worldviews; and the third advocates a new pedagogy for teaching ethics in law schools, and suggests class debates on real cases are more likely to effectively contribute to the ethical formation of students than traditional lecture classes which still prevail in Brazil.*

---

**Keywords:** *ethics; legal education; teaching methodology; law schools.*

O

s retratos de egressos famosos ornamentam, com grande frequência, os salões nobres das principais universidades ao redor do mundo. Pesquisadores de excelência, grandes políticos, empreendedores de sucesso são louvados pelas instituições por onde passaram, como fonte de inspiração para as novas gerações. Não seria diferente com escolas de direito. Ministros de cortes su-

premas, grandes juristas, presidentes da República transformam-se em símbolos de suas comunidades e orgulho de suas escolas. Essas instituições celebram, com compreensível orgulho, os feitos daqueles que, tendo se formado em seus bancos, assumiram papel de destaque e contribuíram positivamente para a vida de suas comunidades. O discurso implícito nessa prática parece ser o de que esses profissionais não poderiam ter realizado sua obra se não fosse pela educação que elas lhes proporcionaram. As instituições buscam colher o justo crédito pelos notáveis que ajudaram a formar.

Difícilmente nos lembramos de nossos egressos, no entanto, quando eles se veem enredados em grandes escândalos de corrupção, fraudes, plágios ou casos de afronta a valores democráticos, aos direitos humanos ou ao meio ambiente. Nesses momentos, as ações são tomadas como desvios e as responsabilidades, individualizadas. Pior do que isso, no entanto, é a dificuldade que as instituições têm de buscar refletir sobre o que deveria ser feito

para que a consciência ética de seus egressos pudessem ser qualificada. Deveriam as faculdades, também aqui, a exemplo do que ocorre com os casos de sucesso, assumir alguma responsabilidade pelo papel que representaram na formação desses egressos? Seria conveniente que realizassem algum tipo de *mea-culpa* institucional? Ou seria injusto imputar-lhes responsabilidade por desvios de conduta que teriam sua origem, antes, em falhas de natureza estritamente pessoal? Se, contudo, for esse o caso, isto é, se for inadequado cobrá-las pelas ações antiéticas de antigos alunos, não seria também descabido atribuir-lhes mérito pela conduta virtuosa daqueles egressos que celebram? Não se estaria reconhecendo, de fato, que o ensino não pode afetar substancialmente a conduta ética de seus alunos?

Embora essa questão da formação ética dos profissionais seja premente para todas as áreas de conhecimento, parece haver algo ainda mais crucial quando estamos falando da formação de profissionais do direito, e isso por, ao menos, três motivos. O primeiro deles está relacionado à responsabilidade dos juristas com a própria proteção e manutenção do Estado de direito, que está diretamente relacionada à proteção da paz social e da dignidade de todos os membros da comunidade.

---

**OSCAR VILHENA VIEIRA** é professor de Direito Constitucional da FGV Direito SP.

**JOSÉ GARCEZ GHIRARDI** é professor e coordenador do Núcleo de Metodologia de Ensino da FGV Direito SP.

Essa é uma missão constitutiva da profissão, assim como salvar vidas é a obrigação central dos profissionais da saúde. Uma segunda razão pela qual se deve ter particular zelo pela formação ética dos profissionais do direito está relacionada à natureza fiduciária da profissão. Advogados e demais profissionais do direito lidam com interesses, conflitos e dramas dos outros, que lhes confiam a proteção ou a busca de uma solução. Profissionais do direito, por fim, também ocupam uma posição privilegiada nos diversos processos de decisão familiar, empresarial e também pública, com forte impacto sobre a vida de outras pessoas; decisões que muitas vezes acarretam fortes consequências éticas. Daí porque pensar de uma maneira mais sistemática que a contribuição que as faculdades de direito podem dar à formação ética dos seus alunos é algo indispensável.

Este texto discute essa questão a partir da análise dos modos prevalentes de se ensinar ética nos cursos de direito no Brasil. A primeira seção (“O Diabo e as Escrituras”) discute os alcances e os limites da forma tradicional de se conceber o ensino da ética em cursos jurídicos; a segunda (“Princípios, Interesses, Consequências”) reflete sobre a relação entre interesses, ética e visões de mundo; a terceira (“A Face do Outro”) apresenta propostas para o ensino da ética nos cursos jurídicos brasileiros.

## O DIABO E AS ESCRITURAS

*“The devil can cite Scripture for his purpose”*

(Shakespeare, *O Mercador de Veneza*, I,3)

A ética recebe atenção particular dentro da Resolução n. 9/2004 do Conselho Nacional de Educação, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de direito. No texto, relativamente breve, o tema aparece nada menos que três vezes, com notável relevo.

Já no início do documento, quando trata do perfil desejado do formando, o CNE enfatiza que

“[...] o curso deve proporcionar condições para que o formando possa, ao menos, atingir as seguintes características em sua futura vida profissional: [...] (b) conduta ética associada à responsabilidade social e profissional [...]” (Brasil, 2000, p. 3).

Pouco mais adiante, a Resolução inclui a ética (geral e profissional), entre os conteúdos que deverão ser obrigatoriamente ministrados no Eixo Fundamental (Brasil, 2000, p. 6), facultando ainda que as instituições “complementem o estágio de prática jurídica oferecendo mais 100 (cem) horas de atividades típicas de advogado e de estudo do Estatuto da Advocacia e do Código de Ética e Disciplina” (Brasil, 2000, p. 9).

No cotidiano das faculdades, essa preocupação com a formação ética tem se traduzido, habitualmente, em disciplinas que tratam das grandes teorias (para a parte geral) e do Estatuto e do Código de Ética e Disciplina (para a parte profissional). Nas primeiras, debatem-se sobretudo as perspectivas dos principais filósofos nessa área, com muita frequência começando pela Antiguidade clássica e vindo até nossos dias; nas segundas, comentam-se geralmente os artigos do Estatuto e do Código, ilustrando-os aqui e ali com exemplos práticos.

Em ambos os casos, o esforço maior é o de oferecer aos alunos um conhecimento relevante dos diferentes *conceitos* éticos e das diversas formas de teorizar os problemas da ética. Os alunos são convidados mais a pensar *sobre* a ética do que a pensar *a partir* da ética – diferença que será crucial para a formação do egresso. Em que pese a importância do primeiro conjunto de habilidades, isto é, da capacidade de compreender e articular conceitos éticos, entendemos que será o segundo conjunto – a capacidade de atuar tomando por base premissas éticas – o decisivo para moldar a conduta profissional dos futuros juristas. Vale a pena esmiuçar um pouco a distinção.

A relevância de um sólido repertório conceitual em ética não pode ser subestimada. A par de outras vantagens, ela permite aos discentes desenvolverem uma gramática<sup>1</sup> que lhes possibilite uma reflexão de maior qualidade sobre os casos concretos e a superar os limites estreitos que o senso comum e as ideias recebidas tantas vezes impõem aos debates nesse campo. Assim, longe de ser um elemento opcional, a familiaridade com diferentes articulações teóricas é peça fundamental no processo de formação a ser oferecido pelas faculdades.

1 Utilizamos aqui o termo no sentido que lhe empresta Oscar Vilhena Vieira (2002).

Entretanto, ela parece não ser suficiente para levar a bom termo o projeto de formar operadores do direito que pautem suas ações pelos ditames da ética.

Seria possível elencar várias razões para essa insuficiência, mas, para os propósitos deste texto, bastará centrar naquelas que dialogam mais imediatamente com a proposta de um novo ensino da ética nos cursos jurídicos. A primeira delas é que, na vida cotidiana, as questões éticas são marcadas por conflitos cuja complexidade desafia, por sua própria natureza, a construção de uma solução única, convidando, pelo contrário, à emergência de respostas múltiplas, muitas vezes de razoabilidade aparentemente igual. Elas são *dilemas*, isto é, uma *tensão entre duas premissas entre as quais é preciso escolher*.

A opção por uma ou outra das premissas em conflito, ato que constitui o cerne do que chamamos de escolha ética, não pode ser realizada, entretanto, com base apenas em conceitos abstratos, nem em teses gerais. Cada perspectiva teórica (v.g. a da ética das virtudes, a deontológica ou a teleológica) irá oferecer razões consistentes para decidir a questão segundo seus próprios parâmetros. Não se trata, portanto, de examinar qual das tradições resolve o problema – posto que todas o fazem, ou alegam fazê-lo – mas de decidir qual, dentre as soluções possíveis, é aquela solicitada pela ética nesse caso concreto.

Essa questão adquire uma dimensão ainda mais dramática num momento em que o direito tem que responder a múltiplas racionalidades, como propõe Gunther Teubner. Se no passado a racionalidade do direito encontrava-se profundamente afinada à ética deontológica, na pós-modernidade sua racionalidade tem que dialogar e responder às múltiplas racionalidades que estruturam as diversas esferas da vida, como a política, a tecnológica e científica, a religiosa, a midiática e, especialmente, a racionalidade econômica, que, nas últimas décadas, busca incessantemente colonizar o direito (Teubner, 1997).

Uma abordagem consequencialista, por exemplo, poderá oferecer, para um mesmo problema, soluções radicalmente diversas daquelas que seriam oferecidas pela perspectiva kantiana. Isso não implica, entretanto, que, do ponto de vista estritamente teórico, uma seja mais consistente que outra, nem que essa solução seja mais racional do que

aquela. Por isso dizemos que a escolha da perspectiva a adotar não se dá com base na superioridade intrínseca de um sistema sobre outro, nem no fato de um sistema apresentar maior consistência interna do que outro, mas sim com base na racionalidade ou ponderação das múltiplas racionalidades que governam a solução de um problema específico, eventualmente inserido em outras esferas da vida, reguladas por distintas racionalidades.

Alasdair McIntyre indicou, com muita elegância, a existência dessa incomensurabilidade entre os sistemas éticos e a decorrente impossibilidade de arbitrarmos entre eles com base apenas em premissas racionais:

“Mas uma vez que elas [as tradições] estão e estiveram em oposição umas às outras em relação a seus padrões de justificação racional – na verdade, a questão de determinar quais padrões seriam esses está entre os principais problemas que as dividem – e, uma vez que cada uma delas tem seus próprios padrões, que lhe são internos, divergências entre elas parecem ser sistematicamente insolúveis, ainda que as partes em conflito possam compartilhar tanto o respeito pelas demandas da lógica e uma concepção central, embora mínima, de verdade”<sup>2</sup>.

Optar por uma ou outra perspectiva demanda, assim, necessariamente, que lancemos mão de elementos outros que o conhecimento dos conceitos fundamentais da ética. Fazê-lo implica que nos posicionemos frente à hierarquia de valores que, de maneira mais ou menos explícita, cada um dos sistemas articula.

Decorre daí uma segunda razão para a insuficiência, como instrumentos de formação para os bacharéis, de cursos baseados meramente na habilidade de pensar *sobre* a ética: o discurso sobre a *consistência* dos sistemas não responde à questão de sua *pertinência* quando nos defron-

---

2 “But, since they [traditions] are and have been at odds with one another in their standards of rational justification – indeed the question of what those standards should be is among the matters that principally divide them – and since each has its own standards internal to itself, disputes between them seem to be systematically unresolvable, even though the contending parties may share both respect for the requirements of logic and a core, but minimal conception of truth” (MacIntyre, 2007, p. xii – tradução nossa).

tamos com casos concretos. Essa ponderação só pode ser feita a partir de uma perspectiva axiológica que, na concretude do cotidiano, inclui o embate de interesses divergentes.

Dito de outro modo: central para o desenvolvimento de uma postura ética efetiva é a habilidade de sopesar interesses e razões que, embora potencialmente legítimos, se mostram incompatíveis entre si. E essa habilidade ultrapassa a capacidade de articular conceitos éticos, embora a solicite. A passagem de Shakespeare que serve de epígrafe a esta seção busca sublinhar justamente esse limite das formulações conceituais como guia para a ação prática.

Em *O Mercador de Veneza*, a tensão se estabelece justamente porque, vista sob a ótica de sua estruturação interna, a demanda de Shylock é irretocável (daí a necessidade de Shakespeare oferecer uma solução procedimental para o problema): houve um contrato, ele foi descumprido, o ressarcimento previsto se tornou devido. Mais do que isso. Ela se apresenta como uma demanda eticamente sustentável por diversos argumentos amplamente aceitos e tidos como relevantes pelo público da época: devemos pagar nossas dívidas, honrar a palavra dada, respeitar os contratos, etc.

O desconforto da plateia vem do fato de que, embora a argumentação de Shylock encerre uma verdade e expresse valores a respeitar, essa não é, contudo, a única verdade, nem são esses os únicos valores em jogo. A questão, portanto, não é a de se decidir se é legítimo, em abstrato, executar dívidas não pagas, mas se é legítimo fazê-lo nas condições específicas que a peça propõe. Sem a existência desse *dilema* a ação dramática deixa de fazer sentido.

O que o texto de Shakespeare parece querer indicar é que, ainda que possa estar movido pelos interesses mais torpes ou mesquinhos, um agente hábil é capaz de formular um discurso que justifique, sob determinada perspectiva, uma solução que, sendo *consistente*, não é *pertinente* para a situação enfrentada. Há um abismo entre conhecer conceitos éticos e agir eticamente.

A ressalva *sob determinada perspectiva* é, neste passo, central, uma vez que ela evidencia como a validade das conclusões éticas ultrapassa as fronteiras da coerência argumentativa para deixar suas raízes em considerações ideológicas mais

profundas. O antissemitismo do público inglês à época de Shakespeare é elemento indissociável da forma como ele reage aos argumentos de Shylock. Recusada essa postura, altera-se também a apreciação que se faz da cena e a valoração ética de seu desfecho, como se pode ver em críticas nossas contemporâneas (Drakakis, 2010). A substância do argumento é a mesma, mas sua valência ética se altera dada a alteração da moldura ideológica de interpretação a partir da qual ele é compreendido.

Assim, desenvolver nos alunos a habilidade de realizar uma adequada ponderação ética em casos concretos impõe que se levem em consideração elementos, e que desenvolvam capacidades, geralmente não englobadas pelo ensino mais tradicional da disciplina. É preciso que os alunos se tornem capazes de proceder a uma observação mais ampla do campo de tensões em que se inserem os conflitos éticos, que se tornem aptos a proceder a uma leitura política, se assim quisermos, de tais conflitos, e que saibam identificar os interesses concorrentes que informam oposições antagônicas.

## INTERESSES, PRINCÍPIOS E CONSEQUÊNCIAS

*“Nada me parece justo en siendo contra mi gusto”*

(Pedro Calderón de la Barca, *La Vida Es Sueño*)

Como ficou indicado, as fronteiras nítidas que a teoria tende a desenhar entre sistemas éticos concorrentes – por exemplo, ética deontológica e teleológica, entre princípios e fins – raramente se mostram impermeáveis no campo prático. Em casos concretos é, de fato, muito comum haver mais de um princípio em que se poderia, plausivelmente, basear uma decisão sustentável do ponto de vista ético. Inversamente, também é bastante frequente ser possível invocar o mesmo princípio para sustentar soluções divergentes.

Para ilustrar com um exemplo. Quando do julgamento do HC n. 82.424<sup>3</sup> (mais conhecido como “caso Ellwanger”), os ministros Marco Aurélio de

3 Habeas Corpus 82.424-2. Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=79052>. Acesso em: 29/8/2016.

Mello e Gilmar Mendes lançaram mão, em suas decisões, do mesmo princípio da proporcionalidade para fundamentar decisões divergentes entre si (Sapucaia, 2013). O simples fato de ser possível vincular o processo decisório a uma perspectiva teórica determinada (princípioalismo) não basta, por si só, para indicar, no caso concreto, qual o caminho ético a seguir.

Da mesma forma, o fato de que duas pessoas estejam de acordo quanto à probabilidade de ocorrência de determinada consequência não significa, automaticamente, que elas irão atribuir peso idêntico a essa consequência provável no processo de se posicionar eticamente sobre o que é mais acertado fazer. Uma delas poderá acreditar que a decorrência prevista é de grande importância enquanto outra entenderá, com igual inteireza, que ela é algo de pouca relevância.

A ilustração aqui pode ser feita com os acirrados debates em torno da construção da barragem de Belo Monte, em que os diversos atores envolvidos valoravam de modo substancialmente desigual o sentido ético do impacto ambiental e o da geração de energia. Os argumentos consequencialistas de que se valiam as diferentes partes nesse embate, embora derivados de uma matriz teórica comum, resultavam, contudo, em valorações éticas fortemente desiguais (Giovanelli, 2015).

Os dois grupos de situações não apontam, ao contrário do que se poderia imaginar, um problema ou falha no processo de tomada de decisão em questões éticas. Eles indicam, pelo contrário, as condições em que tais decisões necessariamente se realizam. Na vida cotidiana, os embates éticos se dão menos por desacordos a respeito de conceitos e fatos e mais com base em desavenças sobre seu significado ou relevância.

Dworkin parece chamar a atenção exatamente para esse ponto quando distingue entre *conceito* e *concepção* em seu clássico *Levando Direitos a Sério*. No exemplo que utiliza, ele nos oferece um relato de decisões divergentes a partir de uma mesma definição de *justiça*:

“Quando recorro ao conceito de justiça, recorro ao significado do *conceito* de justiça (*I appeal to what fairness means*), e não atribuo nenhuma importância especial a meus pontos de vista sobre a questão. Quando formulo uma *concepção* de justiça, defino

um sentido para o conceito de justiça (*I lay down what I mean by fairness*), e por isso meu ponto de vista está no cerne do problema. Quando apelo à justiça, coloco uma questão moral; quando formulo minha concepção de justiça, tento respondê-la” (Dworkin, 2002, pp. 212-3 – grifos nossos).

O desacordo aqui, conforme sublinha Dworkin, radica em uma visão de mundo mais ampla, em uma moldura de significação para o conceito, que ele refere como “concepção”. Essa moldura é indissociável do quadro ideológico em que se inserem todos os agentes humanos. Índices primordiais desse quadro ideológico são os interesses que tais agentes necessariamente manifestam em seus conflitos e os valores últimos a que implicitamente fazem referência.

A mordacidade de Calderón de la Barca, quando faz dizer o príncipe Segismundo que “*nada me parece justo en siendo contra mi gusto*”, nos ajuda a enxergar justamente essa conexão entre o gosto/interesse e a noção de justiça, entre preferências episódicas e matrizes éticas mais amplas. É possível fazer uma leitura pessimista dessa conexão, atribuindo-a ao insuperável egoísmo dos seres humanos. Na passagem de *La Vida Es Sueño*, o sentido parece ser esse mesmo, já que ali se trata de um tirano que submete, arbitrariamente, o *justo* ao *gusto*. Nessa perspectiva, teríamos um pendor irresistível para sempre torcer a noção de justiça até que ela se acomodasse à mesquinhez de nossos desejos.

Essa não é, contudo, a única interpretação possível para a conexão interesse-visão ética. Traduzida em outros termos, e abordada com mais generosidade, ela pode revelar uma dimensão crucial da forma como construímos nossa concepção de valores éticos. Nossos interesses apontam para aquilo que entendemos nos irá realizar e nos fazer bem. Eles indicam, ainda que o mais das vezes de maneira implícita, a noção que temos de nossa realização pessoal – de nosso *telos*, se quisermos retomar a ideia aristotélica.

Porque implicam uma ideia mais profunda de realização humana, os interesses particulares podem também ser compreendidos na perspectiva da busca de felicidade a que Kant (2001) alude quando discute a ideia de “sumo bem”. Mark Timmons sintetiza bem esse ponto:

“O argumento de Kant parece ser o de que os seres humanos são (em parte) essencialmente criaturas com necessidades e desejos cuja satisfação constitui sua felicidade. Se pensarmos em uma situação em que um indivíduo que possua a virtude seja também feliz e a compararmos com outra em que a mesma pessoa virtuosa carece de felicidade, vemos que a primeira situação é melhor que a segunda. Assim, segundo Kant, o sumo bem para os seres humanos envolve dois componentes: a posse de um caráter virtuoso [...] juntamente com a felicidade”<sup>4</sup>.

Nutrir interesses específicos não é, assim, um obstáculo à conduta ética, mas uma das condições de sua existência, porque a existência de tais interesses deriva da busca de completude e realização que informa as ações humanas. Em sociedade, entretanto, esses interesses são plurais, mutáveis e, frequentemente, contraditórios entre si – como o são também as diversas compreensões do *telos* humano (ou as razões para postular sua inexistência). Por essa razão, a habilidade de agir eticamente solicita, forçosamente, a capacidade de identificar esses interesses e sua relevância para os sujeitos que os expressam.

Ela implica também compreender que as decisões éticas solicitam que saibamos lançar mão, simultaneamente, da capacidade de compreensão fornecida pelos conceitos (a dimensão teórica) e da capacidade de reconhecer o significado da alteridade, em sentido amplo, que é elemento central em todo dilema ético concreto. Esse olhar para o outro, bem como a atenção e o respeito para a forma como ele articula suas noções específicas de bem e identidade, é fundamento indispensável para nortear ações éticas na vida cotidiana.

A construção desse olhar que busca dar conta da pluralidade de fatores moldando cada conflito

nunca foi tarefa simples. De fato, boa parte do esforço das teorias éticas mais influentes é justamente o de fornecer bases e percursos para esse alargamento de percepção. Não obstante, no contexto presente do “individualismo total” (Lipovetsky, 2005) e da “sociedade narcísica” (Sennett, s.d., cap. 14), em que se esgarçam formas tradicionais de responsabilização, atenção e cuidado, ela parece se tornar ainda mais árdua.

E é exatamente esse novo contexto, e os desafios que dele resultam, que tornam a necessidade de contribuir para a formação de profissionais éticos ainda mais urgente. Também por isso, desenvolver nos alunos a capacidade de um raciocínio efetivo diante desses dilemas, de uma abertura em direção ao outro e de um compromisso com condutas éticas exige capacitá-los a identificar a diversidade de interesses legítimos coexistindo lado a lado, assim como a compreender suas premissas e implicações. Proporcionar-lhes o incremento dessas habilidades requer estratégias didáticas específicas e convida a que pensemos um novo modo de ensinar ética nos cursos jurídicos.

## A FACE DO OUTRO

“Ao postular a alteridade do outro como o mistério definido, ele mesmo, pelo pudor, eu não a postulo como liberdade idêntica à minha e em oposição minha, eu não postulo um outro que existe diante de mim, eu postulo a alteridade”  
(Levinas, *Le temps et l'autre*)<sup>5</sup>

“Embora os moços possam tornar-se geômetras, matemáticos e sábios em matérias que tais [*sophoi*], afirma Aristóteles (s.d), “não se acredita que exista um jovem dotado de sabedoria prática [*phronimos*]. O motivo é que essa espécie de sabedoria [*phronesis*] diz respeito não só aos universais, mas também aos particulares, que se tornam conhecidos pela experiência. Ora, um jovem carece de experiência, que só o tempo pode dar”.

4 “Kant point seems to be that human beings are (in part) essentially creatures with needs and desires whose satisfaction constitutes each such being’s happiness. If we reflect on a situation in which an individual who possesses virtue is also happy and compare it with a situation in which the same virtuous person lacks happiness, we see that the former situation is better than the latter. Thus, according to Kant, the highest good for human being involves two components: the possession of virtuous character [...] together with happiness [...]” (Timmons, 2013, p. 231 – tradução nossa).

5 “En posant l’altérité d’autrui comme le mystère défini lui-même par la pudeur, je ne la pose pas comme liberté identique à la mienne et aux prises avec la mienne, je ne pose pas un autre existant en face de moi, je pose l’altérité” (Levinas, 1983, pp. 79-80 – tradução nossa).

A distinção aristotélica entre a capacidade de apreender conceitos abstratos, universais (*episteme*) e de bem ponderar casos concretos (*phronesis*) joga luz sobre o hiato que há entre o pensar *sobre* a ética e o pensar *a partir da* ética. Compreender adequadamente os conceitos que definem o Bem e o Justo, parece indicar o filósofo, não é suficiente para *agir* segundo o Bem e a Justiça. Para que a primeira capacidade se transmute na segunda, para que a teoria se transforme em prática, é preciso que ela seja burilada pelo tempo: é preciso que ela seja fecundada pela experiência. Por isso os jovens, ainda que brilhantes, não são considerados sábios por Aristóteles.

A condição para agir eticamente é, assim, agir com sabedoria; adquirir tal sabedoria, por sua vez, exige tempo. Falta aos mais novos a experiência que só a prática pode trazer. É importante destacar, entretanto, que tempo, prática e experiências não são os fatores únicos, nem suficientes em si mesmos, para o desenvolvimento da *phronesis*. Como se depreende, da própria estrutura da *Ética a Nicômaco*, somente a reflexão filosófica pode fazer com que a vivência das agruras e sucessos do cotidiano amadureçam em sabedoria.

Sem esse escrutínio dos eventos particulares, sem o exame de suas particularidades e de seus sentidos possíveis, a experiência, por si mesma, nada pode ensinar. Sem reflexão, ela se reduz a uma sequência de fatos brutos, que resultam em uma repetição automática e acrítica de comportamentos e modos de pensar emanados do senso comum e do decoro social. Vale dizer: não é possível ser sábio quando se é jovem, mas não basta envelhecer para se tornar sábio. Precisamos de auxílio em nosso percurso em busca da sabedoria – precisamos ser submetidos a um processo de *educação* (em seu sentido de “conduzir a”), e um processo de educação que se funde na reflexão sobre a experiência.

Este é exatamente o coração da proposta de uma nova forma de se ensinar a ética nos cursos jurídicos brasileiros. Ela sugere que os alunos sejam instados a posicionar-se sobre e a decidir dilemas éticos de grande complexidade e que explicitem suas razões para favorecer uma ou outra solução.

Essa ênfase no caráter pedagógico da experiência se traduz em uma perspectiva metodológica

que tem no uso de casos uma estratégia privilegiada para o desenvolvimento desse tipo de habilidades. Confrontados com dilemas derivados da vida cotidiana – marcados, como são, pela competição de interesses potencialmente legítimos e pela oposição de valores incomensuráveis –, os alunos são desafiados a construir uma resposta que seja, simultaneamente, eficaz como solução prática e adequada como opção ética. Os casos, por força de sua densidade narrativa derivada da complexidade do real, auxiliam decisivamente no desenvolvimento daquela *capacidade de bem decidir* que caracteriza a *phronesis* aristotélica. Ilustremos com um exemplo.

A construção de uma usina hidrelétrica em uma região de floresta intocada – pensemos no caso da usina de Belo Monte – faz eclodir, em seu processo de realização, um amplo campo de conflitos e contradições. Os interesses que nele se entrecruzam são, muitas vezes, incompatíveis em suas demandas. Eles incorporam, não obstante, razões cuja preeminência é difícil arbitrar (v.g. garantir a energia necessária ao desenvolvimento e à geração de empregos; preservar o meio ambiente; respeitar os direitos dos indígenas; incrementar a atividade econômica em regiões mais pobres, etc.). O esforço de decidir por uma linha de ação, em um contexto de tanta complexidade, e de justificar eticamente essa preferência frente a soluções alternativas impulsiona os alunos a sofisticarem sua capacidade de ponderação a partir da ética.

Esse valor pedagógico dos casos pode se ampliar ainda mais quando, em linha com a proposta aqui oferecida, sua aplicação é conjugada com a atribuição, aos discentes, de papéis específicos a partir dos quais deverão propor soluções<sup>6</sup>. Isso propicia, por um lado, que cada participante da atividade tenha de tentar realizar a conciliação, frequentemente espinhosa, entre ética profissional e ética geral. Assim, à complexidade factual do caso, adiciona-se uma complexidade de segunda ordem, atrelada ao papel profissional específico que se desempenha. A partir daí uma série de questões relevantes se abrem aos discentes (por

6 Por meio do uso, por exemplo, de atividades de *role-playing* ou *simulação*. Para uma descrição crítica desses métodos, bem como do método socrático, mencionado a seguir, ver: Ghirardi (2009).

exemplo: “Qual deve ser a postura ética de um advogado representando uma construtora nesse contexto? E qual a de um membro do Ministério Público ou de um advogado de uma ONG? As demandas da ética para cada um desses profissionais são idênticas ou apresentam diferenças entre si? Em que termos?” (etc.).

Além disso, a estratégia de situar os discentes em uma dinâmica de competição de interesses, de explicitação de divergências e de expectativa de *performance* adiciona uma dimensão emocional-afetiva a seu processo de tomada de decisão. Os dilemas éticos na vida cotidiana não se dão em um ambiente de neutralidade ou indiferença dos sujeitos que os realizam, mas se veem habitualmente marcados pela presença de inclinações e preferências (ainda uma vez, o *gusto* de Calderón). Por isso, capacitar os alunos a trabalharem essa dimensão é elemento central em um processo educativo que vise a contribuir efetivamente para a formação de profissionais éticos.

Por todas essas razões, nesse movimento de envolvimento aprofundado com casos concretos, os alunos são forçosamente levados a pensar criticamente sobre seu próprio horizonte de valores, suas preferências pré-rationais, seus preconceitos, etc. Confrontados com situações concretas, eles perdem a referência clara e tranquilizadora do *certo* e *errado* absolutos que tantas vezes norteia ainda o ensino tradicional e se veem premiados a construir ou justificar o sistema de discriminações entre justo/injusto, ético/não ético que sustentam perante os colegas.

Ao docente cabe, justamente, ajudar no aprimoramento da capacidade de reflexão dos alunos sobre os fundamentos de suas posições. Ele age, por assim dizer, como um acelerador do tempo, na medida em que submete seus alunos a múltiplas experiências e à constante reflexão. Nos moldes da estratégia socrática<sup>7</sup>, ele questiona os alunos sobre as matrizes de seu modo de pensar, suas possíveis contradições, suas prováveis consequências. O resultado é uma desnaturalização das ideias recebidas e a ampliação de olhar que é imprescindível para a ponderação ética.

7 Para um debate sobre o método socrático, ver: Carvalho (2009).

O ensino da ética, segundo essa proposta, não se limita, entretanto, à relação entre docente e discente. Pelo contrário. Ele prevê, necessariamente, o debate amplo e constante entre todos os participantes do processo de formação. Esse requisito é central para o método, por uma série de motivos.

Em primeiro lugar, o debate ajuda a evidenciar a pluralidade de leituras e de mecanismos de valoração de um mesmo evento, ao mesmo tempo em que facilita perceber o caráter relativo, mas não arbitrário, das diferentes posições. Quando percebem que os colegas defendem, com igual intensidade e competência, soluções frontalmente contrárias às suas, os alunos têm uma experiência da diversidade de perspectiva que marca as sociedades democráticas e plurais.

Ao mesmo tempo, eles se dão conta da impossibilidade de arbitrar tais diferenças apenas com base em conceitos e teorias, uma vez que, como o próprio debate permite intuir, também esses se fundam em um *a priori* cuja validade não pode ser aferida por meio da utilização dos critérios que regem a chamada objetividade científica (proble-mática mesmo em seus próprios termos).

Para além de sua substância argumentativa e temática, a dinâmica do debate participa também do tipo de ensino de ética que essa proposta propõe implementar. O desenvolvimento da capacidade de escuta e fala respeitosa e abertas, da percepção da variedade e da alternância de pontos de vista como uma riqueza e não um problema é fundamental para a construção daquela sensibilidade, daquela *sabedoria* essencial para bem ponderar os dilemas éticos.

Não se trata, é bom frisar, apenas de incorporar ao curso a dimensão da ética da discussão nos termos em que a propõe Habermas (2004), embora ela deva estar presente também aqui. Mas importa sobretudo propiciar aos envolvidos a capacidade de reconhecer no outro, para lá de sua condição de interlocutor, um sujeito cuja alteridade é valioso respeitar. Se quisermos utilizar a expressão de Charles Taylor (1991, pp. 33 e 48), construir uma ética de diálogo e ação baseada no “caráter fundamentalmente dialógico” dos seres humanos e na percepção de que nossa própria identidade “depende crucialmente de minhas relações dialógicas com os outros”.

Nesse contexto de ensino, as difíceis questões com que os alunos irão se defrontar quando egressos – inclusive o tantas vezes espinhoso campo das relações entre ética geral e ética profissional, entre responsabilidade cidadã e responsabilidade técnica – são antecipadas e discutidas a partir de sua natureza multifacetada e problemática. Refletindo sobre elas a partir do diálogo e dos contrapontos em sala de aula, os alunos estarão mais bem aparelhados para fazerem suas decisões no futuro.

A formação ética nesses moldes não garante – e nem seria de se esperar que o fizesse – que todos os egressos pautem sempre sua prática

profissional pelos ditames éticos que construíram. Seria mesmo um contrassenso supor que uma proposta metodológica fundada na celebração da pluralidade tivesse por meta gerar respostas homogêneas. Mas ela permite, pelo aprofundamento da capacidade de sopesar eticamente diferentes elementos e valores em conflito, que os discentes estejam muito melhor aparelhados para decidir o caminho que, afinal, trilharão. Se as faculdades de direito forem capazes de desenvolver essas habilidades, já terão avançado muito na construção de uma resposta positiva à pergunta que serve de título a este texto.

## BIBLIOGRAFIA

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Livro VI, Secção 8. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W.D. Ross. São Paulo, Abril Cultural, 1991.
- BRASIL. *Diretrizes Curriculares de Cursos de Direito*. Brasília, MEC/Secretaria de Educação Superior, 2000. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/dir\\_dire.pdf](http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/dir_dire.pdf). Acesso em: 29/8/2016.
- CARVALHO, Leonardo A. "Diálogo Socrático", in José Garcez Ghirardi (coord.). *Métodos de Ensino em Direito: Conceitos para um Debate*. São Paulo, Saraiva, 2009.
- DRAKAKIS, John. *The Merchant of Venice: Third Series (Arden Shakespeare)*. London, Bloomsbury, 2011.
- DWORKIN, Ronald. *Levando os Direitos a Sério*. Tradução de Nelson Boeira. São Paulo, Martins Fontes, 2002.
- GHIRARDI, José Garcez (coord.). *Métodos de Ensino em Direito: Conceitos para um Debate*. São Paulo, Saraiva, 2009.
- GIOVANELLI, Rafael. *Discursos de Desenvolvimento no Supremo Tribunal Federal: A Participação Indígena na Autorização Parlamentar Para o Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte*. Dissertação de mestrado em Direito e Desenvolvimento. São Paulo, Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, 2015.
- HABERMAS, Jürgen. *A Ética da Discussão e a Questão da Verdade*. São Paulo, Martins Fontes, 2004.
- KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Prática*. Tradução de Artur Morão. Lisboa, Edições 70, 2001.

- LEVINAS, Emmanuel. *Le temps et l'autre*. Paris, PUF/Quadrige, 1983.
- LIPOVETSKY, Gilles. *A Era do Vazio: Ensaios sobre o Individualismo Contemporâneo*. Barueri, Manole, 2005.
- MACINTYRE, Alasdair. *After virtue*. Paris, University of Notre Dame Press, 2007.
- SAPUCAIA, Rafael. "A Aplicação Máxima da Proporcionalidade no STF: um Caso", in *Rev. SJRJ*, v. 20, n. 36. Rio de Janeiro, 2013, pp. 193-204. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=79052>. Acesso em: 29/8/2016
- SENNETT, Richard. *Declínio do Homem Público*. Rio de Janeiro, Record, 2015, cap. 14.
- TEUBNER, Gunter. "Altera Pars Audiatur: Law in the Collision of Discourses", in Richard Rawlings (ed.). *Law, Society and Economy*. Oxford University Press, 1997, pp. 149-76.
- TIMMONS, Mark. *Moral Theory: An Introduction*. Plymouth, Rowman & Littlefield, 2013.
- VIEIRA, Oscar Vilhena. "A Gramática dos Direitos Humanos", in *Boletim Científico da ESMPU*, n. 4, julho/setembro de 2002. Disponível em: <http://boletimcientifico.escola.mpu.br/boletins/boletim-cientifico-n.-4-2013-julho-setembro-de-2002/a-gramatica-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 29/8/2016.



Marcos Santos/USP Imagens

# **A futura atividade político-partidária e a responsabilidade ética do magistrado**

*Joaquim Falcão*

*Laura Osório*

## resumo

A Constituição Federal e o Código de Ética da Magistratura determinam que é vedado ao magistrado participar de atividade político-partidária com objetivo de preservar sua independência judicial. É dever ético específico de sua profissão. Mas o que significa atividade político-partidária? Quais são as atividades efetivamente proibidas? Por meio de casos reais, ilustrativos, presentes na prática e na agenda do constitucionalismo brasileiro, buscaremos demonstrar que a filiação partidária não é a única forma de atividade político-partidária vedada aos magistrados.

**Palavras-chave:** ética da magistratura; atividade político-partidária; filiação partidária; candidatura; atividade judicial.

## abstract

*The Brazilian Federal Constitution and the Code of Judicial Ethics establish that judges are forbidden to take part in party political activities in order to preserve their judicial integrity. That is an ethical responsibility their profession entails. But what does party political activity really mean? Which activities are actually barred? Through real and illustrative cases taken from the practice and agenda of Brazilian constitutionalism, we aim to demonstrate that party affiliation is not the only form of party political activity prohibited to magistrates.*

**Keywords:** *judicial ethics; party political activities; party affiliation; candidacy; judicial activities.*

## “Eu sou o que serei” (Octavio Paz)

**F**oi com a República, em 1934, que surgiu a proibição constitucional de juízes participarem de atividades político-partidárias. A Constituição de 1988 a manteve<sup>1</sup>.

O Código de Ética da Magistratura, de iniciativa do Conselho Nacional de Justiça, de 2008, também vedou o exercício de atividade político-partidária. Depois de associar a independência do julgar ao comportamento ético do juiz<sup>2</sup>, diz em seu artigo 7º: “A independência judicial implica que ao magistrado é vedado participar de atividade político-partidária”.

Além do comportamento ético comum a qualquer outro cidadão, o magistrado deve comportamento ético específico de sua profissão. A ética da responsabilidade, diria Max Weber (1985, pp. 113-4).

Além da Constituição e do Código de Ética, a Lei Orgânica da Magistratura e o próprio Código

de Processo Civil impõem ao magistrado<sup>3</sup> valores éticos – como transparência, independência, imparcialidade, prudência, cortesia, diligência, dignidade, honra, decoro, dentre outros.

A regulação infraconstitucional converge para o princípio da moralidade da administração pública (art. 37, CF), de que o Poder Judiciário é parte. Donde o comportamento antiético do magistrado, mais do que apenas contrário à lei, é contrário à Constituição.

Mas o que significa “atividade político-partidária”?

Para responder, há que se precisar cuidadosamente o que se entende por “atividade”. E por “político-partidária”. É o que vamos aqui tentar.

Sempre que possível, partiremos de casos reais, ilustrativos, presentes na prática e na agenda do constitucionalismo brasileiro. Palpáveis quase que com as mãos, como diria Gilberto Freyre.

A Constituição não proíbe a atividade político-partidária como decisão nos autos<sup>4</sup>. Está protegida

---

Agradecimentos a Diego Werneck Arguelhes e Julia Cani, pela interlocução.

1 “Art. 95, CF: [...] Parágrafo único. Aos juízes é vedado: [...] III - dedicar-se à atividade político-partidária.”

2 “Art. 4º, Código de Ética da Magistratura: Exige-se do magistrado que seja eticamente independente e que não interfira, de qualquer modo, na atuação jurisdicional de outro colega [...]. Art. 5º: Impõe-se ao magistrado pautar-se no desempenho de suas atividades sem receber indevidas influências externas e estranhas à justa convicção que deve formar para a solução dos casos que lhe sejam submetidos.”

3 “Art. 37, CF: A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]”

4 Sobre o tema, ver: Falcão (2012) e Arguelhes (2016).

---

**JOAQUIM FALCÃO** é professor titular de Direito Constitucional e diretor da FGV Direito Rio.

**LAURA OSÓRIO** é advogada e pesquisadora da FGV Direito Rio.

pelo livre convencimento do juiz. Mas proíbe, sim, atividade como comportamento fora dos autos.

Aqui começa o problema.

Filiar-se a um partido é atividade óbvia e formalmente proibida. Mas é possível exercer atividade político-partidária sem estar filiado? Existem outras atividades, além da filiação, de cunho e consequência político-partidária? Acreditamos que sim. Mas são todas proibidas?

Qual é a linha divisória da ética e da legalidade, entre filiação partidária e outras atividades políticas, como opiniões, assessorias, declarações de voto, apoios, entrevistas, programas de televisão, encontros oficiais ou não oficiais com autoridades ou candidatos partidários?

Para os países que adotam o modelo da separação dos poderes, a proibição de atividades político-partidárias é quase um patrimônio cultural. Não se limita a proibir filiação. É conceito amplo e tão necessariamente vedado que, mais do que reprimido, se violado, exige reparação ética e pública.

Foi o que aconteceu recentemente com a juíza Ruth Ginsburg, nos EUA. Do alto dos seus 83 anos, diante da possibilidade de Donald Trump ganhar as eleições do país, Ginsburg declarou: “Trump é uma fraude e não tem coerência. Diz o que vem à sua cabeça”<sup>5</sup>.

Foi crítica política de consequências partidárias, fora dos autos, pública e em meio a um processo eleitoral. Suficiente para que a mídia, os partidos Republicano e Democrata e a comunidade acadêmica e jurídica condenassem como antiéticas suas declarações.

Diante da reação, a juíza Ginsburg manifestou publicamente claro pedido de desculpas:

“Refletindo meus recentes comentários, em resposta a perguntas da imprensa, foram infelizes e lamento por tê-los feito. [...] Os juízes devem evitar comentários sobre candidatos a cargos públicos. No futuro, serei mais circunspecta”<sup>6</sup>.

5 Disponível em: <http://oglobo.globo.com/mundo/juiza-da-suprema-corte-dos-eua-se-desculpa-por-criticas-trump-19712500>. Acesso em: 20/7/2016.

6 Ver “Juíza da Suprema Corte dos EUA se Desculpa por Críticas a Trump”. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/mundo/juiza-da-suprema-corte-dos-eua-se-desculpa-por-criticas-trump-19712500>. Acesso em: 20/7/2016. No mesmo sentido, “Ruth Bader Ginsburg

Mas não é desse tipo de comportamento que queremos tratar, e sim de outro. E é o seguinte.

Existe um consenso de que a atividade político-partidária proibida é aquela que ocorre e se esgota enquanto o magistrado está na sua atividade jurisdicional. Como no caso da juíza Ginsburg.

Não falaremos aqui do consenso, mas sim do controverso, do comportamento durante o exercício da magistratura, mas que indica futura atividade político-partidária do magistrado, que se concretiza apenas depois de deixar a magistratura.

Nesses casos, seu futuro político-partidário de sucesso poderá depender de seu presente como magistrado. Como defende Dalmo Dallari (2014):

“O juiz que ainda no exercício das funções jurisdicionais já entrou em contato com um partido para filiar-se logo que deixar o cargo será inevitavelmente influenciado por esses entendimentos. Os casos que lhe forem submetidos e nos quais o partido ou os dirigentes partidários tenham interesse serão conduzidos e decididos sob essa influência, comprometendo seriamente a independência e imparcialidade do juiz”.

Permitam-nos, então, narrar alguns exemplos.

Por sua liderança profissional e visão de Brasil, o ministro Sepúlveda Pertence sempre foi visto como excelente candidato a cargo eletivo majoritário, sobretudo depois que se tornou presidente do Supremo Tribunal Federal, em 1995.

Em 1997, em reunião de associação de magistrados em Pernambuco, Pertence pronunciou discurso que em muito se aproximava do programa do candidato Luiz Inácio Lula da Silva.

Não era filiado ao Partido dos Trabalhadores, mas seu discurso podia ser considerado, por muitos de boa-fé, como atividade programática de conteúdo político-partidário. Por quê?

Estávamos, naquela época: (a) em período eleitoral, (b) em meio à discussão pública sobre a escolha do candidato a vice-presidente, (c) o currículo do ministro Pertence demonstrava disposição de competição (fora ser candidato à Ordem

Regrets ‘Ill-Advised’ Remarks About Donald Trump”. Disponível em: <https://www.theguardian.com/law/2016/jul/14/ruth-bader-ginsburg-regrets-donald-trump-remarks-faker>. Acesso em: 9/8/2016.

dos Advogados do Brasil), e (d) o conteúdo de seu discurso era ideologicamente compatível com as propostas da esquerda de então.

Tudo o dizia candidatável à vice-presidência da República, na chapa de Luiz Inácio Lula da Silva. Intencionalmente ou não, o discurso de Pertence estimulou a crença numa futura atividade político-partidária.

Ele não se candidatou, mas a dúvida teórica ficou. Perdura até hoje.

Pode um magistrado agir de modo a estimular a crença de que pretende, depois de encerrar suas atividades como magistrado, exercer uma atividade político-partidária?

Na mesma época, a juíza carioca Denise Frosard, que julgara com destemor e independência os bicheiros no Rio de Janeiro, condenando-os à prisão, deixou a magistratura e foi eleita deputada federal em 2002. Captou futuros eleitores com base em sua atividade judicial anterior.

Não exerceu atividade político-partidária enquanto magistrada, mas sua atividade jurisdicional beneficiou sua futura atividade político-partidária posterior.

Essa vinculação é que é o problema.

A atividade político-partidária raramente é ato isolado. Pode ser começo, meio ou final de uma sequência de atividades de natureza diversa.

Essa sequência é nosso foco.

Às vezes, a atividade começa antes da filiação ao partido. Às vezes, a dispensa. Inicia-se como sintonia, convergência de ideias, conversas, parcerias, contatos, exposição pública, busca do reconhecimento social. São múltiplas atividades que só depois se consolidam como atividade político-partidária. A filiação pode ser o final e não o começo.

Há uma potencial sequência – ética ou antiética – entre a atividade jurisdicional de hoje e as múltiplas atividades político-partidárias de amanhã, o que pode gerar danos à democracia.

Nosso problema, acreditamos que agora esteja claro. A captura da atividade jurisdicional de hoje, em favor de uma futura atividade político-partidária, é ética e legal? É constitucional?

Lembremos Octavio Paz: “Eu sou o que serei”. Lembremos o tempo tríduo tão a gosto de Eduardo Portella. O passado, o presente e o futuro são um, somente. Todos somos feitos de sequências.

Somente captando a sequência entre a atividade judicial corrente e a futura atividade político-partidária do magistrado, podemos apreender seu significado ético e constitucional.

É legítimo aposentar-se voluntariamente para, em seguida, ser ministro da Justiça de um governo político-partidário? Ou, logo em seguida à aposentadoria, concorrer por um partido a vice-prefeito, vice-presidente, senador ou presidente da República?

A potencialidade político-partidária do magistrado é mais e mais visível no midiático ambiente político eleitoral de nosso atual Estado democrático de direito (Arguelhes & Ribeiro, 2015), pelo crescente protagonismo do Judiciário (Falcão & Oliveira, 2012), pela plena liberdade de expressão, pela TV Justiça (Fonte, 2016; Arguelhes & Hartmann, 2012; Falcão, 2011), pelas mídias sociais (Hartmann, 2012; Hartmann & Cerdeira, 2012), pelo descrédito dos políticos representativos e por uma Constituição com importante agenda de direitos fundamentais e sociais dos quais, em geral, os juízes são os mais claros defensores.

Um comportamento mais circunspecto, menos exposto à mídia, mais prudente na convivência social, que não busque o reconhecimento social ou a autopromoção, como quer o artigo 13 do Código de Ética da Magistratura<sup>7</sup>, torna a atividade do magistrado menos eleitoralmente capturável.

A propósito, a apropriação político-partidária futura não depende necessariamente da intenção do magistrado. É um ativo que os partidos buscam. Os exemplos são diários.

Até hoje as pesquisas eleitorais demonstram que o ministro Joaquim Barbosa, devido à sua atuação no caso do Mensalão, seria um forte candidato à presidência da República.

Recentemente, o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, José Renato Nalini, se aposentou para aceitar o cargo de secretário de Educação do governo de São Paulo.

Depois de conduzir com êxito o processo do Mensalão, o ministro Ayres Britto foi assediado para se candidatar ao Senado por vários estados. Recusou.

7 “Art. 13. O magistrado deve evitar comportamentos que impliquem a busca injustificada e desmesurada por reconhecimento social, mormente a autopromoção em publicação de qualquer natureza.”

Não são poucos, inclusive, os que já defendem que o juiz Sérgio Moro ou o procurador federal Deltan Dallagnol se candidatem a cargos eletivos ou sejam aproveitados politicamente em futuros governos.

Diante desse cenário, o que fazer?

A imensa maioria das pesquisas sobre percepção de confiança no Judiciário evidencia insuficiente confiança dos cidadãos na Justiça como instituição. O último Índice de Confiança na Justiça brasileira (ICJ Brasil), coordenado por Luciana Gross Cunha e divulgado pela Escola de Direito da FGV de São Paulo no segundo semestre de 2015, indica que apenas 32% dos brasileiros confiam no Poder Judiciário<sup>8</sup>. Essa desconfiança persiste há anos.

As causas são múltiplas e inexistem dados rigorosos que nos permitam identificá-las. Uma delas, acreditamos, pode ser a percepção da politização do Judiciário.

Aliás, o Código de Ética da Magistratura é expresso no artigo 15 ao vincular o comportamento do magistrado a maior ou menor confiança do cidadão no Judiciário: “A integridade de conduta do magistrado fora do âmbito estrito da atividade jurisdicional contribui para uma fundada confiança dos cidadãos na judicatura”. O bem público a proteger é, portanto, a percepção ética da atividade do juiz, seja como comportamento ou *como decisão*.

O caso americano *Microsoft vs US Government* bem ilustra essa tese. Em 1999, o governo americano acusou a Microsoft de violar dispositivos da lei antitruste e de deter verdadeiro monopólio tecnológico. O juiz Thomas Penfield Jackson foi afastado do caso por não ter tido um comportamento ético, acusado de ter contato não permitido com as partes e de fazer comentários

públicos não apropriados para um caso ainda em julgamento<sup>9</sup>.

Os fatos mostraram que o juiz concedera entrevistas públicas a jornais como *The Wall Street Journal*, *Financial Times* e *The New York Times* e participara de conferências em universidades e de seminários, fazendo comentários jurídicos ou não sobre o caso ainda não julgado. Mais ainda, tivera vários contatos secretos, em *off*, com vários repórteres. Mesmo tendo o próprio juiz proibido a publicação de algumas de suas declarações até o final do julgamento, os fatos ocorreram, não havia dúvidas.

Nos próprios autos, a Suprema Corte americana não encontrou desvios registrados que demonstrassem favorecimentos comprometedores da imparcialidade do juiz. No âmbito interno ao processo, seu comportamento fora “correto”. O problema era fora dele. Causara dano à confiança dos cidadãos na imparcialidade do Judiciário. O juiz foi afastado do caso compulsoriamente.

A legitimidade do Poder Judiciário depende não somente do exercício da imparcialidade e independência, mas também, e principalmente, da sua percepção social, bem público tutelável constitucionalmente.

## POR UMA NOVA REGULAÇÃO

Para aperfeiçoar, propor novas soluções que aumentem a confiança no Judiciário e que dificultem a potencial politização partidária do comportamento do juiz, pelo menos quatro conjuntos de variáveis devem ser considerados.

Primeiro, se a futura atividade político-partidária se beneficia das decisões nos autos ou do comportamento fora dos autos.

Segundo, se o magistrado deixou a magistratura por vontade própria ou por aposentadoria compulsória.

Terceiro, se vai exercer a atividade político-partidária no Poder Executivo, no Poder Legislativo ou em partido político.

8 A instituição ficou atrás das Forças Armadas (67%), da Igreja Católica (57%), da imprensa escrita (43%), das redes sociais (42%), das grandes empresas (39%), do Ministério Público (39%) e da Polícia (35%). Empatou com as emissoras de TV (32%) e está à frente apenas dos sindicatos (25%), do Congresso (12%), do governo federal (11%) e dos partidos políticos (6%) (Relatório ICJ Brasil – 2º Semestre/2015. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16539/Relato%CC%81rio%20ICJBrasil%20-%202%2BA%20sem%202015.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Gráfico 07, p. 18. Acesso em: 7/6/2016).

9 Sobre o tema, ver Valenti (2016): “For judges, the appearance of impropriety we just can’t have,” says Eileen Libby, associate ethics council for the American Bar Association. *The only remedy is having him step down*”.

Quarto, se vai exercer a atividade político-partidária logo após a saída da magistratura ou tempos depois.

Uma política judicial mais rigorosa, que despolitize o presente e o futuro do magistrado, vai depender da combinação desejada desses conjuntos, para enfrentar situações muito díspares.

A seguir, dois exemplos para percebermos a complexidade envolvida.

Escolhido pelo presidente Figueiredo como ministro do Supremo em 1983, Francisco Rezek<sup>10</sup> pediu exoneração sete anos depois para atender a um convite do presidente eleito, Fernando Collor, para servir, nos cargos de confiança política, como ministro das Relações Exteriores. Como ministro, participa do esforço para que o governo tenha sucesso.

Em seguida, logo em 1992, saiu do governo. E foi renomeado ao Supremo por Collor. Aposentou-se em 1997 e foi eleito com mandato de nove anos para a Corte Internacional de Justiça.

Este é um exemplo clássico de *revolving doors*<sup>11</sup>, que a legislação e jurisprudência internacional hoje em dia tanto procura evitar.

Situação distinta foi a do juiz federal Flavio Dino. Nomeado por concurso, depois de exercer a magistratura por mais de dez anos, reconheceu em si uma vocação política e voluntariamente deixou a magistratura, perdendo inclusive qualquer direito a pensão ou proventos. Não havia um cargo específico ou atividade político-partidária imediata a exercer que intencionasse se beneficiar de sua atividade judicial. Mais tarde concorreu a deputado federal e hoje é governador do Maranhão. Como governador do Maranhão e ex-magistrado, recentemente defendeu:

“Judiciário não pode mandar carta para passeata. E se o juiz, o procurador quiser fazer passeata: há um caminho. Basta pedir demissão do cargo. Aliás, quero dizer que adoro fazer passeata.

Mas não use a toga para fazer política porque isso destrói o Poder Judiciário”<sup>12</sup>.

A Constituição não regula a futura atividade político-partidária do juiz. Prevê expressamente período de quarentena para o exercício da advocacia pelos magistrados. Não podem exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração<sup>13</sup>. Mas não prevê a quarentena para o exercício de atividade político-partidária.

Inexiste precedente de punição de ministro do Supremo por exercer atividade político-partidária, seja durante ou depois da atividade judicial.

Apesar de a Constituição estabelecer que o Conselho Nacional de Justiça tem competência disciplinar sobre qualquer magistrado, uma das primeiras decisões do Supremo foi a de que os ministros não se submeteriam ao CNJ, sob o argumento de que o Supremo é o órgão máximo do Poder Judiciário (Arguelhes, 2016) e o CNJ lhe é inferior (Falcão, Arguelhes & Cerdeira, 2012).

Esse argumento, *data venia*, não procede. A Constituição não excepcionou o ministro do Supremo da competência administrativa do CNJ. Ademais, da decisão do Conselho Nacional de Justiça caberia recurso ao próprio Supremo, assegurando-lhe assim a competência final sobre seus próprios ministros.

O resultado tem sido uma inusitada presença dos ministros na mídia, nos contatos político-partidários (Arguelhes, 2009; 2016), na busca injustificada e desmesurada por reconhecimento social, mormente a autopromoção em publicação de qualquer natureza.

Existem mais alguns casos em instâncias inferiores.

O juiz federal Itagiba Catta Preta Neto, que, por liminar, suspendeu a nomeação do ex-presidente Lula como ministro da Casa Civil, envolveu-se

10 Ver depoimento do ministro Francisco Rezek ao Projeto História Oral do Supremo: “Quando saí para o ministério, eu renunciei, simplesmente. Pedi exoneração e saí, pondo-me na zona cinzenta da insegurança. Mas depois, quando já eleito pelas Nações Unidas para a Corte de Haia, saí aposentado” (Rezek, Fontainha & Queiroz, 2016, p. 117).

11 Sobre o conceito de *revolving doors*, ver Ortiz (2016).

12 Disponível em: <http://www.ocafezinho.com/2016/03/22/flavio-dino-se-juiz-quiser-fazer-passeata-basta-pedir-demissao-mas-nao-use-a-toga-para-fazer-politica>. Acesso em: 9/8/2016.

13 “Art. 95, parágrafo único. Aos juizes é vedado: [...] V - exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.”

em polêmica por ter participado, antes de proferir a decisão, de passeata política a favor do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Não só participou, como conferiu notória publicidade à sua participação através de suas redes sociais.

Fotos e mensagens postadas por ele divulgaram seu posicionamento político. Aparecia em uma das manifestações contra a presidente Dilma Rousseff. Convocava pessoas para protestos.

Em outro caso, em 2013, por 9 votos a 5, o Conselho Nacional de Justiça confirmou a pena máxima de aposentadoria compulsória ao juiz Luís Jorge Silva Moreno, do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Testemunhas afirmaram que o magistrado participava de comícios, passeatas e outros eventos políticos locais. Em dada ocasião, chamara publicamente de “ladrão” o grupo político que conduzia a prefeitura do município onde atuava<sup>14</sup>. Para aposentar compulsoriamente o magistrado, o conselheiro Bruno Dantas argumentou que a “Constituição afastou o magistrado da atividade política para garantir a isenção necessária”.

Em 2014, em caso semelhante, o Conselho aplicou penalidade menos severa – de advertência – ao juiz Milton Biagioni Furquim, de Minas Gerais, que também participava rotineiramente da vida política da cidade de Itapeva e, inclusive, discursou na posse do irmão como vice-prefeito do município.

O conselheiro Emmanoel Campelo, relator do processo, afirmou que, ao discursar na posse do irmão, o juiz “imiscuiu-se na política de cidade diversa da comarca de sua jurisdição, exorbitando, pois, o legítimo papel de representação institucional do Poder Judiciário”<sup>15</sup>.

## AS MEDIDAS DISPONÍVEIS E POSSÍVEIS

Devemos aqui partir do pressuposto de que a sentença é mais do que a mera aplicação da lei. É também escolha, ato de vontade do juiz, sujeita a inúmeras influências imprevisíveis.

14 Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/cnj-confirma-punicao-juiz-do-maranhao-por-atividades-politicas-7747428>. Acesso em: 9/8/2016.

15 Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/61562-juiz-de-mg-recebe-pena-de-advertencia-por-manifestacao-em-eventos-politicos>. Acesso em: 9/8/2016.

É inevitável que dentro da margem de discricionariedade inerente à atividade jurisdicional, influências de futura atividade político-partidária possam se infiltrar em determinados casos. É inevitável, também, que essa futura atividade não esteja livre de pressões externas ao magistrado.

Resta, porém, desestimular esses fatores. Seja como prevenção diante da excessiva exposição midiática de magistrados fora dos autos, como aperfeiçoamento da separação dos poderes no Estado democrático de direito, ou, então, para aumentar a confiança popular na imparcialidade da justiça.

Essas medidas, que a seguir sugerimos, poderiam ser tomadas isolada ou combinadamente, conforme os legisladores assim considerassem.

A primeira, e mais radical, é a da inelegibilidade eleitoral e a proibição de ocupar cargos de confiança no Poder Executivo. Na verdade, quando o cidadão opta livremente por ser magistrado, abre mão de uma série de direitos, em troca de outros. Para a vida. Daí o direito à vitaliciedade. Mas abre mão, inclusive, de alguns de seus direitos políticos: o de ser votado, por exemplo.

O ministro Eros Grau já disse ao Projeto História Oral do Supremo, da FGV Direito Rio<sup>16</sup>, talvez reforçando a tese da vitaliciedade, que não existe ex-ministro do Supremo. Existe, sim, “ministro aposentado do Supremo” (Grau, 2015).

Ou seja, mesmo depois de ministro, continua-se ministro. É, inclusive, o que sugere o regimento do Supremo quando prevê que os ministros receberão o tratamento de excelência, conservados o título e as honras correspondentes, mesmo após a aposentadoria<sup>17</sup>. Mas esta seria medida extrema.

Outra seria estabelecer quarentena, como já ocorre para o exercício da advocacia e com vários cargos do Poder Executivo. Estão sujeitos à quarentena membros do Conselho de Governo, do Conselho Monetário Nacional, da Câmara de Política Econômica e da Câmara de Comércio

16 Sobre o Projeto História Oral do Supremo, ver: <http://historiaoraldosupremo.fgv.br/sobre-o-projeto>.

17 “Art. 16. Os Ministros têm as prerrogativas, garantias, direitos e incompatibilidades inerentes ao exercício da magistratura. Parágrafo único. Receberão o tratamento de Excelência, conservando o título e as honras correspondentes, mesmo após a aposentadoria, e usarão vestes talares, nas sessões solenes, e capas, nas sessões ordinárias ou extraordinárias.”

Exterior do Conselho de Governo, do Banco Central do Brasil e os diretores de agências reguladoras, dentre outros.

Essa é medida já defendida por alguns autores. Um deles é Dallari, segundo o qual é necessário fixar um prazo de desincompatibilização, de quarentena, para que as decisões de um magistrado não sofram pressões diretas de partidos e de seus dirigentes, para preservação de sua imparcialidade e independência (Dallari, 2014). O objetivo é riscar tentações antiéticas no exercício da magistratura.

Em julho de 2015, essa medida esteve na pauta do Senado, com o PLS 476/2015. O projeto pretendia estabelecer o prazo de dois anos, após a exoneração, para que magistrados e membros do Ministério Público pudessem concorrer a cargos eletivos.

O intuito era justamente o de evitar o “desvirtuamento” das atribuições legais dos membros do Judiciário – “já que alguns buscam popularidade para posterior candidatura a cargos eletivos” –, impedindo a atuação midiática e autopromocional dos magistrados durante o exercício de suas funções<sup>18</sup>.

A nosso ver, a eficácia da quarentena seria maior se, em vez de ser calculada com base em período temporal fixo, fosse por eleições.

A quarentena por um curto período, como os dois anos propostos no PLS 476/2015, não necessariamente evitaria tentação e captura. Provavel-

mente o cenário político seria semelhante àquele do exercício da magistratura. Dois anos seria tempo curto e ao mesmo tempo suficiente para construção político-partidária da candidatura. E o magistrado continuaria atraído pela atividade político-partidária futura.

Assim, se um magistrado cumprisse quarentena de duas eleições pertinentes à atividade político-partidária que pretendesse exercer, seja no Poder Executivo ou no Poder Legislativo, ocorrendo as eleições necessariamente de quatro em quatro anos, seriam as chances de mudança do contexto político muito maiores. Estaria menos exposto às influências, pressões e ambições político-partidárias presentes e não haveria o contágio de ambições.

Essas medidas poderiam ainda ser combinadas, ou não, com a perda ou diminuição de benefícios previdenciários ou econômicos de qualquer outra natureza. Perder benefícios conquistados arduamente por concurso público seria forte medida de desestímulo ao abandono da carreira.

Evidente, porém, que dependem de conjunturas políticas favoráveis. Mais especificamente, de um preciso diagnóstico sobre as consequências da politização do presente judicial por uma atividade político-partidária do futuro para nossa democracia.

Esse diagnóstico começa por uma percepção da ética da responsabilidade judicial. E o começo é a metade de tudo.

---

18 O projeto foi aprovado no Senado, mesmo enfrentando controversos interesses e discussões com relação ao prazo necessário para se diluir no tempo as possíveis consequências da atividade político-partidária futura

no exercício da magistratura presente. Mas parou na Câmara, onde há mais de um ano aguarda designação de relator na Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania.

## BIBLIOGRAFIA

- ARGUELHES, Diego Werneck. "Afinal, Ministro do Supremo É Magistrado?". Disponível em: <http://jota.uol.com.br/afinal-ministro-do-supremo-e-magistrado>. Acesso em: 9/8/2016.
- \_\_\_\_\_. "Editorial: O Supremo na Política. A Construção da Supremacia Judicial no Brasil", in *Revista de Direito Administrativo*, v. 250, 2009, pp. 5-12.
- \_\_\_\_\_. "Ligações Perigosas." Disponível em: <http://jota.uol.com.br/ligacoes-perigosas>. Acesso em: 9/8/2016.
- ARGUELHES, Diego Werneck; HARTMANN, Ivar A. "Transparência Interrompida", in *O Globo*, 14/9/2012.
- \_\_\_\_\_. "A Audiência do Supremo Tribunal Federal no Mensalão", in *O Globo*, 5/9/2012.
- ARGUELHES, Diego Werneck; RIBEIRO, Leandro Molhano. "O Supremo Individual: Mecanismos de Influência Direta dos Ministros sobre o Processo Político", in *Direito, Estado e Sociedade*, v. 46, 2015, pp. 121-55.
- DALLARI, Dalmo. "Juízes no Palanque – Quarentena Necessária", in *Jornal do Brasil*, 27/2/2014. Disponível em: <http://www.jb.com.br/dalmo-dallari/noticias/2014/02/27/juizes-no-palanque-quarentena-necessaria>.
- \_\_\_\_\_. *O Poder dos Juízes*. São Paulo, Saraiva, 2014.
- FALCÃO, Joaquim. "A justiça Vai à Televisão", in *Blog Noblat*, 22/2/ 2011.
- \_\_\_\_\_. "Ao Opinar Fora dos Autos, Ministros Desrespeitam Direito do Cidadão", in *Folha de S. Paulo*, 16/8/2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/61074-ao-opinar-fora-dos-autos-ministros-desrespeitam-direito-do-cidadao.shtml>. Acesso em: 8/8/2016.
- FALCÃO, Joaquim; OLIVEIRA, Fabiana Luci de. "O STF e a Agenda Pública Nacional: de Outro Desconhecido a Supremo Protagonista?", in *Lua Nova*, v. 88, 2012, pp. 429-69.
- FALCÃO, Joaquim; ARGUELHES, Diego Werneck; CERDEIRA, Pablo. "O Diálogo entre o CNJ e o Supremo", in *Interesse Nacional*, v. 16, 2012, pp. 50-61.
- FONTE, Felipe de Melo. "O Supremo Tribunal Federal Antes e Depois da TV Justiça: Rumo à Sociedade Aberta de Telespectadores?", in *Revista Brasileira de Direito Público*, v. 14, 2016, pp. 131-41.
- GRAU, Eros. *História Oral do Supremo (1988-2013)*, v. 10. Organização de Fernando de Castro Fontainha, Rafael Mafei Rabelo Queiroz e Thiago dos Santos Acca. Rio de Janeiro, Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2015.
- HARTMANN, Ivar A. "Marco Aurélio É o Rei dos Holofotes no Twitter", in *Blog do Ancelmo*, 23/10/2012.
- HARTMANN, Ivar. A.; CERDEIRA, Pablo. "Mensalão Ultrapassa 'Avenida Brasil' no Google e no Twitter", in *Folha de S. Paulo*, 6/8/2012.
- ORTIZ, Gaspar Ariño. "Sucessos e Fracassos da Regulação". Disponível em: <http://www.direitodoestado.com/revista/REDAE-3-AGOSTO-2005-GASPAR%20ARINO%20ORTIZ.pdf>. Acesso em: 9/8/2016.
- REZEK, Francisco. *História Oral do Supremo (1988-2013)*, v. 15. Organização de Fernando de Castro Fontainha e Rafael Mafei Rabelo Queiroz. Rio de Janeiro, Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2016.
- VALENTI, Catherine. "Microsoft Judge's Fate Not Surprising". Disponível em: <http://abcnews.go.com/Business/story?id=88023&page=1>. Acesso em: 9/8/2016.
- WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo, Cultrix, 1985.



# **balanço olímpico**



# A imagem do Brasil nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro

*Katia Rubio*



Quando, em 2 de outubro de 2009, em Copenhague, a cidade do Rio de Janeiro foi anunciada como a sede dos Jogos Olímpicos de 2016, pensei

atônita o quão pouco dirigentes olímpicos de todo o mundo conheciam sobre o Brasil.

Menos eufórica que a maioria dos colegas próximos ou distantes, pensei em tudo o que poderia acontecer naqueles sete longos anos que estavam por vir. De imediato não pensei nas dimensões administrativas nem organizativas que dois anos antes já haviam sido ensaiadas na realização dos Jogos Pan-Americanos. Ali já se desvendara muitas das mazelas de um modo singular de conduzir a coisa pública: falta de planejamento ou um planejamento irreal, a morosidade na condução de licitações e concorrências obrigatórias para que no limite do prazo tudo fosse realizado em caráter de urgência sem os necessários trâmites legais, ou ainda, a inexistência de um projeto posterior de uso do bem público para benefício da população duramente atingida em seu cotidiano por obras que alteraram radicalmente a vida em uma cidade já caótica. O que pensei naquela tarde, olhando pela janela, foi que ainda estavam por vir duas eleições nas diferentes esferas de poder, todas elas envolvi-

das na realização dos jogos, poder esse partilhado por políticos de diferentes partidos, com visões de mundo e de Brasil muito distintas, muito embora, naquele momento, parecessem amigos de infância. Embora eu não defendesse a candidatura brasileira, no momento em que o resultado foi anunciado, pensei que como cidadã e pesquisadora eu deveria me envolver naquilo que estava por vir.

Nos meses e anos que se seguiram, nos vários congressos internacionais dos quais participei, a pergunta que sempre tentava responder era como o Brasil, a sexta maior economia de então, país emergente que sobreviveu sem solavancos à crise de 2008, realizaria um evento das proporções dos Jogos Olímpicos tendo outros tantos problemas para resolver. Mais de uma vez respondi tentando resgatar um pouco de nossa história “republicana”, mostrando que a democracia no país era não mais do que uma criança e o que eu mais temia era a estabilidade democrática, tão duramente construída nos últimos anos. Mas, por mais que eu me esforçasse em explicar o que isso significava, o que havia sido o período da ditadura militar ou como as instituições ainda eram frágeis, o

---

**KATIA RUBIO** é professora associada da Escola de Educação Física e Esporte da USP e membro da Academia Olímpica Brasileira.

imaginário idílico que cerca essa nação tropical, uma espécie de Shangrilá latino-americana, abençoada por Deus e bonita por natureza, se sobrepunha aos argumentos objetivos de que corríamos sérios riscos nesse processo.

Ou seja, mais do que discutir no plano da objetividade, era necessário apresentar e desconstruir um campo simbólico fortemente enraizado no imaginário internacional sobre o que é e o que foi o Brasil nos últimos anos, ou melhor, séculos. Realizados os Jogos Olímpicos de 2016, é tempo de fazer um balanço sobre o ocorrido nessa Ilha de Vera Cruz que, durante alguns anos, foi objeto de curiosidade e atenção por parte de pesquisadores e interessados em esporte, ou não, de todo o mundo.

O objetivo deste artigo é discutir as narrativas construídas sobre o Brasil ao longo da realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro 2016 a partir dos símbolos e cerimônias criados para esse fim.

## O MITO FUNDADOR E A NECESSIDADE DE UM SEMIÓFORO

O que é o Brasil, afinal? Esta pergunta é quase sempre respondida com frases feitas como “um país onde todas as raças se encontram e convivem harmoniosamente” ou “um país descoberto por portugueses, invadido por holandeses e franceses, cultivado por africanos e branqueado por imigrantes vindos de todas as partes do mundo no final do século XIX”. Mas, mais do que responder a uma pergunta que encobre a dificuldade de afirmar uma identidade nacional, o que se observa nas respostas dadas é a afirmação de um senso comum que faz o próprio brasileiro duvidar de quem é e o que é seu país.

Conforme aponta Chauí (2000), esse mito fundador vincula o passado ao presente, impedindo assim um entendimento atual, resguardando o distanciamento necessário da criação original. Apon-ta a autora que a sociedade brasileira é resultado de uma espécie de mito criado pelas elites do país, sejam elas intelectuais ou não, capaz de mantê-la unida no longo processo de formação da nação. O conceito de mito aqui é usado não apenas na acepção etimológica, como uma narração pública de feitos lendários da comunidade, mas principal-

mente no sentido antropológico, em que a narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para ser resolvidos no nível da realidade. Daí a autora afirmar também o caráter mítico-psicanalítico, de uma repetição de algo imaginário, que impede ou dificulta a percepção da realidade sobre si. E assim, “um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo” (Chauí, 2000, p. 6).

Como nação colonizada, desfruta da frescura da condição de pertencimento a um mundo novo (a América), em contraste ao velho mundo (a Europa). O deslumbramento dos europeus com as condições de uma terra paradisíaca se encontra desde o documento escrito por Pero Vaz de Caminha quando da chegada dos portugueses àquilo que seria o Brasil, entendido então como “descobrimen-to”. Conforme apontam Karnal e Tatsch (2009), muito embora essa carta tenha sido encontrada em 1773, apenas em 1817 ela foi publicada pela primeira vez, momento em que se ensejava a valorização da entidade nacional no Brasil independente. A “epi-fania documental” trazida na carta “dependeu do surgimento do nacionalismo brasileiro, dependeu do crescente orgulho português pelo passado épico das navegações e do contexto do Quinto Centenário no ano de 2000” (Karnal & Tatsch, 2009, p. 12). Amplamente divulgada ao longo do século XX, a carta de Caminha descreve a terra encontrada como um paraíso habitado por mulheres nuas, com água e comida em abundância, clima ameno e seres pintados e amistosos.

Se a narrativa do europeu português sobre essa terra nova estava baseada na visão que aquele primeiro contato proporcionava, a carta-documento foi a matéria-prima para a criação do mito fundador se tornar um semióforo.

Conforme Chauí (2000), semióforos são signos de poder e prestígio desprovidos de utilidade aparente. Celebram a unidade daqueles que compartilham uma crença ou passado em comum. É um fato ou acontecimento, um animal, um objeto, uma pessoa ou uma instituição que adquire um valor simbólico, tornando-se objeto de adoração ou celebração e seu lugar deve ser público para que a sociedade possa celebrá-lo, conservando

assim o sentimento de comunhão e unidade por ele proporcionado.

Se a carta de Caminha se apresentou a Portugal no século XVIII, e séculos mais tarde ao mundo, como o devir da Terra Brasilis, na condição de semióforo, ela afirmou o imaginário idílico de um país de proporções continentais (identidade que se apresentará no Hino Nacional com a expressão “gigante pela própria natureza”), livre de adversidades naturais que provocam toda a ordem de desgraça, fonte inesgotável de água (bem mais que precioso no tempo presente), oferecendo assim aos poetas românticos os elementos para a construção de um imaginário heroico sobre seu povo, como manifestado na construção do poema “A Pátria”, de Olavo Bilac:

“Ama com fé e orgulho a terra em que nasceste.  
Criança! Não verás país nenhum como este.  
Olha que céu, que mar, que rios, que floresta!  
É a natureza aqui perpetuamente em festa  
É um seio de mãe a transbordar carinhos”.

Transposto para o início do século XXI, os Jogos Olímpicos reforçam os signos do semióforo já constituído no passado. Eles representam a maior celebração esportiva do planeta e apenas países pujantes e grandiosos poderiam ascender a essa condição (Guttman, 2002). E então, repetindo Chauí (2000), o “verde-amarelismo” anteriormente utilizado pelo Estado brasileiro para garantir que a “questão nacional” fosse alcançada é novamente instrumentalizado, agora em um governo democrático, para se fixar no imaginário popular, neutralizando toda a sorte de tensões vividas por essa sociedade definida circunstancialmente e oportunisticamente como pacata. E uma vez mais os semióforos, que também têm por função dissimular uma cidadania mal estruturada, são remodelados conforme a conveniência do momento histórico. Com a expressão “nunca antes na história deste país” criou-se uma falsa impressão de que o “gigante pela própria natureza” havia acordado e estava pronto para conquistar o mundo. Passou-se a reivindicar assento no Conselho de Segurança da ONU e no G7, anunciou-se que a grande crise de 2008 não produzira no país um *tsunami*, conforme previsto, mas apenas uma marola, e conquistou-se o direito de sediar a

Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos num intervalo de apenas dois anos. Os megaeventos esportivos eram a prova maior de que o país estava pronto para pertencer, não ao grupo dos primos novos-ricos do mundo (o Brics), mas aos verdadeiramente ricos e poderosos, ou seja, o G7.

## JOGOS OLÍMPICOS: O SEMIÓFORO DO ESPORTE MODERNO

Os Jogos Olímpicos da Era Moderna também se afirmam como o semióforo do esporte contemporâneo. Criados como uma competição com repertório simbólico inspirado nos Jogos Olímpicos da Antiguidade, mantiveram ao longo do século XX, a despeito das grandes guerras e dos conflitos internacionais regionais, a frequência quadrienal de um fato quase religioso (Rubio, 2016a).

Mais do que uma criação que sobreviveu e se locupletou do capitalismo, os Jogos Olímpicos foram entendidos desde sua criação como a face pública do Movimento Olímpico, que tinha como finalidade educar e promover o esporte como valores fundamentais da sociedade. A partir dessa narrativa, construiu-se um imaginário capaz de mobilizar governos e, mais recentemente, empresas, transformando o Comitê Olímpico Internacional (COI) em uma das instituições mais poderosas do planeta e os atletas em artistas capazes de alavancar a produção e o consumo de toda espécie (Rubio, 2001).

Para além das questões de ordem esportiva especificamente, misturam-se e escondem-se interesses de todas as ordens, apontando o poder que o COI, como instituição, e os Jogos Olímpicos, na condição de evento, desempenham no mundo contemporâneo. Realizados de quatro em quatro anos, com alternância entre Jogos de Verão e de Inverno, o evento reúne os melhores atletas das modalidades consideradas olímpicas de todo o mundo em um só lugar. O valor simbólico, conforme conceituaria Bourdieu (1998), dos melhores entre os melhores reunidos fisicamente em um mesmo lugar, confere a esse sítio a equivalente excelência por exigir competência na realização da organização da competição.

Não entrarei no mérito das exigências feitas pelos detentores dos direitos da realização dos

Jogos Olímpicos, que supera a questão técnica da organização do evento em si, mas impõe um padrão singular dessa realização, o que leva ao desrespeito da soberania nacional, entre outros muitos desrespeitos. Esse estado de coisas tem promovido uma reorientação da proposta olímpica, visto que os países verdadeiramente democráticos começam a declinar de convites para as próximas edições (Rubio, 2016b).

Das imposições feitas aos organizadores brasileiros pelos mandatários olímpicos, muitas foram cumpridas à risca e com maestria, outras nem tanto. Obras monumentais foram realizadas às custas de deslocamentos humanos cujo impacto ainda é difícil de mensurar (Zirin, 2014). O valor gasto em tudo isso talvez também nunca se saiba ao certo, uma vez que a responsabilidade por cada obra cumpriu a mesma trajetória que uma bola em jogo de bobinho. A esfera federal jogava para a estadual, que empurrava para a municipal, que dias antes dos jogos serem inaugurados decretou estado de calamidade pública em função da falta de recursos para pagar contas e salários de servidores. E quando chegou o grande dia, com improvisação e criatividade – marcas clássicas do jeitinho brasileiro –, lá estava a cara do Brasil para ser transmitida por mais de 120 emissoras ao redor do globo, alcançando 60 mil pessoas ao vivo no Estádio do Maracanã e mais de 3 bilhões de pessoas em todo o mundo<sup>1</sup>.

## OS JOGOS OLÍMPICOS DO RIO DE JANEIRO E A AFIRMAÇÃO DO MITO FUNDADOR DO BRASIL

No processo de postulação brasileira aos Jogos Olímpicos, desde que esse processo foi conduzido de forma realmente séria, a cidade do Rio de Janeiro sempre foi o projeto inicial de seus idealizadores, mesmo que Brasília, São Paulo e Curitiba demonstrassem interesse nessa realização (Zirin, 2014). Daí em diante, pode-se dizer que o Rio de Janeiro passou a representar, ou ainda ser, a imagem do próprio Brasil. Os jogos não eram do Bra-

sil, muito embora a receita para grande parte das obras fosse federal (Rubio, 2010). Os jogos foram da cidade do Rio de Janeiro. E os símbolos de nação brasileira que foram apresentados ao mundo eram, na realidade, símbolos cariocas, mais especificamente de uma parte de uma cidade que, além de frente para o mar, tem costas largas para uma periferia que clama por respeito e visibilidade.

Desde a proclamação da cidade como sede até a realização dos jogos, as imagens vendidas para o mundo buscavam contemplar uma cidade que vive para o prazer do lazer e a ostentação de um modo de vida hedonista. Sol vibrante, praias belas, montanhas verdejantes, cidadãos saudáveis e com tempo para práticas esportivas foram as imagens sistematicamente veiculadas para promover a Cidade Maravilhosa.

Na condição de uma celebração que se tornou um produto rentável, os Jogos Olímpicos, além de produzir competição esportiva, são também um desencadeador de consumo. Todos os tipos de produtos que possam ostentar a marca olímpica universal (os cinco anéis que em teoria representam a irmandade dos cinco continentes) ou a marca específica de uma edição olímpica costumam ser garantia de sucesso de vendas. É com essa intenção que são criados os mascotes, figuras antropomorfizadas que podem ser reduzidas ao tamanho de um chaveiro ou chegar a vestir um adulto e que buscam simbolizar aspectos do país que abriga os jogos.

Teoricamente escolhidos em votação popular por uma emissora de TV, os nomes homenagearam dois artistas brasileiros, ou melhor, cariocas: Vinicius de Moraes e Tom Jobim. Vinicius, o mascote dos Jogos Olímpicos, foi uma criatura com aspecto de felino, na qual buscou-se misturar toda a fauna brasileira. Tom, o mascote dos Jogos Paralímpicos, um boneco sem forma definida, foi apresentado como uma criatura mágica na qual se sintetizou a flora brasileira. Mesmo com um manual de instruções, não foi tarefa fácil explicar ao público brasileiro a relação entre esses nomes e as formas neles manifestadas.

A representação de nação presente nas narrativas produzidas para as cerimônias de abertura e encerramento dos Jogos Olímpicos é um tema presente em várias pesquisas (Tomlinson, 1996; Hogan, 2003; Traganou, 2010; Leng et al., 2014).

<sup>1</sup> Dados obtidos do portal BBC. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36938203>. Acesso em: 14/9/2016.

Sua relevância se deve, principalmente, pela abrangência que a veiculação desses espetáculos tem para o mundo, divulgando uma representação de identidade nacional que poucos outros trabalhos de relações públicas internacionais têm o poder de oferecer. De uma forma mais ou menos ufanista costuma-se apresentar para o planeta o prestígio do país, e não apenas da cidade, que acolhe os Jogos Olímpicos, reforçando a ideia de que uma nação é muito mais do que uma entidade geopolítica. Nas narrativas construídas para o momento dessas cerimônias, está contida a trajetória de um povo que acumula valores culturais relacionados com etnicidade, gênero e classes sociais.

No caso da cerimônia de abertura e de encerramento dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, o que se assistiu foi uma vez mais ao reforçamento da ideia do mito fundador e do semióforo de uma pátria virgem e intocada, de natureza transbordante, desvirginada pelos conquistadores europeus, que a tudo e a todos destruíram, clamando, nesses tempos de devastação e gastura, o cuidado com as reservas naturais, como se essa fosse uma prática recorrente nessa pátria mãe gentil, que a todos acolhe e provê. Não existe paradoxo maior nessa narrativa do que todas as reclamações sobre a poluição da Baía de Guanabara e da Lagoa Rodrigo de Freitas, e o clamor de atletas para que algo fosse feito em relação à qualidade daqueles ambientes de competição. Em vão. Da chegada dos europeus conquistadores aos imigrantes do século XIX, a história contada sobre uma nação multicultural e multiétnica buscava reforçar a cada imagem o acolhimento a todos aqueles que aqui chegaram e desejaram se instalar. Que mensagem apropriada para uma edição olímpica que ocorre em um momento em que se produz um fenômeno incontrolável de deslocamento humano em busca de um lugar seguro para viver!

A narrativa salta, então, desse imenso território chamado Brasil para a cidade do Rio de Janeiro, e tudo depois disso gira em torno dos valores produzidos nesse reduzido espaço de brasilidade como se fosse possível representar a nação como um todo usando apenas a imagem de uma cidade. Da garota de Ipanema aos bailes *funks*, passando por toda a ordem de bens culturais produzidos naquele território específico, o que se assistiu tanto na cerimônia de abertura como na de encerramento foi, antes de tudo, a um grande enredo produzido com a maestria de quem há quase um século produz carnaval, onde são contadas histórias de pessoas, lugares ou fatos históricos que chegaram a inspirar Stanislaw Ponte Preta a escrever o “Samba do Crioulo Doido”.

Vale ressaltar que a cerimônia de abertura dos Jogos do Rio de Janeiro foi francamente elogiada pela mídia de todo o mundo, destacando-se inclusive o fato de que ela custou apenas 10% da última edição olímpica, ocorrida em Londres. E, então, uma vez mais a criatividade e o jeitinho brasileiro são destacados como virtudes, encobrindo o rombo do orçamento ocorrido poucos meses antes da competição ter início, em virtude da grave crise institucional que assolou o país, o que levou à necessária improvisação por parte dos criadores.

Passada a festa, terminado o entorpecimento provocado pelos dias de suspensão vividos em função da irrealidade criada na Cidade Maravilhosa, ela e o país voltam àquilo que se pode chamar de normalidade. O gigante pela própria natureza volta para o Hino Nacional, e as belezas e pujanças cantadas nas cerimônias aguardam pelo carnaval do próximo ano, afirmando assim o mito fundador e a necessidade de criação de um outro semióforo para o Brasil.

## BIBLIOGRAFIA

- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.
- CHAUÍ, M. *Brasil – Mito Fundador e Sociedade Autoritária*. São Paulo, Perseu Abramo, 2000.
- GUTTMANN, A. *The Olympics: A History of the Modern Games*. Illinois, University of Illinois Press, 2002.
- HOGAN, J. "Staging the Nation. Gendered and Ethnicized Discourses of National Identity in Olympic Opening Ceremonies", in *Journal of Sport and Social Issues*, n. 2, v. 27, 2003, pp. 100-23.
- KARNAL, L.; TATSCH, F. G. "Documento e História: A Memória Evanescente", in C. B. Pinsky; T. R. Luca. *O Historiador e Suas Fontes*. São Paulo, Contexto, 2009.
- LENG, H. K. et al. "Make me Proud! Singapore 2010 Youth Olympic Games and its Effect on National Pride of Young Singaporeans", in *International Review for the Sociology of Sport*, n. 49, v. 6, 2014, pp. 745-60.
- RUBIO, K. *O Atleta e o Mito do Herói*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2001.
- \_\_\_\_\_. "A Função Olímpica do Pesquisador diante do Livre Pensar", in *Biblio 3W Revista Bibliográfica de Geografía e Ciencias Sociales*, v. XV, n. 895, 2010.
- \_\_\_\_\_. "Agenda 20+20 e o Fim de um Ciclo para o Movimento Olímpico Internacional", in *Revista USP*, n. 108. São Paulo, SCS-USP, 2016a, pp. 21-8.
- \_\_\_\_\_. "Como o Fora Temer se Encaixa nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro". Disponível em: <https://olimpianasblog.wordpress.com/2016/09/07>.
- TOMLINSON, A. "Olympic Spectacle: Opening Ceremonies and Some Paradoxes of Globalization", in *Media, Culture & Society*, n. 18, v. 4, 1996, pp. 583-602.
- TRAGANOU, J. "National Narratives in the Opening and Closing Ceremonies of the Athens 2004 Olympic Games", in *Journal of Sport & Social Issues*, n. 34, v. 2, 2010, pp. 236-51.
- ZIRIN, D. *O Brasil Dança com o Diabo: Copa do Mundo, Olimpíadas e a Luta pela Democracia*. São Paulo, Lazuli, 2014.



# O sistema e o desenvolvimento do esporte de alto rendimento olímpico no Brasil

*Flávia da Cunha Bastos*

**N**as cerimônias de abertura e de encerramento o Brasil empolgou e emocionou o mundo inteiro. Quanta sensibilidade, quanta simplicidade, que criatividade, como o país é capaz! Considerando as palavras do presidente do Comitê Olímpico Internacional, Thomas Bach, realizamos os jogos “à la Brazil”.

Muitos sentidos podem ser dados a essa expressão, mas minha leitura, que vou apresentar neste artigo, é de que ela retrata não só o nosso “fazer” em termos de organização de eventos. Aliás, nesse sentido, a imagem que passamos para o mundo é que nós, que sabemos organizar o carnaval, podemos organizar qualquer evento mundial!

Nesses últimos anos tenho me dedicado a estudar, com um grupo de colegas na Escola de Educação Física e Esporte da USP, a gestão do esporte de alto rendimento do país. Tivemos a oportunidade de conhecer melhor a nossa realidade e a de outros países, o que tem me levado a várias reflexões no sentido de analisar a trajetória histórica e das políticas de esporte e levantar elementos para pensar à frente.

Essas reflexões e as possíveis implicações para a formulação de políticas, processos e práticas para o desenvolvimento do esporte são um tema que tem

sido explorado tanto pelo meio acadêmico como por entidades internacionais e diferentes nações. O mesmo acontece em relação ao esporte de alto rendimento olímpico, no sentido de seus rumos futuros.

Um exemplo recente relacionado ao esporte olímpico vem do próprio Comitê Olímpico Internacional, ao lançar a Agenda 20+20, em 2014 (International Olympic Committee, 2014), na qual são destacados, entre outros, aspectos relacionados à governança, à maior aproximação com as entidades responsáveis pelo desenvolvimento das modalidades e com os comitês olímpicos, à valorização de atletas e à gestão dos jogos.

Dessa forma, o objetivo deste artigo é colocar em pauta o nosso “fazer” em relação ao futuro do esporte de alto rendimento no país, já que não temos essa visão na gestão do esporte nacional.

## SISTEMAS DE ESPORTE E O ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO

O desenvolvimento de modelos esportivos adotados por diferentes países, que se configu-

---

**FLÁVIA DA CUNHA BASTOS** é professora da Escola de Educação Física e Esporte da USP.

ram na visão de diferentes sistemas nacionais de desenvolvimento do esporte, tem sido estudado no sentido de se compreender os pontos-chave na avaliação de políticas de Estado e de governo de diferentes nações (De Bosscher et al., 2008; Digel, 2002a; Houlihan & Green, 2008a; Oakley & Green, 2001, 2005).

Nesses estudos e modelos teóricos são identificadas visões diferenciadas, especialmente quando se considera as dimensões do desenvolvimento esportivo (por exemplo, desenvolvimento do esporte de alto rendimento x esporte de massa), que estão presentes nas agendas políticas nos níveis local, nacional e internacional, ocasionando mudanças nos níveis social, comunitário e pessoal em termos de fomento e oferecimento de serviços de esporte (Girginov, 2008b; Houlihan & Green, 2008b; Smolianov & Zakus, 2008).

O desenvolvimento esportivo de um país, segundo Houlihan (2011), é balizado por diferentes visões. O autor afirma que, na maioria dos países, há, nos dias de hoje, uma tensão entre três orientações para o desenvolvimento esportivo: a primeira coloca a promoção e a participação esportiva como ponto central, com base na visão do movimento Esporte para Todos (Conselho da Europa); a segunda orientação diz respeito à identificação e à promoção do talento; e a terceira considera o esporte como um instrumento para atingir uma variedade de objetivos não esportivos, por exemplo, relacionados a saúde, desenvolvimento comunitário e educação (Houlihan, 2011).

Dessa forma, a gestão desse desenvolvimento esportivo deve ser balizada, conforme Girginov (2008a), na visão que o país tem. O autor ressalta ainda que essa gestão deve considerar três elementos: o primeiro é exatamente a visão, que o autor define como macronível; o segundo, o processo de mudança social (mesonível); e o terceiro, a entrega, que está relacionada ao planejamento e resultados de várias intervenções (micronível), através de associações, clubes, enfim, entidades que oferecem serviços de esporte e atividade física para as pessoas.

Em relação ao esporte de alto rendimento, segundo De Bosscher et al. (2016), mais da metade das pesquisas sobre o sucesso internacional de países no esporte de alto rendimento o explicam pelas variáveis população, riqueza e sistema de governo,

que, segundo os autores, são relativamente estáveis. Nos outros 50% são considerados, entre outros, os aspectos relativos ao próprio atleta e às políticas esportivas. As políticas têm sido tema recorrente em estudos e pesquisas recentes, que apontam que o sucesso do esporte de alto rendimento é cada vez mais suscetível de ser desenvolvido pelas políticas dos países. As estratégias elaboradas pelas nações com base em um planejamento e como componentes de um sistema estruturado são passíveis de maior monitoramento e controle, portanto, do gerenciamento da política esportiva.

Nesse sentido, diferentes estudos passaram a ser realizados, especialmente a partir dos anos 2000, considerando os elementos apontados pelos autores (Digel, 2002b; Houlihan & Green, 2008a; Oakley & Green, 2001; Rütten & Ziemainz, 2003).

Mais especificamente em relação à estrutura organizacional, Oakley e Green (2001) compararam países do antigo Bloco Oriental, considerados potências esportivas à época, e constataram uma tendência comum dos Estados de centralizarem as ações voltadas ao desenvolvimento esportivo, apesar das diferenças sociais, culturais, históricas e políticas entre eles.

Digel (2002a,b) desenvolveu um modelo para analisar as estruturas esportivas de diferentes países com resultados esportivos internacionais expressivos, encontrando pontos convergentes e divergentes voltados para o esporte de alto nível. Esse modelo considera três níveis de análise da estrutura esportiva: a própria sociedade (sua cultura, dimensões, demografia, etc.); a organização do esporte de alto rendimento (estrutura financeira, tradição olímpica, infraestrutura para atletas e treinamento, entre outros); e as relações de interdependência do próprio sistema esportivo com o ambiente (a política, a economia, os sistemas de educação, o papel da ciência no sucesso no esporte, das Forças Armadas, do setor privado, como parceiro e patrocinador do esporte, da mídia, como promotora do esporte, e da audiência, como base para o desempenho esportivo).

A análise das interações entre o sistema esportivo e o ambiente realizada pelo autor revelou que em todos os países, com exceção dos EUA, o esporte de alto rendimento é apoiado financeiramente, de forma direta, através do uso de dinheiro dos impostos do governo, com um

controle político sobre esse uso e com a obtenção, pelo próprio esporte, de alguns privilégios do Estado que não estão disponíveis a outros setores da sociedade (Digel, 2002a).

Mais recentemente, De Bosscher et al. (2008) propuseram uma abordagem específica para o esporte de alto rendimento, construída com base nos achados da literatura, na qual são considerados três níveis de análise: o macronível, assim como considera Digel (2002), no aspecto da sociedade, compreende os aspectos sociais, econômicos, históricos e culturais, entre outros; o mesonível engloba as políticas nacionais voltadas para o esporte; e o micronível refere-se aos aspectos específicos relativos ao desempenho individual de atletas. A partir dessas bases foi construído um modelo de análise estruturado em nove pilares norteadores para se analisar e permitir comparação entre nações quanto aos aspectos relacionados ao mesonível: o modelo Spliss (Sports Policies Leading to International Sporting Success). Nesse modelo, o Pilar 2, “Governança, Organização e Estrutura de Políticas para o Esporte”, é a base do processo, incrementado pela entrada dos recursos financeiros (Pilar 1), e fundamenta os outros sete pilares considerados para o sucesso esportivo internacional.

Independentemente da abordagem teórica, é consenso que o desenvolvimento de uma política de esporte de rendimento, que visa a resultados expressivos de atletas e equipes, envolve os aspectos dos ambientes interno e externo e tem a participação e a influência de entidades, pessoas, organizações e serviços. Ou seja, é imprescindível que diferentes stakeholders envolvidos participem do processo de estabelecimento de estratégias.

## SISTEMAS E POLÍTICAS DE ESPORTE NO BRASIL

No Brasil, estudos sobre a estrutura e o sistema esportivo têm sido realizados recentemente e ganharam importância tendo em vista especialmente as expectativas quanto à participação do país nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos (Böhme, 2012; Mazzei et al., 2012a, 2012b; Meira & Bastos, 2011; Meira, Bastos & Böhme, 2012; Meira, Mazzei & Böhme, 2012).

Em relação ao Sistema Brasileiro do Desporto, Godoy (2013) ressalta que não é possível estabelecer pontos de interseção/aproximação entre componentes do sistema, uma vez que os componentes não dialogam entre si, indicando poucas possibilidades de se viabilizar a criação de um sistema nacional de esporte para o Brasil.

Conclusões semelhantes aparecem em estudos sobre o Sistema Nacional do Desporto – que congrega especificamente organizações do esporte de rendimento no Brasil –, que revelam pontos críticos quanto à estrutura de políticas, organização e governança, e que nos permitem visualizar alguns cenários.

O primeiro deles se refere à existência de programas esportivos assistemáticos no país, com o Estado, os clubes e a família se responsabilizando pelo desenvolvimento dos atletas (Meira, Bastos & Böhme, 2012). O segundo diz respeito à necessidade de uma estrutura esportiva nacional que proponha e coordene as ações de órgãos governamentais e entidades nacionais do esporte (Böhme et al., 2015; Meira & Bastos, 2016; Meira, Bastos & Böhme, 2012). O terceiro, que reforça os anteriores, é relativo à existência de recursos financeiros que se contrapõem à necessidade de planejamento estratégico e integração das políticas, que precisam ser mais bem definidas e organizadas (Mazzei et al., 2015; Santos Neto et al., 2016).

Outros indicativos da necessidade de refletir e atuar no sentido de um aperfeiçoamento do sistema de esporte de alto rendimento no país se apresentam especificamente quanto aos projetos relacionados ao objetivo do país em relação aos Jogos Olímpicos Rio 2016. Os projetos implementados no país não possuem similaridade com programas realizados por outros países que conquistaram sucesso esportivo internacional e que já passaram pela experiência em sediar os jogos (Mazzei et al., 2012c).

Mais especificamente ainda, um dos programas, o Plano Brasil Medalhas, foi avaliado recentemente como um plano de emergência, não podendo ser qualificado como um plano estratégico devido à falta de elementos intrínsecos ao modelo de gestão estratégica e ao fator tempo envolvido, ou seja, foi uma tentativa tardia de buscar o desenvolvimento coordenado do espor-

te de alto rendimento (Santos Neto et al., 2016). Segundo os autores, o Brasil está em busca de artifícios para atingir sucesso desportivo em detrimento da construção de uma política de longo prazo com base na ciência, que iria buscar a inovação e uma vantagem competitiva que seria muito mais do que apenas a “vantagem em casa”.

## TENDÊNCIAS INTERNACIONAIS

Em face desse cenário brasileiro, cabe olharmos para o que ocorre no âmbito internacional, no que se refere a sistemas esportivos para o alto rendimento. Um sistema estruturado é a expressão da política para o desenvolvimento do esporte de um país, e pressupõe estratégias e investimentos (De Bosscher et al., 2016).

Obviamente há sistemas diversificados e que têm sido adotados de forma heterogênea nos diferentes países. No entanto, há uma tendência de os sistemas de sucesso serem “copiados” ou de se fazer adaptação e aplicação de modelos sem considerar fatores sociais, culturais e econômicos, entre outros, o que, como vimos, é determinante nos rumos do esporte (De Bosscher et al., 2016).

Houlihan e Green (2008) identificam fatores como globalização, comercialização e “governamentalização” para explicar essa tendência. Em relação a este último, ao estudar nove países, os autores apontam um aumento seja na gestão direta dos sistemas de esporte de alto rendimento (China, França, Cingapura, Nova Zelândia), seja na supervisão próxima do governo (Japão, Polônia). As ações identificadas de gestão se referem a regulação e financiamento direto ou indireto, através de loterias, e variam de acordo com a orientação política (social-democracia, neoliberalismo, socialismo).

Outros países, como a Noruega, apresentam, pelo contrário, pouca intervenção do governo, e ainda há aqueles que apresentam características de não intervencionismo, como os EUA.

Países que têm o governo como principal organizador do esporte de alto nível possuem leis, ações e sistema organizacional vigentes há muitos anos, como é o caso da China, que possui seu programa esportivo desde 1950, e mesmo com trocas de governantes ainda mantém as mesmas bases (Houlihan & Green, 2008b).

Os países que têm o esporte de alto rendimento controlado simultaneamente pelo governo e por outras organizações apresentam estrutura de gestão coordenada entre essas instituições. Na Austrália, por exemplo, essa coordenação se dá através do Australian Institute of Sport, agência de esporte de alto desempenho estratégico do país. No Reino Unido, existe integração entre projetos governamentais e entidades coordenados pelo UK Sports, instituição que gerencia programas e investimentos no esporte de rendimento olímpico e paralímpico. Já a Alemanha e o Japão ainda apresentam grande intervenção do governo. No caso da Alemanha, as federações têm liberdade de receber fundos de outros meios além do governo, e o Japão abriu espaço para a inclusão de patrocinadores e empresas privadas no esporte de alto nível (Digel, 2002c; Houlihan & Green, 2008b).

O modelo americano não apresenta envolvimento com órgãos políticos, fundamentando-se, assim, em três organizações principais do âmbito universitário, no Comitê Olímpico dos Estados Unidos (Coeu) e em equipes esportivas de alto rendimento, sendo o Comitê Olímpico o órgão principal, assim como na Itália, que tem o Comitê Olímpico Nacional (CON), órgão independente do governo, como administrador do esporte nacionalmente (Houlihan & Green, 2008b; Hoye, Nicholson & Houlihan, 2010).

Independente da orientação política do país, dos sistemas e modelos esportivos para o alto rendimento, segundo De Bosscher et al. (2016), os órgãos envolvidos devem atuar com definições claras de tarefas e responsabilidades, sem sobreposição das mesmas. Os autores ressaltam também a necessidade de planejamento estratégico de longo prazo, um sistema de comunicação eficiente e envolvimento e comprometimento de políticos quanto ao esporte (De Bosscher et al., 2016).

## O PRESENTE E O FUTURO NO BRASIL

No Brasil, duas organizações são responsáveis especificamente pelo desenvolvimento de políticas para o esporte de rendimento olímpico, o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e o Ministério do Esporte (ME), por meio da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento.

Ambos, com o Conselho Nacional de Esporte, formam o Sistema Nacional do Desporto e elaboram as políticas para o esporte de alto rendimento no país (Meira & Bastos, 2016; Meira, Bastos & Böhme, 2012).

A Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento tem por objetivo desenvolver o esporte de alto rendimento nacionalmente, por meio da implementação, supervisão e gerenciamento de programas e projetos governamentais. É composta de dois departamentos, o de Esporte de Base e de Alto Rendimento e o de Excelência Esportiva e Promoção de Eventos, e do Comitê Olímpico Brasileiro, que coordena a ação das confederações de modalidades olímpicas (Meira, Bastos & Böhme, 2012).

Como vimos, as avaliações realizadas até o momento nos levam a considerar que no Brasil é necessário que haja uma definição clara dos papéis dessas organizações e uma coordenação e estruturação para que programas e projetos possam ser replicados regionalmente, mas de modo integrado a diretrizes propostas, a serem acompanhadas e avaliadas de maneira central (Böhme et al., 2015; Godoy, 2013; Meira & Bastos, 2016; Meira, Bastos & Böhme, 2012).

Mais do que isso, é preciso que esses estudos retrospectivos, que não tiveram como objetivo delinear visões do futuro, sirvam de base para nortear possíveis mudanças para o esporte de alto rendimento no país.

Especialmente agora, quando temos uma falsa sensação de sucesso esportivo, com a realização dos jogos e o atendimento “parcial” da meta “de

emergência” de o país estar entre os “Top 10” no quadro de medalhas, entendo que seria o momento propício para se pensar e planejar efetivamente as possibilidades de futuro para a estruturação do esporte de alto rendimento no Brasil.

Nesse sentido, com base no conhecimento oriundo de outros países e sobre a realidade brasileira, inicialmente entendo que seria prioritária a construção de uma visão nacional em relação ao esporte, no seu sentido amplo, que atualmente se encontra expresso no artigo 217 da Constituição do país.

Caberiam, portanto, uma (re)discussão e uma nova construção desse entendimento. Nesse processo, ou mesmo intrínseco a ele, estaria a construção do entendimento sobre o papel e o posicionamento em termos de valor social e cultural do esporte de alto rendimento no país.

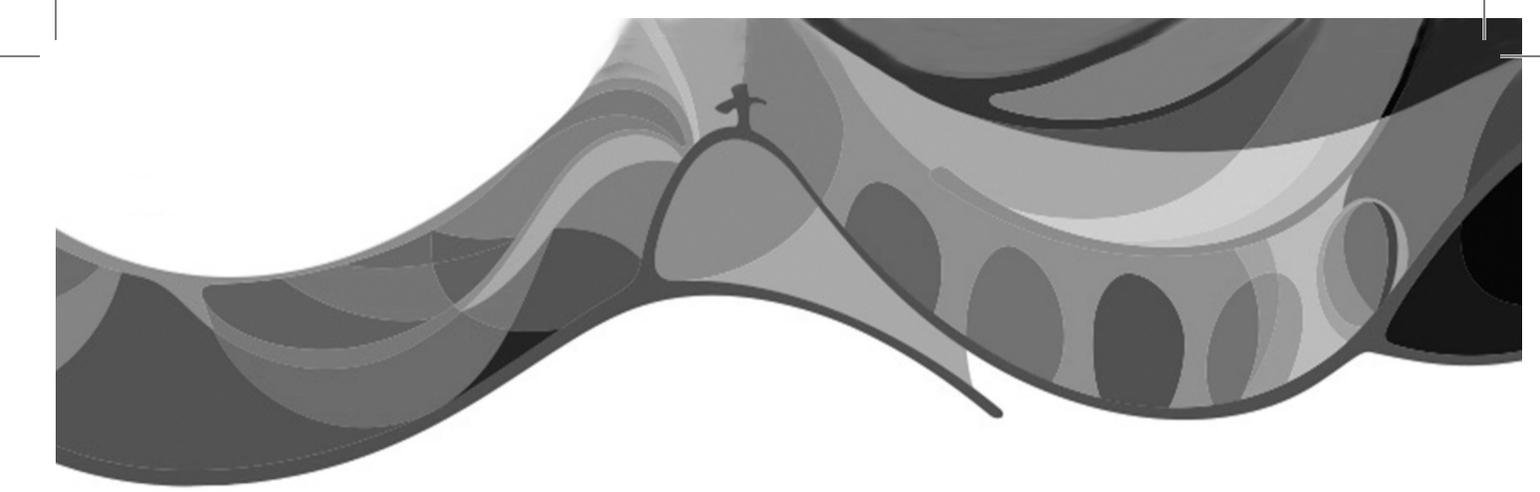
A partir do momento em que essas visões estiverem claramente postuladas e compartilhadas pela sociedade, será possível construir um sistema para o esporte de alto rendimento, com base nos princípios da governança, quais sejam, os da equidade, da transparência, da prestação de contas (accountability) e do cumprimento de normas.

Especialmente quanto à equidade, a participação de todos os *stakeholders* (representados por atletas, técnicos, dirigentes de entidades de prática e de administração do desporto, patrocinadores e financiadores, governos federal, estaduais e municipais, secretarias de Esporte e de Educação e cientistas do esporte e da gestão do esporte) garantiria inicialmente a legitimidade desse processo.

## BIBLIOGRAFIA

- BÖHME, M. T. S. et al. "Elite Sport Policies and Climate at Different Governmental Levels in Brazil", in H. Westerbeek, C. Brockett, D. Farrow (eds.). *Anais The World Congress on Elite Sport Policy 2015. Book of Abstracts*. Melbourne, Institute of Sport, Exercise and Active Living (ISEAL)/Victoria University, 2015.
- BÖHME, M. T. S. "Análise Descritiva dos Resultados Brasileiros Spliss". Disponível em: <http://citrus.uspnet.usp.br/lateca/web/index.php/pt/gepetij/relatorios-de-pesquisas/143-analise-descritiva-dos-resultados-brasileiros-spliss>.
- DE BOSSCHER, V. et al. *The Global Sporting Arms Race: An International Comparative Study on Sports Policy Factors Leading to International Sporting Success*. Aachen, Meyer & Meyer, 2008.
- \_\_\_\_\_. "A Gestão do Esporte de Alto Rendimento em Nível Nacional: o Modelo Spliss", in M. T. S. Böhme; F. C. Bastos (eds.). *Esporte de Alto Rendimento. Fatores Críticos de Sucesso – Gestão – Identificação de Talentos*. 1ª ed. São Paulo, Phorte, 2016, pp. 35-65.
- DIGEL, H. "A Comparison of Competitive Sport Systems", in *New Studies in Athletics*, v. 17, n. 1, 2002a, pp. 37-50.
- \_\_\_\_\_. "The Context of Talent Identification and Promotion: A Comparison of Nations", in *New Studies in Athletics*, v. 17, n. 3/4, 2002b, pp. 13-26.
- \_\_\_\_\_. "A Comparison of Competitive Sport Systems", in *New Studies in Athletics*, v. 17, n. 1, 2002c, pp. 37-49.
- GIRGINOV, V. "Managing Visions, Changes and Delivery in Sports Development: Summary and Prospects", in V. Girginov (ed.). *Management for Sports Development*. 1ª ed. Oxford, Elsevier, 2008b, pp. 277-84.
- \_\_\_\_\_. *Management for Sports Development*. 1ª ed. Oxford, Elsevier, 2008a.
- GODOY, L. *O Sistema Nacional de Esporte no Brasil: Revelações e Possíveis Delineamentos*. Tese de doutorado. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2013.
- HOULIHAN, B. "Introduction", in B. Houlihan; M. Green (eds.). *Routledge Handbook of Sports Development*. 1ª ed. Oxon, Routledge, 2011, pp. 1-4.
- HOULIHAN, B.; GREEN, M. *Comparative Elite Sport Development*. London, Elsevier, 2008a.
- \_\_\_\_\_. *Comparative Elite Sport Development*. 1st. ed. [s.l.] Oxford, Elsevier, 2008b.
- HOYE, R.; NICHOLSON, M.; HOULIHAN, B. *Sport and Policy: Issues and Analysis*. [s.l.] Oxford, Elsevier/Butterworth-Heinemann, 2010.
- INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. Olympic Agenda 2020.127th IOC Session. Disponível em: [http://www.olympic.org/documents/olympic\\_agenda\\_2020/olympic\\_agenda\\_2020-20-20\\_recommendations-eng.pdf](http://www.olympic.org/documents/olympic_agenda_2020/olympic_agenda_2020-20-20_recommendations-eng.pdf).
- MAZZEI, L. C. et al. "Centros de Treinamento Esportivo para o Esporte de Alto Rendimento no Brasil: Um Estudo Preliminar", in *Revista Mineira de Educação Física*, v. 1 (Esp.), n. 7, 2012a, pp. 1.575-84.
- \_\_\_\_\_. "Gestão da Confederação Brasileira de Judô: Um Estudo de Caso", in *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva*, v. 2, n. 1, 2012b, pp. 30-42.
- \_\_\_\_\_. "Projetos para Tornar o Brasil uma Potência Esportiva: Um Estudo Preliminar", in *Anais do I Singesp*. São Paulo, Singesp, 2012c.
- \_\_\_\_\_. "High Performance Sport in Brazil Structure and Policies Comparison with the International Context", in *Gestión y Política Pública*, 2015, pp. 83-111.

- MEIRA, T. B.; BASTOS, F. C. "Estruturas de Organização e de Promoção Esportiva", in M. T. S. Böhm (org.). *Esporte Infantojuvenil – Treinamento a Longo Prazo – Talento Esportivo*. 1ª ed. São Paulo, Phorte, 2011, pp. 219-40.
- \_\_\_\_\_. "Governança, Organização e Estrutura de Políticas para o Esporte", in M. T. S. Böhm; F. C. Bastos (eds.). *Esporte de Alto Rendimento. Fatores Críticos de Sucesso – Gestão – Identificação de Talentos*. 1ª ed. São Paulo, Phorte, 2016, pp. 99-127.
- MEIRA, T. B.; BASTOS, F. C.; BÖHME, M. T. S. "Análise da Estrutura Organizacional do Esporte de Rendimento no Brasil: Um Estudo Preliminar", in *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 26, 2012, pp. 251-62.
- MEIRA, T. B.; MAZZEI, L. C.; BÖHME, M. T. S. "Programas de Desenvolvimento de Talentos Esportivos nas Pesquisas Comparativas Internacionais sobre Esporte de Alto Rendimento e na Realidade Brasileira", in *Revista Mineira de Educação Física*, v. 20, 2012, pp. 37-72.
- OAKLEY, B.; GREEN, M. "The Production of Olympic Champions: International Perspectives on Elite Sport Development System", in *European Journal for Sport*, v. 8, 2001, pp. 83-105.
- \_\_\_\_\_. *Elite Sport Development. Policy Learning And Political Priorities*. London/New York, Routledge, 2005.
- RÜTTEN, A.; ZIEMAINZ, H. "Analysis of Talent Identification and Development Systems in Different Countries", in *IV International Forum on Elite Sport*, v. 1, n. 1, 2003, pp. 9-11.
- SANTOS NETO, S. C. et al. "Critical Analysis of the Brazil Medals Plan 2016: Strategic Plan or Emergency Plan?", in *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 2016 (no prelo).
- SMOLIANOV, P.; ZAKUS, D. H. "Exploring High Performance Management in Olympic Sport with Reference to Practices in the Former USSR and Russia". In *International Journal of Sport Management*, v. 9, 2008, pp. 206-32.



# Quando e onde se forma a experiência olímpica do atleta

*Maria Alice Zimmermann*



As narrativas da pesquisa “Memórias Olímpicas por Atletas Olímpicos Brasileiros”, inúmeros atletas olímpicos de diferentes épocas e modalidades

tiveram sua história marcada pela presença do professor de educação física na escola como incentivador e, às vezes, como responsável pela sua descoberta e posterior encaminhamento ao esporte de rendimento. Professor este que teve a sensibilidade de olhar para essa criança e encontrar um nível de habilidade excepcional. E, na condição de professor, se viu responsável por oferecer as condições para que ela desenvolvesse o virtuosismo que possuía.

Sabemos que nas condições em que se encontram as escolas na atualidade é muito difícil fazê-lo. Ouvimos, pelo relato dos atletas olímpicos, que esses professores abnegados, determinados, apaixonados pelo que fazem podem inclusive fazer isso também mesmo quando não há obrigação.

Dessa maneira, o professor de educação física escolar tem papel fundamental no desenvolvimento das modalidades esportivas, assim como é um forte personagem na colaboração de projetos de vida de seus alunos.

## CULTURA CORPORAL E EDUCAÇÃO FÍSICA

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), é fundamental que se faça uma clara distinção entre os objetivos da educação física escolar e os objetivos do esporte, da dança, da ginástica e da luta profissionais, pois, embora seja uma referência, o profissionalismo não pode ser a meta almejada pela escola. A educação física escolar deve dar oportunidades a todos os alunos para que desenvolvam suas potencialidades, de forma democrática e não seletiva, visando ao seu aprimoramento como seres humanos.

Segundo Betti (1992, 1994a), a educação física como componente curricular da educação básica deve introduzir e integrar o aluno na cultura corporal de movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-o para usufruir do jogo, do esporte, das atividades rítmicas e dança, das ginásticas e práticas de aptidão física, em bene-

---

**MARIA ALICE ZIMMERMANN** é professora da Escola de Educação Física e Esporte da USP.

fício da qualidade de vida. Segundo o autor, “a integração que possibilitará o usufruto da cultura corporal de movimento há de ser plena – é afetiva, social, cognitiva e motora. Vale dizer, é a integração de sua personalidade”.

Dessa maneira, abordamos as funções e expectativas sobre a educação física na escola. Não percebemos, assim, qualquer indício que seja da sua ordem formar atletas.

O que se considera atualmente é que, na maioria dos países, a responsabilidade de desenvolvimento dos valores também é atribuída às escolas, considerando o deslocamento da população por causa de guerras e de migrações e a convivência de pessoas de diferentes culturas.

Pois bem, o que é esperado do professor, então?

De acordo com Machado (2009), podemos apresentar as competências do professor utilizando quatro verbos:

- *mediar* os conflitos de interesse;
- *tecer* redes de significados;
- *mapear* valores e propor projetos;
- *construir* narrativas fabulosas.

A escola não é um ambiente de treinamento e aprimoramento técnico, onde se pratica o esporte pelo esporte, e, sim, um ambiente no qual muitos terão contato com as modalidades esportivas, inclusive pela primeira vez, podendo contribuir para ampliar a cultura esportiva e a diversificação da monocultura do futebol.

Os clubes já não possuem a mesma disponibilidade de atendimento como no passado. As Secretarias de Esporte dos municípios dispõem de, no máximo, 1% de recursos do orçamento para executar seus projetos, ou seja, em situações precárias de atendimento. As Secretarias de Educação possuem 25% dos recursos. As crianças estão nas escolas, os professores também, com quadras e, muitas, com materiais esportivos.

Entendo a perfeita possibilidade de coabitação no mesmo espaço. Não deve ser uma possibilidade unária nem tampouco binária, desde que haja uma proposta de enriquecimento educacional.

O problema é notável quando, dentre nossos alunos, encontramos os que gostam de praticar uma modalidade e querem treinar com mais dedicação. Para onde encaminhá-los?

Para formarmos um atleta olímpico, segundo estudos, há necessidade de algo em torno de 8 mil a 12 mil horas de treinamento, anos de preparação e dedicação exclusiva. Para a formação de técnicos é necessária a mesma preparação intensa – estudo, muito estudo, prática e aprimoramento.

Não é verdade que não tenhamos conhecimento para formar atletas de alto rendimento. O problema é mais complexo. Começando pelo sistema esportivo, que não temos, há que se considerar os projetos das federações e o tempo de seus dirigentes no comando, fato este que influencia diretamente a atuação de técnicos e atletas.

Abrindo um parêntese, destaco a atuação do técnico do medalhista olímpico da ginástica Arthur Zanetti, Marcos Goto, eleito técnico (individual) do ano no Prêmio Brasil Olímpico. Ele é responsável pela formação do nosso primeiro medalhista olímpico na ginástica e, por tabela, colabora sobremaneira com o desenvolvimento da ginástica no país. E isso não se deu da noite para o dia.

Logo após ter conquistado a medalha de prata como técnico de Zanetti, e auxiliando Diego Hypólito, avaliou que a falta de reconhecimento e as grandes dificuldades enfrentadas pelos professores acabam por desmotivar a permanência de muitos na função. Apontou a desvalorização da carreira e a falta de incentivo, pois não há nenhum benefício financeiro para os formadores.

## EDUCAÇÃO FÍSICA E EDUCAÇÃO OLÍMPICA: EXISTE DIFERENÇA?

De acordo com Rubio (2009), a expressão “educação olímpica” surgiu na década de 1970, tendo como pressupostos os valores e os ideais presentes no olimpismo. Uma de suas metas era tornar o esporte moderno parte da rotina escolar, inserindo uma filosofia de educação pelo esporte.

Na Carta Olímpica encontramos a definição de “olimpismo”, que é “uma filosofia de vida que exalta e combina em um todo equilibrado as qualidades do corpo, vontade e mente. Misturando o desporto com a cultura e a educação, o olimpismo procura criar um modo de vida baseado na alegria do esforço, no valor educacional do bom exemplo,

responsabilidade social e respeito pelos princípios éticos fundamentais universais”.

Segundo Binder (2010), Pierre de Coubertin, idealizador dos Jogos Olímpicos da Era Moderna,

“[...] considerava a importância da emoção e da imaginação como ferramentas pedagógicas. [...] E desde os primeiros Jogos Olímpicos modernos, o mundo é inspirado a cada quatro anos com histórias emocionais de triunfo atlético e decepção. Essas histórias permanecem como modelos e como confirmação para as futuras gerações de potenciais empreendedores elevados. Uma abordagem imaginativa para o ensino de valores olímpicos é importante para ajudar todos nós a romper as barreiras da tradição e preconceito de que, por vezes, envolvem-nos em desespero sobre *doping*, violência e engano”.

Mais do que aprender e falar sobre os valores, Coubertin estimulava a prática.

Bruce Kidd (1985) elencou os objetivos da educação olímpica:

- participação em massa: a expansão das oportunidades para o desporto e jogar para criar o que Coubertin chamava de “a democracia da juventude”;
- esporte como educação: o desenvolvimento de oportunidades que são genuinamente educacionais, que auxiliam os indivíduos e grupos no processo de conhecimento;
- desportivismo: a promoção de um alto padrão de espírito esportivo, que Coubertin chamava de “o novo código de cavalaria”.
- intercâmbio cultural: a integração do visual e das artes de palco para as comemorações olímpicas;
- compreensão internacional: a criação de um movimento cuja adesão transcenda categorias raciais, religiosas, políticas e econômicas, ou seja, uma irmandade que promova a compreensão e, assim, contribua para a paz mundial; e
- excelência: a busca da excelência no desempenho.

Algumas ações foram realizadas, independente do Programa de Educação Olímpica oficial, tais como o programa vivenciado na cidade de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Educação, no qual, a partir de 2007, tiveram

início as competições esportivas denominadas Olimpíadas Estudantis, de caráter escolar e com o objetivo de proporcionar desenvolvimento esportivo agregado ao valor educativo. Desde seu início, teve como proposta norteadora aproximar a prática e a iniciação esportiva dos aspectos educacionais implícitos nos esportes, sendo que a junção dessas duas áreas traz excelentes benefícios para a promoção do desenvolvimento humano e seus valores.

O regulamento, desde a primeira edição, buscou democratizar o acesso dos participantes, indicando, assim, a proximidade com os valores olímpicos como a igualdade, diminuindo a discriminação, o preconceito e a deslealdade. Dentro dessas questões, podemos citar: 1) para incentivar a participação em outras modalidades menos praticadas, as escolas inscritas com equipes nas modalidades futsal e handebol deveriam se inscrever nas modalidades voleibol e basquetebol; 2) para evitar que sempre os mais habilidosos jogassem e participassem de várias modalidades, ficou restrita a participação do aluno em apenas uma modalidade coletiva, sendo necessário, dessa maneira, ampliar o número de alunos praticantes das modalidades coletivas; 3) para estimular a participação feminina, tornou-se obrigatório que cada escola inscrevesse pelo menos uma equipe feminina na competição.

Uma proposta de formação pedagógica em educação olímpica foi realizada nos anos de 2012 e 2013 com o citado Programa de Educação Olímpica, e contou com a participação de 300 professores, a sua maioria envolvida com as Olimpíadas Estudantis, além de coordenadores pedagógicos, diretores de escola e professores de áreas diferentes da educação física. O objetivo estava na formação dos professores em temas relacionados com o Movimento Olímpico e posterior aplicação junto aos estudantes participantes.

Mais do que buscar a descoberta de talentos, a quebra anual de recordes e a melhora no desempenho e no número de participações dos alunos, as Olimpíadas Estudantis concretizavam-se como um campo privilegiado de formação discente e docente.

Durante o programa foi aplicada uma avaliação cujo objetivo foi verificar e diagnosticar como os professores e os educandos utilizam os

conceitos dos valores olímpicos. No ano seguinte, foi sugerida a aplicação aos alunos. Contava com um questionário composto de 70 questões com frases que descreviam sentimentos, opiniões e atitudes. Após a tabulação das respostas, foram destacados três aspectos: Excelência (importância da prática, aprender a superar as dificuldades, disposição); Trabalho em Equipe (planejamento, integração, equipe de esportes); e Autocontrole (autorrespeito, respeito pelos adversários e ética nos esportes).

A contextualização dos conteúdos discutidos e a apropriação das referências teóricas da educação olímpica ajudaram o professor na realidade do cotidiano escolar. Isso destaca que a produção do conhecimento só encontra sentido se estiver diretamente relacionada com a aplicação no cotidiano (Rubio, Meira & Zimmermann, 2013).

Outra iniciativa foram os livros *Missão Valores Olímpicos* e *Pimbo e Olimpo* como propostas de intervenção pedagógica para auxiliar os professores, pais e alunos para o entendimento que transpassa o ato esportivo.

## O QUE VI NAS ARENAS OLÍMPICAS

Passada a euforia da cerimônia de abertura, que merece com toda certeza um parêntese e um texto específico, fomos ao “campo de batalha”, ou seja, às arenas esportivas, para vivenciar a magia olímpica na Cidade Maravilhosa.

O que parecia algo impossível se concretizou: quadras e instalações esportivas da mais considerável qualidade estavam lá, prontas, aguardando os dias sagrados de disputas olímpicas e, principalmente, os seus principais atores, os atletas olímpicos.

Havia no ar algo completamente diferente, algo que com toda certeza foi realçado pelas belezas naturais da cidade escolhida em 2009. O que havia no ar era algo como um vento de esperança, de puro acolhimento da diversidade cultural que frequentava aqueles espaços nesses dias. Havia cordialidade, disposição para o “fazer dar certo”. Realmente era uma festa e isso nós sabemos fazer e viver.

Por outro lado, percebi, durante a realização dos jogos, manifestações em várias arenas relacionadas à pura expressão de sentimentos como

alguns dos citados anteriormente. Relaciono aqui algumas manifestações que convidam para a reflexão.

O que constatei foi a dificuldade de expressar-se de maneira adequada, de acordo com as expectativas da variedade de modalidades esportivas. Percebi, também, a inabilidade em conhecer os sinais da arbitragem de esportes menos constantes no nosso cotidiano e na nossa cultura. Como comemorar os pontos ganhos para quem torcíamos? Isso foi acompanhado na esgrima, por exemplo.

As partidas de tênis são jogadas no mais “puro” silêncio e o que vimos e ouvimos foram atletas se queixando da torcida, que gritava e fazia coro como se estivesse num campo de futebol. Outro fato no mínimo curioso se deu relacionado à arbitragem, que também teve sua torcida presente, pois eram “adotados” alguns árbitros para serem objeto de manifestação, uma vez que não se conheciam os atletas. Pura diversão.

Seguramente, podemos afirmar que nos faltou cultura esportiva, ou seja, nos faltou o quesito básico para análise, entendimento, discussão e principalmente manifestação adequada. Pois se espera da plateia de uma orquestra sinfônica, de balé ou peça de teatro, manifestações adequadas e relacionadas às expectativas daquele momento.

A cultura esportiva deveria ter feito parte do cotidiano das nossas escolas, e não apenas às vésperas do evento, mas deveria estar presente há anos nos ambientes escolares. Poderia ter sido realizada com maestria durante o Programa de Educação Olímpica, programa este que a organização dos Jogos Olímpicos assumiu como responsabilidade na apresentação do programa da sua candidatura, para garantir assim o legado social do evento.

Podemos, assim, dizer que tivemos um Projeto de Educação Olímpica no país?

O que vimos por aqui foi um projeto que intensificou a prática das diversas modalidades esportivas, com destaque nas mais desconhecidas. Houve formação/atualização pedagógica para professores. Também ocorreu a vivência para várias crianças das escolas que participaram do projeto. Por fim, viabilizou-se o primeiro contato com modalidades que não seriam conhecidas. Mas talvez o ponto falho tenha sido a abordagem dos valores.

Realmente não é tarefa fácil gerar conflitos para serem discutidos e resolvidos nos momentos das vivências esportivas. Ou mesmo proporcionar outro olhar, um prisma que cause desconforto, saindo da zona consolidada de pensamento e ação. O fim da educação é a ação; não há educação sem transformação e conservação.

Segundo Habermas (1998), a ação tem sentido de êxito e entendimento quando a ação estratégica vem acompanhada de ação comunicativa. Infelizmente, considerando a extensão continental do nosso país, essa iniciativa não chegou com a antecedência necessária, tendo início em 2014, e tampouco contemplou o considerável número de escolas e professores.

Outro ponto é o fato de o projeto não ter sido planejado considerando nossas características socioculturais. Poderia ter sido concebido, do começo ao fim, com as experiências já ocorridas pelo país. Vale lembrar que a postulação do Brasil ocorreu em 2009, demorando cinco anos para ter início o Programa de Educação Olímpica. Havia conteúdo digital, textos e cursos presenciais com vivências das modalidades esportivas, mas faltou destaque aos valores.

Na verdade, o Projeto de Educação Olímpica deve existir independente de a cidade/país receber os Jogos Olímpicos, mas, tampouco, às vésperas do evento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Onde está a dificuldade em realizarmos o esporte na escola? Sendo um modelo desejado, não é possível negar que não seja de interesse de professores e alunos.

Atletas olímpicos brasileiros demonstram, nas suas narrativas, a importância da vivência do esporte na escola e definem como gatilho para sua formação o papel do professor de educação física. Não é somente nas narrativas dos atletas que registramos esse fato. Vários praticantes de esporte também o consideram como responsável pela prática longeva, com alegria e entusiasmo. Muitos ainda competindo.

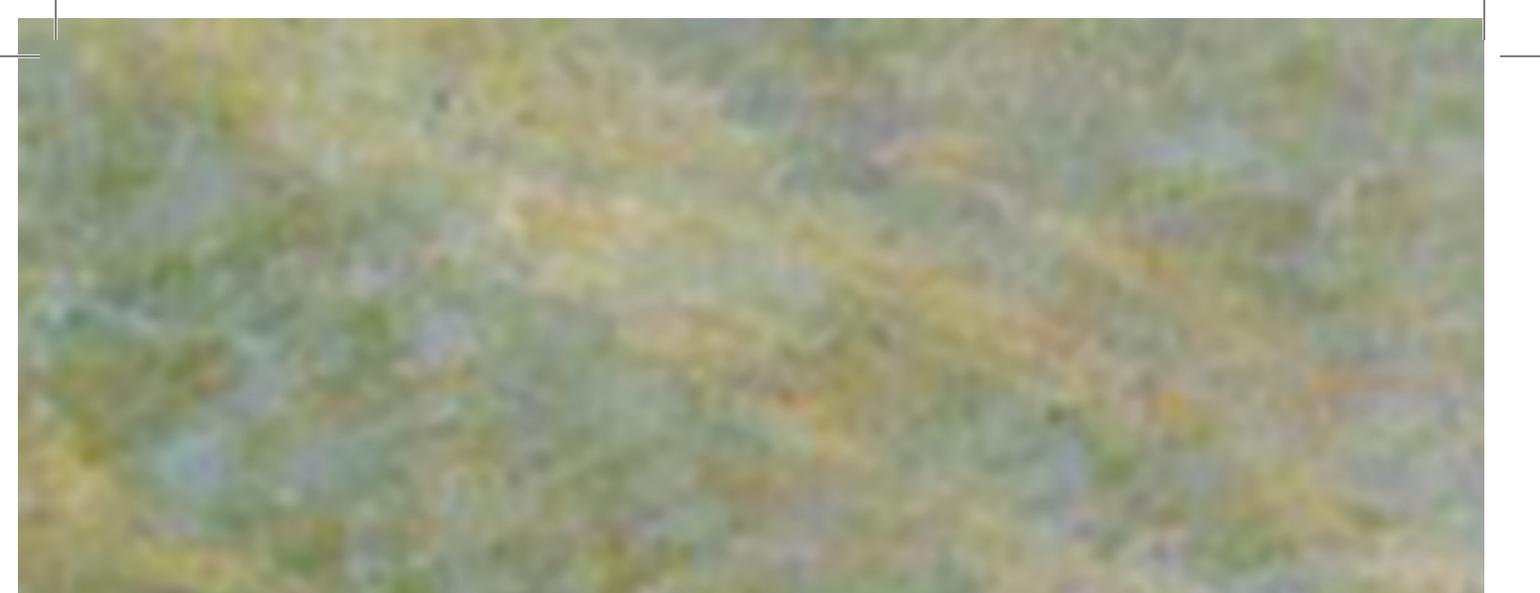
A prática esportiva não é somente física, ela é social e, acima de tudo, afetiva. São inegáveis essas características para o sujeito que pratica esporte e que o leva para a vida toda. São elementos cultivados no ambiente escolar.

Esta, sim, é a “formação” dos atletas na escola. Não é de ordem técnica, de refinamento do gesto técnico e tático, mas de “formação” educacional, no seu sentido amplo, de “formação” da cultura esportiva. Formação que preze os valores humanos, conservando-os, que dê ênfase ao projeto de vida e de transformação, que considere, segundo Sen (2007), a consciência, a multidimensionalidade e a integridade de cada um de nós.

## BIBLIOGRAFIA

- BETTI, M. "Ensino de 1º. e 2º. Graus: Educação Física para Quê?", in *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 13, n. 2, 1992, pp. 282-7.
- . "Valores e Finalidades na Educação Física Escolar: Uma Concepção Sistemática", in *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 16, n. 1, 1994, pp. 14-21.
- BETTI, M.; ZULIANI, L.R. "Educação Física Escolar: Uma Proposta de Diretrizes Pedagógicas", in *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte*, ano 1, n. 1, 2002, pp. 73-81.
- BINDER, D. L. "Teaching Olympism in Schools: Olympic Education as a Focus on Values Education", in *University Lectures on the Olympics*. Bellaterra, Centre d'Estudis Olímpics/International Chair in Olympism, 2010. Disponível em: [http://olympicstudies.uab.es/2010/docs/binder\\_eng.pdf](http://olympicstudies.uab.es/2010/docs/binder_eng.pdf). Acesso em: 10/9/2016.
- BRACHT, V.; ALMEIDA, F. Q. "A Política de Esporte Escolar no Brasil: A Pseudovalorização da Educação Física", in *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, vol. 24, n. 3, 2003.
- ESPORTE NA ESCOLA. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, pp.1-35, 3/3/2002.
- HABERMAS, J. *Facticidad y Validez*. Madrid, Trotta, 1998.
- INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. *Olympic Charter*. Lausanne, IOC, 2007.
- KIDD, B. "The Legacy of Pierre de Coubertin". Paper presented at Olympic Academy of Canada. Vancouver, B. C., 1985.
- MACHADO, N. J. *Educação – Competência e Qualidade*. São Paulo, Escrituras, 2009.
- PCNs – Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física*. Brasília, MEC/SEF, 1997.
- RUBIO, K; MEIRA, C. L; ZIMMERMANN, M. A. "Prática Docente em Educação Olímpica: Um Desafio Universal", in VII Seminário de Educação Física Escolar. São Paulo, 2013.
- RUBIO, K; QUINTILIO, N. K.; MARCONI, J. R. *Missão Valores Olímpicos*. São Paulo, Laços, 2016.
- SEN, A. *Identity and Violence*. New York/London, Norton, 2007.
- TONON, L. *Pimpo e Olimpo: Uma Viagem Rumo aos Jogos Paraolímpicos* (Kindle Edition). 2016

arte



**Aquisição e avaliação 3D  
da escultura *Formas Únicas*  
*da Continuidade no Espaço*,  
de Umberto Boccioni**



Detalhe de autorretrato de Boccioni (1908)

*Ana Gonçalves Magalhães*  
*Marcelo Knörich Zuffo*

**N**a historiografia do movimento futurista, o artista italiano Umberto Boccioni (1882-1916) foi sempre considerado um de seus mais ilustres representantes, e sua escultura *Formas Únicas da Continuidade no Espaço*, expressão máxima de sua poética futurista e paradigmática daquilo que consideramos ser a “escultura futurista” por excelência. Mas passado um século desde a morte do artista<sup>1</sup>, o que realmente sabemos sobre sua prática de escultor e o que de fato chegou até nós para que tenhamos constituído um discurso sobre a “escultura futurista” a partir de sua obra?

Procuramos aqui analisar o estado da arte dos estudos sobre Boccioni escultor e, mais especificamente, sobre sua obra *Formas Únicas da Continuidade no Espaço* (1913, original em gesso, 115,5 x 88,4 x 39,9 cm, Coleção Francisco Matarazzo Sobrinho, Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo – MAC-USP)<sup>2</sup>.

Começaremos apresentando a trajetória artística de Boccioni e sua produção em es-

cultura, para depois focarmos nas análises que estamos levando a cabo para melhor conhecer e entender a materialidade de *Formas Únicas...* e seus processos de feitura, no quadro de um projeto de conservação da obra que tem sido conduzido com a colaboração de especialistas e instituições no Brasil e no exterior, bem como com colegas de outras unidades da USP. O principal colaborador desse projeto, no exterior, é o Istituto Centrale per il Restauro (ICR), em

---

A pesquisa e o projeto de conservação da obra de Boccioni não teriam sido possíveis sem o apoio dos colegas diretamente envolvidos, colaboradores citados neste artigo, a saber: profa. dra. Márcia Rizzutto (IF/NAP/Faepah); a equipe da Divisão Técnica de Acervo – Laboratório de Pintura e Escultura do MAC-USP (na figura de seu chefe, Paulo Roberto do Amaral Barbosa); o técnico e especialista da Faro, sr. Clauson Lacerda; a bolsista Marina Barzon Silva; a equipe do prof. Marcelo Knörich Zuffo; o Istituto Centrale per il Restauro de Roma, em especial dra. Laura d’Agostino, a restauradora Vilma Basilissi e o engenheiro Ferdinando Provera. Entre os meses de abril e junho de 2016, Ana Gonçalves Magalhães esteve como *guest scholar* no Getty Research Institute de Los Angeles, nos Estados Unidos, onde teve acesso a fontes documentais importantíssimas na pesquisa sobre a obra em questão. Também agradecemos à pesquisadora Rosalind McKeever (The Metropolitan Museum of Art, Nova York), à curadora Lilian Tone (The Museum of Modern Art – MoMA, Nova York), à conservadora de escultura Lynda Zyberman (The Museum of Modern Art – MoMA, Nova York), e às conservadoras Jane Bassett e Julie Wolfe (The Getty Museum).

---

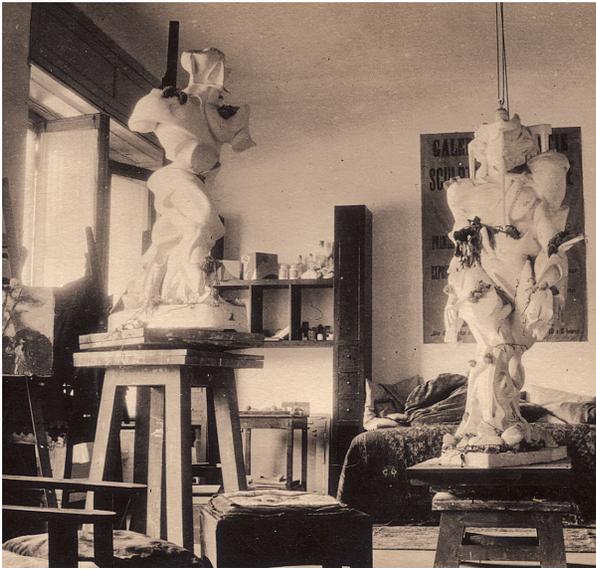
1 Boccioni morreu num acidente, a cavalo, em agosto de 1916.

2 Optamos aqui por publicar as medidas do gesso sem a base retangular da escultura, e sem a base de madeira que dá suporte ao conjunto. Isso porque suas fundições póstumas nem sempre foram feitas considerando-se a base retangular, mas apenas a figura com os dois blocos cúbicos sobre os quais as pernas se apoiam.

---

**ANA GONÇALVES MAGALHÃES** é professora livre-docente da Divisão de Pesquisa em Arte, Teoria e Crítica do MAC-USP.

**MARCELO KNÖRICH ZUFFO** é professor titular do Departamento de Engenharia de Sistemas Eletrônicos da Escola Politécnica da USP.



Gessos de *Expansão Espirática de Músculos em Movimento* e *Músculos em Velocidade* (1913, ambos destruídos), no ateliê de Umberto Boccioni, em Milão, 1914

Roma<sup>3</sup>. As unidades da USP envolvidas neste projeto são o Centro Interdisciplinar em Tecnologias Interativas, Núcleo de Apoio à Pesquisa, vinculado à Escola Politécnica, e o Departamento de Física Nuclear, através do Núcleo de Apoio à Pesquisa em Física Aplicada ao Estudo do Patrimônio Artístico e Histórico (NAP/Faepah), coordenado pela professora Márcia Rizzutto e do qual o MAC-USP faz parte através de nossa pesquisa.

O que apresentaremos a seguir, portanto, é uma reflexão em curso, baseada numa primeira análise sobre o escaneamento em 3D da obra e

3 Agradecemos, antes de mais nada, a Marina Pugliese, historiadora da arte e conservadora, que ainda como diretora do Museo del Novecento, em Milão, nos colocou em contato com a equipe do ICR, responsável pela restauração do bronze de *Formas Únicas...*, em 2003, e que executou uma série de análises com este, considerado o primeiro bronze fundido a partir do gesso, em 1933. A primeira abordagem de Boccioni como um caso de conservação foi feita durante o Seminário Internacional de Conservação de Escultura Moderna, que organizamos no MAC/USP, em 2012, em que tivemos as contribuições de Marina Pugliese e da equipe do ICR, representada pela restauradora Vilma Basilissi, e no qual começamos a delinear uma proposta de conservação para a obra. Para os anais do seminário, ver: <http://www.mac.usp.br/mac/conteudo/academico/publicacoes/boletins/escultura/conteudo.html>.



Gesso de *Formas Únicas da Continuidade no Espaço* na Galérie La Boëtíe, em Paris, 1913

de sua versão em gesso pertencente ao MAC-USP, que pudemos comparar com os dados obtidos através do escaneamento do bronze do acervo do Museo del Novecento, em Milão, restaurado pelo ICR em 2003.

O escaneamento do gesso e da versão milanesa em bronze de *Formas Únicas da Continuidade no Espaço* foi possível utilizando-se a técnica de escaneamento não invasiva baseada em Lidar com braço articulado móvel. O equipamento utilizado para o escaneamento da obra em gesso, no primeiro semestre de 2016 foi o FaroArm (<http://www.faro.com/products/metrology/faroarm-measuring-arm/overview>). Os autores agradecem o apoio dado pela Empresa Faro do Brasil<sup>4</sup>. O equipamento para a aquisição da obra em bronze disponível no Museo del Novecento, em Milão, foi o Soisic 3D fabricado pela empresa Mensi (<http://mensi.free.fr/english/soisic.html>).

4 Agradecemos em especial ao sr. Clauson Lacerda, da Faro do Brasil, que nos acompanhou ao longo de todo o processo.



Fundo MAMSP, Arquivo MAC-USP

O gesso de Umberto Boccioni, fotografado em 1959, durante a V Bienal de São Paulo

## UMBERTO BOCCIONI E O DESTINO DE *FORMAS ÚNICAS DA CONTINUIDADE NO ESPAÇO*

Nascido em Reggio Calabria (sul da Itália), Umberto Boccioni deu início à sua formação como pintor em Roma na primeira década do século XX, onde logo entraria em contato com artistas como Gino Severini (que viria a ser um de seus companheiros de campanha do movimento futurista) e Giacomo Balla. Este último foi seu mestre, por assim dizer, e o introduziu na então nova linguagem do divisionismo italiano. Sua primeira visita a Paris data de 1906, onde é recebido por Severini e apresentado ao contexto da vanguarda francesa e do nascente movimento cubista. 1908 é um ano importante para o jovem Boccioni, pois é quando ele se estabelece como pintor em Milão e conhece o poeta Filippo Tommaso Marinetti, com quem dividiria o entusiasmo pela busca de uma nova linguagem artística, que resultaria na publicação do *Manifesto Futurista*, em 1909, e

mais tarde, nos manifestos da pintura e da escultura futuristas. Nas várias exposições do grupo que circularam entre Paris, Milão, Londres e outras capitais europeias nos anos que se seguiram à publicação do manifesto redigido por Marinetti, Boccioni foi personagem-chave, muitas vezes compartilhando com Marinetti conferências nas aberturas de exposições futuristas, bem como textos de apoio à nova tendência.

É nesse contexto que Boccioni decide, a partir de 1911, dedicar-se também à escultura. Treinado como pintor, ele é um dos vários exemplos da modernidade daquilo que chamamos de um “pintor-escultor”, isto é, um artista cuja prática da escultura está intimamente ligada aos seus problemas de pintura<sup>5</sup>. Outro dado relevante é o fato de o artista ter levado contemporaneamente adiante tanto seu trabalho de pintura quanto de escultura, sempre fundamentados na prática do desenho. É possível, inclusive, tecer paralelos e

5 Outros exemplos, entre os modernistas, são Pablo Picasso e Henri Matisse.

ver os mesmos motivos e elementos tratados na escultura emanarem da pintura e do desenho.

O que conhecemos de sua produção como escultor, Boccioni apresentou de uma só vez numa exposição individual na Galerie La Boëtie, em Paris, entre junho e julho de 1913. Tratava-se de um conjunto de 11 esculturas, algumas compostas de diversos materiais e outras tantas em gesso, acompanhadas de uma seleção de desenhos do artista sobre as mesmas questões e os mesmos motivos das esculturas. A partir da exposição parisiense até meados de 1914, elas foram ainda expostas em Roma, Londres e Florença<sup>6</sup>. No mesmo ano, dois volumes são publicados sobre sua produção escultórica. O primeiro, e talvez mais importante deles – pois reúne boa parte dos escritos sobre a arte de Boccioni –, é seu *Pittura Scultura Futuriste*<sup>7</sup>. O segundo, dedicado exclusivamente à escultura de Boccioni, é assinado pelo então jovem crítico e historiador de arte Roberto Longhi<sup>8</sup>. Seu *Scultura Futurista Boccioni* é o primeiro ensaio de recepção crítica dessas obras e, em certa medida, determinante de como a produção escultórica do artista foi vista depois.

---

6 Em Roma, elas foram expostas entre dezembro de 1913 e janeiro de 1914, na Galleria Futurista organizada por Giuseppe Sprovieri; em Florença, na Galleria Gonnelli, entre março e abril de 1914; e em Londres, na Doré Gallery, em abril de 1914. A cópia do catálogo da Doré Gallery, que hoje pode ser consultada na biblioteca do Getty Research Institute, em Los Angeles, possui uma data, escrita à mão, de 29 de abril de 1914, sobre o selo original da biblioteca do Victoria & Albert Museum, que adotam a data de abril de 1914 para o catálogo. As datas da exposição na Galleria Futurista de Sprovieri podem ser determinadas através da documentação hoje pertencente ao Fundo Boccioni das Coleções Especiais do Getty Research Institute em Los Angeles, Estados Unidos. A troca de correspondência entre Sprovieri e Boccioni, bem como a lista final de preços enviada pelo artista a Sprovieri, deixa claro que *Formas Únicas da Continuidade no Espaço* não foi exposta em Roma. Há o problema da sobreposição de datas das exposições em Florença e em Londres, que deve ser averiguado, pois Boccioni não poderia ter exposto as mesmas obras nos dois lugares. Voltaremos a essas duas questões mais adiante, uma vez que elas têm um impacto na história da conservação da obra.

7 Cf. Boccioni, 1914. Exemplar consultado no Fundo Boccioni das Coleções Especiais do Getty Research Institute, Los Angeles, Estados Unidos.

8 Cf. Longhi, 1914. Exemplar consultado no Fundo Boccioni das Coleções Especiais do Getty Research Institute, Los Angeles, Estados Unidos.

Na narrativa que se constituiu da escultura de Boccioni, destacamos alguns aspectos que nos parecem fundamentais para o modo como a entendemos. Em primeiro lugar, sua produção em escultura é concentrada, ocorrendo no intervalo de dois anos, praticamente, e tomada, de certo modo, como uma espécie de conjunto acabado da escultura do artista. A ideia de que essa produção é concentrada e pontual emerge, talvez, do fato de que o próprio artista fez uma larga campanha para sua apresentação em conjunto, criando um discurso sobre elas em que haveria uma evolução das primeiras tentativas de realização das noções de movimento e simultaneidade em diversos materiais, para se chegar à materialidade delas em gesso. Nessa linha evolutiva, reafirmada inúmeras vezes pela fortuna crítica do artista, *Formas Únicas da Continuidade no Espaço* seria a versão final, mais bem “desenvolvida” e “resolvida” de sua escultura. Tal ideia seria, por fim, reforçada pela morte prematura do artista, que não nos permitiu jamais entrever como essas pesquisas se desdobrariam.

Outro aspecto fundamental a ser considerado é a trajetória da escultura do artista, e em particular de *Formas Únicas...* após sua morte prematura. Na sua versão original em gesso, ela foi vista ao menos em três ocasiões importantes depois de sua morte: na mostra em homenagem ao artista, em 1916; numa nova mostra retrospectiva do conjunto de sua produção, em 1924; e numa mostra de aeropintura em Roma, em 1933<sup>9</sup>. Nesse mesmo ano, Marinetti, seu parceiro de campanha futurista, apresenta o que se considera ser a primeira tiragem em bronze do original em gesso, cujo destino o próprio Marinetti já tinha determinado, isto é, para a constituição de uma coleção de arte futurista para o acervo de arte da prefeitura de Milão.

Esse breve panorama das exposições póstumas de *Formas Únicas...* e da escultura de Boccioni esconde um universo bem mais complexo de seu destino após a morte do artista. A historiografia recente reconstruiu em grande parte a cronologia da concepção de suas esculturas e de suas expo-

---

9 Ver reprodução de uma fotografia de registro de *Formas Únicas...* exposta na mostra em: Sansone (2006).

sições até então através de um rico conjunto de fotografias de ateliê do artista e das esculturas em mostra na Galerie La Boëtie<sup>10</sup>. Disperso em fundos de arquivo entre a Itália e os Estados Unidos, ele nos fornece vários elementos sobre a prática de Boccioni como escultor e de como, de certo modo, o recurso à fotografia foi para ele importante na construção de sua imagem como tal<sup>11</sup>.

Após a morte do artista, há um hiato de uma década em que não temos ainda documentação suficiente para entender exatamente o que acontece com essa sua produção, em particular com *Formas Únicas...* Aquilo que já foi levantado pela historiografia pertinente aponta para um destino trágico, cujo resgate da total destruição teria envolvido figuras importantes do movimento futurista em contato com sua família<sup>12</sup>. A impossibilidade da família do artista de trazer para Verona as esculturas que haviam permanecido em seu ateliê fez com que um certo Pietro da Verona assumisse a responsabilidade de cuidar de sua preservação. Em 1928, a família é avisada de que Pietro da Verona estaria simplesmente destruindo e jogando fora as obras existentes para liberar espaço em seu ateliê. A intervenção em tal processo teria vindo por parte de Marco Bisi, sobrinho de Boccioni, ele também escultor, que conseguiu resgatar os fragmentos de *Desenvolvimento de uma Garrafa no Espaço*, restaurá-la e oferecê-la ao artista futurista Fedele Azari para compra. As demais esculturas foram perdidas nesse episódio. E assim, das 11 esculturas que Boccioni havia exposto na Galerie La Boëtie, em 1913, três ainda existem e fazem parte do acervo da Galleria Nazionale d'Arte Moderna, em Roma (caso do gesso de *Antigrazioso*), e do acervo do MAC-USP, em São Paulo (*Desenvolvimento de uma Garrafa no Espaço* e *Formas Únicas da Continuidade no Espaço*).

10 Nesse sentido, são de enorme contribuição os estudos de 2006 para cá. Baseamo-nos aqui, sobretudo, nos estudos de Luigi Sansone (2006), Laura Mattioli Rossi (2006), Giovanna Ginex (2006), Zeno Birolli em colaboração com Marina Pugliese (2010) e, mais recentemente, Maria Elena Versari (2014).

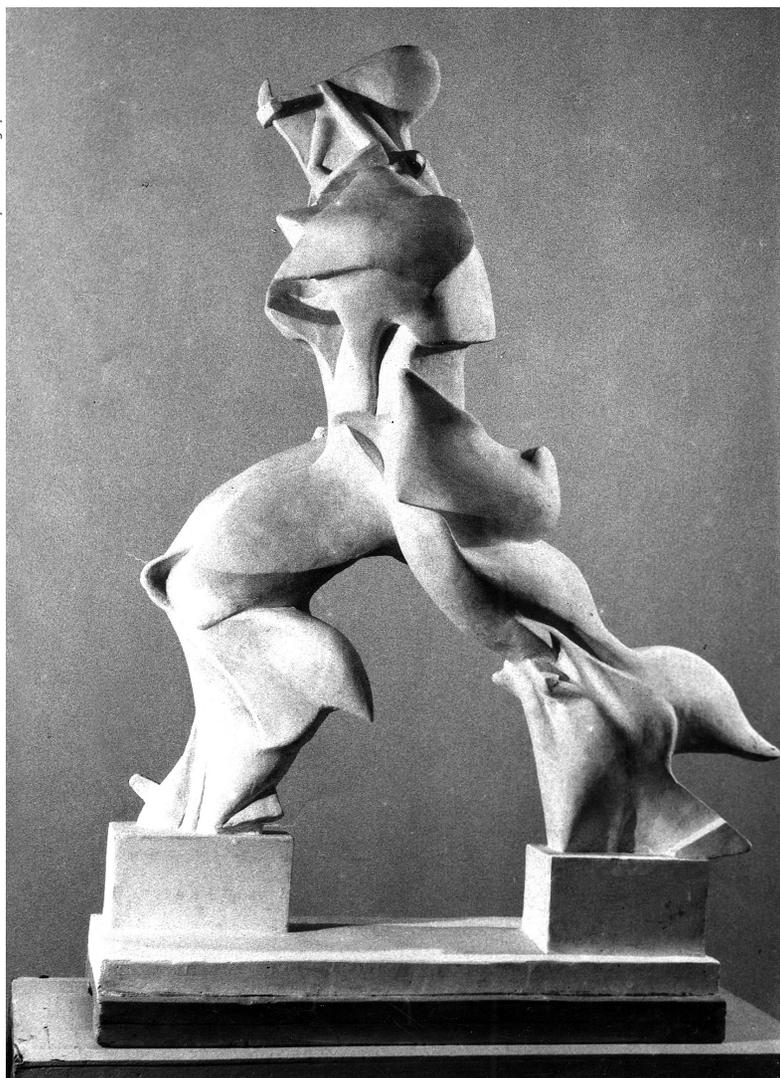
11 Para uma reconstrução da datação e cronologia das fotografias de ateliê do artista, ver: Ginex (2006).

12 A primeira narrativa sistemática desses acontecimentos e sua documentação pertinente é publicada por Sansone (2006).

O que acontece com *Formas Únicas...* e *Antigrazioso* no testemunho dado por Marco Bisi é bem menos claro do que sabemos sobre o *Desenvolvimento de uma Garrafa no Espaço*. Toda a troca de correspondência que se conhece hoje entre Bisi, a mãe de Boccioni, Fedele Azari e depois Marinetti trata mais especificamente do resgate de *Desenvolvimento de uma Garrafa no Espaço* do que das demais esculturas do artista (Sansone, 2006; Birolli & Pugliese, 2010). Ademais, o que se tinha conhecimento é que pelo menos *Formas Únicas...* (que é o que nos interessa aqui) teria sido adquirida por Fedele Azari, após a morte de Boccioni, que, no episódio da destruição das demais esculturas do artista, a teria vendido a Marinetti. Entretanto, e mais recentemente, novas fontes apontam para a presença dos três gessos sobreviventes na coleção da marquesa Luisa Casati di Stampa (Benzi, 2015). Figura extravagante do mundo da alta burguesia e aristocracia italiana e europeia, Luisa Casati teria se engajado com o movimento futurista a partir de 1915, como amiga pessoal de Marinetti. Sua relação com os artistas ligados ao movimento deu origem a um conjunto de aquisições para sua coleção privada. Marinetti nos dá testemunho sobre a presença dos três gessos na coleção da marquesa, no final da década de 1910 e início da década de 1920. É Fabio Benzi (2015) a sugerir que a marquesa Casati tenha adquirido *Formas Únicas...*, tendo-a vendido em 1923 a Marinetti (Benzi, 2015)<sup>13</sup>. Porém, há ainda registros sobre a presença de *Formas Únicas...* na coleção de Fedele Azari<sup>14</sup>.

13 O autor observa que é em seu *L'alcovà d'acciaio* (1921) que Marinetti descreve uma visita, em 1918, à casa da marquesa Casati di Stampa, na qual enfatiza a presença de algumas obras de artistas futuristas, dentre elas, "tre assieme plastici di Boccioni" – literalmente, "três conjuntos plásticos de Boccioni" –, mas que, como o próprio Benzi nos lembra, é como Marinetti costumava se referir às esculturas de Boccioni em geral. Há ainda uma publicação de época a corroborar com a tese de Benzi, qual seja, o manual editado por Giovanni Scheiwiller sobre arte moderna italiana, em 1930. Scheiwiller (1930) reproduz uma imagem do gesso de *Formas Únicas...* e, na lista final das obras reproduzidas, a localiza na coleção da marquesa Luisa Casati di Stampa, em Paris.

14 Sansone (2006, p. 26) publica uma carta do irmão de Fedele Azari ao colecionador Gianni Mattioli, datada de 21 de julho de 1931, solicitando que ele devolva as estátuas de Boccioni pertencentes a Azari, que acabara de falecer.



Gesso de *Formas Únicas da Continuidade no Espaço*, fotografado em 1958  
 Fonte: Gambillo & Fiori, Teresa, 1958

Vamos assumir a hipótese de que Marinetti possa ter adquirido diretamente de Luisa Casati as três esculturas em gesso, dentre elas, *Formas Únicas da Continuidade no Espaço*, provavelmente entre 1924 e 1932. Em 1933, Marinetti entra em acordo com a fundidora Gaetano Chiurazzi, com sedes em Roma e Nápoles, para realizar quatro tiragens em bronze de *Formas Únicas...* A intenção de Marinetti era vender uma ao acervo artístico da Prefeitura de Milão, uma segunda para a Galleria Nazionale d'Arte Moderna de Roma, uma terceira para ser colocada em praça pública na cidade natal de Boccioni (Reggio Calabria) e uma quarta para sua própria coleção. Não temos notícias precisas sobre a realização ou não dos quatro exemplares,

pois uma carta de Chiurazzi a Marinetti, de dezembro de 1933, solicita o pagamento pela primeira tiragem e diz estarem prontos para realizarem as tiragens seguintes (Sansone, 2006, p. 44). De qualquer modo, os especialistas estão de acordo em considerar que o bronze hoje pertencente ao Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA), adquirido pelo museu quando da exposição *Twentieth Century Italian Art*, em 1949, teria sido feito na mesma tiragem do bronze milânês.

Dos poucos documentos da fundidora Chiurazzi sobre o processo de feitura dos bronzes a partir dos gessos de Boccioni, sabemos que, por contrato, Marinetti teria tido direito de fazer mais duas tiragens de *Formas Únicas...* e poderia per-

manecer com seu *calco*<sup>15</sup>. A palavra em italiano dá margem a uma dupla interpretação. No processo de fundição em bronze à cera perdida – a técnica mais usual de tiragem em bronze das fundições artísticas europeias entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX –, o “*calco*” pode ser lido tanto como o molde, ou o chamado “negativo” para a reprodução da escultura original, ou um modelo em gesso da mesma escultura, do qual se poderiam tirar outras cópias<sup>16</sup>. Assim sendo, é certo que Marinetti permaneceu ou com um molde ou com um novo modelo em gesso, para poder, no futuro, realizar novas tiragens de *Formas Únicas*...

Não foi Marinetti quem providenciou as duas tiragens que não tinham sido feitas na ocasião do contrato com a Fundidora Chiurazzi, mas sua já viúva, a artista futurista Benedetta Cappa Marinetti, que, em 1950, depois da realização da mostra Twentieth Century Italian Art e das negociações com o curador do MoMA, Alfred Barr, para a aquisição dos bronzes de *Formas Únicas*... e *Desenvolvimento de uma Garrafa*... para o acervo do museu nova-iorquino, teria providenciado duas tiragens em bronze de *Formas Únicas*... Dessa vez, o contrato é feito com a fundidora romana Giovanni & Angelo Nicci, que então realizou o processo<sup>17</sup>. O destino final dessas novas cópias seria, respectivamente, a coleção privada do crítico de arte e

herdeiro do conglomerado industrial italiano Snia, Paolo Marinotti, e a coleção do casal de colecionadores norte-americanos sr. e sra. Winston, de Detroit – que depois a doaram ao Metropolitan Museum de Nova York. Ambas as aquisições são posteriores ao processo de fundição, concretizando-se entre setembro e dezembro de 1956<sup>18</sup>.

Mas 1950 parece ser um ano-chave para entendermos a trajetória do gesso de *Formas Únicas*... até sua chegada ao Brasil. Tudo indica que a exposição de uma versão em bronze pelo MoMA e sua subsequente aquisição para o acervo do museu parecem ter reativado o interesse de museus de arte moderna e colecionadores pela escultura de Boccioni<sup>19</sup>. No Fundo Benedetta Cappa Marinetti, atualmente pertencente às Coleções Especiais do Getty Research Institute, em Los Angeles, duas solicitações de compra – que não foram levadas adiante – nos sugerem isso. Talvez a de maior peso, naquele momento, para o mercado de arte internacional, tenha sido o pedido de Peggy Guggenheim para adquirir um bronze de *Formas Únicas*...<sup>20</sup>.

15 Para o recibo da Fundidora Chiurazzi de Nápoles, ver: Sansone (2006, fig. 46). Gaetano Chiurazzi pede a Marinetti para “*liquidare entro fine d’anno le spese sostenute per la prima copia del Boccioni in L. 2300 – restando il calco di sua proprietà per le copie successive*” (“liquidar até o final do ano as despesas para realização da primeira cópia do Boccioni, no valor de 2300 liras – restando o *calco* de sua propriedade para cópias sucessivas” – tradução e destaques de Ana Magalhães).

16 Ver definição de “*calco*” no *Dizionario Treccani*, por exemplo: <http://www.treccani.it/vocabolario/calco1>.

17 Para a aquisição das versões em bronze de *Formas Únicas*... e *Desenvolvimento de uma Garrafa no Espaço*, em 1948, há toda a documentação pertinente no Fundo Benedetta Cappa Marinetti das Coleções Especiais do Getty Research Institute de Los Angeles, e no Fundo da exposição Twentieth Century Italian Art, nos arquivos do MoMA, em Nova York. A documentação sobre a fundição realizada pela fundidora Giovanni & Angelo Nicci, bem como das aquisições Paolo Marinotti e sr. e sra. Winston Harris, pode também ser consultada no Fundo Benedetta Cappa Marinetti. Para uma análise da aquisição do casal Winston Harris e a recepção dos bronzes de Boccioni nos Estados Unidos, ver: McKeever (2017, no prelo).

18 Tanto Paolo Marinotti, na Itália, quanto o casal Winston, nos Estados Unidos, estavam, naquele momento, afirmando-se como colecionadores importantes. Paolo Marinotti, herdeiro da Snia, como já foi dito, viria a assumir, a partir de 1951, um papel muito relevante no ambiente das artes em Veneza. Presidente do chamado C.I.A.C., instalado no Palazzo Grassi, ele seria responsável pelo principal centro de divulgação de arte moderna e contemporânea em Veneza, depois da Bienal de Veneza (Cagol, 2008). Teria sempre afirmado que sua coleção começou com a aquisição de obras de Boccioni. Já o casal Harry e Lydia Winston formou uma coleção de arte moderna internacional, cujo conjunto foi conhecido através de uma célebre exposição organizada pelo Detroit Institute of Art em 1957, itinerando para Richmond (Virgínia), San Francisco e Milwaukee em 1958 (The Detroit Institute of Art, 1957).

19 Maria Elena Versari (2007) sugere que é graças a Marinetti e no contexto da modernização da sociedade italiana na década de 1930, que levaria à cultura do “maquinismo”, que se passou a uma apreciação da escultura de Boccioni em suas versões em bronze. Esse material, e a escolha de Marinetti por uma pátina brilhante e com um acabamento escovado, é responsável por colocar a escultura de Boccioni nessa chave de leitura. Podemos dizer, então, que Versari sugere uma tradução da escultura de Boccioni feita por Marinetti.

20 Ver correspondência entre Peggy Guggenheim e Benedetta Cappa Marinetti, datada de outubro de 1950, Caixa 7, Pasta 3, Fundo Benedetta Cappa Marinetti, Coleções Especiais, Getty Research Institute, Los Angeles. E para uma análise mais detida da circulação das versões em bronze de esculturas de Boccioni no mercado de arte norte-americano, ver McKeever (2017).



Foto de 1971, depois do segundo restauro realizado por Vittoria Sinigaglia

Enquanto colecionadores e instituições entre a Itália e os Estados Unidos foram atrás de ter para si uma tiragem em bronze de *Formas Únicas da Continuidade no Espaço*, temos a voz destoante de Pietro Maria Bardi, em carta ao diretor de sua galeria em Roma, que levou, enfim, à aquisição do gesso por Francisco Matarazzo Sobrinho, em 1952. A correspondência entre Francesco Monotti e Bardi tem início em dezembro de 1951, quando Benedetta não tem sucesso na venda dos três gessos em sua posse para a Galleria Nazionale d'Arte Moderna, em Roma. Por conta do alto valor por ela pedido, o museu romano só pôde comprar o gesso de *Antigrazioso*<sup>21</sup>. Bardi, ao saber do preço solicitado pela viúva de Marinetti, não o considera alto, “*se effettivamente si tratta dei gessi originali*”<sup>22</sup>. As primeiras tratativas se dão no sentido de que a aquisição fosse feita por Assis Chateaubriand para o Masp. Mas, em julho de 1952, Benedetta está em contato com Francisco Matarazzo Sobrinho, que finalmente compra os dois gessos remanescentes. Os gessos ainda levariam algum tempo para chegar definitivamente ao Brasil e o primeiro registro que temos de *Formas Únicas...* exposta entre nós é uma foto da mostra de tapeçaria moderna, durante a V Bienal de São Paulo, em 1959<sup>23</sup>.

21 Ver carta da diretora da Galleria Nazionale d'Arte Moderna, Palma Buccarelli, a Benedetta Cappa Marinetti, datada de 21 de agosto de 1951, Caixa 7, Pasta 1, Fundo Benedetta Cappa Marinetti, Coleções Especiais, Getty Research Institute, Los Angeles.

22 “Se efetivamente se trata dos gessos originais” (tradução de Ana Magalhães). Ver carta de Pietro Maria Bardi a Francesco Monotti, datada de 9 de janeiro de 1952. Caixa 8, Dossier Boccioni, Fundo Benedetta Cappa Marinetti, Coleções Especiais, Getty Research Institute, Los Angeles. A documentação foi cotejada da documentação levantada por Viviana Pozzoli, em 2011, no Fundo Pietro Maria Bardi do Instituto Lina Bo e Pietro Maria Bardi, em São Paulo.

23 Ver carta de Benedetta Cappa Marinetti a Francisco Matarazzo Sobrinho, datada de 6 de julho de 1952, depois de correspondência trocada com Gino Ghiringhelli (outro colaborador de Bardi em Milão, diretor da Galleria Il Milione), em que ela dá os valores e diz já ter entrado em contato com o advogado de Matarazzo (Caixa 8, Dossier Boccioni, Fundo Benedetta Cappa Marinetti, Coleções Especiais, Getty Research Institute, Los Angeles). Sobre o transporte dos gessos para o Brasil, ver correspondência do advogado de Matarazzo, Renato Pacileo, relativa ao despacho das obras adquiridas na Itália, entre 1952 e 1954 (Fundo Histórico da Bienal de São Paulo, Arquivo Histórico Wanda Svevo, Fundação Bienal de São Paulo). Agradeço à minha orientanda de iniciação científica (Pibic) Mariana Leão Silva pela localização dessa correspondência.

Ainda no Brasil, *Formas Únicas...* seria submetida a dois novos processos de fundição: o primeiro, em 1960, pela fundidora Benedetto Mettelo para o acervo do próprio MAM de São Paulo; e o segundo, em 1971, resultado de uma permuta de um bronze de Henry Moore com a Tate Gallery, em Londres. Nos dois casos, a obra passou por restauro, realizado pelo escultor de origem italiana (mas imigrado para o Brasil) Vittorio Sinigaglia. Um registro realizado por uma curadora do MoMA em visita ao Brasil, em 1975, mostra tanto o bronze quanto o gesso expostos nas galerias do MAC-USP, ainda em sua sede no terceiro andar do pavilhão da Bienal<sup>24</sup>.

Embora seja peça-chave do acervo do MAC-USP e icônico da escultura futurista, o gesso de *Formas Únicas...* foi pouco visto no ambiente internacional depois de sua chegada ao Brasil. A primeira e última ocasião de sua saída para uma mostra de revisão do Futurismo, no exterior, deu-se em 1986 (Hulten, 1986). Aqui temos um testemunho bem documentado do estado de conservação da obra, que passaria na ocasião por mais uma intervenção de restauro<sup>25</sup>. Talvez ele seja o primeiro documento de avaliação mais concreta do estado de conservação da obra, e deixa entrever alguns elementos importantes, que corroboram sua história até sua chegada ao Brasil.

Do que foi possível levantar até agora sobre a trajetória material de *Formas Únicas...*, devemos apontar para alguns pontos fundamentais, que nos guiarão no estudo material da obra e na interpretação dos resultados que começamos a obter com as análises por imagens e o escaneamento em 3D. Em primeiro lugar, a historiografia internacional procura ter clareza sobre os procedimentos de Boccioni como escultor. É certo que ele lançou mão de profissionais de

24 As imagens, reveladas em diapositivos, pertencem aos Curatorial Records do Departamento de Pintura e Escultura do MoMA (Pasta Umberto Boccioni).

25 Ver relatório de conservação de *Formas Únicas...* realizado pela restauradora Anne Marie Pauline Thomas, finalizado em 19 de novembro de 1986, depois do retorno da obra para o Brasil (Arquivo do Laboratório de Pintura e Escultura, MAC-USP).

ateliês de fundição e que muito provavelmente suas esculturas originais não foram modeladas no gesso, mas eram moldes de gesso<sup>26</sup>. Nesse sentido, a armação interna, que poderá ser vista através de análise por raio X, assim como a observação de possíveis emendas e junções, nos ajudará a avaliar sua forma de feitura.

Um ponto ainda não considerado talvez seja o número de deslocamentos da obra durante a campanha de promoção de sua escultura, que Boccioni realizou no intervalo de menos de um ano em 1913-14. Do cotejamento com os catálogos das mostras realizadas com a documentação que tivemos acesso, *Formas Únicas...*, em sua versão original em gesso, foi do ateliê de Boccioni, em Milão, para Paris (para a primeira exposição na Galerie La Boétie, entre junho e julho de 1913). Ali permaneceu, segundo sua correspondência com o galerista Giuseppe Sprovieri, até pelo menos setembro de 1913, num depósito de armazenagem de obras de arte. Devemos considerar que, em algum momento, de Paris, a obra é enviada a Florença, para a exposição na Galleria Gonnelli, entre março e abril de 1914. E, finalmente, teria seguido para Londres, para a mostra na Doré Gallery. Adicione-se a isso o fato de que parece haver uma sobreposição de datas entre as exposições de Florença e Londres, isto é, considerando-se que a mostra de Florença terminou em abril, não seria possível a obra estar em Londres na abertura da exposição, ao que tudo indica, no mesmo mês de abril.

A correspondência de Boccioni com Sprovieri, para organização da exposição em Roma, é preciosa, nesse sentido, pois em dois momentos o galerista demonstra sua preocupação com o transporte das esculturas e eventual danos a elas e com a fragilidade do material<sup>27</sup>. Ela ainda sugere que, talvez, já no envio para a primeira exposição, em Paris, algo nesse sentido tenha ocorrido, pois o galerista chega a fazer recomendações de reforço da embalagem para

o envio das obras via ferrovia. Isso nos leva a refletir sobre duas possibilidades: que o artista possa ter feito mais de uma versão em gesso de *Formas Únicas da Continuidade no Espaço*, e que isso tenha sido feito justamente por questões de logística; ou que esses deslocamentos já teriam implicado a necessidade de o artista restaurá-la. Isso é corroborado pela correspondência com Sprovieri e por uma fotografia feita de duas das figuras que caminham em seu ateliê, após a exposição de Roma<sup>28</sup>.

Outro ponto fundamental a se considerar na história material de *Formas Únicas...* diz respeito ao número de tiragens em bronze feitas a partir do gesso, antes e depois de sua chegada ao Brasil. Segundo a documentação hoje conhecida, e a evidência dos bronzes em várias coleções mundo afora, estamos falando em pelo menos seis processos diferentes de fundição: quatro deles realizados antes da chegada da obra ao Brasil, e dois depois<sup>29</sup>. A documentação existente entre os arquivos do MAC-USP e das Coleções Especiais do Getty Research Institute também nos ajudou a entender o estado de conservação da obra. O relatório feito por Benedetta Cappa Marinetti por solicitação do casal Winston na ocasião da aquisição de um bronze de *Formas Únicas...*, em 1956, é composto de dois documentos produzidos pelas duas fundidoras responsáveis pela realização dos bronzes em território italiano. O pequeno relato da fundidora Giovanni & Angelo Nicci é particularmente importante, pois menciona a fragilidade dos gessos

28Ver a fotografia reproduzida na p. 89. Sobre a datação da fotografia após a exposição de Roma, ver: Ginex (2006).

29Os quatro processos realizados ainda na Itália seriam: 1933, tiragem feita pela fundidora Chiurazzi, em Nápoles (bronze que hoje pertence ao acervo do Museo del Novecento, em Milão); 1934, tiragem feita pela mesma fundidora napolitana (bronze que está atualmente no acervo do MoMA, em Nova York); 1950, tiragem de dois exemplares em bronze, realizada pela fundidora Giovanni & Angelo Nicci, em Roma (bronzes, respectivamente, já na Coleção Paolo Marinotti e hoje na Hilti Art Foundation, de Liechtenstein; e acervo do Metropolitan Museum of Art, em Nova York); além de uma tiragem, ainda não datada, do bronze que já pertenceu à coleção de Gianni Mattioli, mas certamente realizada antes de o gesso ser vendido ao Brasil. Já os dois processos realizados em São Paulo datam, respectivamente, de 1960 (fundição Benedetto Mettelo, bronze do acervo MAC-USP) e de 1971 (fundição Lazzeroni Benedetti, bronze do acervo da Tate Modern, em Londres).

26O que, em italiano, designamos como "*gesso a tasselli*" (Versari, 2007).

27 Ver as cartas de Giuseppe Sprovieri a Umberto Boccioni, datadas respectivamente de 17 e 26 de novembro de 1913 (Caixa1, Pasta 1.f.47, Fundo Umberto Boccioni, Coleções Especiais, Getty Research Institute, Los Angeles).

que estavam em posse da viúva de Marinetti<sup>30</sup>. Já na Seção de Catalogação do MAC-USP temos registros de que tanto em 1960 quanto em 1971 o gesso teve de ser restaurado depois dos processos de fundição.

Há, por fim, um último ponto a ser considerado, isto é, a questão do *calco* a que Filippo Tommaso Marinetti tinha direito, por contrato, no primeiro processo de fundição realizado pela Fundidora Chiurazzi. Ainda que o termo “*calco*” possa se referir a molde, concretamente falando, um molde não resistiria por tanto tempo, nem tampouco faria sentido para uma fundidora mantê-lo por tanto tempo. O molde é uma fase do processo de fundição facilmente reproduzível e também relativamente frágil para ser guardado. Já um novo modelo em gesso, isto é, uma versão em gesso da obra para o processo de fundição, é algo que pode ser guardado e de fato é prática bastante comum das fundidoras até hoje. Também é prática corrente, no caso de fundições em bronze e tiragens de esculturas, a feitura do modelo para futuras tiragens. Assim sendo, devemos considerar a hipótese de que Marinetti ficou com um novo gesso de *Formas Únicas da Continuidade no Espaço* e que talvez tenha sido ele a ser utilizado para as várias tiragens feitas. Isso nos leva a também refletir sobre a hipótese da inexistência do original apresentado por Boccioni, em 1913 – que pode ter sido efetivamente destruído –, e de que o gesso atualmente no acervo do MAC-USP seja, na verdade, o modelo feito em 1933.

Neste sentido, as análises por imageamento e escaneamento 3D são fundamentais, pois elas ajudaram a entender a relação entre os bronzes históricos (feitos antes da chegada da obra ao Brasil) e o gesso em nosso acervo. Os primeiros resultados que obtivemos vieram da captura do modelo 3D feita com o equipamento Faro Edge

ScanArm, que pudemos comparar com o modelo 3D feito pelo Istituto Centrale per il Restauro, em Roma, do bronze milanês. Além de nos revelar a relação entre o gesso e o bronze milanês – ou seja, que o gesso em São Paulo serviu de modelo para o bronze do Museo del Novecento –, o escaneamento nos forneceu cálculos precisos sobre a superfície e suas inconsistências, tanto em relação ao bronze de Milão quanto em relação ao bronze de São Paulo, começando, assim, a nos contar a história das eventuais intervenções sofridas pela obra. Sobre os resultados obtidos, sua precisão e os coeficientes capazes de nos guiar para entender a consistência ou a inconsistência dessas afirmações, o trabalho da equipe do Citi-Poli foi fundamental, como veremos a seguir. Ademais, para o grupo do Citi-Poli, foi possível fazer testes com dois equipamentos de escaneamento 3D diferentes, bem como recolher dados de análise da tecnologia usada e as vantagens de seu uso.

Antes de entrarmos na análise dos dados obtidos com a comparação das duas malhas de pontos (de São Paulo e do Istituto Centrale per il Restauro, em Roma), devemos ressaltar que as imagens em fotografia que possuímos da obra, em diversos momentos, e dispersas em arquivos e publicações históricas, foram componente fundamental para nos aproximarmos de sua materialidade. Embora *Formas Únicas...* não tenha sido registrada em fotografia com muita frequência, as imagens que temos dela são também reveladoras, e a comparação com as diferentes versões em bronze é capaz de nos dizer muito sobre sua tradução, literalmente falando, em outro material. O cotejamento com a documentação e publicações de época ainda nos permitiu datar os registros de algumas fotografias (aqui publicadas) que temos em nossos arquivos, o que também certamente nos ajudará, e muito, a entender sua história material.

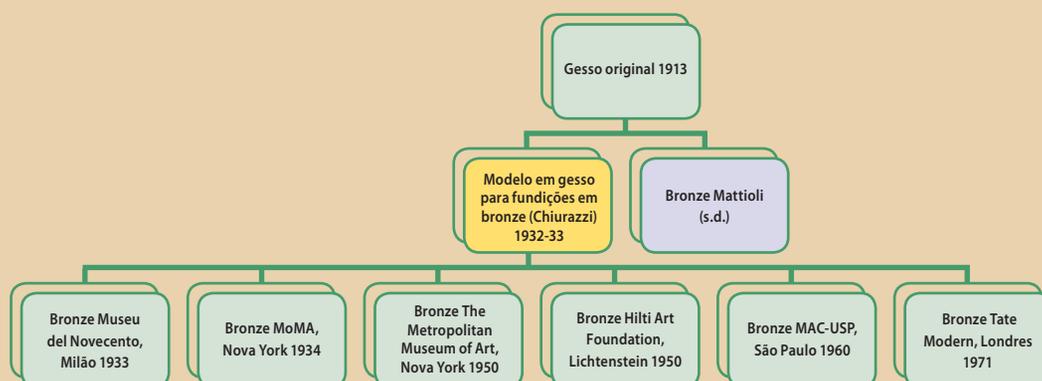
30Ver Caixa 8, Dossier Boccioni, Fundo Benedetta Cappa Marinetti, Coleções Especiais, Getty Research Institute, Los Angeles. O fundidor declara que o molde para as tiragens em bronze teria sido feito na casa de Benedetta,

pois os gessos (incluindo-se o de *Formas Únicas...*) não estavam num estado em que fosse possível transportá-los para o ateliê de fundição. Estamos falando do processo feito em 1950.

## LINHA DO TEMPO COM A TRAJETÓRIA DE VIDA DE UMBERTO BOCCIONI E DE *FORMAS ÚNICAS DA CONTINUIDADE NO ESPAÇO*

- 1882 - Umberto Boccioni nasce em Reggio Calabria, sul da Itália.
- 1911 - Início de sua produção escultórica.
- 1912 - Publica "Manifesto Técnico da Escultura Futurista".
- 1913 - A partir de junho, Boccioni faz uma campanha de apresentação das 11 esculturas que ele havia produzido até então. Elas são expostas em Paris, Roma, Florença e Londres.
- 1914 - Boccioni lança seu livro *Pittura Scultura Futuriste* e o historiador da arte italiano Roberto Longhi publica um ensaio sobre sua escultura, *Scultura Futurista Boccioni*.
- 1916 - Boccioni morre; uma mostra em sua homenagem é realizada em Milão.
- 1933 - O líder do movimento futurista, Filippo Marinetti, em posse dos gessos do artista, firma contrato com a fundidora Chiurazzi, para realização de quatro tiragens em bronze de *Formas Únicas da Continuidade no Espaço*. Uma tiragem apenas foi feita. A prefeitura de Milão compra esse bronze.
- 1934 - A segunda tiragem do contrato inicial de Marinetti com a fundidora Chiurazzi é feita.
- 1944 - Morre Marinetti; sua viúva, a artista futurista Benedetta Marinetti, herda as obras futuristas em sua coleção, incluindo os originais em gesso de Boccioni.
- 1948/49 - Benedetta vende ao MoMA a segunda tiragem realizada pela fundidora Chiurazzi.
- 1950 - Benedetta firma contrato com a fundidora Giovanni & Angelo Nucci, para realização de duas tiragens em bronze.
- 1952 - Benedetta vende os gessos de *Formas Únicas da Continuidade no Espaço* e *Desenvolvimento de uma Garrafa no Espaço* para Francisco Matarazzo Sobrinho.
- 1956 - Os bronzes encomendados por Benedetta são vendidos, respectivamente, para o colecionador italiano Paolo Marinotti e os colecionadores norte-americanos Harry e Lydia Winston.
- 1959 - Primeiro registro fotográfico do gesso *Formas Únicas...* em exposição durante a Bienal de São Paulo.
- 1960 - Nova fundição em bronze é feita em São Paulo (autorização concedida por Benedetta Marinetti), pela fundidora Benedetto Mettelo, para o Museu de Arte Moderna de São Paulo. O bronze, hoje, faz parte do acervo do MAC-USP. A obra é restaurada pelo escultor italo-brasileiro Vittorio Sinigaglia.
- 1969 - Início das tratativas de produção de uma tiragem em bronze de *Formas Únicas...* para a Tate Modern, em Londres, em troca de um bronze de Henry Moore.
- 1971 - Fundição em bronze é realizada para a Tate Modern (com autorização de Benedetta Marinetti). A fundidora responsável é L. Lazzeroni Benedetti. O original em gesso é mais uma vez restaurado por Vittorio Sinigaglia.
- 1986 - Os gessos de *Formas Únicas da Continuidade no Espaço* e *Desenvolvimento de uma Garrafa no Espaço* são emprestados para a exposição Futurismo e Futurismi, curada por Pontus Hulten, no Palazzo Grassi, em Veneza. O original em gesso de *Formas Únicas...* passa por novo processo de restauração.

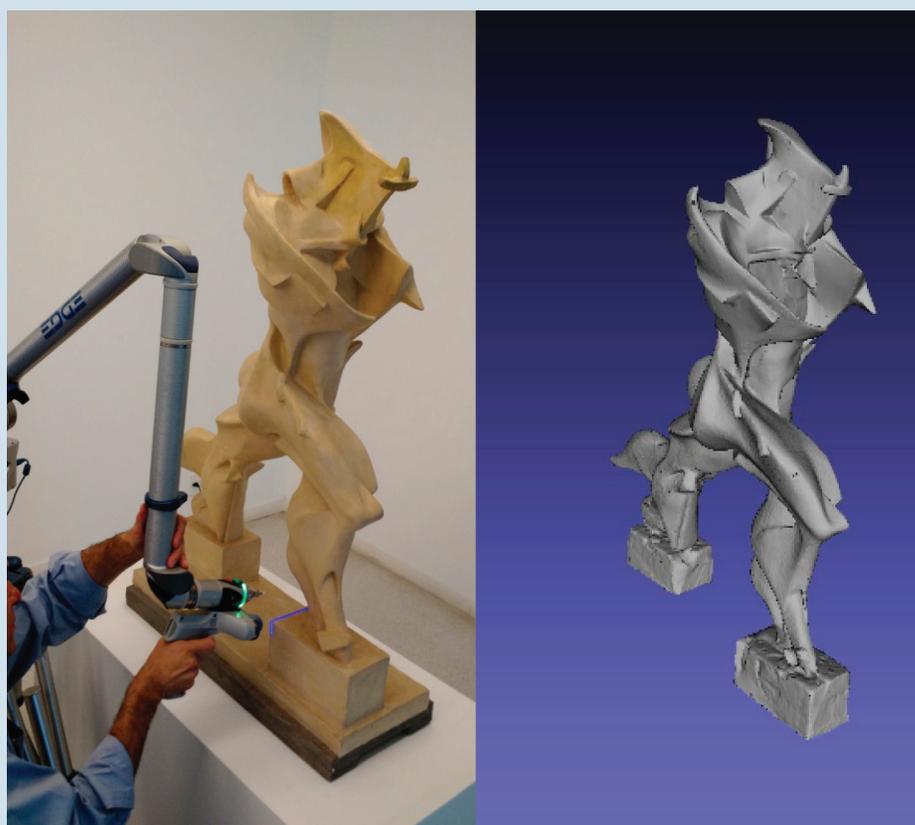
### GENEALOGIA DOS BRONZES DE BOCCIONI



## METODOLOGIA DE AQUISIÇÃO E AVALIAÇÃO 3D

Lidar (*light detection and ranging*) é uma tecnologia óptica de detecção remota que mede propriedades da luz refletida de modo a obter a distância e/ou outra informação a respeito de um determinado objeto distante, no caso, utilizando uma plataforma móvel baseada em um braço articulado.

A Figura 1 apresenta o processo de aquisição 3D do molde original da escultura em gesso, utilizando-se a técnica Lidar com braço móvel articulado, no caso com o equipamento Faroarm. Observa-se o controle preciso da aquisição em regiões de alta complexidade geométrica, visto que o usuário pode controlar manualmente o processo de aquisição.



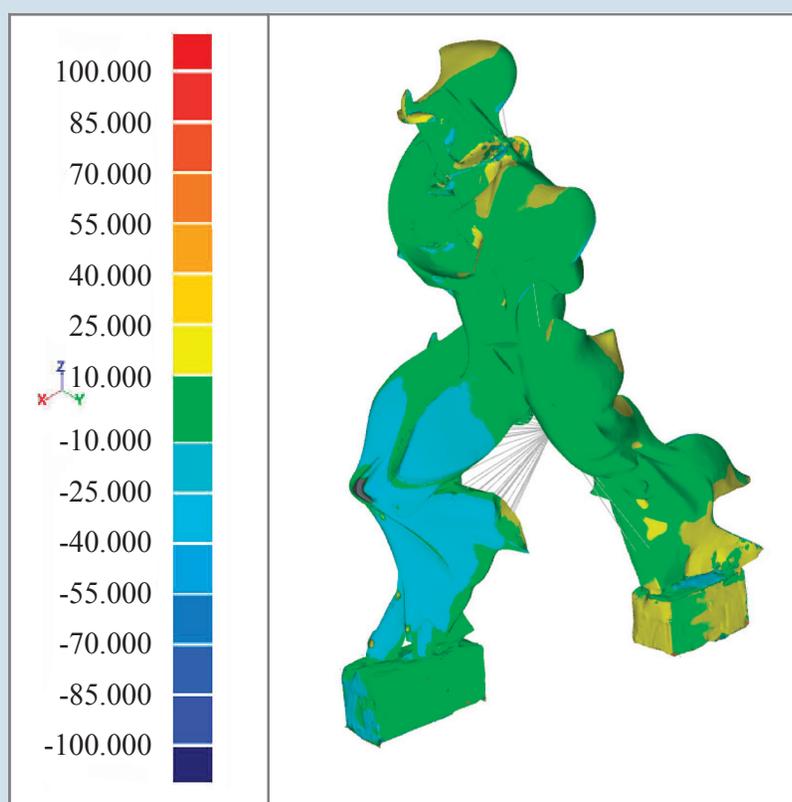
**Figura 1** - Processo de aquisição 3D utilizando-se a técnica Lidar com braço móvel articulado Faroarm (direita) e modelo digitalizado (esquerda)

A Figura 2 apresenta uma análise subtrativa entre o gesso digitalizado em 3D do MAC-USP e o bronze milanês digitalizado. É importante mencionar que os dois objetos foram digitalizados com a técnica Lidar, entretanto, com equipamentos diferentes, conforme mencionado em parágrafos anteriores. O método subtrativo considera a geração de uma malha geométrica poligonal a partir da nuvem de pontos, e a partir disso é gerada uma terceira malha poligonal onde a cor da malha representa a margem de erro a partir das duas malhas digitalizadas.

Analisando-se visualmente por fotografias o gesso do MAC-USP e o bronze milanês constata-se uma semelhança muito grande entre as duas peças. Em grande parte da malha poligonal

o erro subtrativo encontra-se entre mais ou menos 10 milímetros. Cabe salientar que estamos comparando o gesso com o bronze. Nota-se uma discrepância maior na perna frontal direita, nesse caso vale lembrar que o gesso do MAC-USP foi submetido a um processo de restauro na década de 1970 nessa reunião. Pela análise dos resultados, o restauro embutiu um erro adicional de até 15 milímetros por ponto.

A Figura 2 apresenta a malha poligonal a partir da subtração da nuvem de pontos do bronze milanês do gesso do MAC-USP. Constata-se uma semelhança muito grande entre os dois objetos.



**Figura 2** - Subtração ponto a ponto da nuvem de pontos do gesso MAC-USP em relação aos pontos do bronze milanês. As medidas de erro estão em milímetros. Percebe-se uma discrepância apenas na perna frontal direita, devida a um restauro realizado no gesso do MAC-USP na década de 1970. Pode-se afirmar que o bronze milanês foi eventualmente fundido a partir do gesso MAC-USP. A escala lateral é apresentada em milímetros

Outra análise interessante é a comparação entre as áreas da superfície dos dois objetos: constatamos que o gesso do MAC-USP possui área de  $14.463,88 \text{ cm}^3$  enquanto o bronze milanês possui área de superfície de  $14.251,86 \text{ cm}^3$ . O erro entre as duas áreas de superfície é inferior a 1,5%.

Considerando-se a evidência qualitativa da similaridade visual muito grande das duas obras e as três evidências quantitativas – erro entre os dois objetos, similaridade de áreas de superfície e o fato do destaque em relação ao processo de restauro –, pode-se afirmar com alto grau de confiança que o bronze milanês pode ter sido forjado a partir do gesso disponível no MAC-USP.

## BIBLIOGRAFIA

- ALLEY, Ronald (org.). *Catalogue of the Tate Gallery's Collection of Modern Art*. Londres, The Tate Gallery, 1981.
- ARGAN, Giulio Carlo. *Umberto Boccioni*. Roma, De Luca, 1953.
- BENZI, Fabio. "Luisa Casati ed il Futurismo: Una Musa per la Modernità", in Gioia Mori (org.). *La Divina Marchesa: Arte e Vita di Luisa Casati dalla Belle Époque Agli Anni Folli* (cat. exp.). Milan, Il Sole 24 Ore, 2014, pp. 95-123.
- BIROLLI, Zeno; PUGLIESE, Marina. "I Gessi di Boccioni e le Successive Traduzioni in Bronzo", in Walter Pedullà (org.). *Il Futurismo nelle Avanguardie. Atti del Convegno Internazionale di Milano*. Roma, Ponte Sistole, 2010, pp. 417-39.
- BOCCIONI, Umberto. *Pittura Scultura Futuriste: Dinamismo Plastico: con 51 Riproduzioni Quadri Sculture di Boccioni – Carrà – Russolo – Balla – Severini – Soffici*. Milão, Edizioni Futuristi di Poesia, 1914.
- \_\_\_\_\_. *Futurist Painting Sculpture (Plastic Dynamism)*. Apresentação Maria Elena Versari e tradução Richard Shane Agin e Maria Elena Versari. Los Angeles, Getty Research Institute, 2016.
- CAGOL, Stefano Collicelli. *Venezia e la Vitalità del Contemporaneo. Paolo Marinotti a Palazzo Grassi (1959-1967)*. Pádua, Il Poligrafo, 2008.
- FREDERICKSEN, Rune; MARCHAND, Eckhart (orgs.). *Plaster Casts: Making, Collecting and Displaying from Classical Antiquity to the Present*. Berlin/New York, Walter de Gruyter, 2010.
- GAMBILLO, Maria Drudi; FIORI, Teresa (orgs.). *Archivi del Futurismo*. 2 vols. Roma, De Luca Editore, 1958.
- GINEX, Giovanna. "L'Artista Narciso: Boccioni, Picasso e la Fotografia", in *L'Uomo Nero. Materiali per la Storia delle Arti della Modernità*. Milão, Università degli Studi di Milano, 2004, pp. 79-99.
- \_\_\_\_\_. "Boccioni e la Fotografia", in Laura Mattioli Rossi (org.). *Boccioni, Pittore Scultore Futurista* (cat. exp.). Milão, Palazzo Reale/Skira, 2006, pp. 137-55.
- GOLDING, John. *Boccioni's Unique Forms of Continuity in Space* (The Charlton Lectures on Art delivered in the University of Newcastle upon Tyne). The University of Newcastle upon Tyne, 1972.
- HULTEN, Pontus (org.). *Futurismo & Futurism* (exh. cat.). Exhibition held at Palazzo Grassi, Venice, May, 1986. Milan, Bompiani, 1986.
- LEPORE, Mario, "XXV Biennale di Venezia. Futurismo all'Ordine del Giorno", in *La Sera*. Milão, 27/07/1950.
- LONGHI, Roberto. *Scultura Futurista Boccioni*. Florença, Libreria La Voce, 1914.
- MAGALHÃES, Ana Gonçalves (org.). *Boletim do Seminário Internacional de Conservação de Escultura Moderna*. São Paulo, MAC-USP, 2012. Disponível em: <http://www.mac.usp.br/mac/conteudo/academico/publicacoes/boletins/escultura/index.html>.
- MCKEVER, Rosalind. "Benedetta Marinetti and the Postwar Market for Umberto Boccioni Sculptures", in *Getty Research Journal*, n. 9 (no prelo).
- MARINETTI, F. T. (org.). *Umberto Boccioni. Opera Completa*. Foligno, Franco Campitelli, 1927.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Grande Esposizione Boccioni, Pittore e Scultore Futurista* (cat. exp.). Galleria Centrale d'Arte, Via Manzoni, 1 (Palazzo Cova), 28/12/1916 to 14/1/1917.
- MATTIOLI ROSSI, Laura (org.). *Boccioni, Pittore Scultore Futurista* (cat. exp.). Milão, Palazzo Reale/Skira, 2006.

- \_\_\_\_\_. "Due Ritratti Antigraziosi", in *L'Uomo Nero. Materiali per la Storia delle Arti della Modernità*. Università degli Studi di Milano, 2004, pp. 69-78.
- ROSSI, Francesca (org.). *Umberto Boccioni (1882-1916). Genio e Memoria* (cat. exp.). Milão, Palazzo Reale/Skira, 2016.
- SANSONE, Luigi (org.). *Umberto Boccioni: La Rivoluzione della Scultura*. Cinisello Balsamo, Silvana Editoriale, 2006.
- SARFATTI, Margherita. "Umberto Boccioni", in *Rassegna d'Arte*, anno IV, 1917, pp. 41-50.
- SCHEIWILLER, Giovanni (org.). *Art Italien Moderne*. Paris, Editions Bonaparte, 1930.
- VERSARI, Maria Elena. "'Impressionism Solidified' - Umberto Boccioni's Works in Plaster and the Definition of Modernity in Sculpture", in Rune Fredericksen; Eckhart Marchand (orgs.). *Plaster Casts. Making, Collecting and Displaying, from Classical Antiquity to the Present*. Berlin/Nova York, Walter de Gruyter, 2010.
- \_\_\_\_\_. "Recasting the Past: On the Posthumous Fortune of Futurist Sculpture", in *Sculpture Journal*, 23, 3, 2014, pp. 349-68.
- ZERVOS, Christian. *Histoire de l'art contemporain*. Paris, Editions Cahiers d'Art, 1938.

### **Catálogos**

- Exposition de Sculpture Futuriste du Peintre e Sculpteur Umberto Boccioni*. Paris, Galérie La Boétie, junho-julho/1913.
- Esposizione di Scultura Futurista del Pittore e Scultore Umberto Boccioni*, Roma, Galleria Futurista Sprovieri, dezembro/1913.
- Esposizione di Scultura Futurista del Pittore e Scultore Umberto Boccioni*, Florença, Galleria Gonnelli, março-abril/1914.
- Exhibition of the Works of the Italian Futurist Painters and Sculptors*. The Doré Galleries, Londres, 1914.
- Mostra di Trentatré Artisti Futuristi*, Milão, Galleria Pesaro, outubro/1929.
- Unique Forms: The Drawing and Sculpture of Umberto Boccioni*. Texto de Laura Mattioli. Estorick Collection of Italian Modern Art, Londres, 14 janeiro-19 abril/2009.
- Chiurazzi, Società Anonima. Riproduzioni di Opere Classiche in Bronzo e Marmo*. Nápoles: Tipografia Giuseppe Montanino, 1929.

### **Arquivos pesquisados**

- Seção de Catalogação, MAC-USP
- Documentação Laboratório de Pintura e Escultura, MAC-USP
- Arquivo Histórico Wanda Svevo, Fundação Bienal de São Paulo
- Curatorial Records, Department of Painting and Sculpture, MoMA, Nova York
- Arquivo, MoMA, Nova York
- Fundo Filippo Tommaso Marinetti, Special Collections, Getty Research Institute, Los Angeles
- Fundo Benedetta Cappa Marinetti, Special Collections, Getty Research Institute, Los Angeles
- Fundo Umberto Boccioni, Special Collections, Getty Research Institute, Los Angeles



textos



# A pouco cordial cordialidade

*Luiz Costa Lima*

E

stivemos acostumados a pensar que a primeira e consagrada obra de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, tenha se caracterizado, desde sua estreia, em 1936, *por sua argumentação antitradicional e seu caráter de defensora dos valores democráticos*. No *Clássico por Amadurecimento*, Luiz Feldman (2016) mostra não ser exatamente assim. Muito embora a formatação do capítulo final do *Raízes*, significativamente sempre chamado “Nossa Revolução”, mostre que a posição do historiador não se confundia com o estrito retrato que Feldman mostra de sua obra de estreia<sup>1</sup>, de fato

---

1 É sintomático que o autor já bem compreendia que, na ordem colonial, “a primazia das conveniências particulares (dominava) sobre os interesses de ordem coletiva” (Holanda, 1936, p. 150) e já citava *Der Begriff des Politischen*, de Carl Schmitt, onde se encontrava a formulação latina que, na edição conclusiva, dará o fecho definitivo à dissociação entre a ordem dos interesses privados e

---

**LUIZ COSTA LIMA** é crítico literário, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da PUC-RJ e autor de, entre outros, *A Ficção e o Poema* (Companhia das Letras).

não era justa a ideia homogênea que foi mantida de sua obra – o modelo clássico da suposta absoluta coerência é fornecido pelo prefácio de Antonio Candido (1969) à edição definitiva. Por isso mesmo se justifica a obra de Luiz Feldman. Por ela, não só se alcança uma compreensão menos imperfeita, como se torna mais flagrante sua distinção com o permanente conservadorismo de Gilberto Freyre. Contudo, como logo perceberá o leitor, a emenda acima indicada não me importou por si mesma senão como meio de esclarecer a função da cordialidade na formação brasileira; é em decorrência do papel que se lhe atribuirá, entre as edições de 1936 e 1969, que será extraído o argumento para pensar-se teoricamente, dito de modo mais preciso, metaforologicamente, as transformações interpretativas da cordialidade.

Para começo de conversa, lembre-se o que declara Feldman: “Na redefinição das qualidades do homem cordial, estava em causa a ideia mesma de uma identidade nacional”. Se recordarmos o papel que, na primeira edição, desempenhava a tirada de Ribeiro Couto, ficamos desconfiados da ênfase concedida à cordialidade. Conceda-se que o raciocínio de Sérgio Buarque não a tomava como base de seu argumento. Nem por isso, no entanto, era menor seu destaque:

“O escritor Ribeiro Couto teve uma expressão feliz quando diz que a contribuição brasileira para a civilização será a cordialidade – daremos ao mundo ‘o homem cordial’. A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade [...] formam um aspecto bem definido do caráter nacional. Seria engano supor que,

---

a ordem pública, sem, entretanto, já destacá-la. Acrescente-se ainda que o Schmitt primeiramente citado é da edição de 1935, i.e., que Sérgio Buarque o terá lido um pouco antes de entregar os originais para publicação. Que disso se infere senão que *a configuração definitiva do capítulo ainda se encontrava no princípio de seu processo de elaboração?* O mesmo raciocínio é cabível a propósito do testemunho do naturalista norte-americano Herbert Smith. Basta ler-se o que a versão primeira do *Raízes* (Holanda, 1936, p. 151) aproveita de Smith e contrasta com a forte formulação que o mesmo texto atingirá na versão definitiva (de 1969), para que se chegue à mesma conclusão. Entre as versões de 1936 e 1969, não temos um autor que tivesse passado de uma visão pró-ibérica e conservadora para uma democrática e politicamente avançada senão alguém que revela o caminho pelo qual amadurecerá. Para falar à maneira do *Ulysses*, pelas mudanças efetuadas até a versão definitiva, Sérgio Buarque lutou “por libertar sua mente da servidão de sua mente”.

no caso brasileiro, essas virtudes possam significar ‘boas maneiras’, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emocional extremamente rico e transbordante” (Holanda, 1936, p. 101).

Como diretor da coleção Documentos Brasileiros em que o *Raízes* seria publicado, Gilberto Freyre conhecia o texto antes de ser ele editado. Daí o reconhecimento de sua importância para sua tese da ascensão dos diversos tipos de mulatos, que desenvolverá em *Sobrados e Mucambos*. A cordialidade se punha a serviço dos mestiços amáveis, delicados, risonhos, carinhosos:

“Ninguém como eles é tão amável; nem tem um riso tão bom; uma maneira mais cordial de oferecer ao estranho a clássica chicrinha de café; a casa; os préstimos. Nem modo mais carinhoso de abraçar e de transformar esse rito [...] de amizade entre homens em expansão caracteristicamente brasileira” (Freyre, 1936, III, p. 1.060).

Condensando seu argumento: na competição profissional, o mulato dispunha do riso contra o branco “como um dos elementos mais poderosos de ascensão profissional” (Freyre, 1936, III, p. 1.061). Tal docilidade não se confundia com o riso servil do homem negro; era, “quando muito, obsequioso e, sobretudo, criador de intimidade” (Freyre, 1936, III, p. 1.063). Mas não pretendo destacar apenas o caráter do argumento. Para a inegável capacidade de convencer de Freyre, contribuiu a própria afabilidade nada convencional de sua linguagem. O sociólogo não só escrevia bem, como é de reconhecimento geral, mas desenvolvia o que chamarei de estilo jeitosamente cordial:

“Seu riso foi não só um dos elementos, como um dos instrumentos mais poderosos de ascensão profissional, política, econômica; uma das expressões mais características de sua plasticidade, na transição do estado servil para o de mando ou domínio ou, pelo menos, de igualdade com o dominador branco, outrora sozinho, único. Na passagem não só de uma raça para a outra como de uma classe para outra” (Freyre, 1936, III, p. 1.061).

A argumentação de Freyre dava força bem maior que à extraída da carta de Ribeiro Couto.

Mas, coerente com seu conservadorismo de raiz, não lhe interessava acentuar que o riso derramado, a gentileza a toda prova, a ilimitada cordialidade eram formas também subalternas, voltadas para corrigir o desnível social do mulato. A Freyre importava o movimento de partida; não lhe dizia respeito que, tendo êxito, a ascensão se restringia a este ou àquele mulato vitorioso. Ainda que fossem muitos os que vencessem, a cordialidade era uma carta no baralho da ascensão social. Sem ela, o jogo, a confundir-se com a vida, estaria perdido. Com ela, quem saberia onde não se poderia ir?

Não me demoro no que é bastante conhecido porque meu interesse está em algo ainda não explorado. Tampouco me demoro na vantagem que Sérgio Buarque encontrará ao se deparar com a interpretação adversa de Cassiano Ricardo. Deixo de lado as mudanças sensíveis que o *Raízes* já encontrará na edição de 1948, para nos prendermos à dura objeção à contra-argumentação ao poeta, na edição definitiva de 1969.

Cassiano Ricardo se opusera ao uso do termo “cordial” porque ele seria demasiado formal e protocolar, quando o “capital sentimento” do brasileiro seria a bondade ou mesmo certa “técnica de bondade”. Não nos surpreende que alguém pudesse associar o capital de sentimento e bondade a toda uma população, pois a conexão fazia parte da retórica de um defensor letrado do Estado Novo (Feldman, no livro já citado, mostrará que Almir de Andrade, em *Força, Cultura, Liberdade*, de 1940, voltará à cordialidade como princípio fundador do Estado Novo<sup>2</sup>). Cordialidade ou bondade, o que seria próprio do brasileiro?!

---

2 Parece curioso, se não cômico, que dois escritores – dos quais sempre se espera um certo grau de inteligência – tenham recorrido à retórica da cordialidade em defesa de um Estado ditatorial, como indiscutivelmente foi o Estado Novo. A explicação parece trivial mas não encontro outra: como Getúlio Vargas chegara ao poder – em reação ao dirigismo do país pelas oligarquias paulista e mineira, dominante durante a República Velha – contemporaneamente à irrupção dos regimes fortes do nazi-fascismo e do comunismo, tratava-se de “convencer” a rala massa letrada do país que não havia de temer um ditatorialismo semelhante entre nós. Um bom recurso para isso consistia em recorrer ao princípio a que intérpretes que então escapavam da antropologia biológica, dominante desde *Os Sertões*, e que ganhavam fama (Sérgio Buarque e Gilberto Freyre), consideravam como havendo sido bastante praticado durante nossa formação.

A pergunta seria prova de estupidez ou de como os intérpretes são capazes de optar pela calhordice, se também não nos oferecesse a abertura de uma trilha nova. Essa trilha inédita estará na dependência de verificarmos a flexibilidade que, no jogo político, as palavras são capazes de assumir.

Como demonstra o próprio áspero debate de Sérgio Buarque com Cassiano Ricardo, não é fácil de imediato perceber como essa trilha se desenvolve. Ao se indispor contra o dilema do “bandeirante”, o historiador esquece, como lembra Feldman, que, na edição de 1936, para ele próprio, a esfera da cordialidade se estendia até a bondade. É o que declara a formulação inequívoca: “Com a cordialidade, a bondade, não se criam os bons princípios” (Holanda, 1936, p. 156). Como se explicaria tanto a equivalência dos termos, como, posteriormente, a indignação de Sérgio Buarque contra o primado da bondade pretendido por Cassiano Ricardo? Não será preciso gastar muitas palavras. Na dependência dos interesses políticos, manifestados com motivação tendencialmente inconsciente, os vocábulos atingem uma elasticidade que, vista de fora, parece se confundir com uma inexplicável volubilidade. A elasticidade indicada faz com que o termo abandone sua pista dicionarizada, se amplie e assumo o que caberia como uma das modalidades do que Lévi-Strauss veio a chamar de “significante flutuante”.

Em *Sobrados e Mucambos*, Freyre começara a demonstrar por que assim se dava com a cordialidade. Sua flutuação, compreendendo lhanza, facilidade de trato, afabilidade e – por que não? – conduta bondosa, era justificada por nossa tradição ibérica e patriarcal e tinha como solo motivador a extrema desigualdade entre o branco dono de terras, a pequena margem de artesãos, a imensa margem de massa escrava e, depois da abolição, dos filhos sem terra e sem trabalho de ex-escravos. A flutuação resultante era, de sua parte, resultante de que, assumindo uma figuração metafórica, os termos aproximados constituíam, como dirá mais recentemente Hans Blumenberg (1979, p. 87), o fóssil-guia (*Leitfossil*) “de uma camada arcaica da curiosidade teórica”. No caso em pauta, a conjunção flutuante é movida por uma curiosidade menos teórica do que pragmaticamente política. O Estado Novo é justificado

como manutenção de um patrimônio secular e seus justificadores lançavam mão de um estoque em cujas extremidades estavam, de um lado, a cordialidade e, de outro, a bondade. Provavelmente, sem jamais perceber por que acertara, Sérgio Buarque, no relance de uma frase, pusera a “bondade” no frouxo leito semântico da cordialidade. Cassiano Ricardo, ressaltando essa e renegando o eixo flutuante, a “cordialidade”, se punha na corrente oposta, i.e., ressaltava do significado flutuante apenas o lastro que lhe interessava ideologicamente. A arbitrariedade do defensor do Estado Novo teve, entretanto, a qualidade de irritar o historiador e, na edição definitiva de 1969, de fazê-lo retornar ao Schmitt, que mostrava conhecer desde a edição *princeps*, e agora destacar a passagem capital que Carl Schmitt recolhera do *Digesto* romano.

Como, por força da tradição patriarcal, *não reconhecemos senão o outro privado* – o outro patriarca, o outro branco ligado à posse da terra, contra o qual o mulato precisa se armar de uma infinita afabilidade – desconhecemos o público do privado, o inimigo público do adversário privado e então nos comportamos na esfera pública do mesmo modo como na esfera privada, não conhecendo outro mérito nos detentores dos cargos públicos senão a amizade ou a aliança política.

Do que se escreveu acima, talvez alguma novidade esteja na introdução do “significante flutuante” e no caráter de fóssil-guia que a metáfora pode assumir. Mas a própria justificação de um e outro conceito se encontra em texto estranhamente muito pouco divulgado. Ele se escancara em resenha que Élisée Reclus publica, ainda em 1863, em que, a propósito do *Viagem pelo Norte do Brasil no Ano de 1859*, do médico sanitaria Von Avé-Lallemant, o geógrafo suíço comparava a escravidão no Brasil e nos Estados Unidos. Conhecer a passagem equivalente a perceber o quadro vivo em que fermenta a nossa cordialidade. A alusão de Ribeiro Couto à cordialidade em carta ao embaixador mexicano no Brasil, o aproveitamento sociológico certo que Freyre dela faz, a apropriação ideológica que promovem Cassiano Ricardo e Almir de Andrade, antes de virmos sua transformação na edição de 1969, pareceriam peças razoavelmente sem maior alcance, termos sem muita proprie-

dade interna se, graças a Reclus, não tivéssemos condições de verificar por que tal significativo flutuante, verdadeiro enquanto flutuante, à semelhança da conduta prestativa do mulato que a adotava para compensar sua desigualdade, era a luva que se ajustava à mão de nossa sociedade. O serviço, portanto, que nos presta o geógrafo anarquista suíço é tamanho que seu longo fragmento se introduz em nossa argumentação, que há de ser interrompida enquanto o traduzimos:

“Certas formas de escravidão [...] são incontestavelmente muito mais cruéis nas *plantations* norte-americanas que nas fazendas do Brasil e, no entanto, se não temesse cometer uma verdadeira blasfêmia ao associar ideias tão contraditórias, diria que a instituição servil nos Estados Unidos oferece uma aparência de moralidade que se procuraria em vão no Brasil. Os fazendeiros norte-americanos, advertidos pela reprovação de seus compatriotas e pela voz se sua própria consciência, nunca deixaram de discutir a escravidão do ponto de vista da justiça. Tinham mesmo desde logo a condenado e, aqui e ali, haviam tomado certas medidas para preparar a sua abolição: depois, quando os interesses particulares e as ambições políticas modificaram suas primeiras opiniões, se esforçaram em ao menos justificar sua causa por todos os argumentos imagináveis. Essa pretensão testemunha ao menos uma certa necessidade de justiça que as instituições puderam perverter, mas que não puderam completamente suprimir.

Ao contrário, imersa completamente na escravidão, a sociedade brasileira não poderia apreciar sua justiça ou iniquidade: o fato monstruoso da posse do homem pelo homem lhe parece tão natural, tão pouco repreensível que o próprio Estado compra ou recebe em herança negros e os faz trabalhar em benefício do orçamento. Também os conventos têm sua criadagem africana, de que os contratos de venda declaram ser a propriedade real de São Benedito ou do não menor Santo Inácio. Do mesmo modo, por pura caridade de alma, os administradores do hospício do Rio de Janeiro adquirem negros como amas de leite das crianças abandonadas. Além do mais, segundo Avé-Lallemant, médicos especuladores se dirigem ao público por meio dos jornais e adquirem negros

doentes ou esgotados aos quais procuram recuperar para, em seguida, revendê-los a bom preço; veem-se, enfim, negros possuírem outros negros, aos quais transmitem sua própria ocupação sem que eles próprios possam se liberar porquanto a condição de escravo parece normal neste país infeliz. É mesmo em parte devido à simplicidade mais ou menos ingênua com que os donos de escravos encaram o destino de seu gado humano que este deve a relativa doçura de sua existência. Os senhores devem ser bons príncipes porquanto importunos abolicionistas não vêm ameaçar sua propriedade sagrada. Não se creem obrigados, como seus confrades norte-americanos, a inventar para o negro um novo pecado original, nem em erigir como sistema a distinção absoluta das raças, nem em estabelecer uma barreira infranqueável entre a descendência dos escravos e a dos homens livres. De modo algum aprovam a necessidade de se empenhar na descoberta de uma filosofia que lhes permita agravar a servidão. Além do mais, a aspereza mais ou menos empregada na exploração dos escravos está sempre em razão direta do valor monetário dos braços: ora, até estes últimos anos, o trabalho dos negros brasileiros, sem cessar alimentado pelo tráfico, representava um capital muito menor que o dos negros norte-americanos.

Para desculpar a escravidão imposta pelos fazendeiros no Brasil, pessoas de boa fé têm com frequência pretendido que ela tem apenas o nome em comum com a escravidão norte-americana, e realiza integralmente o ideal tão louvado da vida patriarcal. Uma comparação rápida estabelecida entre os dois países em que reina a servidão involuntária parece, com efeito, conceder de início algum valor à afirmação. Os escravos das fazendas brasileiras, formando cerca de cinco sextos da população servil, gozam no domingo de uma liberdade relativa, como os negros norte-americanos; têm, entretanto, mais do que esses, numerosos dias, feriados, distribuídos ao longo do ano. A cada quinzena, a maior parte das fazendas lhes concede o dia do sábado para que possam cultivar suas próprias hortas, que recebem o título de *fazendas*, e assim acrescentar algumas frutas e certas raízes à provisão regulamentar de carne seca, fornecida pelo administrador. Nas grandes cidades de comércio, os senhores, demasiado in-

dolentes para que eles próprios dirijam o trabalho de seus escravos, chegam a deixá-los completamente livres para ganhar a vida como queiram, com a condição de que produzam diariamente uma soma de antemão fixada. Entregues à sua própria iniciativa, os negros se organizam mais ou menos livremente em bandos de trabalhadores, escolhem um chefe e vêm oferecer seus serviços como carregadores ou estivadores aos negociantes e aos capitães de navios. Durante o dia, esses escravos, não vigiados pelo olho do senhor, podem durante algumas horas imaginar que são livres. Precedidos por uma espécie de músico que os excita, sacudindo pedaços de chumbo (*chevrotine*) dentro de uma cabaça, se estimulam mutuamente por um canto ritmado ou por gritos cadenciados. Belos, vigorosos, semelhantes a estátuas fora de seus pedestais, cruzam as ruas sem se dobrar ao peso de suas cargas enormes e, com frequência, põem no cumprimento de seu trabalho um verdadeiro entusiasmo de combatentes. Milhares de negros, na maior parte pertencentes às diversas tribos dos minas ou negros da Costa do Ouro, que se distinguem entre todos por sua beleza física, sua inteligência e seu indomável amor à liberdade, podem assim diariamente adquirir um certo benefício, que acumulam cuidadosamente e contemplam com avareza como penhor de sua futura emancipação. Com efeito, a lei brasileira, menos terrível que os códigos negros dos estados confederados, não encerra o escravo em um círculo infranqueável de servidão: não o impede de se resgatar por seu trabalho e de sacudir a poeira de suas roupas para sentar-se ao lado dos homens livres. Além do mais, ela também lhe dá a permissão tácita de se instruir, se encontra tempo e coragem; autoriza-o a fortificar sua inteligência em vista de uma liberação possível, e não condena à prisão o branco caridoso que lhe ensina a arte diabólica da leitura. O acaso de seu nascimento pode igualmente salvar o escravo e conceder-lhe sua independência, pois é costume no Brasil emancipar os mulatos e a lei ainda não se interpôs entre o pai e o filho para interditar ao primeiro que reconheça seu próprio sangue. Na população brasileira de cor, avalia-se em um sétimo apenas o número de mulatos condenados à escravidão, enquanto que em toda a extensão da república anglo-saxônica, aí compreendendo mesmo os es-

tados livres, contam-se quase dois homens de cor ainda escravos contra um só liberto.

Também com vantagem para o império sul-americano, pode-se dizer que o abismo cavado entre o branco e o negro liberto é muito menos profundo que nos Estados Unidos. Não poderia ser de outro modo em um país em que o número dos brancos livres de toda mistura chega apenas a um milhão, aí compreendendo os estrangeiros e assim forma no máximo um oitavo da população. É em vão que se aplicam medidas diversas que recordem aos libertos sua antiga servidão e os rebaixem no interior da sociedade brasileira: protegidos pelos costumes, eles se cruzam livremente com as castas superiores, a população mestiça cresce sem cessar em uma proporção considerável e, apesar da soberba dos que se mantiveram puros de toda mistura, pode-se prever estar próximo o dia em que o sangue dos antigos escravos correrá nas veias de todo brasileiro. Essa invasão gradual já fez dobrar muitas barreiras. Os filhos dos negros emancipados tornam-se cidadãos; entram no exército e na marinha, com maior frequência, é verdade, em consequência de um recrutamento forçado, e podem, do mesmo modo que seus companheiros de armas de raça caucásica, falar da causa da pátria e da honra à bandeira. Alguns sobem de grau em grau e comandam brancos, que permanecem seus subordinados; outros se dedicam às profissões liberais e se tornam advogados, médicos, professores, artistas. É verdade que a lei não concede aos negros o direito de entrar na classe dos eleitores, nem na dos elegíveis; mas os empregados de pele mais ou menos escura não sofrem diferença alguma em serem reconhecidos como brancos todos os que queiram dizer-se tais e recebem os documentos necessários para que seja assim estabelecido legalmente e de uma maneira incontestável a pureza de sua origem. É assim que os filhos de antigos escravos podem ingressar na carreira administrativa e mesmo fazerem parte no Congresso, ao lado dos nobres fazendeiros. No Brasil, não é a cor que faz vergonha, é a servidão. Todos esses fatos são da maior importância para o futuro do país, mas não podem servir de desculpa para a escravidão brasileira, que, por sua própria natureza, é idêntica à ‘instituição divina’ dos anglo-americanos. Seja o senhor um patriarca ou um tirano, não é menos o possuidor de outros homens,

aos quais usa segundo sua vontade e quanto aos quais sua própria justiça não é senão arbitrária. Se ele achar conveniente, pode espancar e torturar; pode impor cadeia, grilhões, coleira ou qualquer outro instrumento de suplício. Toda senhora refinada que, por vaidade, venha cobrir suas negras com seus próprios adereços para dar aos estrangeiros uma ideia elevada de sua riqueza, pode um instante depois fazer que as mesmas mulheres sejam espancadas, ainda ornadas de seus colares de ouro ou de pérolas. Este proprietário empobrecido, que sempre teve a maior doçura com seus escravos, vende uma parte deles para resgatar suas propriedades endividadas: separa o amigo do amigo, talvez o filho do pai, e o deixa levar por algum estrangeiro ávido para uma fazenda distante. Dramas semelhantes provocam uma desmoralização maior que a familiaridade que parecia a mais íntima entre o senhor e o escravo. Ruidosas explosões de riso dos negros e das negras ecoam com frequência nas ruas da Bahia e do Rio de Janeiro; mas, se se passa diante das prisões, em que, ante a simples requisição do proprietário, os chicoteadores pagos pelo Estado batem nos escravos, escutam-se os gritos de dor a consoar com a ruidosa hilaridade das ruas” (Reclus, 1863, tomo 40, pp. 384-9).

Sem que o desenvolvimento acima possa ser substituído por nada, a síntese de seu argumento está na frase: “Imersa completamente na escravidão, a sociedade brasileira não poderia apreciar sua justiça ou iniquidade”. Em consequência, *a desigualdade radical era apreciada como um dado natural*. O que implicava a absoluta igualdade permeada pela desigualdade constituída pela suposição: a sociedade humana é formada por homens com terra e homens sem terra. Tal assimetria concretiza um só espaço: o espaço privado. A naturalidade da escravidão, que a tornava praticada desde o senhor de terra, passando pelo Estado, até as ordens religiosas, impedia que houvesse a noção do espaço público, onde haveria de imperar, ao menos idealmente, o espaço da lei, a norma válida para todos. Daí o prestígio da metáfora da cordialidade. Entenda-se bem: não se diz que ela fosse *determinada* pelas condições sociais. Ela é por certo *motivada* por ela. Enquanto tal, podia dar lugar a outra metáfora, desde que ela fosse igualmente congraçadora e, como tal,

viesses a partilhar da amplidão semântica própria de um significante flutuante.

É de supor que, por várias razões, a cordialidade se impusesse contra alguma outra prática metafórica antes próxima da raiz da rudeza. Creio que a primeira fosse não haver na tradição ibérica, ao contrário da saxônica, a crença arraigada na diferença das raças. O evolucionismo de Darwin rapidamente contaminou a reflexão social saxônica e estabeleceu o dogma da desigualdade das raças, que não havia estado em sua doutrina original, ao passo que, na tradição ibérica, a escravização do indígena antes provocaria a discussão de ordem teológica entre os religiosos Victoria e Bartolomé de las Casas. No ambiente menos cultivado da Península Ibérica, onde a escravidão africana era anterior à colonização americana, o branco considerava que *naturalmente* os senhores eram de sua cor e os escravos, de cor negra. Assim nenhuma razão biológica o impedia, nas colônias americanas, de frequentar a cama de suas escravas. Creio que o segundo motivo, associado àquela, fosse que uma prática cordial trouxesse inúmeras mais vantagens e fosse pouco propiciadora de conflitos.

Não sei se essas razões são suficientes. O fato é que Reclus nos faz verificar que há uma razão social para que a metafórica dominante fosse a que Sérgio Buarque começou a explorar em sua obra de estreia. Mas sua função principal não foi a de introduzi-la, senão de, já a associando, desde 1936, à questão da divisão dos espaços, só haver sido alertado plenamente para o papel desempenhado por essa divisão por meio da provocação despertada pela contradição de Cassiano Ricardo. É ela que o leva a chamar a atenção para a passagem do *Digesto*, tal como Carl Schmitt a lera: “*Hostis is est cum quo publico bellum habemus [...] in quo ab inimico differt, qui est is, quocum habemus privata odia [...]*” (“Inimigo público é aquele com quem estamos publicamente em guerra [...] nisso difere do inimigo privado, que é aquele com quem temos desavenças privadas [...]”<sup>3</sup>).

3 Chame-se a atenção para um dado só aparentemente insignificante: na versão original, citava *Der Begriff des Politischen*, na edição de 1935, ao passo que, em 1969, remete a passagem à edição original de 1933. O que vale dizer que, em sua primeira leitura, embora já atinasse para a “tão malsinada primazia das conveniências particulares

Assim, a leitura mais profunda de *O Conceito do Político* fez com que Sérgio Buarque realizasse o que décadas passadas Hans Blumenberg refletira como a primeira função da metaforologia: servir de auxiliar a uma história dos conceitos.

Muito embora essa função primeira fosse rapidamente absorvida por funções mais complexas, que implicam uma reflexão nada convencional sobre o papel da linguagem, é ela que nos importa, no caso da cordialidade. A cordialidade era – e, embora corroída pela experiência do cotidiano urbano, sua função social negativa continua, no momento em que escrevo, extremamente ativa – a expressão de um sentimento dominante, enquanto maneira de manter a negação de um espaço público, aquele em que a lei vigorasse igualmente para amigos e inimigos privados.

Para que Blumenberg não seja referido apenas nominalmente, lembremos uma passagem de seu primeiro livro dedicado à metaforologia:

“O mundo copernicano torna-se a metáfora da privação crítica do princípio da teleologia, da *causa finalis* do feixe aristotélico das *causae*; e é indubitável que só a metáfora copernicana permitiu penetrar no *pathos* da desteleologização, que é sobre ela que se funda uma nova consciência de si, ligada à excentricidade cósmica do homem” (Blumenberg, 1998, p. 146).

Conquanto a passagem se volte exclusivamente ao papel da metáfora, referindo-se à que se processa em Copérnico, é evidente que se trata da *figura* como passagem para um *novo conceito*. Sendo bastante mais simples, o novo exemplo pertence à mesma família. Mas me parece fascinante que a metaforologia faça, entre nós, sua estreia prática pela contribuição a um aspecto importante tanto para a obra de Sérgio Buarque de Holanda, quanto para nossa formação social, ademais se associando à notável reflexão de Élisée Reclus, que não entendo por que tem se mantido oculta.

sobre os interesses de ordem coletiva” (Holanda, 1936, p. 150), o reconhecimento da importância da diferença dos espaços ainda não era relacionado à metáfora da cordialidade. Será apenas com o amadurecimento intelectual do historiador que sua obra de estreia permitirá a aproximação que aqui se estabelece.

## BIBLIOGRAFIA

- BLUMENBERG, H. *Schiffbruch mit Zuschauer*. 5ª ed. Frankfurt a.M., Suhrkamp Verlag, 1979.  
———. *Paradigmen zu einer Metaphorologie*. Frankfurt a.M., Suhrkamp Verlag, 1998.
- CANDIDO, A. "O Significado de *Raízes do Brasil*", in Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1969, pp. XI-XXII.
- FELDMAN, L. *Clássico por Amadurecimento. Estudos sobre Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2016.
- FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1951.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1936.  
———. *Raízes do Brasil*. 5ª e definitiva ed. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1969.
- RECLUS, Élisée. "Le Brésil et la colonisation", in *Revue des deux mondes*, tomo 40, 1862, pp. 375-414.
- SCHMITT, C. *Der Begriff des Politischen*. Berlim, Duncker & Humblot, 1963.

# Xavier Marques: beletrismo e narrativa crítica

*José de Paula Ramos Jr.*

O

menino Francisco Xavier Ferreira Marques nasce em Itaparica, Bahia, em 3 de dezembro de 1861. Seu pai possuía uma embarcação – meio de sustento da família – para transporte de passageiros e cargas entre a ilha e Salvador.

Os primeiros estudos do garoto foram feitos em sua terra natal. Depois, transferiu-se para Salvador, onde, muito jovem, tornou-se jornalista, colaborando na redação do *Jornal de Notícias*, do *Diário da Bahia* e da revista *Nova Cruzada*, que circulou entre os anos de 1901 e 1910. Dedicado também à literatura, produziu poemas, contos, novelas e romances.

No início do século XX, um dos mais importantes críticos literários brasileiros de então, José Veríssimo, o saudou nos seguintes termos: “O senhor Xavier Marques é, no romance, talvez o escritor mais distinto entre os escritores provincianos, e mesmo um dos mais distintos entre os escritores do gênero no Brasil” (Veríssimo, 1903, p. 263 apud Salles, 1977, p. 15).

**JOSÉ DE PAULA RAMOS JR.** é poeta, crítico literário, editor, professor da ECA-USP e autor de, entre outros, *Leituras de Macunaíma (1928-1936): Primeira Onda* (Edusp/Fapesp).

Com a reputação literária firmada, Xavier Marques se candidata, em 1905, a uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, mas recebe um único voto: o de Machado de Assis. Em 1911, porém, essa instituição atribui a *O Sargento Pedro*, do escritor baiano, o prêmio de melhor romance brasileiro publicado no ano anterior. Em 1919, finalmente, a Academia o elege segundo ocupante da cadeira 28, como sucessor de Inglês de Sousa. O acadêmico Goulart de Andrade o saúda na cerimônia de posse, realizada em 17 de setembro de 1920.

Interessado no desenvolvimento da vida cultural em seu estado, participa da fundação da Academia de Letras da Bahia, em 1917, como primeiro ocupante da cadeira 33, cujo patrono fora biografado por ele em *Vida de Castro Alves* (1911), obra de referência na bibliografia sobre o ilustre poeta baiano.

A boa reputação de jornalista e escritor, certamente, contribuiu para sua eleição, em 1915, a deputado estadual. De 1921 a 1924, exerce mandato de deputado federal no Rio de Janeiro, dedicando-se, sobretudo, à educação.

Ao fim do mandato, Xavier Marques volta a morar na Bahia. Desde então, afasta-se cada vez mais da vida política, mas não da intervenção pública. Por intermédio da colaboração em jornais, como *A Tarde*, ou em periódicos, como a revista *Ilustração Brasileira*, publica artigos que criticam asperamente a República, pela permanência de vícios da monarquia e por práticas que considerava traição aos legítimos valores republicanos, entendidos na perspectiva de um liberalismo democrático e civilizatório, inspirado em modelos europeus, mas imbuído de um forte sentimento de nacionalidade.

Na velhice, evita a agitação da vida literária de Salvador e prefere isolar-se em casa. Sua literatura também já não encontra a mesma receptividade que o tornara artista celebrado. Chega a ter obra recusada por editores. Para publicar seu último romance, *As Voltas da Estrada* (1930), precisa custear 50% da edição. Todavia, a despeito do declínio não de sua arte, propriamente, mas de seu prestígio literário, mantém intacto o prestígio pessoal, ao menos entre seus conterrâneos, como demonstram o diploma de Professor *Honoris Causa*, recebido da Faculdade de Filo-

sófia da Bahia, e outras significativas homenagens prestadas a ele em 1941, quando completara seu octogésimo aniversário.

Xavier Marques falece no dia 30 de outubro do ano seguinte e é enterrado na capital de sua tão amada Bahia.

\*\*\*

Nos idos de 1913, o jovem crítico Jackson de Figueiredo (1916, p. 101) vaticinava: “Xavier Marques merecerá o amor de todo o povo brasileiro, na proporção em que for crescendo a nossa consciência nacional”. Não foi o que houve, embora seja possível admitir que a “consciência nacional” cresceu significativamente desde então.

Da mais alta reputação de ficcionista das letras nacionais ao quase esquecimento, sobretudo após a sua morte, a trajetória de Xavier Marques ilustra de modo notável o dinamismo do cânone literário, que, embora seja dotado de certa estabilidade, está sempre sujeito a alterações em sua, digamos metaforicamente, topografia. A elevação ou o rebaixamento da posição um dia ocupada pelos escritores e suas obras depende, sobretudo, do prestígio ou desprestígio das poéticas culturais sob as quais as obras foram produzidas, em confronto com as poéticas culturais posteriores.

A produção literária do escritor obteve sucesso enquanto correspondeu ao gosto hegemônico do leitorado, no período que se circunscreve entre os últimos 20 anos do século XIX e as duas ou três primeiras décadas do XX. Depois disso, impõe-se o projeto estético e ideológico modernista, e dá-se a queda de Xavier Marques, cuja ficção passa a ser entendida como “acadêmica” e “passadista”. Da alta posição em que fora considerado no cânone nacional, desce ao modesto posto de escritor de segunda linha, sendo, mais recentemente, considerado até mesmo “racista”, a despeito do relativo anacronismo implícito nessa consideração. Já é tempo de avaliar e compreender essa disparidade de opiniões.

\*\*\*

Não é possível associar a obra de Xavier Marques a uma única corrente literária. Nela, encontram-se influências do romantismo, realis-

mo, naturalismo, parnasianismo, simbolismo e impressionismo (Salles, 1977), como é comum em casos de escritores contemporâneos do autor, que a historiografia e a crítica enfeixam no chamado pré-modernismo, noção um tanto acomodatória que agrega desde epígonos do realismo até precursores do modernismo. De fato, os autores do chamado pré-modernismo participam de uma poética um tanto confusa e, sobretudo, muito difusa, devido ao seu caráter eclético ou sincrético. A combinação de estilos, de técnicas e de métodos para a criação artística, que afeta a forma, é correlata à mistura de doutrinas ideológicas verificada na invenção de efeitos de sentido, que projeta o conteúdo. As diferenças entre os vários artistas decorrem das escolhas individuais no processamento da mistura, da hierarquia e da proporção dos ingredientes colhidos e elaborados no horizonte da poética cultural do período que a tradição nomeia *belle époque*, tal como esta se configurou no Brasil.

Xavier Marques estreou em 1884 como poeta, com o livro *Temas e Variações*, em que as ressonâncias românticas já são domadas pela conção parnasiana. *Insulares* (1896), seu segundo e último livro de poesia, recolhe uma produção criada ao longo de dez anos. Permanece o romantismo, especialmente o da vertente cívica de Castro Alves, com a apologia do progresso civilizatório; mas há, sobretudo, o lirismo reflexivo, acerca dos temas da vida e da morte, ou descritivo de sentimentos e emoções, ao gosto parnasiano, propenso a conclusões sentenciosas, como pode ser observado no soneto:

“AMOR-PRÓPRIO<sup>1</sup>

Arfa-lhe o seio, o coração lhe bate,  
Ferve-lhe o peito num desejo ardente...  
Ela, contudo, finge estar contente,  
Velando a custo o íntimo combate.

Que se estortegue em ânsias, que se mate  
De aceradas paixões interiormente...  
Forçoso é rir, com a lágrima latente,  
Lutar com a tentação, que n'alma embate.

---

1 O poema, com a ortografia atualizada, foi colhido em Laudelino Freire (1913, p. 158).

Querem falar os lábios, mas não falam;  
Querem gritar as dores, mas se calam,  
De austera voz ao mando soberano.

Padeça o amor, sublime de ternuras;  
Que esse amor-próprio, origem de torturas,  
Bárbaro sendo, infelizmente é humano.”.

A poesia de Xavier Marques não tem o valor de sua produção em prosa ficcional, mas o exercício daquela tornou-o muito sensível ao ritmo, à sonoridade e ao poder pictórico, cromático e simbólico das palavras, elementos decisivos para a configuração de seu estilo peculiar, apreciável nos gêneros literários aos quais se dedicou exclusivamente de 1896 em diante: o conto, a novela e o romance. Antes dessa opção, porém, Marques já havia publicado um livro de contos, *Simple Histórias* (1886), e o romance de costumes *Uma Família Baiana* (1888), obras consideradas por ele como “ensaios” (Salles, 1977, p. 62), no sentido de exercícios literários de aprendizagem. Por isso, Marques costumava omiti-las (bem como o livro de estreia) em sua bibliografia autoral.

\*\*\*

A prosa de ficção de Xavier Marques, considerada válida por ele, nutre-se, sobretudo, de material proporcionado por sua região, a Bahia. Por isso, a crítica o considera um escritor regionalista. Isso pode ser admitido, desde que a noção de regionalismo não se limite ao registro pitoresco da cor local sertaneja. Nas melhores narrativas legadas pelo autor baiano, a particularidade local – humana, histórica, geográfica, social e religiosa – é artisticamente transfigurada de modo a representar o universal humano. Num simples pescador, podem pulsar grandes buscas do sentido da vida. Em *A Cidade Encantada* (1919), o conto que dá nome ao livro antecipa aspectos do regionalismo universalista de Guimarães Rosa: “O que há é que a gente não tem coragem pra ver tudo de perto” (p. 85); “Há muito mistério, deveras, neste mundo. Mas o que lhe digo é que há segredo e segredo” (p. 86) – ou até mesmo do estilo rosiano, como demonstra o excerto, transcrito com a ortografia atualizada:

“Apenas abriu os olhos, já o patrão montado partia em rumo do nascente. Que ia fazer? Disse, ao regressar, que havia esmado as léguas de terreno dominadas pela mata. Estava encantado pela majestade das joeiranas, dos itapicurus gigantescos, dos frondosos jequitibás, das altas canjeranas e moçutaíbas, dos cheirosos cedros e louros sassafrás, dos adernos e ipês, e dos comestíveis oitis, bacumixás e pequiás, por toda aquela tresdobrada vida vegetal que lhe parecia fazer parilha com a obra oculta dos primitivos e ignorados arquitetos do deserto... Tratava de penetrar aquele mundo. A empresa era estupenda, e duraria... mas não lhe vencia o ânimo. Ia avançar, cada dia um tanto, na direção em que imaginava correr o rio...” (Marques, 1920, p. 122).

No entanto, nem toda a produção do escritor apresenta essas virtudes. Exemplos disso são seus romances históricos: *Pindorama* (1900) e *O Sargento Pedro* (1910).

Em *Pindorama*, a narrativa do descobrimento e dos primórdios da conquista do Brasil pelos portugueses é centrada em dois personagens. Um deles é Fernão Cerveira, conquistador cristão, assim descrito por Jackson de Figueiredo (1916, p. 97): “[...] é o herói visionário da Igreja Mãe como uma pátria maior, bem vizinha do céu, é o caminho de Jesus que se imporá a ferro e fogo”. Ao lado dele, a índia Indaiá representa, ainda segundo Jackson de Figueiredo (1916, p. 97), “[...] a terra selvagem, a terra quente, rebelde, quase indomável”, mas que acaba por se curvar ao domínio dos cristãos, quando vê um missionário a se autoflagelar em meio à guerra, para demonstrar a humilde condição de “filho do pó, ante a cruz redentora, civilizadora” (Figueiredo, 1916, p. 97). Jackson de Figueiredo louva o romance; no entanto, suas observações denunciam a configuração esquemática que, de fato, se verifica não só na construção de personagens como rígidas alegorias, mas também na trama que, em vez de produzir um efeito de organicidade, mais parece um mecanismo também rijo, uma construção incapaz de gerar efeito de naturalidade. Esses aspectos, sobretudo, fazem de *Pindorama* uma obra inferior entre aquelas consideradas válidas pelo escritor.

Já *O Sargento Pedro* é uma realização artisticamente mais bem-sucedida. Esse romance evoca eventos e personagens históricos da guerra

de independência travada na Bahia, mais exatamente em Itaparica, mesclados a acontecimentos e personagens puramente imaginários. A narrativa é centrada em Pedro, que a ficção de Xavier Marques figura como um pescador tornado herói na luta pela libertação do povo da ilha. O protagonista também apresenta uma natureza alegórica, representando a força e os interesses do povo humilde em busca da sua liberdade. Todavia, ele é mais convincente que os personagens de *Pindorama*. A imagem da individualidade psicológica de Pedro favorece o efeito de verossimilhança, também verificado na trama da obra, urdida com articulações de causalidade que dão unidade à narrativa.

Nesses dois romances históricos, observa-se um regionalismo que dialoga com o “instinto de nacionalidade”, assinalado como característico da literatura brasileira em célebre ensaio de Machado de Assis (1994).

O interesse em produzir uma literatura voltada ao interior, ao campo e à vida rural manifesta-se desde a época colonial. Para citar um exemplo: *Música do Parnaso* (1705), de Manuel Botelho de Oliveira, contém o longo poema “A Ilha de Maré”, que exalta a excelência do clima, a fertilidade da terra baiana e a superioridade de suas frutas perante as europeias. No entanto, é a partir do romantismo que esse interesse se manifesta como uma corrente literária permanente: o regionalismo. José de Alencar, Franklin Távora, Visconde de Taunay e Bernardo Guimarães podem ser considerados fundadores dessa corrente que, desde então, é constante na literatura brasileira, ora mais prestigiada, ora menos.

O propósito permanente do regionalismo literário consiste em transfigurar artisticamente a realidade, sobretudo do sertão, mas também do litoral e da cidade provinciana. No romantismo, tal propósito se articula com a subjetividade, o sentimentalismo e a idealização típicos dessa escola, assim como ao ideal nacionalista que animava a produção literária. As obras regionalistas românticas inventaram imagens da diversidade brasileira que podem ser entendidas como contribuições para o desenvolvimento de um imaginário peculiar, no âmbito do processo de invenção de uma cultura nacional.

Xavier Marques dá continuidade a essa perspectiva do regionalismo romântico que se har-

moniza com um ideal nacionalista, tanto em seus romances históricos quanto em obras de outros gêneros, nos quais conseguiu melhores resultados estéticos, maior reconhecimento da crítica e mais amplo alcance junto ao leitorado: contos, novelas e romances de costumes. Neles, o binômio Bahia-Brasil pode ser observado ora no registro lírico de uma prosa poética de matiz neorromântico, ora no registro de costumes, em tramas urdidas na perspectiva crítica legada ao pré-modernismo pelo movimento realista e naturalista. Nesses dois registros, observa-se um estilo que David Salles, com razão, chama de “ornamental”. O padrão da linguagem corresponde ao gosto parnasiano, na medida em que busca realizar verbalmente, na prosa, um trabalho análogo ao “lavor de joalheiro” proposto no poema “Profissão de Fé”, de Olavo Bilac. Esse “estilo ornamental” contribuiu certamente para a conquista do expressivo prestígio desfrutado por Xavier Marques entre os seus contemporâneos, que também aplaudiam as obras de outros estilistas “ornamentais” da época, como, por exemplo, Coelho Neto. Quando triunfa o gosto modernista, porém, esse estilo passa a ser considerado “acadêmico”, razão para o seu desprestígio. Todavia, deve-se considerar que os preconceitos vanguardistas baniram essa literatura “passadista” no calor do combate para que fossem reconhecidos os novos padrões estéticos propostos pelo movimento de 1922.

Com o ostracismo dessas obras “acadêmicas” condenadas pelos modernistas, certamente, muito se perde. Já é tempo de superar o radicalismo, que a própria vanguarda abandonou a partir de 1930, e reexaminar essa produção, atualmente tão rebaixada no cânone literário, por meio de uma orientação crítica que considere tais obras como artefatos verbais, dotados da autonomia das obras de arte, bem como eventos culturais que dialogam com sua própria “semiosfera”, para valer-nos da noção proposta por Yuri Lotman (1996).

\*\*\*

Nesse sentido, é preciso realçar que o estilo de Xavier Marques não se dissocia de um projeto estético que dialoga com valores e ideias de seu tempo. Sua literatura tem como matéria a vida baiana. Em seus textos figuram “negros” e mesti-

ços, escravos ou libertos, “brancos”, trabalhadores pobres, a classe média e a alta sociedade urbana. Há também a presença de outros elementos baianos, como a aspereza do sertão profundo, a cultura da cana-de-açúcar no Recôncavo, a vida de pescadores e o folclore rural, praiheiro ou urbano. Os enredos dos contos, novelas e romances de costumes situam-se no contexto de um imaginário que, no conjunto, corresponde ao período contido entre o fim da monarquia (antes e depois da Abolição) e a Primeira República.

A vertente fantasista desse imaginário pode ser apreciada, por exemplo, em “A Cidade Encantada” ou “A Noiva do Golfinho”, ambos contos que recuperam narrativas da tradição oral relacionadas, respectivamente, ao sertão e à vida praieira, assim como se associam ao elemento maravilhoso, típico do folclore.

Na novela *Jana e Joel* (1899), obra mais conhecida do autor, destaca-se, sobretudo, a refinada prosa poética com que são narradas as vicissitudes do amor vivenciado pelos protagonistas referidos no título. Ela, filha de um pescador de Itaparica; ele, um órfão criado pelo pai de Jana e que segue a profissão de seu benfeitor. Contudo, o pai e a avó da moça desaprovam o namoro e determinam que ela vá morar em Salvador na casa de sua madrinha rica, onde vai exercer a função de babá. Jana não se adapta à cidade e sofre pela ausência de Joel. Finalmente, ela foge com o amado e vai com ele viver feliz em Itaparica. Nessa novela, revela-se o elogio da vida simples e autêntica junto à natureza idílica da ilha.

Inserido no âmbito do pensamento da elite culta baiana de seu tempo e interessado no progresso civilizatório da região, Xavier Marques aborda um repertório temático em que também se destacam as razões da decadência da velha sociedade aristocrática, sustentada pelo regime do trabalho escravo, e as contradições entre os antigos valores e os da sociedade capitalista de inspiração norte-americana, cujo modelo se instalava na Bahia a partir de seus polos de irradiação: São Paulo e Rio de Janeiro. Sobre esse eixo temático desenvolvem-se muitas das narrativas do autor, como as dos romances *A Boa Madrasta* (1919) e *As Voltas da Estrada* (1930). No primeiro, ambientado na cidade de Salvador, representa-se a velha aristocracia fundiária paralisada perante a modernização capitalista.

Fortunato, o protagonista, figura o caráter indeciso do “brasileiro tradicional” em meio às transformações que engendraram o “novo brasileiro”. Incapaz de adaptação, Fortunato vê sua riqueza minguar e, com isso, assiste desconsolado ao rebaixamento social de sua família e à derrocada de sua classe:

“Desde que a fortuna, de aristocrática que era, se tornara democrática, levantando da noite para o dia tantos proletários, não havia de estranhar que os abastados de ontem decaíssem. Era inevitável. Eles já não podiam comprar o conforto. Os outros não faziam questão de preço; encareceram a existência muito acima das rendas da velha burguesia capitalista” (Marques, 1919, p. 247)<sup>2</sup>.

“Os outros” pertencem à nova burguesia capitalista, assim caracterizada:

“Em matéria de negócios empreendia à maneira *yankee*. Em religião, flutuava entre a tolerância e a indiferença. Em pontos de amor, bania certas conveniências que o pudor inventara. Na educação, afrouxava a disciplina e preteria pelos desportos a cultura da inteligência. Finalmente na vida da família fazia concessões ao feminismo exótico e aspirava ousadamente ao divórcio” (Marques, 1919, p. 9).

\*\*\*

Examinemos com maior minúcia o último romance de Xavier Marques, pois, além de exemplar da maturidade artística, ele sintetiza grande parte dos temas com os quais o autor intervém na base interdiscursiva em que vigoraram os valores de seu tempo e lugar histórico.

*As Voltas da Estrada* encena o confronto do poder velho com o novo, ambientado na região do Recôncavo. Os títulos das duas partes em que a narrativa se estrutura já anunciam o embate: “Época dos Senhores de Engenho” e “Sob o Novo Regime”. Ambas são situadas na comarca de Amparo (Nossa Senhora do Amparo do Itaípe), mas em épocas diferentes. Mais de 30 anos as separam e,

nesse lapso, dá-se a Abolição e a ruptura do poder monárquico com o advento da República.

Na primeira parte, a região é rica pelo açúcar produzido pelos escravos, mas os senhores de engenho já expressam nostalgia dos “bons tempos”, em que estavam no auge da prosperidade e o regime da escravidão era inabalável, assim como o poder e o prestígio político dos grandes proprietários. Estes se mostram indignados com a ameaça representada pela lei que viria a considerar de “condição livre os filhos de mulher escrava”<sup>3</sup>. Seus argumentos demonstram que entendiam a escravidão como algo natural, como pode ser observado nas metáforas do excerto seguinte:

“A medida, tal qual original, implicava à primeira vista lesão considerável ao direito dos senhores. ‘Os frutos das árvores pertencem ao dono do pomar’, sentenciara o barão do Cerro, e o visconde, futurando com sagacidade o alcance da lei, havia acrescentado: ‘Seria o mesmo que nos tirarem a servidão do rio, desviando-o nas cabeceiras’” (Marques, 1982, p. 20).

Perante as ameaças ao velho regime, o visconde de Itaípe, o mais poderoso e respeitado representante da elite local, se esforça para justificar a importância perene da aristocracia e alertar seus membros para a necessidade de se unirem na defesa de seus interesses comuns:

“– Reagir – apoiou o visconde – é salvar esta civilização que o Brasil conquistou com a malsinada escravidão. Pensem como quiserem os que lá pela corte saboreiam o fruto sem saber como foi cultivado: se há riqueza, ócios e bem-estar, se formamos em todo o país uma classe, como se diz, com certo ciúme, aristocrática, a quem o devemos?... A aristocracia é tão necessária que nas próprias democracias ela se organiza e se separa, e é a nata substancial na aguadilha do soro, ou, conforme outros, à francesa – é a elite. Ora, tudo isso devemos ao regime atual do trabalho. Nele descansam os políticos, sem precisar fazer da política profissão. Com ele podemos ter estadistas, literatos, filósofos, grandes juricon-

2 Com ortografia atualizada neste e nos demais excertos das obras do autor transcritos neste trabalho.

3 Lei do Ventre Livre, 1871.

sultos, artistas, oradores e melhor talvez do que tudo, homens de bem...” (p. 73).

No entanto, o jovem Cirino Rocha, filho de um desses fazendeiros, engenheiro formado na corte, já demonstra uma visão crítica da escravidão, em que ecoam considerações de Joaquim Nabuco e se antecipam algumas de Gilberto Freyre em *Casa-grande & Senzala* (1933):

“É a baixeza da escravidão que degrada e envilece tudo em volta de si, gostos, maneiras, sentimentos... E isso sem que a gente se aperceba do rebaixamento. [...] Ah! o engenho... o engenho... Cria riqueza, mas que sombra de barbaria crassa, desmoralizadora, projeta sobre a cidade!” (p. 28).

Não só os negros se degradam com a escravidão, mas “tudo em volta”, sem exclusão da “gente de bem”, como o barão do Cerro, “um dos formidáveis tipos de sua classe, [...] que praticava a depravação aristocrática” (p. 12), ou o barão de Muribeca, segundo em poder, abaixo do visconde de Itaípe, e primeiro em crueldade sádica na comarca de Amparo, assim como Luís Ribeiro, “sultão de Jacutinga [...]. Negrófilo insaciável [...] a receber sacrifícios das virgens cativas que o feitor encaminhava ao harém” (p. 15), esta, aliás, a prática generalizada com que senhores de engenho e seus filhos viris iam matizando a escravatura negra, que “descoloria-se progressivamente em tipos de mulatinhas e mulatos mais ou menos tismados” (p. 15).

Nazário, mestiço liberto, filho de Luís Ribeiro com uma escrava, desonra a filha do visconde, ao cortejá-la escandalosamente numa cavalcada. Pela ousadia com que afrontara o interdito a um mestiço, mesmo liberto, Nazário é chicoteado e expulso da comarca, mas se torna líder do quilombo que, ainda na primeira parte da narrativa, aterroriza a região e desequilibra o poder dos senhores. Já na segunda parte do romance, Nazário torna-se o líder máximo do “novo regime” instalado em Amparo após a Abolição e a República.

Todavia, o “novo regime” preserva e cultiva antigos vícios senhoriais do exercício do poder: o autoritarismo centralizador, o nepotismo, a corrupção, o sistema patrimonialista na gestão da coisa pública, o servilismo covarde dos edis,

interessados nos favores do governo. Na escala menor da figurada comarca baiana, Xavier Marques sintetiza a imagem que contém sua crítica ao que considerava traição aos altos ideais republicanos em todo o país.

Nem só velhas práticas de poder persistem, também antigos preconceitos se atualizam e se reforçam, agora matizados, por um lado, pelo ressentimento aristocrático e, por outro lado, pelo anseio de assimilação dos afrodescendentes.

Com a Abolição, dá-se uma metamorfose ontológica: o escravo, negro “puro” ou mestiço, de coisa que era, torna-se homem, supostamente, livre. Ele pode até empolgar o poder, como Nazário em Amparo do Itaípe; no entanto, velhos preconceitos culturais hegemônicos são sujeitos a uma certa inércia e têm até mesmo o poder de se instalarem na subjetividade daqueles que são por eles prejudicados. Tal fenômeno é assinalado por Marx, quando ele observa que a ideologia da classe dominante contamina a da classe dominada (Marx & Engels, 1974).

Eliminada juridicamente a condição de coisa, os libertos são estigmatizados pela cor da pele: o “preto” e os matizes cromáticos denunciadores de ascendência “negra” são índices sociais desabonadores, sutilmente assumidos pelos próprios desabonados:

“Em regra os amparenses, quando não podiam evitar a classificação de raça, procediam convenientemente, com certo pudor e economia do melindre social: empregavam um adjetivo que lhes parecia abranger todos os graus de intensidade da sombra pigmentar. Diziam uniformemente: ‘Nós, os morenos...’” (p. 130).

O velho Cirino Rocha continua a considerar a degradação de negros e mulatos como decorrência da condição de escravos, mas que haveria se tornado um estigma racial:

“A tara da escravidão ficou na alma deste povo. Uma alma coletiva vem se criando desde as origens da raça com o sangue e o caráter dos seus formadores. Ora, nas origens desta gente o que se encontra de mais intensivo, carregando no matiz, não só da pele, mas do espírito, é o negro e o negro cativo... O que hoje chamamos

psiquismo se reduz nesses indivíduos quase que a um simples mecanismo” (p. 147).

Cirino Rocha refere-se aos “morenos” chamando-os de “larvas humanas”, que teriam “o fraco e a volúpia de expurgar-se das suas escórias na pele de gente limpa” (p. 135).

As expressões “larvas humanas” e “escórias” não só indicam a subumanidade dessa gente, na suposição de Cirino Rocha, mas também sugere a convicção dele na possibilidade de evolução. O estágio de imaturidade (“larvas”) seria superado por meio do processo de “branqueamento”, com o qual Cirino busca contribuir ao trazer colonos alemães para o cultivo de suas terras:

“E que faço eu? Acudo à regeneração social, à regeneração da economia e do trabalho, juntando a este propósito, único aparente, o meu desígnio secreto de propinar aos cabras excelentes eliminadores de melanina. Lançando-lhes isca à vaidade e à sensualidade. O tempo fará o resto, que é o principal... Atrás dessa família outras virão, numerosas, nacionais ou estrangeiras, de raça apurada e epiderme clara, bela, apetecível. Que júbilo para a cabroeira!... Tanto melhor. Os resultados me compensarão o sacrifício de praticar esta espécie de lenocínio. [...] Diluídos na mistura, de filtração em filtração, serão reduzidos a uma borra e totalmente evacuados. Morrerão em corpo e alma. Principalmente em alma” (p. 130).

As palavras de Cirino Rocha expressam um preconceito arraigado, em que repercute a ideia preconizada por Gobineau (1884), segundo a qual os “negros” pertenceriam a uma raça inferior e seriam incapazes de criar uma verdadeira civilização. Esta só poderia ser engendrada pelos “brancos”. Todavia, ao contrário de Gobineau, que considerava a mestiçagem como fator de degeneração, o discurso de Cirino Rocha espousa a ideia de que a miscigenação levaria à eliminação do “negro” no Brasil. Do final do século XIX até, ao menos, a década de 1930 ou 1940, a ideologia do “branqueamento” da população obteve grande prestígio intelectual, afetando a política e o imaginário nacionais, inclusive o imaginário da população afrodescendente.

Na segunda parte de *As Voltas da Estrada*, isso é encenado, sobretudo, por meio das vicissitudes do relacionamento amoroso de Paulino, neto do visconde de Itaípe, com Pastora, filha de Nazário. Este tem interesse na união, mas a mãe de Paulino, dona Augusta, opõe-se com veemência. Ela não só fora desacatada por Nazário no episódio da cavalcada; seu cortejo nupcial fora atacado por quilombolas liderados por Nazário, que ela considerava o responsável direto pela ruína de sua família. Além disso, pesava-lhe a ojeriza sentida por ele ser mulato:

“Ela jurara desconhecer até à morte a importância daqueles egressos do cativo, alçados, por capricho da fortuna, das senzalas aos solares. Enquanto escravos, sujeitos e dependentes, teve compaixão deles, tolerou-os, patrocinou-os até em excesso. Perdoou-lhes os ultrajes e os infortúnios que pessoalmente lhe fizeram padecer. Mas transformados de lacaios em cavalheiros, com autoridade e poder para dispor, não só dos bens, mas da liberdade e da vida dos filhos dos seus antigos senhores, nunca, nunca lhes daria a ousadia de suporem que os reconhecia como tais” (p. 138).

A velha senhora diz ao filho que preferia separar-se dele a vê-lo “debaixo da dependência dos atuais donos de Amparo” (p. 139). Por sua vez, Nazário, com astúcia, manobra para “aproximar a pólvora do fogo” (p. 125), isto é, para que sua filha case com o descendente dos antigos senhores de Amparo, de modo a realizar, nas palavras do velho Cirino Rocha, “seu ideal de purificação”, que consistiria em “enterrar a negra, que havia na sua ascendência, até o último caracol do cabelo e ao último traço irregular da fisionomia” (p. 117). Ainda segundo comentário que o narrador atribui a Cirino Rocha, “todos na família [de Nazário] estavam imbuídos do sagrado horror à pele escura e ao pixaim, sentindo fortemente a atração da tez alva, do cabelo fino e sedoso, sonhando com netos branquinhos e louros como os anjos pintados nos retábulos da igreja” (p. 117).

As atitudes de Nazário e de sua filha não desmentem tal comentário. O neto do visconde, “com dezenove anos incompletos, alvo, rosado e belo como um Apolo, era o encanto” (p. 124) de Pastora e o genro apetecível de Nazário, afinal, o rapaz era

o último representante varão “de uma família que pelo sangue, a riqueza e o poder predominara na aristocracia rural de Amparo” (p. 115). Na ficção de Xavier Marques, dá-se algo análogo ao que se pode ler em romances do realismo europeu, em que a aristocracia decaída do *Ancien Régime* encontra uma certa sobrevida com o casamento de suas filhas ou filhos com membros da burguesia enriquecida e poderosa do “novo regime”.

No Recôncavo, porém, a questão racial agrava as contradições sociais que enredam o amor de Paulino e Pastora. Para o rapaz apaixonado, a mentalidade de sua mãe, de Cirino Rocha e de tantos outros é incompreensível e o faz sofrer:

“Paulino, fascinado por Pastora, sentindo-se arrancado ao namoro lúbrico da semivirgem morena, vendo-se longe dela e daquele aconchego que o iniciara no segredo das suas formas, no seu odor e no seu magnetismo, não pudera conter-se e desatou em choro como cria desmamada. Melindres, tradições, orgulho de patriciado, incompatibilidades de epiderme com pessoa do seu peito, só porque essa pessoa não tinha na família visconde ou barão, não compreendia tais conveniências. Não estava para martirizar sua natureza por causa de acidentes de pigmentação e pelos. Paulino raciocinava virginalmente, como quem tivesse vindo ao mundo antes de constituírem-se valores e categorias sociais e de tomarem consistência os preconceitos. E argumentava. Por que lhe seria defeso unir-se legitimamente à filha do senhor Nazário, que não era uma negra, se sabiam todos que os seus nobres antepassados tiveram filhos com as negras?...

Aprendera a dizer: ‘Não tenho preconceitos’. E repetia o bordão toda a vez que pressentia armado o conflito entre o seu instinto e a razão dos outros” (pp. 140-1).

Xavier Marques põe em evidência a complexidade da questão racial ao figurar discursos diversos e típicos sobre ela, no horizonte cultural seu contemporâneo. As razões de dona Augusta repercutem o ressentimento de classe e, no caso, até mesmo pessoal da aristocracia decaída mais conservadora, para a qual a ideia de igualdade com os libertos e a assimilação deles por meio da miscigenação com os “brancos” são inaceitáveis.

O discurso de Cirino Rocha representa uma visão menos passional da questão, no âmbito da mesma geração da aristocracia canavieira a que pertence dona Augusta. Filho de senhor de engenho, vivera no Rio de Janeiro até aposentar-se como engenheiro de prestígio, quando regressa ao Recôncavo natal. Suas convicções resultam da reflexão racional que quase chega a compreender a suposta inferioridade do “negro” não como devida ao fator racial, mas ao regime de escravidão a que fora submetido. Vimos, no entanto, que essa compreensão praticamente se anula perante o projeto de recuperar da ruína a fazenda herdada do pai, por meio da mão de obra de colonos alemães. Tal projeto, considerado “patriótico” por seu criador, inspira-se, como já dito, na tese científicista do “branqueamento”, entendida como prática política necessária para a superação do suposto atraso do “negro”, em favor do desenvolvimento material e espiritual do Brasil, tornando, assim, possível a construção de uma “verdadeira civilização” no país. Ressalte-se que o narrador considera um “devaneio antropológico” (p. 136) as elucubrações do velho Cirino Rocha.

A mentalidade da geração posterior à de dona Augusta e de Cirino Rocha pode ser ilustrada por meio, sobretudo, de Paulino, mas também de seu amigo Alfeu de Lima, neto do barão do Cerro, “conservador de quatro costados”. Ambos têm a ambição de “subir na vida”, mas entendem que isso não seria possível sem o favor dos novos detentores do poder em Amparo do Itaípe. Bem mais empobrecido que o companheiro, Alfeu sofre maior pressão da necessidade, o que o faz raciocinar do modo mais pragmático possível, fator que o faz quase resilir o preconceito de cor, como se pode observar na seguinte passagem:

“Alfeu, mais experiente e adaptado à situação, tinha já humildade até nos mínimos gestos. Estava liso como a pedra que rolou tempos esquecidos com as águas do rio.

– Se eu fosse me lembrar que sou neto de um barão estava bem servido. Marcelo [filho de Nazário] me arranhou um aumento; hoje estou ganhando duas vezes mais... Que me importa se o chefe [Nazário] foi cativo ou filho de negra cativa?... Mais vale ser mulato feliz do que ser branco sem sorte” (pp. 200-1).

Por sua vez, Paulino afirma não ter preconceitos, mas o narrador ressalta a ingenuidade dessa atitude perante os valores vigentes na sociedade, além de associá-la ao “instinto” do rapaz, seduzido pelos encantos “do namoro lúbrico” com Pastora, a bela “semivirgem morena”. Soma-se a isso, ainda, a sua ambição de riqueza e poder, satisfeita ao casar-se com a filha de Nazário, que, por seu poder de atração sexual, faz lembrar, *mutatis mutandis*, a Rita Baiana de *O Cortiço*. Em seu cortejo nupcial, Paulino se sente como um conquistador; não percebe, porém, que fora ele o conquistado. O narrador enfatiza que o neto do visconde de Itaípe, em sua felicidade, não tinha consciência de que se tornara um “prisioneiro da fortuna” (p. 211), no caso, a fortuna que sorri a Nazário. Este, como vimos, assim como sua família e a totalidade dos autoproclamados “morenos”, também introjeta o preconceito ao desejar o “branqueamento” de sua descendência, embora na perspectiva do suposto interesse dos prejudicados.

Quanto à questão racial, *As Voltas da Estrada* dramatiza múltiplas perspectivas em conflito no tempo e no lugar histórico figuradas na narrativa. Assim, a ação dos personagens dá-nos a contemplar imagens de discursos típicos das forças e valores sociais então em jogo na realidade. O comportamento dos personagens é ajuizado, sobretudo, por eles mesmos, quando se pronunciam uns sobre os outros, enquanto o narrador em terceira pessoa se esforça para manter-se distanciado e objetivo. No entanto, nem mesmo esse narrador, que talvez se pretenda “neutro” observador dos acontecimentos relatados, escapa do horizonte cultural inerente ao enunciado da narrativa. Por mais que busque ser discreto em sua enunciação, também ele deixa entrever que seu discurso é contaminado pelo preconceito. Exemplo eloquente disso vem a ser Pastora, personagem cuja construção contém muito do estereótipo da mulata maliciosa, invejosa, interesseira e dotada de uma sexualidade e poder de sedução de alta voltagem, a despeito do amor que parece dedicar sinceramente a Paulino. Mas não estaria esse amor sincero condicionado pelos outros traços característicos atribuídos a ela?

Seja como for, não se deve confundir o narrador com Xavier Marques. Não se pode atribuir a este o que é próprio daquele, pois, como se sabe, o narrador é uma categoria ficcional.

Se o autor compartilha ou não os preconceitos do narrador, isso é irrelevante para a análise e a interpretação intrínseca de *As Voltas da Estrada*. Nessa medida, o que se pode dizer é que o autor configura no romance uma construção artística verossímil (e bem-sucedida quanto à carpintaria romanesca) do imaginário multifacetado, conflituoso e contraditório que permeava a cultura de seu tempo, especialmente a relacionada a uma das questões que mais empolgavam os contemporâneos: a da condição de “negros” e mestiços afrodescendentes no contexto do fim da monarquia e dos primórdios da Primeira República. Por outro lado, a leitura intrínseca da obra, isto é, sua leitura como artefato verbal dotado da relativa autonomia das obras de arte, deve ser levada em conta, para evitar o risco de equívoco ou falsificação, quando se trata de avaliar a contribuição que ela traz como evento cultural, que se insere na base interdiscursiva (a “episteme” de Foucault) em que, historicamente, os valores da sociedade se explicitam, dialogam e digladiam. Nessa perspectiva, *As Voltas da Estrada* pode ser considerada uma importante contribuição crítica, relativa ao tema em questão, pois sua “mensagem” poderia ser sintetizada na ideia de que à vitória final de Nazário corresponde a vitória do preconceito entranhado na sociedade, uma vez que até mesmo o mestiço triunfante, em sua práxis, sucumbe ao ideal de “branqueamento”, alardeado por grande parcela das elites “brancas” e introjetado nos prejudicados.

\*\*\*

Em sua vida pública, o político, jornalista e escritor Xavier Marques expressou ideias que se situam no horizonte avançado e progressista da práxis política e da cultura de seu tempo. Como político, foi republicano convicto, associado ao grupo liderado por J. J. Seabra (por duas vezes governador da Bahia) e imbuído da ideologia do “progresso civilizatório” contra o “atraso”. Tal ideologia é marcada pelas propostas de modernização e urbanização haussmanniana, bem como pelas teses do “higienismo” e do “branqueamento”, entendidas como imperativos da “ordem” contra a “desordem”, ou seja, contra o “atraso” então atribuído, sobretudo, ao componente “negro” da sociedade baiana. Supondo, mas não admitindo, que Xavier Marques

adotasse essas ideias acriticamente, seria possível dizer dele algo semelhante ao que Marx disse a propósito de Balzac: que a arte do autor foi superior às suas simpatias ideológicas, na medida em que, em suas obras de ficção, essas também são sujeitas à crítica. Um bom exemplo disso, na hipótese de que Xavier Marques fosse partidário da ideologia do “branqueamento”, talvez seja aquela passagem já citada, em que o narrador considera um “devaneio antropológico” o projeto acalentado por Cirino Rocha, que, sugestivamente, acaba em fracasso. Outro exemplo seria a crítica aos procedimentos pervertidos da Primeira República, na imagem do patrimonialismo corrupto praticado na gestão da coisa pública em Amparo do Itaipé.

Isso não é pouco e justifica o resgate desse ficcionista por meio da reedição de uma de suas obras mais instigantes e bem realizadas – o romance *O*

*Feiticeiro* (fora de circulação desde a segunda edição, pela editora GRD, em 1975), a ser lançado pela editora Com-Arte, na coleção Reserva Literária, em parceria com a Edusp –, no qual questões sociais, históricas, raciais e culturais se desvelam na Bahia (e no Brasil) do final do século XIX.

Ao longo de sua obra, tais questões são transfiguradas artisticamente pelo autor, cujas narrativas, ambientadas na Bahia sertaneja, do Recôncavo, praieira ou urbana, inauguram uma tradição ilustre da literatura brasileira, seguida por outros notáveis escritores baianos do século XX. Jorge Amado, principalmente, não só pela matéria regional, mas também pelo acentuado lirismo da escrita ou pela perspectiva crítica de caráter neorrealista, qualidades que, a despeito das óbvias diferenças, permitem aproximá-lo de seu precursor: o admirável artista Xavier Marques.

## BIBLIOGRAFIA

- ASSIS, Machado de. “Notícia da Atual Literatura Brasileira. Instinto de Nacionalidade”, in *Obra Completa de Machado de Assis*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1994, vol. III.
- FIGUEIREDO, Jackson de. *Xavier Marques: Ensaio*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Typographia Revista dos Tribunaes, 1916.
- FREIRE, Laudelino. *Sonetos Brasileiros: Séculos XVII-XX*. Rio de Janeiro, F. Briguiet & Cia., 1913.
- GOBINEAU, Joseph Arthur de. *Essai sur l'inégalité des races humaines*. 2ª ed. Paris, Firmin-Didot, 1884. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k650519/f3.image>.
- LOTMAN, Yuri. *La Semiosfera*. Madrid, Cátedra, 1996.
- MARQUES, Xavier. “A Cidade Encantada”, in *A Cidade Encantada*. Salvador, Livraria Catilina, 1920.
- \_\_\_\_\_. *A Boa Madrasta*. Rio de Janeiro, Livraria Castilho, 1919.
- \_\_\_\_\_. *As Voltas da Estrada*. 2ª ed. São Paulo/Brasília, GRD/INL, 1982.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *La Ideologia Alemana*. 5ª ed. Montevideo/Barcelona, Pueblos Unidos/Grijalbo, 1974.
- SALLES, David. *O Ficcionalista Xavier Marques: Um Estudo da “Transição” Ornamental*. Rio de Janeiro/Brasília, Civilização Brasileira/INL, 1977.
- VERÍSSIMO, José. “Alguns Livros de 1900”, in *Estudos de Literatura Brasileira: 3ª Série*. Rio de Janeiro, Garnier, 1903.

# José Saramago, *best seller* e engajamento

*Jean Pierre Chauvin*

N

“E disseram a Moisés: Fala tu conosco, e ouviremos; e não fale Deus conosco, para que não morramos” (Êxodo, 20:19)

“Obviamente, nada tenho de pessoal contra a esperança, mas prefiro a impaciência”  
(Saramago, 2009a, p. 42)

a hipótese sobrenatural de que José Saramago estivesse ainda cá, entre nós, a circular por entre pessimistas, resignados ou deslumbrados, ele teria completado 94 anos em 18 de junho de 2016 – data em que se dá partida para o que aqui se vai rascunhado, como forma de lograr algum efeito de precisão cronológica, embora diga muito pouco sobre os ecos de sua ausência neste mundo.

É de se supor que o escritor nascido na aldeia de Azinhaga estivesse a investir dispendiosa energia em um novo projeto literário, mais ou

---

**JEAN PIERRE CHAUVIN** é professor de Cultura e Literatura Brasileira no Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da USP.

menos no tom ácido e combativo com que escreveu a absoluta maioria de seus contos, peças, crônicas e romances.

Possivelmente ele teria dado continuidade à releitura ciosa e muito particular aos livros da *Bíblia*, a exemplo da leitura que fez dos Evangelhos, a partir da ótica centrada em Jesus Cristo (1991); ou procederia a uma nova versão de um dos livros do Antigo Testamento, de modo similar a como procedeu em *Caim* – seu último romance em vida, publicado em 2009.

Mas em lugar de cogitar sobre improbabilidades, eis-nos lutando em meio ao ramerrão, persistindo à revelia num planeta que, órfão de ideias feito aquelas do autor português, continua a vagar por entre a poluição, as sombras, o imediatismo, o ego inflado e as demais mazelas de ordem social e cultural. Temas, como se vê, diagnosticados pela ficção de Saramago.

## MEMÓRIA

De uma maneira mais ampla, poder-se-ia afirmar que seus livros se orientavam segundo um projeto peculiar de misturar narrativa e argumento, hibridizando-os na forma do romance-ensaio, quase sempre a questionar tabus e a deslocar a visão tradicionalista das coisas. Nas palavras de Vera Bastazin (2006, p. 21):

“Essas *brincadeiras* narrativas, ao mesmo tempo em que provocam descontração no leitor, aguçam sua percepção para a necessidade de compor novas interpretações em relação aos fatos ou, mais especificamente, em relação às personagens, cuja dimensão retoma o perfil clássico de heróis protegidos por deuses e instigados por demônio” (grifo da autora).

Claro esteja que, para levar a termo uma literatura aguerrida e fundada na sublevação do que se costuma dizer, planejar e sentir, José Saramago convidava seu auditório cativo e silencioso, de maneira que o coletivo constituía a soma de vozes mudas a rir-se diante do modo irônico do narrador, os diálogos tensos entre os personagens, o caráter jocoso que mal se esconde em determinadas relações, especialmente nas mais formais e autoritárias.

“[...] o *Memorial* de Saramago não pretende simplesmente retomar um período da história portuguesa pelo ângulo factual, mas fazê-lo mediante seu imaginário, ou, mais exatamente, pela aproximação dos modos e das formas da sua produção ficcional. Tal procedimento, porém, não se executa como imitação passiva, ficando também evidente para o leitor que, sob a máscara do discurso ambientado, há, implícita, uma segunda voz, em contraponto, a denunciar a farsa da primeira, interpenetrando-se ambas em constante tensão” (Oliveira Filho, 1993, p. 21).

Sob esse aspecto, é sugestivo que a motivação estética e a intervenção de cunho ético formassem um par coeso e lastreassem a sua composição literária. Por esse motivo, na constante síntese entre a dor e o riso, entre o depoimento e a resistência, os signos da violência fundavam boa parte do que escreveu.

Não seria tarefa difícil elencar episódios a evidenciar as sanhas das autoridades, que justificavam a aplicação de ordens, sanções e penas com a rígida hierarquia e à burocracia mais questionável. Segundo Maria Alzira Seixo (1999, p. 39):

“*Memorial do Convento* é a objectualização verbal orgânica de todos estes vectores éticos e estéticos, e nele teremos de salientar como pistas de estudo mais importantes: a construção narrativa, dupla e alegórica; os ambientes sociais particularizados; a admirável capacidade descritiva; a evocação fiel e impressiva do Portugal setecentista; o conhecimento dos meios cortesão, eclesiástico e popular; a emergência de um narrador que hesita entre as capacidades totais de demiurgo e a cumplicidade reduzida com o leitor; a intencionalidade poética; a tendência moralizante e justiceira, conjugada com a frequência do aforismo popular; a temática da construção, da obra, da ascensão, do sonho, do poder e do desejo”.

Ressalve-se, porém, que a representação da violência não seria o único expediente, ou mero pretexto para o tom ácido de seus narradores. O fato é que, ao dar protagonismo na narrativa a figuras de camada simples e vida rotineira, o escritor tratava de subverter, na própria estrutu-

ração do romance, um dos preceitos da literatura convencional e bem-comportada.

Por esse motivo, em sua ficção, reis, políticos, altos burocratas e soldados aparecem ao enredo para serem contrapostos justamente por aqueles que mais padecem com suas ações e menos aparecem nos manuais de história. Quase sempre o retrato dos homens poderosos não passa de caricatura revestida de bela e vetusta moldura.

Evidentemente, isso também acontece no leito real, atacado por percevejos: insetos que entendem muito mais de corpos que de ouro (com que a mobília se reveste) e simplesmente desprezam o valor que o móvel custou ao erário real.

O percevejo morde o rei e, como não tardamos em reconhecer, a versão oficial da história recebe questionamentos os mais diversos, interpostos alegoricamente pelas ações dos insetos, mas principalmente pelas vozes dos humildes, aos quais o narrador inequivocadamente se alinha. A estética da composição contagia-se pelos pressupostos éticos da voz que narra, altiva, contagiando o gênero romanesco e relativizando a veracidade histórica. Segundo Álvaro Cardoso Gomes (1993, p. 36), em *Memorial do Convento*,

“[Saramago] persegue a temática desenvolvida em *Levantado do Chão*, pois novamente investe na sobrevalorização de personagens do povo. [...] O mundo dos artesãos torna-se sublime, no instante em que se revela que a tarefa inglória e impessoal do povo pode ser resgatada pela força da vontade. Por outro lado, o mundo da Corte torna-se baixo, no instante em que o olhar crítico do narrador devassa a miséria dos cidadãos grados e principalmente no instante em que o narrador desloca ligeiramente a narrativa, de modo que o aparente primeiro plano transforma-se em *background*”<sup>1</sup>.

1 Digna de nota, a esse respeito, é a hipótese de leitura proposta por Ana Paula Arnaut (2008, pp. 27-8), para quem, “Recuando ao mais distante século XVIII, e mantendo, regra geral, a vera cronologia dos episódios relatados, o rei D. João V e o seu convento são, desde o início, destronados do primeiro plano, aparecendo à boca de cena os verdadeiros responsáveis pela construção da basílica de Mafra ou a feérica Santíssima Trindade composta por Bartolomeu Lourenço de Gusmão, Baltasar Sete-Sóis e Blimunda Sete-Luas”.

Daí se defender a hipótese de que José Saramago pretendia compor uma obra participante e intervencionista, pois o próprio exercício de leitura nos permitiria questionar os limites do produto voltado ao entretenimento, mero passatempo – algo usual, quando estamos diante de outros *best sellers*. É que, em sua obra, o convite não se restringe ao ato de ler amenidades ou preencher as brechas do tédio.

É comum que o gracejo e a denúncia seduzam aqueles que se deparam com o poderoso intertexto que o escritor dirige, em tom de paródia, aos ditos e registros de outros tempos e lugares. A mentalidade dos seres representados em sua ficção coopta o leitor atento às contramarchas da história.

A proposta do romancista redundava eficaz. No papel de espectadores, evoluímos para a condição dos sujeitos que, no correr das páginas, tornam-se cúmplices deste ou daquele narrador, quando não porta-vozes de alguns personagens.

Irmanado às entidades ficcionais de que toma partido e defende a causa, o leitor empírico transpõe-se para além dos limites do texto e da função primeira da literatura. A imaginação diverte, mas também emancipa. Daí o caráter sugestivo de algumas cenas, a refundir os ingredientes que constituem o enredo, em escala macrotextual. Determinados episódios provocam mal-estar, estado que se soma ao novo potencial: desejo do leitor, para além dos limites da página, de auxiliar em outros rumos a partir do que lá vai escrito.

É que, no caso de Saramago, a experiência de leitura talvez vise a outro patamar de experiência. Ela envolve a tomada de atitudes, durante e após o ato de ler. Envolve questionamentos que permanecem, e não um passatempo que cala ou dilui na esfera do lazer. O ato de ler converte-se em um misto de diversão e exercício de outra qualidade e alcance. Mirian Rodrigues Braga (1999, p. 12) observa que:

“[...] ao recorrer à palavra – o modo mais puro da relação social – Saramago demonstra saber que a representatividade da palavra como fenômeno ideológico e a excepcional nitidez de sua estrutura semiótica fornecem-lhe razões suficientes para se manifestar e instituir-se autor. Esse ato implica estabelecer uma relação com o exterior, ao mesmo tempo em que se remete a seu próprio interior”.

Na relação que o leitor estabelece com os seus romances, prevalece a forte adesão entre as vozes do mundo empírico e aquelas do mundo diegético, ou seja, tendemos a ser solidários, frente ao destino de determinadas figuras. Isso sugere uma nova convenção entre os atores que estão retratados e aquele com que o leitor se depara. Irmãos à sorte das personagens, passamos ao estatuto de entidades teoricamente racionais, libertárias e progressistas. Seguimos rumo à harmonia possível, para além da experiência una e solitária de desvendar o enredo e terminar o livro.

Com José Saramago, a experiência de leitura transcende o estatuto do entretenimento, pois ela revela o inconformismo que porventura esteja latente em nós mesmos. Decorre daí que o envolvimento com a ficção ganha em solidez porque envolve mecanismo dúplice, acionado tanto pela qualidade estética, que aferimos a partir da obra, quanto pelo efeito da palavra do interlocutor, lançada em nosso rosto feito bofetada moral. José Saramago incrementa a índole dos contestadores.

Isso não significa que o engajamento resulte necessariamente de feitos grandiosos ou cenas grandiloquentes. O sentido quase sempre reside no percurso contrário: na prosa saramaguiana, as palavras extraídas do cotidiano constituem diálogos aparentemente despretensiosos, como aquele que se observa entre um autor de livros e seu revisor. O pormenor técnico, particularidade do ofício que é, resvala em questões universais:

“Diga-me cá, os outros sinais, também levam nomes latinos, como o *deleatur*. Se os levam, ou levaram, não sei, não estou habilitado, talvez fossem tão difíceis de pronunciar que se perderam. Na noite dos tempos, Desculpar-me-á se o contradigo, mas eu não empregaria a frase. Calculo que por ser lugar-comum, Nanja por isso, os lugares-comuns, as frases feitas, os bordões, os narizes de cera, as sentenças de almanaque, os rifões e provérbios, tudo pode aparecer como novidade, a questão está só em saber manejar adequadamente as palavras que estejam antes e depois” (Saramago, 2003a, p. 11).

Essa atitude pragmática, na relação com o texto; essa vontade de participar suscitada nos leitores de Saramago é um feito extraordinário,

tendo em vista que ele se dirigia a uma sociedade grandemente orientada por valores inconsistentes e pautada pela lógica estreita e quase exclusiva do pragmatismo (este, quase sempre casado ao deslumbramento dos seres ditos humanos, diante das múltiplas formas rasteiras da espetacularização).

Vale lembrar que, nestes dias cercados por grandes e pequenas telas, o discurso a respeito das macro e microviolências com frequência é abordado sob a forma tacanha do tragicômico: ora ele é banalizado, ora é superestimado, visando à chacota ou ao terror por parte do grande público. Uma parcela considerável desse auditório, em parte amedrontado, em parte fascinado com o que escuta e vê, disponibiliza-se em eterno alerta, diante dos gritos e imagens repetitivas que fluem e refluem como se se tratasse de costumeira banalidade, embora (in)devidamente superestimada pela televisão.

## MINUDÊNCIAS

Diversas são as formas de contraposição ao poder na obra de Saramago, escritor que primou por fundir o relato à especulação, fazendo da digressão narrativa um componente essencial a contrabalançar os pensamentos que se pretendem alinhados, retos e diretos, como ensina a tradição literária.

Os enredos primam pelo desvio, pelo sobresalto, pelo comezinho, como se tratassem de reivindicar a espontaneidade e a riqueza contidas no pequeno gesto, colado à rotina de suas criaturas, com vistas a relativizar o que seriam os usuais grandes feitos, os reiterados nomes de nobreza e relevo em seus imponentes trejeitos.

O revisor Raimundo Silva, muito cioso de seu ofício, e habituado a encarar o texto alheio de modo objetivo, profissional, pode sentir um desejo inquebrantável de alterar o rumo do que vai escrito, interpondo um advérbio negativo. Sua decisão não envolve frieza ou cálculo extremado. Trata-se, pelo contrário, de um autêntico arroubo intelectual:

“[Raimundo] Está como fascinado, lê, relê, torna a ler a mesma linha, esta que de cada vez redondamente afirma que os cruzados auxiliarão os portugueses a tomar Lisboa. Quis o acaso, ou foi antes a fatalidade, que estas unívocas palavras ficassem

reunidas numa linha só, assim se apresentando com a força duma legenda, são como um dístico, uma inapelável sentença, mas são também como uma provocação, como se estivessem a dizer, ironicamente, “Faz de mim outra coisa, se és capaz” (Saramago, 2003a, p. 43).

O romancista tinha por hábito induzir o seu leitor a questionar determinadas condutas tidas como aceitáveis, em particular o poderio atribuído aos reis ou chefes de Estado, incluindo a extensa fila de súditos, cortesãos, plebeus e militares, sem esquecer os religiosos. De modo geral, em sua obra os homens de diferentes eras e lugares são convocados a reafirmar ou a driblar as instituições, cujo desgoverno costuma oscilar nas mãos de autoridades temporais e espirituais.

No *Evangelho Segundo Jesus Cristo*, o elemento carnal não é descrito apenas com a intenção primária de chocar o leitor. Ao se ocupar da relação íntima entre José e Maria, a narrativa apresenta uma cena absolutamente verossímil, no que diz respeito à relação entre os pais de Jesus, sugerindo-a como versão mais realista e, portanto, menos fantástica e fantasiosa que aquela registrada nas Escrituras:

“Maria, deitada de costas, estava acordada e atenta, olhava fixamente um ponto em frente, e parecia esperar. Sem pronunciar palavra, José aproximou-se e afastou devagar o lençol que a cobria. Ela desviou os olhos, soergueu um pouco a parte inferior da túnica, mas só acabou de puxá-la para cima, à altura do ventre, quando ele já se vinha debruçando e procedia do mesmo modo com a sua própria túnica, e Maria, entretanto, abria as pernas, ou as tinha aberto durante o sonho e desta maneira as deixara ficar, fosse por inusitada indolência matinal ou pressentimento de mulher casada que conhece os seus deveres” (Saramago, 2005a, p. 19).

Poder-se-ia falar em método saramaguiano de composição. Tendo em vista os constantes diálogos que ele estabelece entre o romanesco e o historiográfico: “Ao falar da memória, Saramago demonstra uma posição favorável à Nova História, já que, para ele, a memória coletiva, entendida não só como ordenação de vestígios, mas também como

releitura desses vestígios, deve despertar o mundo esquecido dos antepassados” (Braga, 1999, p. 21).

É como se o romance objetivasse questionar todo o tempo os critérios que fincaram os três pilares da democracia moderna, em uma lógica aplicada pelo avesso: legislar em favor das classes privilegiadas, julgar em detrimento dos excluídos, executar em nome dos costumes, da lei e da fé.

Tudo isso é sugerido por uma escrita convertida simultaneamente em lazer e pretexto para o embate do leitor com as formas esmaecidas – mas persistentes – do espírito conservador. Decorre daí o constante questionamento dos dogmas e dos ajuizamentos hipócritas; a relativização dos atos soberanos, nutridos por chefes de repartição pública, comandantes, clérigos, maridos, delatores ou reis.

A contestação é um dos motores do enredo saramaguiano e costuma vir representada em associação com o arbítrio das leis ou a alternância de pontos de vista, vide a contraposição de argumentos em extensos diálogos – algo sistemático na obra do escritor português. A obra de Saramago problematiza os limites cerimoniais e gélidos da concepção reinol, patriarcal e totalitária, concentrada nas mãos de uma elite absolutamente ciosa dos protocolos hierárquicos, como se nota em *Memorial do Convento* (1982).

Contrapor-se ao que vai nas Escrituras rendeu a José Saramago a proibição de publicar o *Evangelho Segundo Jesus Cristo* em seu país: razão que, entre outras, levou-o a transferir-se para Lanzarote, no início da década de 1990. No romance, ganham destaque os diálogos entre Jesus e Pastor – disfarce com que o diabo se reveste. O tom de polêmica, ingenuidade e fogo contagia o leitor:

“E agora, perante o pastor ajoelhado, de cabeça baixa, as mãos assim pousadas no chão, de leve, como para tornar mais sensível o contato de cada grão de areia, de cada pequena pedra, de cada radícula subida à superfície, a lembrança da antiga história despertou na memória de Jesus, e ele acreditou, por momentos, ser este homem um habitante do oculto mundo criado pelo Diabo à semelhança do mundo visível. Que terá vindo cá fazer, pensou, mas a sua imaginação não teve ânimos para ir mais longe. Então, quando Pastor se levantou, perguntou-lhe, Por que fazer isso, Certifico-me que a terra continua por baixo de mim, Não te chegam os pés para teres cer-

teza, Os pés não percebem nada, o conhecimento é próprio das mãos, quando tu adoras o teu Deus não é os pés que levantas para ele, mas as mãos, e contudo podias levantar qualquer parte do corpo até o que tens entre as pernas, se não és um eunuco” (Saramago, 2005a, p. 195).

No *Ensaio sobre a Cegueira*, de 1995, a voz que narra potencializa o terror dos cegos e famintos em clausura, interpõe as palavras de ordem expelidas regularmente pelos alto-falantes instalados pelos militares, acrescenta outros cegos à outra ala do prédio. Cegos duplos, deve-se dizer, pois em sua ambição por comida e sexo, mostram-se incapazes de enxergar que sua condição os irmana aos outros que não veem.

Determinados enredos reafirmam a condição rigorosa e miúda do funcionário público, como é o caso típico de José, de *Todos os Nomes* (1997): sujeito tão apequenado pelo controle normativo da Conservatória quanto habituado aos gestos mínimos e aos longos monólogos, nas noites de insônia após o expediente.

Percebe-se que, de acordo com as circunstâncias, a manutenção da ordem é colocada em questão porque não é justa e não atende aos requisitos da solidariedade. Na sua obra, seguir os ditames do discurso prévio ou do homem poderoso, em geral, aponta o desequilíbrio emocional que transparece na fala protocolar e o tom arredo das chamadas autoridades: seres pretensiosos que não se detêm nem mesmo diante do caos soberano, como se repara em *As Intermitências da Morte* (2005).

Em suas narrativas, evidencia-se a intenção de uma parte de seus personagens em negar sumariamente os limites do que se toma por dogma, costume ou comando. Há ocasiões em que a contestação é representada por intermédio das ásperas palavras vociferadas por um deus punitivo, incoerente e arbitrário, como é o caso de *Caim*, publicado em 2009.

Ao abordar as várias formas de configuração da violência e da morte, José Saramago estabelecia firme contraponto a tudo o que não dissesse respeito à lógica dos afetos e à solidariedade possível entre os homens. Dito de outro modo, a leitura de seus romances permitiria afirmar que a violência ganha primazia e o relato minudente municia o leitor com a palavra-escudo que zomba dos proto-

colos e sugere a desordem como oportunidade de reordenação e igualdade.

O desejo nada secreto de seus narradores parece ser o de estimular nossa firme contraposição à apatia generalizada, reposicionando-nos de um modo radical e novo, na contramarcha da costumeira banalização do que se diz, age e pensa a respeito das múltiplas faces da violência.

Na composição de suas narrativas, Saramago não perdeu de vista a dimensão histórica e cultural, fosse ao abordar o reino de Dom João, no inquisitorial século XVIII, fosse ao representar as questionáveis convenções da contemporaneidade pós-utópica.

## VEROSSIMILHANÇA

*Memorial do Convento* se passa no século XVIII. Ele combina três narrativas: a do rei Dom João; a do padre Bartolomeu; e a de Baltasar e Blimunda. Ao adotar essa tripla direção, o romance vai num zigue-zague, o que não impede a convergência dos destinos. O rei continua rei. Os heréticos permanecem sendo os pobres, os diferentes, os outros. No romance, afora o julgamento arbitrário e a queima dos hereges, chama a atenção uma outra forma de representar a violência: aquela praticada por parte do rei contra a rainha, em conformidade com o discurso vigente à época:

“[...] quem se extenua a implorar ao céu um filho não é o rei, mas a rainha, e também por duas razões. A primeira razão é que um rei, e ainda mais se de Portugal for, não pede o que unicamente está em seu poder dar, a segunda razão porque sendo a mulher, naturalmente, vaso de receber, há-de ser naturalmente suplicante, tanto em novenas organizadas como em orações ocasionais” (Saramago, 1989, p. 11).

Como se vê, a violência preside a sucessão reinol, aderente à concepção patriarcal e absolutista. Para João Adolfo Hansen (1998, p. 25),

“[...] a enunciação do *Memorial do Convento* é dupla e se posiciona criticamente frente aos enunciados do ‘Antigo Regime’ que ela mesma produz, oferecendo ao leitor certos índices, como incon-

gruências irônicas e intervenções do presente da enunciação no passado produzido no enunciado, que propõem a perspectiva ou os modos que o leitor deve adotar para entender adequadamente a representação efetuada”.

Algo bem diferente acontece em *Ensaio sobre a Cegueira*, publicado 13 anos depois (1995). Aqui, os cegos de alas diversas, isolados em um velho galpão, brigam entre si e com os militares que lhes fazem guarda dos outros, que estão do lado de fora e ainda enxergam: “Os primeiros a serem transportados para o manicômio desocupado foram o médico e a mulher. Havia soldados de guarda. O portão foi aberto à justa para eles passarem, e logo fechado. Servindo de corrimão, uma corda grossa ia do portão à porta principal do edifício” (Saramago, 2004, p. 47).

Aqui, a violência também se faz presente nos atos maiores e menores. Ela potencializa o terror dos cegos e famintos, mantidos em clausura. Repare-se que a porta foi aberta na medida para que os cegos entrassem; observe-se como o narrador sugere a figura de um funil a espremer os personagens. A expressão literária sugere e resente os efeitos daqueles que oprimem os demais.

Já em *Todos os Nomes*, de 1997, a contraposição está na relação assimétrica entre o funcionário e seu chefe, em um sugestivo diálogo com a estrutura mal pintada e rígida da Conservatória, onde coabitam os vivos e os mortos, na forma de registros civis arquivados: metáfora do máximo apequenamento tanto dos funcionários quanto das pessoas de fora, vivas ou mortas, reduzidas a ocupar um lugar de nulo destaque nos milhares de arquivos empoeirados: “A disposição dos lugares na sala acata naturalmente as precedências hierárquicas, mas sendo, como se esperaria, harmoniosa deste ponto de vista, também o é do ponto de vista geométrico, o que serve para provar que não existe nenhuma insanável contradição entre estética e autoridade” (Saramago, 2003b, p. 12).

Se a disposição dos móveis e a distância entre o superior e os seus subalternos reafirmam a condição rigorosa, estreita e insossa do funcionário público José, algo de similar se repara no discurso de avanços e recuos das autoridades, que não se detêm nem mesmo diante da foice, como aqui se repara: “No comunicado oficial [...], o chefe do

governo ratificava que não se haviam registrado quaisquer disfunções em todo país desde o início do novo ano, pedia comedimento e sentido de responsabilidade nas avaliações e interpretações que do estranho facto viessem a ser elaboradas” (Saramago, 2005b, p. 17).

Passemos ao plano metafísico, afinal nem só de morte vivem os homens. O que dizer dos pressupostos de um criador único e de desígnios inquestionáveis? Em *Caim*, a violência maior é a primeira, antecede a todas as outras. Ela acontece no plano do céu, sorte de mezanino dos terráqueos.

O debate entre Adão e Deus revela não só a descarga de ásperas palavras por entre as nuvens, mas reafirma o caráter absoluto das sanções impetradas por um deus punitivo, contraditório e arbitrário, conforme sua representação no romance: “Num acesso de ira, surpreendente em quem tudo poderia ser solucionado com outro rápido fiat, correu para o casal [Adão e Eva] e, um após o outro, sem contemplações, sem medias-medidas, enfiou-lhes a língua pela garganta abaixo” (Saramago, 2009b, p. 9).

José Saramago convida-nos a desmitificar o poder real, desbaratando política, poder e fé. O procedimento inspira-se na fala e na ação contestatória dos personagens que se rebelam, respaldados pela primazia que assumiram no âmbito ficcional.

Sua obra demanda pelo engajamento dos leitores na anulação dos dogmas, na crítica constante às ideologias, na contraposição ao rigor desmedido da lei, nas formas malevolamente criativas com que os seres humanos vamos aprendendo a justificar a boca fechada, o nacionalismo de araque e ocasião, o uso de armas letais na manutenção da ordem – itens de uma lista aparentemente inesgotável e pautada por pseudojustificações.

## SOLIDARIEDADE

Mas, afinal, de que expedientes os narradores de Saramago lançam mão para cativar nossa fidelidade à leitura e, conseqüentemente, à resistência do lado de cá? Possivelmente por nos fazer enxergar com várias lentes a grandeza que pode estar por detrás dos gestos rotineiros. Os modos de proceder do chefe de um outro José –

o protagonista amedrontado de *Todos os Nomes* – parecem justificar a pronta e crescente adesão do leitor ao homem simples:

“Secamente, como sempre, o conservador respondeu, Já expôs, agora actue, e que eu não tenha de voltar a ouvir falar no assunto. O subchefe foi para sua mesa pensar, e ao cabo de uma hora levou ao chefe o rascunho duma comunicação interna, segundo a qual o armário dos impressos passaria a estar fechado à chave, que ficaria permanentemente em seu poder, como ecónomo responsável. O conservador escreveu Cumpra-se, o subchefe foi fechar o armário ostensivamente para que toda a gente se apercebesse da mudança, e o Sr. José, depois do primeiro susto, suspirou de alívio por ter tido tempo de terminar a parte mais importante da sua colecção” (Saramago, 2003b, p. 33).

Ler Saramago também diz muito sobre seu auditório. Talvez se possa considerar que, em sua dicção, o escritor português tenha sabido nos aproximar, pelas cordas da sensibilidade e a lógica dos argumentos, ao universo do outro: aquele ser menos frequente, quando se trata de protagonizar as rédeas da história coletiva, com o aproveitamento de lances da esfera particular.

O autor nos ensina que, mudando-se os graus da lente de aumento, passamos a enxergar efetivamente a dimensão de determinados atos, em especial aqueles feitos à sombra dos eventos considerados maiores, por homens amiudados pela escrita oficial de homens protegidos pelo poder político e a linguagem cifrada da história.

Segundo a ótica de José Saramago, a literatura pode instrumentalizar o seu leitor, levando-o a suspeitar que, em meio aos diversos meandros

da composição escrita, a narrativa pode suscitar a desconfiança de que o discurso infalivelmente tenderá a retratar cenários e reproduzir as palavras favoráveis aos círculos de poder de toda ordem. Ou desordem.

Em suma, ao ceder protagonismo e voz aos outros – especialmente àqueles tradicionalmente não representados como sujeitos capazes de gestos sublimes –, Saramago sugere que seus romances demandam uma nova concepção do leitor, aquela em que a representação da alteridade é condição para que a literatura sobreviva, acumulando múltiplos papéis: o de encantar o público em geral, pela forma e expressão, e o de reposicionar os leitores, revelando-lhes pensamentos que transitam entre o artifício da palavra e seu poder de intervenção e mudança.

Por esse motivo, nas mãos de seus leitores (devidamente tornados cativos) a composição literária traduz-se, incrementa-se em atos de autêntico inconformismo. Somando-se às vozes que conduzem a contestação, no plano diegético, uma parte daqueles que os leem contrasta em muito com a postura da gente que marcha sob o ritmo da apatia pós-utópica e que aprendeu a defender o Estado reduzido ao mínimo: contraparte das formas de violência elevadas ao máximo.

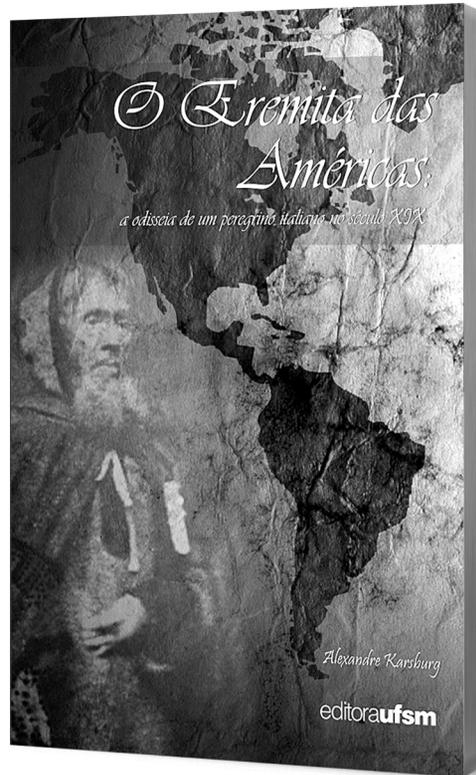
Como se adivinha, eis aí outro valioso pressuposto da ficção de José Saramago, ao qual seu leitor é convocado a encampar à medida que se avizinha eticamente dos pontos de vista de seus narradores e personagens. É recompensador reconhecer nossa fala no diálogo das personagens com que mais simpatizamos. Figuras que desejaríamos trazer à coloração cinzenta das frases feitas e ideias prontas que preenchem determinados espaços e dias.

## BIBLIOGRAFIA

- A BÍBLIA SAGRADA. Tradução de João Ferreira de Almeida. 12ª reimp. Rio de Janeiro, Imprensa Bíblica Brasileira, 1957.
- ARNAUT, Ana Paula. *José Saramago*. Lisboa, Edições 70, 2008.
- BASTAZIN, Vera. *Mito e Poética na Literatura Contemporânea: Um Estudo sobre José Saramago*. Cotia, Ateliê, 2006.
- BRAGA, Mirian Rodrigues. *A Concepção de Língua de Saramago: O Confronto entre o Dito e o Escrito*. São Paulo, Arte & Ciência, 1999.
- GOMES, Álvaro Cardoso. *A Voz Itinerante*. São Paulo, Edusp, 1993.
- HANSEN, João Adolfo. "Experiência e Expectativa em *Memorial do Convento*", in Lilian Lopondo (org.). *Saramago Segundo Terceiros*. São Paulo, Humanitas, 1998.
- OLIVEIRA FILHO, Odil de. *Carnaval no Convento: Intertextualidade e Paródia em José Saramago*. São Paulo, Editora Unesp, 1993.
- SARAMAGO, José. *Memorial do Convento*. 8ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989 [1982].
- \_\_\_\_\_. *História do Cerco de Lisboa*. Rio de Janeiro/São Paulo, O Globo/ Publifolha, 2003a [1989].
- \_\_\_\_\_. *Todos os Nomes*. São Paulo, Planeta De Agostini, 2003b [1997].
- \_\_\_\_\_. *Ensaio sobre a Cegueira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004 [1995].
- \_\_\_\_\_. *O Evangelho Segundo Jesus Cristo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2005a [1991].
- \_\_\_\_\_. *As Intermitências da Morte*. São Paulo, Companhia das Letras, 2005b.
- \_\_\_\_\_. *Caderno*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009a.
- \_\_\_\_\_. *Caim*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009b.
- SEIXO, Maria Alzira. *Lugares da Ficção em José Saramago*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1999.

**livros**





# Fé demais, geralmente, não cheira bem

---

*Jair Almeida Jr.*

---

*O Eremita das Américas: A Odisseia de um Peregrino Italiano no Século XIX,*  
de Alexandre de Oliveira Karsburg. Santa Maria, Editora UFSM, 2014, 448 pp.

**O** nome João Maria de Agostini não é muito conhecido do público geral. Personagem tido como um tanto vetusto, pobre e de vestes surradas pelos muitos e longos caminhos percorridos e transbordante barba, sua aparência e procedimento não se coadunam com o perfil que geralmente, especialmente em nossos dias, se associa a um personagem popular. Dizia ter recebido uma ordem, da parte da Virgem, para percorrer o mundo como missionário. Assim, antes de Agostini, vinha “João (de) Maria”. Mas era outra época, século XIX, quando predominava ainda no Brasil uma cosmovisão medieval, centrada no catolicismo, religião de cujas caudalosas vagas, o “monge”, uma espécie de “título” da religiosidade popular sulista equivalente ao “beato” do Nordeste, tornou-se intensamente “tributário”. Sob o alicerce de uma vida cimentada por rígida e sólida prática religiosa de um certo João, que tinha Maria não apenas no nome, mas no coração, a religiosidade popular construiu um personagem cujo gigantismo extrapolou sua própria época; sementes de esperança que, plantadas no solo catarinense, fizeram brotar um “pé” que cresceu e alcançou, aos olhos da fé, as próprias nuvens de onde se

esperava os exércitos encantados, conferindo ao povo expectativa muito maior do que fábulas de “ovos de ouro”: uma próspera terra prometida.

Foi assim que João Maria de Agostini, morto em 1869, nunca soube que sua carreira espiritual fomentou, meio século à frente, a Guerra do Contestado, um dos maiores movimentos messiânicos brasileiros. Ela se deu devido à continuidade de seu personagem na vida de um segundo “João Maria” e de um autointitulado “irmão”, que assumiu o nome de José Maria. Foi este o monge que liderou a primeira batalha da guerra, na cidade de Irani (SC), ocasião também de seu perecimento. A partir de então, os adeptos do movimento passaram a esperar a volta de José Maria e de João Maria, sendo que este teria ficado “encantado” no Morro do Taió, na serra catarinense. Também era esperado o exército de São Sebastião, que viria na companhia dos “monges”. Estamos em pleno centenário do Contestado, conflito que se iniciou em 1912 e foi oficialmente encerrado em 1916.

Como personagem central à história da Guerra do Contestado, João Maria tem seu nome ligado a vários simpósios que estão sendo realizados desde 2012, em comemoração ao centenário da

**JAIR ALMEIDA JR.** é doutorando em Antropologia pela Universidade de São Paulo.

revolta. A enorme influência desse messianismo pode ser notada em nossos dias pela existência de museus e lugares históricos preservados em cidades como Caçador, Irani e Fraiburgo, bem como uma Universidade do Contestado, com *campi* nos municípios catarinenses de Mafra, Canoinhas, Curitiba, Porto União, Concórdia e Rio Negrinho. Além disso, há diversos “lugares santos” atribuídos a João Maria, desde a Floresta de Ipanema, em Iperó (SP), área de preservação e sítio histórico no qual se encontra a formação rochosa onde João Maria habitou por algum tempo, passando pelo município paranaense da Lapa, onde está a famosa Gruta do Monge, e diversos locais em Santa Catarina. Tânia Welter fez ótimo trabalho mapeando tais locais sagrados atribuídos ao monge. Quem viaja pela Região Sul do país encontrará “São João Maria” e “Gruta do Monge” como nome fantasia de algumas pequenas empresas, entre as quais mercadinhos e até pousadas. No Brasil de hoje, São João Maria tem os seus devotos principalmente nos estados sulistas, mas também em outros países da América, devido ao que veremos.

Embora João Maria de Agostini seja personagem ainda um tanto obscuro, quase “fantasmagórico”, conhecido apenas por “aparições” aqui e acolá até recentemente, por fim, materializou-se definitivamente na competente pesquisa de Alexandre de Oliveira Karsburg. Foi ele quem (re)descobriu a trajetória do monge, já havia bom tempo conhecida fora do país, mas ignorada pelos muitos estudiosos brasileiros da Guerra do Contestado. A obra de Karsburg *O Eremita das Américas: A Odisseia de um Peregrino Italiano no Século XIX* é, na verdade, sua tese de doutorado *O Eremita do Novo Mundo: A Trajetória de um Peregrino Italiano na América do Século XIX (1838-1869)*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, rearranjada em forma de livro. O ineditismo de sua obra, descortinando, como já foi referido, a trajetória de João Maria pelo continente até então desconhecida pelos pesquisadores nacionais, justifica a sua edição pela editora da Universidade Federal de Santa Maria, constituindo-se assim em referência indispensável para se conhecer aquele que emprestou seu nome à fé percebida e desenvolvida

pelos caboclos expulsos de suas terras, de forma especial, no oeste catarinense.

Quase um século e meio após a morte de João Maria de Agostini e em pleno centenário da Guerra do Contestado, o livro de Karsburg faz renascer o interesse na vida daquele monge original, fazendo-o “ressurgir” na mente dos pesquisadores hodiernos, lançando luz em vários pontos até então apenas especulados. A recuperação de fotos do monge tiradas em Cuba e nos Estados Unidos já na década de sua morte mostra que a imagem que é venerada por muitos brasileiros sulistas possivelmente retrate o segundo João Maria, aquele que deu continuidade ao “monge” em terras brasileiras, por serem feições dificilmente conciliáveis.

O livro mostra boa pesquisa e acurada relação de fontes primárias sobre as quais toda a obra firmemente se fundamenta. O autor encontra-se atualmente integrado ao quadro docente da Universidade Federal de Pelotas, o que já se percebia na ocasião da publicação do seu livro.

*O Eremita das Américas* é basicamente “história”. Sua leitura é como sentar ao lado de Karsburg e ouvi-lo contar, e seu propósito é, tão somente, biográfico: reconstituir os passos de João Maria de Agostini para reescrever sua história. Embora, aparentemente, não haja aplicações sociais explícitas no livro, as informações coletadas e costuradas pelo autor não apenas apresentam o real personagem fulcral de sua pesquisa, mas, ao assim fazer, abre possibilidades de associações mais claras com outros atores históricos, como, por exemplo, seu contato com D. Pedro II, bem como sua interação nos diversos ambientes sociais pelos quais trilhou.

Em sua abordagem, tributa reconhecimento e valor a alguns autores a quem chama de “clássicos” sobre a Guerra do Contestado, pesquisadores que produziram obras de fôlego sobre o assunto e que tinham como um de seus objetivos falar de João Maria de Agostini com as poucas informações que possuíam, como é o caso de Oswaldo Cabral, Duglas Teixeira Monteiro, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Maurício Vinhas de Queiroz.

Alexandre Karsburg cita suas fontes historiográficas sobre a vida de João Maria de Agostini cronologicamente, iniciando com o provável pri-

meiro relato sobre o monge, de autoria do padre francês João Pedro Gay, pároco em São Borja (RS), publicado no início da segunda metade do século XIX. Na sequência, indica o artigo do historiador João Borges Fortes, publicado em 1902, no qual afirma que foi instituído o culto a Santo Antônio Abade pelo monge no cerro próximo a Santa Maria (RS).

Karsburg também atribui grande importância ao livro escrito por Hemetério José Veloso da Silveira, datado de 1909, sob o título *As Missões Orientais e seus Antigos Domínios*, em que, na sua opinião, há informações mais detalhadas sobre o trabalho de João Maria no cerro em Campestre e o itinerário trilhado por ele entre São Paulo e Rio Grande do Sul, basicamente seguindo os tropeiros que “desciam” a partir de Sorocaba.

Destacam-se ainda, como referências históricas ao monge, o comentário feito na tribuna do Senado em 1874 pelo médico e senador José Martins da Cruz Jobim, as preciosas crônicas de Felicíssimo de Azevedo publicadas em 1895 e 1898 e os historiadores João Belém e Romeu Beltrão, já na primeira metade do século XX (pp. 18-21). Dos autores atuais, reconhece importância em José Fraga Fachel (*Monge João Maria*, 1995) e Cesar Hamilton Goes (*Nos Caminhos do Santo Monge*, 2007).

Segundo o autor, sua intenção foi a de “reconstruir a trajetória do italiano com o objetivo de analisar o seu campo de atuação”, pretendendo “percebê-lo em interação com o contexto em que viveu”, mas com o cuidado de não fazer do monge mera “produção óbvia de cenário”. Mostrando sua veia de historiador, declara seu compromisso com uma análise crítica de suas fontes, particularmente as informações pertinentes à produção de cada documento, especificando quem, quando e que motivos levaram ao seu registro (pp. 26 e 27).

O material pesquisado é disposto em sete capítulos, dando-se voz, primeiramente, aos devotos. Karsburg faz alusão a vários relatos e referências de curas das mais variadas mazelas nas “Águas Santas”, na pequena vila de Santa Maria da Boca do Monte, um dos lugares onde João Maria dedicou mais atenção e tempo, e o faz tanto pelo testemunho dos curados quanto de

peçoas que estiveram presentes e por registros em jornais rio-grandenses. Argumenta que para lá acorria gente de toda a província do Rio Grande do Sul e até mesmo do Uruguai.

Dentre os que procuravam os poderes curativos das águas, achavam-se, além do povo em geral, grandes proprietários de terra e padres. O notável concurso de multidões para as águas milagrosas logo gerou reação. Começaram a ser veiculadas notícias sobre mortes de enfermos que se banharam nas águas e alusões à crença no milagre lá buscado como “fanatismo”.

É sabido que, historicamente, religião e guerra mostram-se intimamente ligadas. Por isso e também por ser época de grande instabilidade no cone sul e de revoltas pelo Brasil, a aglomeração repentina de apreciável contingente em torno de um religioso estrangeiro, recentemente chegado da Argentina, país com o qual o Brasil experimentava forte tensão e grande desconfiança, não tardou a resultar no aprisionamento de João Maria de Agostini e na sua deportação para a província de Santa Catarina. Sobre ele pairava a fantástica suspeita de que fosse espião a serviço de Juan Manoel de Rosas, governador de Buenos Aires.

A crença em águas sagradas era muito comum em todo o país. Como consequência, foram vistas com desconfiança por alguns setores do governo, especialmente aqueles ligados à área da saúde, em que predominava a ideia de que doenças só podiam ser tratadas pela medicina “oficial”.

Fato curioso envolve a própria família imperial. Em 1845, D. Pedro II, acompanhado da imperatriz Teresa Cristina, viajou ao sul do Brasil para averiguar a situação pós-Guerra Farrroupilha. Junto de sua comitiva, o casal imperial visitou Caldas, distante da capital catarinense cerca de 60 quilômetros. Naquela ocasião, banharam-se nas águas termais. Para a imperatriz, foram águas de vida em seu ventre, até então seco e infértil, concebendo assim, na contagem dos meses, o primeiro filho, uma menina princesa, Isabel, “prometida” ou “consagrada a Deus”.

Karsburg informa que o italiano não desembarcou da Europa diretamente no Brasil. Na verdade, chegou a Caracas, na Venezuela, em 5 de junho de 1838, passando depois pela Colômbia,

Equador e Peru. Dirigindo-se ao nordeste deste último, vencendo a distância provavelmente à medida dos seus passos, dirigiu-se à Amazônia peruana em 6 de maio de 1843, tendo alcançado o Pará por via fluvial no ano seguinte (p. 114). Segue para a capital imperial embarcando no vapor Imperatriz, aportando ali no dia 19 de agosto de 1844. No Rio de Janeiro foi habitar na Pedra da Gávea, no período entre agosto e dezembro daquele mesmo ano. Mantinha-se através de doações de alimentos daqueles que auxiliava, retribuindo com rosários e cruzeiros de chumbo que fazia para esse fim. No dia 16 de dezembro embarcou para Santos, viagem que durava em média dois dias. Provavelmente desembarcou no dia 18, de onde seguiu imediatamente para Sorocaba e se estabeleceu no morro ao lado da fundição em Ipanema, na época, bairro de Sorocaba. Registrou-se nessa cidade no dia 24. Frequentava a capela da fábrica de ferro, onde obteve, até mesmo, permissão para falar aos ouvintes, dada pelo padre responsável, Antônio Dias de Arruda, bem como pelo diretor da fábrica.

A penha na qual morou ficou conhecida como “Pedra Santa”, memória das virtudes místicas do seu famoso e recluso habitante. Em algum momento de 1845, João Maria deixou o local. Em setembro de 1846, um funcionário da fábrica de ferro subiu o morro à procura do seu ilustre morador e não mais o encontrou. Aparentemente, Agostini se dirigira ao extremo sul, chegando mesmo a residir em Buenos Aires e a ser recebido pelo ditador argentino Juan Manuel de Rosas, provavelmente em 1847. Dele foi requerido não apenas que pregasse a religião, mas também que “catequisasse” os índios, transformando-os em aliados políticos do governante, devendo, para isso, enfatizar as “grandes vantagens” que teriam ao assumir aliança com Rosas. No entanto, Agostini não reconhecia tal empreitada como sua “missão”. Ficou claro que se tratava de algo que o afastaria de seu anseio religioso genuíno. Depois de insistir consideravelmente, Agostini consegue passaporte e autorização para seguir seu caminho e, em 1848, obtém, em Montevidéu, um visto de viajante para o Brasil.

Segundo Karsburg, “fica nítido que ele transpôs mais de uma vez as distâncias entre São Paulo e Rio Grande do Sul, entre 1844 e 1848, ora a pé,

ora de barco”. No mês de outubro de 1845 estava em Porto Alegre, possivelmente para regularizar sua situação de estrangeiro na província (p. 186).

Em 1848, João Maria já se encontrava em Campestre, província do Rio Grande do Sul, onde deixou uma comunidade religiosa organizada, até com “estatuto” que previa a nomeação de 12 zeladores, um procurador e uma espécie de calendário litúrgico indicando as festas anuais a serem observadas (pp. 177 e segs.). Dali, como vimos, foi preso pelo temor governamental de alguma sedição de cunho religioso.

O autor segue de perto os passos de Agostini. Deportado para Nossa Senhora do Desterro, o antigo nome da bela Florianópolis, o monge foi recebido sem qualquer aviso prévio, causando grande perplexidade nas autoridades locais. Depois de uma breve averiguação dos fatos, o presidente da província, Antero de Brito, “hospedou” o prisioneiro em sua casa. Certamente percebeu que João Maria não representava perigo. Vendendo-se constrangido a acolher o religioso em sua residência, logo aceitou o pedido do eremita que ansiava a solidão, sua única ambição, permitindo que fosse residir na Ilha do Arvoredo, distante pouco mais de 60 quilômetros da capital da província. Aparentemente João havia encontrado lugar tranquilo de exílio de suas perseguições, em sua Patmos particular. No entanto, diferente do apóstolo bíblico, não estava no fim de seus dias.

Chegou à ilha no dia 10 de fevereiro de 1849. Aparentemente, alguns pescadores ficaram incumbidos de levar-lhe o necessário sustento. Contudo, sua reputação o precedia (p. 98). A existência de uma fogueira que ardia todas as noites na ilha chamou a atenção de outros pescadores e daqueles que observavam de longe. Ao tomarem ciência de que o “monge milagroso” estava ali, logo se iniciaram as visitas, o que abreviou radicalmente seu exílio, limitando-se a poucos meses.

No período em que permaneceu insular, o monge foi visitado pelo padre Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva. Posteriormente, o religioso visitante viu-se obrigado a prestar relatório oficial às autoridades, ainda desconfiadas do eremita. É por tal relato que várias informações fidedignas sobre a pessoa de João Maria de Agostini são dadas, como ser “verdadeiro eremita”, que buscava “o ermo e a solidão onde, seguindo o Instituto

de Santo Antão Abade, vive em contínua oração, na mais completa abstinência e entregue a vigílias e mortificações”. João Maria afirmou “não possuir ordens sacras” e percebeu-se que sabia “perfeitamente a língua latina e francesa”, além de ser “muito versado em Teologias”. É notável que declarara não buscar a popularidade, mas esta era-lhe imposta pelo povo, que não o deixava na solidão tão ansiada por ele (p. 165). Conquanto não se alinhasse a todos os pontos da doutrina católica, Agostini via-se como fiel católico, nunca se opondo à sua igreja mãe.

Em 1849, o monge solicita às autoridades passaporte para visitar a Corte. A autorização para ir ao Rio de Janeiro foi concedida no dia 19 de maio do mesmo ano, desembarcando em seu destino no dia 23. Tal foi um alívio para o governo da província de Santa Catarina, que já via como um problema a popularidade do monge na Ilha do Arvoredo. Na cidade que certamente já era “maravilhosa”, há informações de que foi residir na Rua do Catete, número 13, local que concentrava os políticos, comerciantes mais abastados e alguns notáveis. Teorias quanto a isso não faltam. Mas, segundo o diário encontrado com o monge em sua morte, o próprio imperador D. Pedro II o recebeu, concedendo-lhe sua amizade e favores. Aparentemente, não sendo compatível com seu solitário chamado, o monge abandonou a hospitalidade imperial e se embrenhou nas matas serranas da região de Petrópolis, muito próprias para suas aspirações eremitas.

Em 1851, João Maria estava de volta à província do Rio Grande. Certamente valendo-se de seu imperial prestígio, retorna de onde havia sido exilado e, com autorização do vigário geral de Porto Alegre, prega na igreja matriz de São Borja no dia 24 de dezembro de 1851. No dia 10 de fevereiro de 1852, procura as autoridades em Porto Alegre e pede um passaporte, em que é atendido prontamente, junto com a determinação de deixar a província no prazo máximo de 30 dias. Paralelamente foi expedida ordem para todos os delegados e subdelegados da região para não permitir a fixação do eremita em nenhuma parte da extensão de seu território. Na área da tríplice fronteira, em fevereiro de 1852, fixou residência no Cerro de San Javier, esperando a definição da guerra entre Brasil e Buenos Aires.

Sua estadia atraiu a atenção de muitos povoados e vilas, a começar de brasileiros da antiga região das Missões, mas também de maiores distâncias, como de Corrientes e do Paraguai. Em novembro desse mesmo ano, Agostini redige um documento que ficou conhecido como “Testamento do Autêntico João Maria de Agostinho”, que objetivava organizar a comunidade religiosa, estabelecendo 12 protetores e um procurador, bem como incentivar a continuidade da devoção religiosa naquele lugar. Em abril de 1854 já estava na cidade argentina de Mendoza, ao pé da Cordilheira dos Andes. No entanto, no ano seguinte, chega a Santiago do Chile, ali permanecendo até 1858. Nesse ano, transfere-se para a Bolívia, rumo de retorno ao Peru, onde chega em 1859. Pouco depois, em 1860, encontra-se na Guatemala, de onde segue para o México e Cuba em 1861.

Em sua caminhada em direção ao norte, chega ao Canadá em 1862. Não satisfeito, entra em território americano, passando pelo Kansas em 1863. Nesse ano, viaja para seu destino final e fatídico, o Novo México, onde, de forma abrupta e violenta, sua longa caminhada se encerra. João Maria de Agostini foi achado morto, com evidência de assassinato, possivelmente vitimado por índios em 17 de abril de 1869.

A história de João Maria de Agostini inspira a tratativa de um assunto importante em nossos dias. Enfrentamos problemas expressivos com a intolerância religiosa, flagrante desrespeito à liberdade religiosa e de expressão. As peregrinações do monge exaltam o “direito religioso de ir e vir”. Sabemos que a religião é um dos maiores poderes que incidem sobre o ser humano. Não faltam exemplos de notáveis que realizaram proezas apegados à fé que possuíam, sempre visando ao benefício do próximo, necessitado na matéria e na alma, dentre os quais reconhecemos João Maria de Agostini.

Todas as evidências indicam que o monge era sincero em sua prática e em sua “missão”, reconhecendo um chamado da Virgem específico para si. Não acumulava nada e o que recebia por doação logo repassava a carentes. A grandeza do papel desempenhado pelo monge italiano e o ineditismo de seu “enredo” fizeram dele sempre o ator principal, impondo a coadjuvação mesmo a ilustres personagens, dentre eles Rosas e D. Pedro II.

Tamanha magnitude inaugurou uma nova forma de “trânsito religioso”. Diferente daquele que denota a rotatividade de adeptos entre os vários seguimentos religiosos, esse implica o deslocamento de massas para se apropriar do poder que acreditavam estar ligado ao monge. Em razão disso, houve perseguição, especialmente por parte do governo. A popularidade do anacoreta causava o temor de que logo quisesse fundar alguma modalidade de “reino”. De passagem pela cidade rio-grandense de Rio Pardo, foi agredido fisicamente, depois de alguns não gostarem de sua pregação. No interior de São Paulo, em Ipanema, então bairro de Sorocaba, foi zombado pelos protestantes, operários alemães da fundição que, ao ouvirem as suas rezas que ecoavam da montanha onde residia, diziam: “O bugio está roncando na serra”. Na Argentina, foi detido por algum tempo por não se alinhar exatamente com as expectativas que Rosas tinha quanto ao seu ministério, como vimos. Passados século e meio, ainda convivemos com problemas semelhantes.

Conquanto Agostini seja exemplo de um “devoto sincero”, há em nossos dias muitos que exploram a fé popular, ao prometerem que se terá da divindade apenas a “satisfação garantida”, mas jamais “o dinheiro de volta”. Muitos são enganados, não por Deus, mas por homens que descobriram, em pequenas ou grandes igrejas, grandes negócios, planos de “*capetalização*” que os beneficiam financeiramente ao se apresentarem como “santos”.

Pelo fato de a religião exercer tanto poder sobre parcelas significativas da população, tornou-se, até mesmo, parte importante nas propagandas políticas, com espaço nas plataformas de partidos, chegando ao ponto de líderes religiosos apoiarem explicitamente este ou aquele candidato, imiscuindo suas intenções supostamente religiosas com a política. Fato é que, sempre que se percebe alguma grande expressão de religiosidade que atraia atenção significativa da sociedade, geralmente é vista com desconfiança. Certamente, não há quem duvide de que, em nossos dias, para o bem ou para o mal, fé demais geralmente não cheira muito bem.



## **A REVISTA USP RECOMENDA A SEUS COLABORADORES QUE ENVIEM SEUS TEXTOS DE ACORDO COM AS NORMAS ABAIXO:**

- 1. Texto com, no máximo, 30.000 caracteres.**  
Textos maiores devem ter a aprovação prévia da redação e do Conselho Editorial. O artigo deve ser enviado por *e-mail* ([revisusp@edu.usp.br](mailto:revisusp@edu.usp.br)).
- 2. O autor deve mandar uma breve nota biobibliográfica que indique onde ensine e/ou pesquise, sua área de trabalho e principais publicações.**
- 3. Referências bibliográficas devem ser colocadas no texto (sobrenome do autor, ano, página). Os outros dados da publicação devem ser colocados na bibliografia. As notas de rodapé destinam-se a informações ou esclarecimentos adicionais que não podem ser incluídos no texto.**
- 4. Todos os textos devem conter resumo/*abstract* (com, no máximo, mil caracteres) e palavras-chave/*keywords* (com, no máximo, cinco palavras).**
- 5. Textos enviados espontaneamente devem ser inéditos no país. Dados a público previamente, sob forma de palestra, comunicação, etc., deve-se informar em nota à parte. Os artigos serão examinados pelo Conselho Editorial, sendo que a Revista não se responsabiliza pela devolução dos não aprovados ou mesmo pela comunicação aos autores.**
- 6. O autor pode enviar/indicar sugestões de ilustração para seu texto. As fotos devem ter alta resolução (300 dpi) e conter legendas e créditos. Imagens retiradas da Internet não serão aceitas.**
- 7. Para receber os exemplares da Revista a que tem direito, o colaborador deve enviar número de telefone, *e-mail* e endereço.**

# Assine

Assine e receba em casa a publicação de cultura mais completa do país. Você terá a satisfação de ler a cada volume vários textos assinados pelos mais renomados autores em seu setor. Multidisciplinar e sem preconceitos, a **revistausp** não privilegia esse ou aquele enfoque, esse ou aquele grupo, é aberta a todas as tendências.

Para adquirir uma assinatura anual da **revistausp** (4 edições), basta enviar um cheque cruzado e nominal ou depósito em conta (Banco do Brasil - agência 7009-2; c/c 130404-6) em nome da Superintendência de Comunicação Social/USP, CNPJ 63.025.530/0053-35, no valor de R\$ 70,00 (+ frete). Se você for renovar sua assinatura, ela sai por R\$ 60,00 (+ frete). O preço da revista avulsa é R\$ 20,00 (+ frete). Enviar comprovante de depósito, incluindo o valor do frete, para [maricat@usp.br](mailto:maricat@usp.br), juntamente com os dados do assinante (nome/razão social, nome fantasia, CNPJ ou CPF, endereço, Inscrição Estadual/Municipal, telefone, *e-mail* para envio da nota fiscal).

<http://jornal.usp.br/revista-usp>  
[revisusp@edu.usp.br](mailto:revisusp@edu.usp.br)  
(11) 3091-4403

Nosso *site* pode ser acessado por celular utilizando-se o QR Code que consta na contracapa da revista.

A **Revista USP**, publicação trimestral da Superintendência de Comunicação Social da USP, vem sendo editada desde 1989, mantendo sempre a mesma estrutura. A cada número, além da relação dos Dossiês aqui apresentada, temos as seções Textos, Livros e Arte. Abaixo, os números ainda disponíveis.

<b>6</b> Europa Central	<b>55</b> Revolução Virtual	<b>78</b> Gestão e Política na Universidade Pública	<b>89</b> Ciência, Tecnologia e Inovação	<b>97</b> Computação em Nuvem	<b>105</b> Universidade em Movimento
<b>7</b> Tecnologias	<b>62</b> Cosmologia	<b>80</b> Bibliotecas Digitais/ Bibliotecas Virtuais	<b>90</b> Marketing Político	<b>98</b> Memória	<b>106</b> Crise Hídrica
<b>33</b> Aids	<b>64</b> Brasil Rural	<b>83</b> Nabuco e a República	<b>91</b> Catástrofes	<b>99</b> Futebol	<b>107</b> Saúde Urbana
<b>39</b> Rumos da Universidade	<b>65</b> 20 Anos de Redemocratização	<b>84</b> Vinte Anos da Queda do Muro	<b>92</b> Redes Sociais	<b>100</b> Educação	<b>108</b> Jogos Olímpicos
<b>47</b> Alternativas para o Século XXI	<b>66</b> Ano Internacional da Física	<b>85</b> Balanço da Crise Mundial	<b>93</b> Caminhos do Desenvolvimento	<b>101</b> Justiça Brasileira	<b>109</b> Democracia na América Latina
<b>50</b> Revista Cinquenta	<b>72</b> Ar/Fogo	<b>86</b> Cibercultura	<b>94</b> Semana de Arte Moderna	<b>102</b> Metrópoles	
<b>51</b> Saúde	<b>73</b> Financiamento da Pesquisa no Brasil	<b>87</b> Música Brasileira	<b>95</b> Desafios do Pré-sal	<b>103</b> Clima	
<b>54</b> Os Sertões: Cem Anos	<b>76</b> Pensando o Futuro: Ciências Exatas	<b>88</b> Humor na Mídia	<b>96</b> Alcoolismo	<b>104</b> Energia Elétrica	

Já está programado o próximo volume: nº 111 – Música Brasileira na USP

Você pode acessar todas as edições da *Revista USP* no Portal de Revistas da USP:

[www.revistas.usp.br/revusp/](http://www.revistas.usp.br/revusp/)

